RODRIGO JANOT

com
JAILTON DE
CARVALHO e
GUILHERME
EVELIN

NADA MENOS QUE TUDO

BASTIDORES DA
OPERAÇÃO QUE
COLOCOU O SISTEMA
POLÍTICO EM XEQUE

Planeta

A figura do meu pai foi, é e continua sendo forte na minha trajetória de vida.
Apesar da enorme diferença de idade entre nós, quarenta e seis anos, e de ele haver nos deixado quando eu era um recém-formado advogado, seus ensinamentos, mais que isso, sua postura ética inflexível e sua dedicação às pessoas, são atemporais.
Lembro-me dele repetindo: “A única herança que um telegrafista pode legar a seus filhos é um misto de educação, coragem e caráter”.
Obrigado Otto, o “Barrinhos da Central do Brasil”.
Sua bênção. Em sua memória, essas memórias.

Sumário

Nota dos autores

Este livro foi produzido a partir de depoimentos concedidos por Rodrigo Janot aos jornalistas Jailton de Carvalho e Guilherme Evelin.

Apresentação

No momento em que escrevo este livro, entre dezembro de 2018 e o primeiro semestre de 2019, a Operação Lava Jato ainda é um tema dominante na agenda política do país. Os principais embates políticos giram em torno do assunto. De um lado estão aqueles que se projetaram com o sucesso da Operação; no extremo oposto, aqueles que se sentiram atingidos pelas investigações ou pelos efeitos políticos e econômicos das sucessivas etapas da Lava Jato. Dos dois lados tenho visto incompreensões. Algumas, justificáveis; outras, não. Decidi, então, escrever sobre o que vi e vivi à frente do Ministério Público Federal ao longo desses anos turbulentos.

Até onde eu sei, é uma iniciativa inédita. Nenhum outro ex-procurador-geral da República escreveu sobre o próprio trabalho, muito menos envolvendo casos tão quentes e ainda em andamento. Mas este não é apenas um livro de memórias. O leitor tem diante de si um testamento histórico. Ao decidir escrever sobre os principais fatos relacionados à Lava Jato sob minha esfera de atuação, resolvi contar tudo que considero relevante, sem autocensura e sem eufemismos.

A ideia era relatar cada fato da forma mais objetiva possível e deixar que o leitor fizesse seu próprio juízo de valor. No futuro, provavelmente aparecerão heróis retroativos para explicar como foram e como deveriam ter sido as investigações. De antemão, eu ofereço o meu ponto de vista. Aqui estão relatos pessoais sobre marchas e contramarchas de investigações sobre políticos como Michel Temer, Eduardo Cunha, Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Aécio Neves,

Renan Calheiros, José Sarney, Fernando Collor, Romero Jucá e José Serra, entre outros personagens marcantes da vida nacional.

Estão inclusos detalhes sobre fatos narrados de forma genérica pelo noticiário e, numa certa medida, casos que passaram ao largo da vigilante imprensa nacional. Algumas situações são prosaicas e servem apenas para mostrar como o banal e o fundamental andam, muitas vezes, de mãos dadas na nossa crônica política. Outros episódios são de extrema gravidade e merecem, a meu ver, uma detida reflexão. Muitos, mesmo aqueles que conhecem bem a Lava Jato, não têm uma ideia clara da complexidade e da dramaticidade de alguns eventos.

Eu mesmo só tive plena consciência da dimensão de alguns episódios com o passar do tempo, quando já estava me preparando para este relato. Lembro-me, por exemplo, de uma profética conversa que tive com a deputada italiana Marina Sereni num jantar na embaixada da Itália, em 2015. Ela me fez três perguntas: 1) "O senhor ou alguém da sua equipe pretende disputar algum cargo político?"; 2) "O senhor já definiu o limite 'descendente', ou seja, até onde vão descer as investigações?"; 3) "Já sabe quando o senhor vai terminar essa investigação?".

A primeira pergunta eu respondi com firmeza. Não me candidataria a nada, nem a síndico de prédio. As duas outras perguntas me pareceram estranhas. Como assim, definir limite de uma investigação? Como estabelecer prazo para concluir as apurações? A deputada me disse, então, que, ao ampliar demais as investigações e atingir pessoas comuns, a Operação Mãos Limpas, da Itália, perdeu o apoio da opinião pública, inflamada por 14 suicídios. Disse também que, se não encerrássemos de forma planejada a Lava Jato, uma "mão externa" o faria por nós.

Só hoje consigo entender o alcance daquelas palavras. Agora que vejo esse movimento vasto, de múltiplas procedências, para "estancar a sangria com o Supremo, com tudo". Com este relato na primeira pessoa, o leitor, se assim

entender, poderá me criticar pelo que fiz ou deixei de fazer, mas não pelo que terceiros acham que fiz ou deveria ter feito. De toda forma, espero sinceramente que os casos trazidos à luz ajudem na reflexão sobre corrupção, política e responsabilidade individual na construção de uma nova sociedade.

CAPÍTULO 1

Ele não

O telefonema interrompeu meu almoço. Eu estava com dois assessores, Sílvio Amorim e Karina Mascarenhas, numa churrascaria da Vila Planalto. Hoje um bairro de classe média com muitos restaurantes, localizado a pouco mais de cinco quilômetros do Palácio do Planalto, a Vila era no passado um local de acampamentos para os operários trazidos para a construção de Brasília. Enquanto comíamos, analisávamos cada item da pauta da sessão que aconteceria naquela tarde no Supremo Tribunal Federal (STF). Aquele tipo de reunião fazia parte da minha rotina, sobretudo em dias de sessão no plenário do Supremo.

De repente, meu celular tocou. Do outro lado da linha, uma secretária da vice-presidência da República me disse que Michel Temer gostaria de falar comigo pessoalmente no Palácio do Jaburu, sua residência oficial. Eu respondi que estava almoçando e que logo em seguida compareceria a uma sessão no STF. A mulher insistiu. O vice-presidente queria falar comigo, a conversa era importante e seria rápida. Eu não tinha a menor ideia do que o vice-presidente tinha de tão urgente para discutir comigo. Mas, tratando-se da segunda autoridade da República, imaginei que fosse algo muito grave.

É um clichê em Brasília dizer que um chamado de um presidente da República deve ser atendido imediatamente. Eu digo que o mesmo vale para um convite de um vice-presidente. É clichê, mas é verdade. Interrompi meu almoço e

a análise da pauta e segui direto para o Jaburu, que fica próximo à churrascaria. No caminho, recebi uma ligação do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

“Rodrigo, você vai receber um convite”, ele me disse.

“Já recebi”, respondi. O telefonema do ministro da Justiça me deixou em alerta, como se eu estivesse indo para uma armadilha.

Quando cheguei ao Jaburu, encontrei Temer e o deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, que havia acabado de sair da presidência da Câmara. Alves, amigo próximo do vice-presidente, era àquela época um dos mais veteranos parlamentares de Brasília, com 11 mandatos consecutivos de deputado. Ambos estavam à minha espera numa sala com um biombo. Dali, fomos para uma varanda coberta, usada em jantares para convidados. Temer estava bem à vontade, mas dirigiu-se a mim com aquele seu característico e rebuscado estilo de falar.

“Eu chamei o senhor aqui porque quero conversar não com o procurador-geral da República, mas com um brasileiro preocupado com o Brasil, com um patriota”, me disse o vice-presidente.

Feita essa rápida introdução, Henrique Alves entrou em ação. Sem meias palavras, começou a me dizer que eu não poderia investigar o seu sucessor, o deputado Eduardo Cunha, do PMDB do Rio de Janeiro, recém-eleito presidente da Câmara.

“Cunha é um louco, pode reagir de forma imprevisível e colocar o Brasil em risco. Confiamos no senhor como brasileiro e como patriota para manter a estabilidade do país”, reforçou.

Nesse momento, Cardozo chegou e testemunhou o resto da conversa. Sem embaraço, Alves seguiu dizendo que eu deveria arquivar, para o bem do país, a investigação contra Cunha.

Naquele período, estava em marcha uma investigação sobre a agressiva atuação de Cunha na cobrança de uma propina milionária numa compra feita pela Petrobras de dois navios-sondas da Samsung Heavy Industries, empresa da Coreia do

Sul que é uma das maiores do mundo no ramo da construção naval. Pelas informações de que dispúnhamos, o então presidente da Câmara havia pressionado o lobista Júlio Camargo a pagar a outro lobista, Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, o restante de um suborno de US$ 40 milhões. A informação sobre o pagamento do suborno a Cunha surgira num depoimento do doleiro Alberto Youssef à força-tarefa do Ministério Público para a Operação Lava Jato, em Curitiba, e, de forma surpreendente, ganhara força na revisão das delações de Júlio Camargo e Fernando Baiano.

Peça central na investigação sobre Cunha, Camargo havia ignorado o ex-deputado na primeira série de depoimentos prestados depois de firmar colaboração premiada. Ele mudou de ideia, porém, quando procuradores de Curitiba e Brasília passaram a pressioná-lo a contar tudo o que sabia, sem restrições. Caso contrário, poderia perder os benefícios da delação. Ciente dos riscos, Camargo enfrentou o verdadeiro pavor que tinha de Cunha e abriu o jogo: confirmou as acusações de Youssef e forneceu mais detalhes da trama. Cercado por todos os lados, Fernando Baiano, da mesma forma no início muito resistente a falar, também resolvera fazer revelações sobre o esquema de corrupção comandado pelo novo presidente da Câmara.

As investigações contra Cunha faziam parte de um dos 23 inquéritos abertos pelo ministro Teori Zavascki, então relator da Lava Jato no STF, contra 54 políticos suspeitos de receber dinheiro desviado de contratos da Petrobras com algumas das grandes empreiteiras do país. Tudo bem que não é trivial colocar um presidente da Câmara, o terceiro homem na linha sucessória da República, como alvo de uma investigação criminal. Mas, para o procurador-geral da República, que tem como ofício investigar pessoas com prerrogativa de foro, era só mais um inquérito. Por isso, fiquei estupefato com o que acabara de ouvir.

Virei-me então para o vice-presidente e disse, com clareza:

“O senhor é do Direito, a minha área, ele (Henrique Alves) não é. O senhor está entendendo a gravidade do que ele está

propondo ao procurador-geral da República?”

Temer não se abalou. Voltou a insistir que Henrique Alves não estava fazendo um pedido ao procurador-geral.

“Ele está propondo ao patriota Rodrigo Janot.”

E prosseguiu: “Esse homem (Cunha) é muito perigoso, e a gente não sabe quais as consequências que poderão vir dele. Então apelamos para que o senhor não leve a cabo essa investigação, que a arquive”.

Aquela cena era simplesmente espantosa. Em três décadas de Ministério Público Federal, nunca tinha vivido nada parecido. Não foi fácil exercer o autocontrole e escolher as palavras diante de algo tão esdrúxulo. Respirei fundo e disse:

“Olha, vice-presidente, eu acho isso muito complicado. Na verdade, não consigo separar a figura do patriota da figura do procurador-geral. O que os senhores estão me propondo aqui é que eu cometa um crime de prevaricação. Isso eu não farei jamais. E muito me estranha que o vice-presidente da República e o ex-presidente da Câmara dos Deputados venham fazer uma proposta indecorosa dessas ao procurador-geral da República. Estou chocado com a ousadia de vocês.”

Soltei o verbo. Eles ficaram calados. Acho que não esperavam minha reação, e muito menos que eu usasse alguns palavrões para exprimir o que verdadeiramente achava de tudo aquilo.

Ainda com o sangue fervendo, acrescentei: “Os senhores são responsáveis por esse homem estar assumindo a Câmara. Os irresponsáveis são vocês. Vocês é que são os não patriotas. Como é que vocês fizeram uma merda dessas?”.

A conversa, que não durou mais de vinte minutos, terminou aí. Cardozo ouviu tudo sem dar uma palavra. Depois, em outro encontro, ele me disse: “Você chutou o balde”. E, ciente da gravidade da cena, colocou-se à minha disposição para, no futuro, testemunhar a meu favor.

Depois daquele encontro assombroso no Jaburu, segui para o Supremo com várias dúvidas na cabeça. Sabia que, depois de derrotar o candidato do governo e se eleger presidente da Câmara com o apoio de um novo Centrão, um bloco de

deputados de diferentes partidos articulado por ele para pressionar o governo Dilma Rousseff, Cunha se tornara, para muitos analistas, o político mais poderoso do país. Mais poderoso até que a chefe do Executivo. Era ele quem ditava o ritmo do Congresso e emparedava a presidente da República, que não tinha a astúcia das velhas raposas políticas, mas era muito zelosa do espaço de poder que ocupava. Cunha vinha também recebendo crescente apoio do empresariado, dos evangélicos e de grupos de direita que lideravam grandes manifestações contra a corrupção nas ruas.

Mesmo assim, a abordagem de Temer e de Henrique Alves me intrigara: qual era a fonte de tamanho poder de Cunha, que o tornara capaz de envolver o vice-presidente em uma situação tão embaraçosa? Que loucura Cunha poderia fazer para colocar em risco o destino do país? Por que algumas pessoas pareciam temer tanto o presidente da Câmara, cuja fama era de ser um ex-figurante do baixo clero que ascendera graças à habilidade de enfiar "jabuti" em medida provisória? Obviamente eu não tinha respostas claras para essas indagações naquele momento. Mas tinha certa intuição.

Tempos depois, meu chefe de gabinete, Eduardo Pelella, recebeu a visita do ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza, que havia sido o autor da denúncia do mensalão em 2006. Muito educado, ele pediu desculpas por tomar o tempo do assessor do procurador-geral, mas alegou que a conversa era importante. Sem citar nomes, passou um recado.

"Vocês estão com uma investigação muito perigosa, que pode ter consequências nefastas para o Ministério Público. Eu continuo sendo Ministério Público e estou muito preocupado. Queria que vocês ponderassem muito bem sobre essa investigação", disse. Só posteriormente ficamos sabendo que ele assumira a defesa de Cunha como seu advogado. Mais tarde, o Pelella comentou comigo: "Chefe, quando a máfia tem um recado para alguém, entrega um peixe embrulhado num jornal".

Pelella é uma das mentes mais privilegiadas da nova

geração do Ministério Público Federal. Na época com pouco mais de 30 anos, ele já tinha sido defensor público e juiz, e fora o primeiro colocado no concurso que prestara para se tornar procurador da República. Não fora por acaso que eu o havia convidado para ocupar o cargo mais importante no meu gabinete, pouco depois de nos conhecermos, entre 2012 e 2013. Em Brasília, todos sabiam que, além da relação profissional, éramos amigos. Na verdade, Pelella é quase um filho para mim. Quando ele se mudou para a capital federal para trabalhar na Procuradoria-Geral, morou com a mulher e uma filha na minha casa por quatro meses. Então, muita gente sabia que falar com Pelella era uma forma de fazer a mensagem chegar aos meus ouvidos.

Meu chefe de gabinete não gostou de ouvir aqueles conselhos. Não há nada de errado num procurador que passa a exercer a advocacia depois de se aposentar. Mas não era de bom-tom um advogado com longa história no Ministério Público falar naqueles termos, e como se ainda estivesse no cargo de procurador. Este era um sentimento particular meu e de muitos outros procuradores, inclusive de alguns que não estavam vinculados às investigações da Lava Jato. Um ex-procurador-geral é sempre uma figura de respeito. Tudo que fala reverbera dentro da instituição.

Depois da visita de Souza, ressurgiu em nossas mentes a velha questão: de onde vinha o poder de Cunha? Primeiro vieram o vice-presidente da República e o ex-presidente da Câmara. Logo depois, o ex-procurador-geral. Não conhecia nenhum outro caso em que um ex-procurador-geral, ao atuar como advogado, tivesse tido uma abordagem tão incisiva e inadequada. À parte o incômodo, isso aumentava ainda mais nossa responsabilidade numa investigação que, segundo advertiam, em tom de ameaça, nossos interlocutores, poderia trazer consequências muito negativas para o país e o Ministério Público Federal.

Embora o inquérito sobre o pagamento de propina a Cunha fosse público, ninguém fora do meu grupo de trabalho sabia o que tínhamos e aonde poderíamos chegar. Publicamente,

Cunha se dizia inocente, vítima de uma perseguição pessoal e política. Ele dizia que eu o perseguia por antipatia e por fazer o jogo do governo. Ao mesmo tempo, nos bastidores, o presidente da Câmara, com seu vasto poderio, se movimentava sofregamente para tentar descobrir quais cartas estavam em nossas mãos e como poderia nos derrotar.

Primeiro, ele tentou marcar uma conversa particular comigo por intermédio do secretário de Assuntos Institucionais, Peterson Pereira. Não aceitei. Não faria o menor sentido me reunir com um investigado que, sabidamente, não tinha o menor escrúpulo em manipular adversários e aliados para atingir seus fins. Ele tentou, então, descobrir com meu assessor se Júlio Camargo o tinha delatado ou não. Ou seja, se Camargo tinha revisado a própria delação para confirmar o relato de Youssef sobre a propina de US$ 5 milhões e, claro, os detalhes sobre o requerimento da chantagem. Tão simpático quanto discreto, Peterson desconversou e o deixou sem pistas.

Num momento posterior, a ofensiva veio mais forte. Num almoço com Peterson, Henrique Alves tocou no assunto. Ele também queria saber por que mares singrava o barco do Ministério Público. Sem muito sucesso na sondagem, foi claro no recado.

"Fala para o Janot parar com essa investigação, senão o Cunha vai tocar o impeachment da Dilma!"

Pelo que conheço de Peterson, ele deve ter reagido com um sorriso daqueles que o interlocutor nunca sabe se são de confirmação ou de perplexidade. Como assessor parlamentar, cabia a ele manter as boas relações entre o Ministério Público e o Parlamento e não exprimir as próprias emoções, mesmo que a situação fosse extremamente repulsiva. Henrique Alves, porém, não estava jogando palavras ao vento. Aquilo não era uma ameaça vazia. Cunha e seus aliados não estavam brincando e começaram, de fato, a se mexer para derrubar a presidente Dilma, tornando mais clara aquela conversa na residência oficial do vice-presidente. O encontro no Jaburu aconteceu em março de 2015. A tempestade da Lava Jato sobre

Brasília – e, claro, sobre nossas cabeças – estava apenas começando. Ao longo da Operação, Cunha se tornaria, de longe, o investigado a criar mais dificuldades para o Ministério Público. Mas nossos problemas começaram bem antes disso, e não se resumem à Lava Jato. Pior que enfrentar um inimigo, logo no começo da minha gestão, foi encarar a prisão de um ex-ídolo.

CAPÍTULO 2

A prisão de um ídolo

Eu assumi a Procuradoria-Geral da República em setembro de 2013, quando a Operação Lava Jato nem sequer estava no horizonte. O caso penal mais rumoroso na mesa do procurador-geral ainda era o referente ao processo do mensalão, como fora batizado pela imprensa o julgamento da Ação Penal 470, em que o ex-ministro José Dirceu e outros dirigentes do PT haviam sido denunciados por um esquema de compra de apoio de partidos e parlamentares ao governo Lula no Congresso Nacional. A denúncia fora feita em 2007 pelo procurador-geral Antonio Fernando de Souza, o mesmo que assumiria depois a defesa de Eduardo Cunha.

Quando eu cheguei à PGR, o julgamento do mensalão já fora concluído pelo plenário do Supremo, com a participação do meu antecessor imediato, Roberto Gurgel. José Dirceu; o ex-presidente do PT, José Genoíno; o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares; o publicitário Marcos Valério, considerado o operador financeiro do esquema, e outros haviam sido condenados. Ninguém, porém, havia sido ainda mandado à cadeia, porque faltava o julgamento dos embargos infringentes – um recurso previsto no regimento do STF que dava aos condenados o direito de uma revisão de sentença, desde que tivessem obtido, ao menos, quatro votos favoráveis no julgamento inicial.

Depois da minha posse, o meu vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão, muito ligado ao PT, me procurou.

Ele estava preocupado com Genoíno, que fora condenado a seis anos e onze meses de reclusão por corrupção ativa e formação de quadrilha. No caso da condenação por corrupção ativa, que ocorrera por nove contra um, o ex-presidente do PT não tinha direito à apresentação dos embargos infringentes. Sua prisão podia ser determinada pela Justiça. Aragão me sugeriu que eu não tomasse nenhuma providência que pudesse significar a ida para a cadeia de Genoíno em relação ao caso do mensalão. "Deixa boiar, deixa boiar", ele me disse.

Eu sabia que, como deputado, Genoíno levava uma vida modesta e continuava a viver na mesma casa do bairro do Butantã, em São Paulo, onde sempre morara. Não enriquecera nem se beneficiara pessoalmente no caso do mensalão. Mas eu não podia, como procurador-geral da República, simplesmente ignorar uma decisão do Supremo. Podia ter minhas convicções pessoais a respeito de Genoíno, mas não podia colocá-las acima das minhas atribuições como procurador-geral. Eu representava uma instituição num processo que correra dentro das regras do Estado de Direto, em que ele fora julgado e condenado pelo Supremo Tribunal Federal. Respondi, de forma ríspida, a Aragão:

"Como deixar boiar, cara? Não pode ser assim. Você não pode deixar de cumprir uma decisão do Supremo. Vou fazer o que eu acho que tenho de fazer."

Em 12 de novembro de 2013, eu fiz, então, uma petição bem curtinha em que pedi ao Supremo o início da execução da pena dos condenados na Ação Penal 470 cujas sentenças haviam transitado em julgado – ou seja, naqueles casos em que eles não podiam mais apresentar recursos contra as penas. A imprensa noticiou a minha petição com grande alarde e anunciou que eu pedira a prisão imediata dos condenados do mensalão – além de Genoíno, José Dirceu, Delúbio Soares, Marcos Valério e todos aqueles que haviam sido condenados e não tinham direito a apresentar embargos infringentes.

A notícia causou grande rebuliço. No Supremo, fui procurado pessoalmente pelo ministro Ricardo Lewandowski,

revisor do caso do mensalão, que queria se certificar do conteúdo da minha petição. Também voltei a ser procurado no meu gabinete por Aragão, que me perguntou: "Você fez isso mesmo?".

"Pedi o cumprimento da decisão transitada em julgado", respondi.

Ele retrucou: "Pois é. Esse é que é o problema, você não deveria ter pedido".

Encerrei a conversa e disse que a decisão do Supremo tinha de ser cumprida.

Apesar de meu pedido ao Supremo para o início da execução das penas dos condenados pelo mensalão ser um mero procedimento processual, aquela decisão não fora simples. Ao contrário. Pela primeira vez eu senti, de forma mais aguda, a repercussão política que uma decisão do procurador-geral da República pode alcançar. Além disso, eu conhecera pessoalmente Genoíno – e admirava sua trajetória. Nos anos de chumbo em que a ditadura governara o país, ele tinha sido um ativo militante da resistência política. Envolvera-se com a luta armada e participara da Guerrilha do Araguaia, organizada na década de 1970, pelo PCdoB, na divisa dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época, parte do estado de Goiás). Fora um dos poucos guerrilheiros a sair da selva com vida depois da operação de repressão desencadeada pela ditadura.

Com a redemocratização do país, Genoíno se tornou, dentro do PT, uma das principais vozes da esquerda a defender que a luta política tinha de ser feita dentro dos marcos democráticos e institucionais e que a via revolucionária tinha de ser abandonada. Como deputado, foi um destacado integrante da Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição de 1988, o texto que sacramentou o fim do ciclo autoritário iniciado como o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 e fortaleceu o papel institucional do Ministério Público, dando-lhe a atribuição de defensor dos interesses difusos da sociedade e da cidadania.

Genoíno encarnava a luta política da minha geração e era

uma espécie de ídolo para mim. Fazer uma petição que significaria sua prisão foi muito doloroso. Naquele dia, voltei para casa angustiado, e confesso que não pude conter as lágrimas, afinal, era como se estivesse aprisionando parte da minha juventude ou, em outro sentido, enterrando de vez o sonho de uma geração.

Nos anos 1970, nos meus tempos de estudante, como muitos jovens daquele período, tive certo ativismo político ao longo do curso científico do Colégio Estadual Central, escola pública de Belo Horizonte que tinha a reputação de formar a elite intelectual mineira. Na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, me aproximei do Diretório Acadêmico (DA), que servia também como escape para a chatice de algumas aulas. Eu passara em primeiro lugar no vestibular, mas Direito não era o curso dos meus sonhos. No colégio, gostava da área de Ciências e imaginava ir para a universidade para cursar Engenharia Química ou Bioquímica.

Acabei optando por Direito por uma questão prática. De família de classe média baixa, achava que o curso me proporcionaria mais facilmente a independência financeira e a realização do sonho de comprar uma chácara para o meu pai. Meu velho adorava bichos, mas não pudera concluir o curso de Veterinária na juventude. Primogênito de uma família humilde, ele virara telegrafista da Estrada de Ferro Central do Brasil para ajudar o pai a sustentar a família e os demais irmãos e tivera que abandonar o curso no quarto ano, porque, se não o fizesse, seria transferido para o Acre para trabalhar na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Assistindo às aulas de Introdução ao Direito, eu me perguntava frequentemente, porém, o que estava fazendo lá. Cheguei a pensar em abandonar o curso, mas desisti depois de uma conversa com o meu pai. Trocar de curso implicava deixar meu trabalho como escrevente de um cartório – e meu pai não tinha condições de custear minhas despesas sozinho. Como não tinha a opção de sair do Direito, passei a estudar como um doido. Acreditava que o estudo seria o passaporte para melhorar de vida e garantir o futuro. Ao mesmo tempo, o

Diretório Acadêmico acabou virando um refúgio para tocar adiante o curso até à graduação.

Como fazia oposição ao "sistema", eu era de esquerda, mas não tinha filiação a partidos ou correntes. Lia Marx e Engels e, como era moda na época, usava cabelo comprido, camisetas com a estampa de Che Guevara e bolsas jeans que carregava a tiracolo. Participava também de passeatas na rua, em que os confrontos com a Polícia Militar e grupos de apoio à ditadura eram frequentes. Mas nosso movimento não tinha qualquer organização, estrutura ou planejamento. Era quase brincadeira de criança. Quando a coisa esquentava e a cavalaria da PM aparecia, corríamos para a escola e empilhávamos as mesas e as cadeiras das salas de aula nas escadas da faculdade, como se fossem barricadas. Outra tática era usar bolinhas de gude e rolhas para derrubar os cavalos.

Numa ocasião, uma disputa com um grupo de direita, numa rua próxima à Praça da Liberdade, Belo Horizonte, virou uma coisa mais séria. Degenerou para uma briga aberta em que o pessoal da nossa turma começou a apanhar muito. No meio do tumulto, quase fiz uma besteira. Minha trajetória poderia ter tomado um rumo completamente diferente – e muito mais difícil. A partir daquele dia, passei a evitar as manifestações de rua longe da Faculdade de Direito.

Depois de me formar, em dezembro de 1979, primeiro ano do governo de João Figueiredo, o último dos generais da ditadura, fui contratado para fazer parte do serviço jurídico do Banco Nacional. Com dois ex-colegas de faculdade, eu também montara um escritório. Fazia "clínica geral" em advocacia e pegava todo tipo de causa. Ao mesmo tempo, dava aulas de Direito Processual Civil e de Direito Comercial numa faculdade privada de Belo Horizonte, a Milton Campos. Devido ao meu vínculo com o banco, minha militância ficou mais discreta, mas eu mantive contato com os antigos colegas. Discutíamos como fazer oposição à ditadura, que começara a afundar. Chegamos à conclusão de que a melhor maneira seria combater o regime por dentro do Estado.

A maior parte dos meus colegas optou por ir para a Justiça

do Trabalho, por achar que era o caminho para uma transformação mais rápida do "sistema". Mas eu tomei outro rumo. Seguindo o conselho de um antigo professor, Osmar Brina Corrêa Lima, advogado e procurador, resolvi fazer o concurso para procurador da República. Nesse período, também fui aconselhado pelo meu chefe no serviço jurídico no Banco Nacional, Odilon de Azevedo Andrade. "Faça um concurso público que não te impeça de advogar. O emprego público vai te dar o arroz com feijão. A advocacia vai te dar o carro", ele disse. Doutor Odilon foi um mestre no início da minha carreira, uma referência de vida importante, sobretudo naquele tempo, quando tinha acabado de perder meu velho pai e caminhava no escuro.

Na época, a função de procurador da República dava aos seus ocupantes um título, mas a carreira era mal remunerada – o salário, na ocasião, não passava de US$ 920 – e não tinha prestígio. Antes da Constituição de 1988, o Ministério Público Federal atuava na área de denúncia criminal, mas não tinha autonomia e acumulava o papel de Advocacia da União. Na prática, o Ministério Público não passava de um apêndice do Ministério da Justiça. Os procuradores eram subordinados ao Poder Executivo e não tinham uma série de atribuições e prerrogativas que, depois de 1988, proporcionariam ao Ministério Público um salto de qualidade institucional. Depois do conselho de Brina, estudei o assunto. *O Brasil está mudando. Estamos saindo do regime militar. Isso é carreira de Estado, não tem como não dar certo. No Ministério Público, eu posso fazer a diferença. Tem que entrar e virar esse negócio por dentro* , pensei.

Eu me inscrevi no sétimo concurso para procurador da República. Por causa do enorme espaçamento entre uma prova e outra, o concurso demorou dois anos, mas, ao final, fui aprovado, em 1984. Naquela época, recém-casado e sem filhos, preocupado em impulsionar a minha carreira, trabalhava catorze, quinze horas por dia. Minha renda mensal girava em torno de US$ 3 mil, mais de três vezes o que ganharia como procurador. Aprovado no concurso, porém, resolvi arriscar. Falei para a minha mulher: "Vamos conhecer

o Centro-Oeste”. Mudei-me para Brasília, que eu até então não conhecia. Tomei posse no Ministério Público Federal no dia 1 º de outubro de 1984, cheio de expectativas de que ajudaria a mudar o Brasil. Mas não imaginava, nem de longe, que um dia poderia chegar a procurador-geral da República e que minhas decisões teriam um enorme impacto na sociedade brasileira.

Dois dias depois daquela decisão que culminou na prisão de Genoíno, participei de uma cerimônia de homenagem ao ex-presidente João Goulart, cujo corpo fora exumado, na Base Aérea de Brasília. À época, estava em curso uma investigação sobre a causa de sua morte. A suspeita era de que o ex-presidente fora envenenado. Na saída da cerimônia, fui abordado pelo então ministro da Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, que depois viria a ser governador de Minas Gerais. Pimentel também participara da luta armada contra a ditadura e passara uma temporada na cadeia.

“Foi difícil, né, procurador? Dever de ofício, né?”, ele comentou comigo.

“Foi sim, ministro, dever de ofício. Mas não dá para tergiversar em relação a isso”, respondi. Em seguida, completei com uma frase que viraria o meu mantra: “A gente faz o que tem de fazer”.

O pedido de prisão do Genoíno foi o primeiro momento doloroso na minha passagem pela Procuradoria-Geral em que o dever teve que se sobrepor ao coração. Mas não foi o único. Ao longo da minha trajetória, eu me vi, algumas outras vezes, tendo que tomar decisões duras, contrárias a sentimentos pessoais. Mas ainda hoje julgo que não poderia ter sido diferente. O fiscal-chefe da lei não pode tergiversar, nem mesmo com os sentimentos. A lei é a lei. E, como diria sabiamente meu bom e velho amigo Sepúlveda Pertence, “a cadeira de procurador-geral é a segunda mais difícil da República, perdendo apenas para a de presidente”.

CAPÍTULO 3

Com Dilma no Alvorada

Depois de ter sido preterido na escolha de procurador-geral em 2011, quando fiquei em segundo lugar na lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) concorri novamente em 2013. Dessa vez, com uma campanha mais organizada, obtive o primeiro lugar. Mas, entre a escolha da lista e a indicação da presidente Dilma, foram quatro meses de angustiante espera. Nesse período, fui chamado para duas entrevistas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem, até então, eu não conhecia. Foram entrevistas bem técnicas. Nelas, fui perguntado por Cardozo e por Flávio Crocce Caetano, então secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, sobre temas como Direito Penal e Direito Coletivo. Fora do Ministério Público, eu não tinha nenhuma articulação política para ser o indicado.

Quem fez alguma movimentação a meu favor foram Claudio Fonteles e o Aristides Junqueira, que eram meus amigos e tinham contatos no governo. Nos bastidores, comentava-se que a presidente Dilma Rousseff oscilava entre escolher meu nome, que encabeçava a lista tríplice, e o da subprocuradora-geral Ela Wiecko, que pela sexta vez fora votada pelos procuradores para compor a relação. Wiecko tinha uma destacada atuação na defesa dos Direitos Humanos. Além disso, se Dilma a escolhesse, haveria um forte componente simbólico: seria a primeira mulher a chefiar a Procuradoria-Geral da República, indicada pela primeira

mulher a ocupar a Presidência da República.

Numa tarde de sábado, em meados de agosto, estava tomando vinho na varanda da minha casa, no Lago Sul, em Brasília, com a minha mulher e um amigo, o advogado Antônio Carlos Ribeiro Dantas, quando tocou meu telefone. Era Cardozo, que me ligava de São Paulo. Ele estava vindo para Brasília e me convocou para uma reunião com a presidente Dilma no Palácio da Alvorada no final daquela tarde. De imediato, entendi que a reunião seria para comunicar a decisão da presidente.

Quando falei com Cardozo, eu já tinha tomado algumas taças de vinho, e o telefonema gerou um corre-corre para eu me aprumar para o encontro com a presidente. Eu tinha de chegar ao Alvorada sem qualquer vestígio de bebida alcoólica. De imediato, Dantas propôs café com sal. Topei a sugestão e ingeri a mistura. Foi um estrago. Tive engulhos e corri para o banheiro. Vomitei o que bebera e algo mais. Para que eu me recuperasse, Dantas e minha mulher me socorreram com alguns copos de água.

Por sorte, Cardozo dissera que voltaria a me ligar quando chegasse a Brasília. Como ele tinha fama de não ser nada pontual, calculei que ia se atrasar, o que daria tempo para eu me restabelecer. Foi o que aconteceu. Quando ele pousou na cidade, eu já estava recomposto para encontrar a presidente. Coloquei um terno e uma gravata, peguei o Fiat Punto da minha filha, que era mais apresentável que o meu Peugeot 2003, velho com dez anos de uso, e dirigi até ao Alvorada, onde nunca tinha estado antes.

Na chegada ao Palácio, tive ainda um pequeno contratempo. Depois de me identificar com os seguranças no portão, fui orientado a seguir com o carro até determinado ponto, onde deveria estacionar. No caminho, porém, passei da entrada e, de repente, me vi no meio do mato. Pelo retrovisor, vi um dos seguranças correndo, gesticulando na minha direção e gritando: “Volta, volta!”. Meio embaraçado, dei marcha a ré e finalmente localizei o estacionamento onde deveria parar. Logo depois, um dos seguranças apareceu e

manobrou o carro.

Um funcionário me levou então até à biblioteca do Alvorada, onde encontrei Cardozo na companhia de Luís Inácio Adams, chefe da Advocacia-Geral da União. Ambos estavam à minha espera, vestidos informalmente de calça jeans. Até ali, eu não sabia o propósito da minha presença no Alvorada com a presidente. Poderia ser a indicação formal. Mas poderia ser também mais uma entrevista, desta vez, com a presidente. Eu me lembrei do caso do meu amigo Wagner Gonçalves, que dormiu procurador-geral numa sexta-feira, e na segunda foi informado, pelo Diário Oficial, que o escolhido era o Roberto Gurgel. O episódio ocorreu no governo Lula. O ex-presidente chegou a anunciar em um reunião que indicaria o Wagner para comandar a Procuradoria-Geral. No mesmo dia, acabou escolhendo secretamente o Gurgel. Ah, um detalhe: naquela fracassada escolha do Wagner, eu seria o vice. Vivi momentos de ansiedade. Enfim, gato escaldado tem medo de água fria.

Minutos depois a presidente, com quem nunca tinha estado antes, chegou e me cumprimentou de forma protocolar:

"Boa noite, doutor Janot!"

Em seguida iniciou uma conversa sobre o Ministério Público. Ela demonstrou ter um perfeito conhecimento da estrutura da instituição, de seus pontos positivos e dos seus problemas. Enfatizou esperar que o Ministério Público tivesse uma atuação independente, institucional e dura. Como Cardozo e Adams praticamente não falaram, a conversa virou quase uma preleção da presidente.

Em determinado momento, ela começou a falar sobre a lista tríplice.

"O que o senhor acha da lista? Tem defeitos e qualidades, não é isso?", perguntou.

Eu continuava olhando para os lados para saber se Ela Wiecko apareceria ou não quando Dilma disse:

"O senhor sabe, a gente tem uma convicção de que é melhor seguir a lista tríplice, apesar de ela estimular o corporativismo. E, como o senhor foi o mais votado, eu achei

que tinha de comunicá-lo. Vou indicar o seu nome para procurador-geral.”

Em seguida, emendou:

“Se o senhor preza a sua vida privada, ligue agora para a sua mulher, porque essa notícia vai sair daqui a pouco no *Jornal Nacional* e sua vida vai deixar de ser sua.”

Fiz um agradecimento ao gesto de confiança, e a presidente, ao final do meu rápido discurso, perguntou se poderia me oferecer algo. Lembrando-me das taças de vinho do almoço, achei que não era conveniente aceitar. Polidamente, recusei a oferta e disse que estava com pressa de voltar para casa e falar com minha mulher. A presidente me guiou então num pequeno tour pelo Alvorada, durante o qual me mostrou os diferentes aposentos do Palácio, até me deixar na saída pela porta da frente.

Quando cheguei à guarita de entrada do Alvorada e fui ligar para a minha mulher, percebi que tinha esquecido o celular lá – era norma que os convidados deixassem o telefone do lado de fora antes de entrar numa conversa com a presidente. Falei com o segurança, meio sem graça: “Avisa a presidente que eu esqueci meu celular lá dentro. Como é que eu faço?”. Fui orientado a fazer meia-volta com o carro e recuperar o aparelho com um auxiliar do Palácio que estava com ele. Quando finalmente consegui falar com a minha mulher, eu disse que fora escolhido pela presidente, mas com uma advertência. “Ela disse que a minha vida vai virar um inferno”, avisei.

O meu caminho rumo ao “inferno” exigia, porém, que eu passasse antes pela aprovação do Senado, onde seria sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mesmo antes da Lava Jato, a disposição dos políticos em relação ao Ministério Público não era das melhores. O caso do mensalão era uma das razões para a animosidade, mas algumas decisões de Roberto Gurgel na Procuradoria-Geral também ajudaram a acirrar os ânimos. Não cabe aqui, no entanto, entrar no mérito de erros e acertos do meu antecessor nas relações com o complicado mundo político.

Uma das minhas principais bandeiras na campanha da eleição da ANPR foi defender o diálogo institucional para romper o isolamento da PGR. Fui criticado como se estivesse querendo me aproximar dos políticos, mas retrucava: "Você precisa manter o diálogo para não asfixiar a instituição". Minha ideia era evitar o esgarçamento das nossas relações com o Congresso Nacional, que tinham chegado ao limite meses antes, quando Gurgel, às vésperas da eleição para a presidência do Senado e durante o recesso forense, apresentou ao STF uma denúncia contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que concorria ao cargo.

O problema da denúncia de Gurgel foi o *timing* . Calheiros foi acusado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica e uso de documentos falsos por um caso de 2007 – a acusação de que a empreiteira Mendes Júnior pagava as despesas do senador com sua suposta namorada, a jornalista Mônica Veloso. A denúncia foi tornada pública na reta final da campanha, na qual o adversário de Calheiros era o senador Pedro Taques (PSDB-MT), ex-procurador da República. Tudo isso alimentava a falsa tese conspiratória de que Gurgel atuara politicamente com o objetivo de prejudicar Calheiros e favorecer um representante da corporação na disputa do Senado, que acabou sendo vencida, por ampla maioria, pelo parlamentar alagoano.

Nesse ambiente envenenado, tive uma boa conversa com o senador Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), que então presidia a CCJ. Expliquei a ele que minha atuação na PGR seria estritamente institucional. Disse que eu não hesitaria se tivesse que denunciar algum político, mas garanti que as minhas ações não teriam viés partidário nem qualquer conotação de perseguição política. Depois dessa conversa, Vital começou a fazer costuras internas no Senado para atenuar resistências. Ele me sugeriu também que eu procurasse alguns senadores para desarmar espíritos contra minha indicação. Por sugestão sua, conversei com alguns grupos de senadores.

Um desses grupos foi o dos senadores do PMDB que

comandavam, havia muitos anos, o Senado. Nessa reunião estavam Renan Calheiros e os senadores Romero Jucá, de Roraima; Eunício Oliveira, do Ceará; Jader Barbalho, do Pará; Edison Lobão, do Maranhão; Valdir Raupp, de Rondônia; entre outros. Todos, posteriormente, viriam a ser investigados por mim na Lava Jato. Foi um diálogo nos mesmos termos da conversa que eu tivera com Vital do Rêgo. Enquanto eles diziam que era necessário que a Procuradoria-Geral estabelecesse uma forma de trabalho sem perseguição política, eu rebatia que minha ação seria estritamente técnica.

"Senadores, se houver crime, a gente vai atrás. Se não houver crime, a gente não vai. Ninguém vai criar nada", disse.

O mais articulado do grupo era, sem dúvida, o senador Romero Jucá, que impressionava pelo profissionalismo e pela educação. Depois de assumir a PGR, tive alguns encontros com ele para tratar do orçamento do Ministério Público – ele foi relator do Orçamento da União no Congresso. A despeito de ser alvo de vários inquéritos da Procuradoria-Geral, Jucá nunca me hostilizou e sempre conduziu o assunto de forma institucional. Não resvalava para o "toma lá, dá cá" e respeitava os acordos cumpridos na base do fio do bigode. A partir desses encontros, entendi por que Jucá se tornara uma espécie de sempiterno líder do governo no Congresso – de todos os presidentes recentes, de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff.

Quando chegou a sabatina na CCJ, não enfrentei problemas. No meu discurso, defendi a transparência nas ações da Procuradoria-Geral e até citei o cantor Djavan. "O Ministério Público não pode ser uma ilha, não deve isolar-se do convívio institucional e não deve negar a dimensão pública de seu ministério", disse, emulando os versos de "A Ilha". Ao final de uma sessão de três horas, 22 senadores aprovaram a minha indicação – apenas dois deixaram de votar a favor. No plenário do Senado, meu nome foi aprovado por 60 votos contra quatro – um sinal de que tanto os senadores da base do governo Dilma quanto os da oposição referendaram a minha indicação e de que a minha escolha como procurador-

geral tinha aval suprapartidário.

Depois de tomar posse, em setembro de 2013, meus primeiros meses na Procuradoria-Geral foram dedicados a organizar o gabinete. Uma das primeiras providências que tomei foi limpar o acervo de quase 35 mil reclamações que haviam sido feitas à PGR por meio dos canais de atendimento ao cidadão, mas que não haviam tido nenhum tipo de encaminhamento. Também instruí minha equipe a fazer uma triagem das queixas que tinham gerado algum procedimento para decidir se deveriam ser arquivadas ou ter outro encaminhamento.

Criei também uma estrutura de assessoramento. O gabinete do procurador-geral, anteriormente, era esvaziado, pois ele não podia contar com assessoria de procuradores. Instituí secretarias de Cooperação Internacional, de Assuntos Penais, Constitucionais e de Direitos Coletivos, entre outras. Para elas, nomeei procuradores de primeira ou segunda instância, jovens, mais motivados e dispostos a trabalhar do que os subprocuradores-gerais. Essa estrutura depois seria fundamental para o êxito de uma série de ações da Lava Jato.

Curiosamente, enfrentei no Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), o órgão de controle da instituição, muita resistência a essa iniciativa. Sob o argumento de que a criação dessa estrutura na Procuradoria-Geral esvaziaria a ação do Ministério Público nos estados, um pedido de desconstituição do gabinete foi apresentado no CSMPF e obteve voto favorável da subprocuradora-geral Raquel Dodge, que era a relatora do caso.

Dodge apoiara Deborah Duprat na eleição da ANPR, e depois viria a ser minha sucessora na Procuradoria-Geral. Claramente, o objetivo era enfraquecer a minha atuação. Quando percebi que perderia no Conselho, fiz uma manobra estratégica: pedi vista do processo para evitar seu julgamento. Segurei esse pedido de vista por quase quatro anos e só o devolvi para julgamento do Conselho às vésperas de deixar o cargo de procurador-geral. Ou seja, a minha assessoria foi instituída de forma provisória e assim funcionou durante toda

a Lava Jato. Num sinal de que eu estava certo, depois da minha saída da Procuradoria-Geral, a estrutura do gabinete foi mantida por Dodge.

Depois dos meses iniciais dedicados à reorganização interna, estourou, no final do ano, o escândalo das decapitações no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão. Como resultado da disputa entre facções criminosas pelo controle do presídio, três integrantes de uma mesma família – pai, filho e genro – haviam tido suas cabeças cortadas por rivais de outra gangue. As cenas chocantes das decapitações foram gravadas com um celular pelos presos – que exibiam as cabeças dos adversários para a câmera, em tom de comemoração – e foram divulgadas pela imprensa nacional. A barbárie chocou o país. Só em 2013, 62 presos haviam morrido em Pedrinhas como consequência da guerra entre as facções.

Numa iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), então presidido pelo ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por mim presidido, decidimos fazer uma inspeção em Pedrinhas. Designei para a missão o juiz federal Alexandre Saliba, que era conselheiro do CNMP e o responsável pela Comissão do Sistema Prisional. O representante do CNJ foi o juiz Douglas de Melo Martins. Como estávamos às vésperas do réveillon, solicitamos ao comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, um avião da FAB para levá-los ao Maranhão. O relatório final da inspeção apontou as condições medievais de Pedrinhas, confirmando problemas detectados em outras inspeções, como superlotação carcerária. Indicou também a perda de controle do presídio pelo governo do Maranhão, comandado à época por Roseana Sarney (PMDB-MA).

Depois do relatório, pedi à governadora informações sobre as medidas que estavam sendo tomadas para mudar a situação em Pedrinhas. Tive algumas conversas ásperas por telefone com ela, que adotou uma postura arrogante de questionar o relatório dos dois juízes. Fiz então uma petição

de intervenção federal no Maranhão. Deixei a petição em cima da minha mesa, acompanhada de uma série de documentos; juntos, os papéis tinham quase três palmos de altura. Quem ia ao meu gabinete via a papelada e se impressionava.

Na verdade, a petição era um blefe. Eu sabia que a intervenção federal no estado dificilmente seria aprovada pelo Supremo. Por sua vez, uma intervenção parcial, só na área de segurança, sem dinheiro, por exemplo, para ações na área social e de saúde, seria um fracasso. Joguei a carta da intervenção federal na mesa para pressionar o governo do Maranhão a tomar medidas fortes para melhorar as condições do presídio.

Nessa negociação, contávamos com uma fonte privilegiada – um padre da Pastoral Carcerária do Maranhão, que tinha acesso aos presos e nos informava sobre suas queixas. Uma das reclamações dos detentos era que a comida servida em quentinhas era de péssima qualidade e acabava quase toda jogada no lixo. Foi assim que exigimos, e conseguimos, do governo do Maranhão que a comida que entrasse no presídio fosse uma só. Devia ser servida igualmente ao diretor do complexo, aos agentes penitenciários e aos presos.

Depois de Pedrinhas, avaliei que o foco da minha atuação na Procuradoria-Geral deveria ser a questão do sistema penitenciário, tanto pelo aspecto dos direitos humanos quanto pela necessidade de combater o crime organizado. Junto com outras instituições, comecei a trabalhar no âmbito do CNMP num ousado plano nacional que pretendia uma ampla reformulação da estrutura carcerária do país. O caso do Maranhão mostrava como as facções haviam se apoderado desse sistema para controlar o crime a partir das cadeias.

No desenvolvimento do plano, percebemos que a situação das cadeias não se devia simplesmente à falta de recursos financeiros. Havia bastante dinheiro no Fundo Penitenciário Nacional – cerca de R$ 3,5 bilhões –, mas o Ministério da Justiça acabava bloqueando a liberação por falta de projetos dos estados e para cumprir as metas fiscais traçadas pelo Ministério da Fazenda. Uma das nossas ideias era acabar com

aquela situação.

Não fiquei apenas no gabinete, desenvolvendo diagnósticos. Coloquei o pé na estrada para ver a situação de algumas cadeias, na companhia de Joaquim Barbosa, que, na condição de presidente do CNJ, estava levando adiante um mutirão carcerário para tentar melhorar a situação das prisões. Um dos lugares a que fui na companhia de Barbosa foi o Rio Grande do Sul, onde visitamos o Presídio Central de Porto Alegre, a maior penitenciária do estado, que havia sido alvo de denúncias de violações de direitos humanos a organizações internacionais.

Na companhia do juiz da Vara de Execuções Penais Sidinei Brzuska, visitei algumas galerias do fundo, onde ficavam os presos mais barra-pesada. Brzuska me impressionou, porque se dava muito bem com os presos e conhecia vários deles pelo nome. Em uma das alas em que entramos, um preso, envergando a camisa do Grêmio, nos recebeu. Ao se dirigir a mim, ele disse:

"Doutor, não se preocupe, porque a segurança está a nosso cargo!"

Entendi que o Estado não entrava lá. Dessa visita, guardo a lembrança das condições insalubres em que os presos viviam, em meio a um mau cheiro simplesmente indescritível, um odor que não me sai do olfato até hoje quando me lembro daquela visita.

O plano de reformulação do sistema penitenciário ficou pronto, com cronograma e tudo mais, e ganhou nome: Segurança sem Violência. Nossa ideia era que ele fosse deslanchado depois das eleições de outubro de 2014, com o envolvimento dos novos governadores eleitos. Nossa visita ao Presídio Central de Porto Alegre ocorreu no dia 17 de março de 2014. No mesmo dia, a Polícia Federal desencadeou certa Operação Lava Jato. A partir dali, começou a se formar no Paraná um turbilhão que mudaria completamente a minha atuação como procurador-geral. O projeto Segurança sem Violência foi relegado a segundo plano, e até hoje dormita em algum escaninho do Conselho Nacional do Ministério Público.

CAPÍTULO 4

Como tudo começou: todo poder a Curitiba!

Pode um procurador-geral dispor sobre a vida ou morte política de um deputado, senador ou até mesmo de um presidente da República como se fosse um imperador romano deliberando sobre a vida de um cidadão comum? Claro que não. Vivemos numa democracia, e um pensamento dessa natureza certamente seria um delírio. Mas, no início de 2015, depois da mais tensa eleição presidencial desde a redemocratização, o procurador-geral parecia investido de poderes imperiais.

Caberia a mim decidir quem estaria na lista de inquéritos a serem abertos a partir das delações de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef. A inclusão no rol dos investigados, que a imprensa batizou de "lista de Janot", poderia significar o fim da carreira política do nome citado. Ora, era um exagero. Os pedidos de inquéritos obedeceriam a critérios técnicos, legais, e não à vontade de um procurador. E uma investigação é um ponto de partida. Nem toda investigação resulta em condenação. Mas nuances desse tipo não teriam lugar naquele cenário político carregado por uma extemporânea guerra ideológica. E o combate à corrupção, que deveria ser uma bandeira perene de todos, não importa se de esquerda ou de direita, estava se tornando uma arma letal na reconfiguração política no início do segundo mandato da ex-presidente Dilma. Como esse clima de caça às bruxas começou?

No primeiro semestre de 2014, recebi no meu gabinete

Renita Cunha Kravetz, chefe da Procuradoria da República no Paraná. Ela veio me pedir a criação de um grupo especial para tocar a investigação de um caso sobre doleiros oficiado perante a 13 ª Vara Federal de Curitiba. Não me deu maiores detalhes. Disse apenas que era "coisa grande" e que demandaria mão de obra qualificada e uma boa estrutura.

Youssef e outros três doleiros menores já estavam presos, mas ainda não havia qualquer sinal das delações dele e de Costa. Outro detalhe: o procurador do caso, Pedro Soares, seria substituído por outro, Deltan Dallagnol. Até hoje não entendi por que Soares saiu do caso, mas, se era vontade dele, tudo bem. Dallagnol seria o substituto natural. Decidi criar a força-tarefa de Curitiba. Dallagnol teria carta branca para montar o grupo e para tocar livremente a investigação. Era a primeira vez que se criava esse tipo de força-tarefa no Ministério Público Federal. A ideia da força-tarefa se encaixava numa promessa de minha campanha de criar unidades volantes de combate à corrupção. A Itália tem a Procuradoria Nacional Antimáfia. Nós teríamos uma Procuradoria Nacional Anticorrupção.

Em 2013, quando fui escolhido procurador-geral, o debate sobre corrupção já permeava a vida pública brasileira. Em qualquer evento público, sempre aparecia um jornalista com perguntas sobre corrupção. Suponho que fosse reverberação do julgamento do mensalão. Transmitido pela TV, o julgamento ajudou a popularizar as discussões sobre desvios de conduta. No país do futebol, nossos milhões de técnicos estavam cedendo a vez a milhões de implacáveis juízes do dinheiro público. Então, a força-tarefa, embora uma novidade, casava com a proposta de melhorar nossa fiscalização contra os desvios de dinheiro público. O grupo foi criado e teve todas as condições de trabalhar, passando até a ocupar um conjunto de salas num prédio fora da sede do Ministério Público. Ali os procuradores teriam tranquilidade e segurança para fazer o trabalho necessário.

A partir desse momento, a Lava Jato foi crescendo gradativamente. Eu só sabia dos episódios mais relevantes,

como abertura de novos inquéritos, delações e prisões, por intermédio da imprensa. Certa vez, numa entrevista coletiva, um repórter me perguntou qual seria a dimensão da investigação. Eu, num tom grave, disse: "Grande, muito grande, muito dinheiro". O repórter guardou a informação e mais tarde se aproximou em busca de mais detalhes. E eu, ainda com ar de mistério, só sabia dizer: "É uma investigação grande, nunca vi tanto dinheiro". Involuntariamente, eu estava numa posição cômica. Num determinado momento, depois que manifestei o desconforto de chegar a um local público e ser abordado por jornalistas para falar de uma ação que eu nem sequer sabia se existia, um dos procuradores de Curitiba passou a ligar para um dos meus assessores às vésperas das operações. Em geral, se limitava a dizer: "Amanhã vai ter festa". Era assim que ficávamos sabendo que haveria uma nova operação. Mas não sabíamos quais eram os alvos e quais os motivos das prisões e buscas. Isso nos deixava com uma visão parcial da questão; também nos livrava, porém, dos riscos de vazamento, outra constante fonte de intrigas desde o início das investigações.

Ao longo do ano, quando começaram a surgir nomes de políticos com foro no Supremo, Dallagnol e Carlos Fernando dos Santos Lima, outro procurador da força-tarefa, pediram que eu autorizasse a continuidade deles nos interrogatórios. A atribuição era do procurador-geral, mas, por razões práticas, achei melhor que eles mesmos, que já estavam à frente do caso, o fizessem. Depois me mandariam o pacote das delações, e, aqui em Brasília, conduziríamos os inquéritos e eventuais processos.

Cadê as provas?

No fim de 2014, quando PSDB e PT se debatiam ainda em torno do resultado das eleições presidenciais, como se o pleito não tivesse encerrado a disputa, Teori Zavascki homologou os

acordos de delação de Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa. As delações deles eram vistas como duas bombas que implodiriam as estruturas políticas em Brasília. Metade do Congresso Nacional cairia. O Palácio do Planalto seria duramente atingido. O estopim estava aceso, e bastaria a nós, destinatários das delações em Brasília, buscar uma boa posição para assistir de camarote à implosão de um sistema podre. Verdade?

Não foi bem assim. Quando vimos o conteúdo das delações conduzidas por Curitiba e começamos a destrinchar os anexos das "bombas atômicas que iam arrebentar Brasília", tivemos uma grande decepção.

"Isso tá uma merda, não tem nada, tá raso esse negócio!", eu disse numa conversa com Pelella e Vladimir Aras, assessores próximos.

Aras se lembrou, então, de um diálogo que teve com Souza, menos incensado que Dallagnol, mas, certamente, o principal estrategista da força-tarefa no Paraná. Segundo ele, Souza disse que a intenção da força-tarefa era "horizontalizar para chegar logo lá na frente", e não "verticalizar" as investigações, e que, por isso, teríamos dificuldade em fundamentar os pedidos de inquérito. O que seria "horizontalizar para chegar logo lá na frente"? Não entendi direito o conceito. Creio que meus colegas também não. Só depois de muito tempo, quando vi Sergio Moro viajando ao Rio de Janeiro para aceitar o convite para ser o ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro, é que me veio de novo à cabeça aquela expressão. Horizontalizar implicaria uma investigação com foco num determinado resultado? Eu não quis imaginar isso lá atrás e também não quero me esticar nesse assunto agora, mas isso ainda me incomoda um bocado, sobretudo quando penso em dois episódios separados no tempo, mas muito parecidos.

Estou falando dos vazamentos de trechos de depoimentos de Youssef e do ex-ministro Antonio Palocci na reta final das eleições presidenciais de 2014 e 2018, respectivamente. As declarações de Youssef, segundo o qual Lula e Dilma sabiam

das falcatruas na Petrobras, eram destituídas de qualquer valor jurídico. Youssef não compartilhava da intimidade do Palácio do Planalto e não tinha provas do que dizia. Mas, mesmo assim, eram de forte conteúdo político, e não há dúvidas de que tiveram enorme impacto eleitoral. A divulgação de parte da delação de Palocci teve reflexo menor. O tema abordado já não era novo. Mas não é demais supor que também ajudou a municiar um dos lados do jogo político. Esses dois casos, a meu ver, expõem contra a Lava Jato, que a todo momento tem que se defender de atuação com viés político.

***

Agora, voltando aos fatos e deixando de lado essas considerações de natureza subjetiva, não teríamos como pedir alguns importantes inquéritos só com base nas parcas informações fornecidas por Youssef e Paulo Roberto Costa. O Supremo certamente não atenderia a esses pedidos. Seria um vexame. Por outro lado, se não pedíssemos inquéritos sobre os políticos referidos, depois de tudo que vinha sendo dito sobre os segredos do doleiro e do ex-diretor da Petrobras, seríamos acusados de não levar adiante uma das mais importantes etapas da Lava Jato, que era a caçada a deputados, senadores e ministros, os donos do poder, que ainda estavam no topo. Estávamos numa enrascada. Naquele dia fui para casa deprimido. Dizia para mim mesmo: *Eu tô ferrado, todo mundo especulando com o negócio da lista do Janot, todo mundo fazendo um escarcéu danado, e a lista do Janot vai virar um traque* .

Botando ordem na casa

Na sequência, tive que tomar duas decisões. A primeira, muito particular, foi que, a partir dali, eu não mais delegaria parte

das minhas atribuições à força-tarefa de Curitiba. Os próximos acordos de delação relacionados a políticos com foro especial seriam conduzidos pela minha equipe de Brasília. Eu tinha criado um grupo de trabalho, vinculado ao meu gabinete, para conduzir as investigações perante o Supremo. Caberia a integrantes desse grupo tocar também todas as colaborações onde aparecessem suspeitos com prerrogativa de foro, mesmo que as negociações tivessem tido início em Curitiba. Se mais tarde eu seria responsabilizado pelo sucesso ou fracasso dessas delações, nada mais justo que atuar nesses acordos desde o nascedouro.

A outra decisão foi arregaçar as mangas e promover, em tempo recorde, novos depoimentos de Youssef e Costa. Na corrida contra o relógio, ouvimos os dois, em Curitiba e no Rio de Janeiro, inclusive no Carnaval. Enquanto o país caía na folia, os delatores eram instados a fornecer mais detalhes e a ampliar as narrativas sobre o envolvimento de políticos com a corrupção na Petrobras. Não bastava citar nomes. Eles teriam que apresentar uma narrativa mais detalhada, mais consistente e indicar os caminhos para as provas. Tivemos também que fazer às pressas pesquisas em fontes abertas, como as contas de campanhas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para checar nomes, valores e outros dados circunstanciais necessários para definir quem estaria na lista de investigados.

Foi um sufoco. A imprensa pressionava muito por nomes, por respostas rápidas. Era como se a solução de nossos problemas políticos e sociais estivesse entrelaçada à lista. Alguns grupos da sociedade civil também começavam a cobrar diretamente da Procuradoria-Geral a degola dos corruptos. Numa forma cínica de fazer pressão, alguns colocavam em dúvida nossa capacidade, independência e mesmo vontade de desmantelar a estrutura política que se apossara da Petrobras. Acusavam-nos de conluio velado com o poder. No outro extremo, potenciais investigados começavam a se movimentar. Alguns pediam audiência para jurar inocência. Outros, mais arredios, mas muito mais agressivos, tentavam

usar a força política para conter o avanço das investigações.

O sarrafo é igual para todos

Por fim, o trabalho ficou pronto. Não era exatamente o que queríamos, mas era o possível, dentro daquelas circunstâncias. De certa forma, o resultado estava adequado aos objetivos imediatos. Pedimos e o ministro Teori Zavascki autorizou a abertura de 21 inquéritos, de uma única vez, contra 50 políticos. Outros dois inquéritos já haviam sido instaurados anteriormente. Era a primeira vez que o Supremo abria tantos inquéritos contra deputados, senadores e ministros, entre outros, num mesmo caso. Não era a bomba atômica que se imaginava. Não derrubou a metade do Congresso como havia se especulado. Mas abriu uma avenida para a Lava Jato avançar em direção ao centro do poder. Não foi uma tarefa fácil. Uma coisa é uma investigação na primeira instância, que depende da caneta de um juiz. Muito mais complicado é lidar com políticos influentes, protegidos por mandatos, e, ao mesmo tempo, enfrentar a diversidade de opiniões de onze ministros do STF.

***

Dentro do pacote de investigações, a imprensa deu destaque para os inquéritos abertos contra Eduardo Cunha e Renan Calheiros e para os arquivamentos das investigações contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG), ex-candidato a presidente da República, e a presidente Dilma Rousseff.

Cunha e Calheiros eram os dois principais nomes na linha sucessória da Presidência. Cunha tinha acabado de se eleger presidente da Câmara, com o apoio do grupo de Aécio Neves, e arrotava poder frente a um governo novo, já enfraquecido pelos seguidos esfregões da Lava Jato. Ele tinha tanto poder que chegou até a criar sessões gerais da Câmara só para

convocar e expor ministros do governo à intempestividade de um parlamento indócil. O ministro da Educação, Cid Gomes, foi um dos que não resistiu à provocação e, por isso, acabou sendo demitido – ao que tudo indica, a contragosto da chefe, a presidente Dilma. Renan Calheiros atraía os holofotes porque liderava um dos mais poderosos grupos no Congresso Nacional e, até ali, mantinha a fama de passar ileso por alguns escândalos.

Tempos depois, um amigo me perguntou se fora difícil pedir inquérito contra duas das principais autoridades do país naquele momento. Eu respondi que a apuração preliminar tinha sido tensa, mas que não houvera drama, pelo menos da nossa parte, na hora de fazer os pedidos ao Supremo. Entre nós, o conforto que um dava para o outro era simples.

"Nós temos que fazer, senão estamos fodidos. Se temos que fazer, vamos fazer! Ah, mas é presidente do Senado, é presidente da Câmara, foda-se. Se fosse o cara da esquina, não estaríamos descendo o cacete nele? Qual a diferença desse cara para o outro? Não, não, vamos fazer!

Então assim foi. Não teve um traço dramático nessa escolha, porque era uma decisão técnica. Não é que você fique feliz. É lógico, dá um desconforto grande, você vê que vai brigar com a República inteira. Você pensa: *Essa geringonça vai cair toda nas minhas costas, mas tem que ser feito* . Fizemos.

Há quem diga que os primeiros inquéritos, sobretudo os relativos a Cunha e Calheiros, foram determinantes na política do país. Embora adversários, os dois passaram a fustigar o governo para que, a partir daí, Dilma tentasse segurar o Ministério Público. Não imaginavam que a presidente também poderia entrar na mira dos investigadores, como mais tarde acabou acontecendo? Bom, o certo é que, a partir do primeiro inquérito, Cunha implicou com a presidente, até chegar ao ponto de, alguns meses depois, acolher o pedido de impeachment dela. Renan chegou a devolver para o governo a medida provisória de redução da desoneração fiscal, num gesto claro de hostilidade, cujo alvo parecia ser a Procuradoria-Geral e a nova etapa da Lava Jato.

No fogo cruzado dos atingidos pelos inquéritos, tivemos que gastar muita energia também para explicar por que não estavam na lista os nomes de Dilma e Aécio Neves. Os dois simplesmente não se enquadravam nos critérios que definimos previamente sobre quem deveria ser alvo de inquérito. No nosso entendimento, não teríamos base legal para pedir inquérito contra políticos citados de forma superficial numa determinada delação. Se o delator diz apenas que "ouviu dizer", que não foi testemunha do suposto crime e não tem como indicar provas, o caso deve ser arquivado. Caso contrário, teríamos que abrir investigação contra todos os políticos acusados pelos adversários, ou seja, contra quase todos os políticos.

No caso de Dilma, Paulo Roberto Costa fazia referência à participação dela no Conselho de Administração da Petrobras na época da compra da refinaria de Pasadena, ou seja, ela participou da reunião que aprovou a compra. Costa não indicou, no entanto, que a presidente tivesse obtido alguma vantagem no negócio ou mesmo que tivesse agido deliberadamente contra os interesses da companhia. Outro detalhe: um presidente não pode ser investigado por atos estranhos ao mandato enquanto estiver no cargo. Esse entendimento, aliás, foi confirmado por decisão posterior do ministro Teori Zavascki.

O caso de Aécio Neves era um pouco diferente. Youssef disse que, segundo o ex-deputado José Janene, já falecido à época da delação, o dono da empresa Bauruense, Airton Dairé, pagava uma mesada para o senador em troca de vantagens em Furnas, uma área de influência do ex-presidente do PSDB mesmo durante o governo do PT. A acusação parecia crível, mas tínhamos um problema: as duas testemunhas que poderiam confirmar a mesada, Janene e Dairé, estavam mortas. Eu até disse para minha equipe que, se arquivássemos o caso, poderíamos estar criando um Silvio Berlusconi no Brasil. Berlusconi se projetou no cenário político italiano quando viu seus adversários naufragarem na tormenta da Operação Mãos Limpas. Depois, quando já estava no poder,

acabou sendo, ele próprio, cravejado de denúncias de desvios. A petição do inquérito já estava pronta quando Lauro Cardoso, outro assessor muito próximo, se juntou ao coro de outros colegas contrários à investigação.

“Janot, se você pedir esse inquérito, vai se enfraquecer, porque estará decidindo contra seus próprios critérios”, disse.

E foi assim, debaixo de muita discussão, que o senador Aécio Neves se viu livre do primeiro inquérito. Ele não teria a mesma sorte, no entanto, na delação da J&F, mas esse é um assunto para outro capítulo.

A imprensa passava ao largo das tensões e dos debates técnicos que eu e minha equipe fazíamos diariamente. O que sobressaía eram as insinuações de que, por motivos geográficos, eu estava protegendo meu conterrâneo Aécio Neves e, para escamotear o privilégio, estendia o mesmo tratamento à presidente Dilma. Enfim, éramos atacados quando pedíamos os inquéritos e também quando não pedíamos. Não há como atuar num caso envolvendo políticos e não ser taxado de partidarismo. Eu estava plenamente consciente dessas inflexões e, por isso, reforçava com meus assessores que faríamos o trabalho necessário, sem levar em conta reações do mundo político e sem qualquer preocupação com vaias ou aplausos. Excluir um nome da “lista do Janot” era, aparentemente, tão desgastante quanto incluir. Então, não custa repetir, o que deve imperar mesmo é a letra fria da lei. Se tivéssemos que fazer, faríamos. Fizemos.

O envelope envenenado

O clima estava tão envenenado que até um gesto de cortesia era encarado com hostilidade. Quando a lista ficou pronta, eu decidi avisar às autoridades que, a partir daquele momento, elas estariam formalmente no rol dos investigados. Era um procedimento antigo. Ao final de cada apuração, um assessor levava ao investigado um envelope com um comunicado sobre

a investigação. Era justo que o interessado soubesse pelos canais formais, e não pela imprensa, que estava na mira do Ministério Público. No caso de Cunha, como ele estava em guerra comigo, achei por bem repassar o aviso pelo vice-presidente Michel Temer, com quem o deputado mantinha estreitas relações. Transmiti a mesma informação ao ministro Cardozo. A fase preliminar da investigação tinha chegado ao fim, e o cenário político sofreria novos abalos. Soube depois que Cunha ficou furioso com meu gesto. Para ele, aquele era mais um indicativo de que eu estava mancomunado com o governo para persegui-lo. Uma lógica incompreensível, porque, naquele momento, até onde se sabe, ele era da base governista.

O deputado Arthur Lira (PP-AL) teve uma reação diferente. Ao receber o envelope com a informação de que seria alvo de um inquérito da Lava Jato, Lira começou a tremer. Ele teria se descontrolado sobretudo porque o pai, o senador Benedito de Lira (PP-AL), também figuraria na lista. Por mais óbvia que pareça a investigação, nenhum político aceita com naturalidade a ideia de estar num inquérito criminal. A taxa de políticos investigados sempre foi muito alta. Mesmo assim, eles demonstram surpresa e, não raro, têm reações emocionais quando recebem o aviso. Nesses casos todos da Lava Jato, o único que não perdeu a fleuma foi o senador Ciro Nogueira (PP-PI). Ao receber o envelope com a confirmação de que estava mesmo na "lista do Janot", como vinha especulando a imprensa, Nogueira agradeceu a deferência do procurador em avisá-lo e até disse para o portador da mensagem que sabia que aquilo era parte do trabalho do Ministério Público.

Na primeira lista estavam 31 políticos do PP (a maioria deputados e senadores), oito do PT, sete do PMDB, um do PSDB, um do PTB e um do SD. O PP era o partido com o maior número de investigados, mas, em termos políticos, PT e PMDB eram, obviamente, os mais atingidos, dada a expressividade dos representantes dos dois partidos incluídos na relação de políticos a serem investigados por ordem do

Supremo. Os nomes do PP a serem investigados eram Ciro Nogueira, Gladson Cameli, Benedito de Lira, Nelson Meurer, Luiz Fernando Faria, Mário Negromonte, Aguinaldo Ribeiro, Arthur Lira, Simão Sessim, José Otávio Germano, João Sandes Júnior, Eduardo da Fonte, Dilceu Sperafico, Jerônimo Goergen, João Leão, Afonso Hamm, Missionário José Olímpio, Lázaro Botelho Martins, Luis Carlos Heinze, Renato Molling, Roberto Balestra, Roberto Britto, Vilson Covatti, Waldir Maranhão, João Alberto Pizzolatti, Aline Corrêa, Roberto Teixeira, Carlos Magno Ramos, Pedro Corrêa, Pedro Henry e José Linhares da Ponte. Não sou cientista político, mas acho que era a nata do partido.

Do PT seriam alvos de inquéritos Gleisi Hoffmann, Antonio Palocci, Lindbergh Farias, Humberto Costa, José Mentor, Vander Loubet, Cândido Vaccarezza e João Vaccari Neto. Palocci foi ministro dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Lula; Gleisi Hoffmann se tornaria presidente do partido; e Lindbergh Farias foi um símbolo da luta de jovens estudantes contra a corrupção no governo do ex-presidente Fernando Collor. Nas fileiras do PMDB, os investigados seriam Eduardo Cunha, Renan Calheiros, o ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão, a governadora do Maranhão Roseana Sarney, Romero Jucá, que fora líder dos governos Fernando Henrique, Lula, Dilma – e seria no de Temer – no Senado, o deputado Aníbal Gomes e, por último, Valdir Raupp. Entre os investigados estavam ainda o ex-presidente da República Fernando Collor (PTB), o ex-governador de Minas Gerais Antonio Anastasia (PSDB), o deputado Luiz Argolo (SD) e o lobista Fernando Falcão.

Por falta de indícios mais substanciais, foram arquivadas as investigações sobre o senador Aécio Neves, o ex-ministro Henrique Eduardo Alves, o deputado Alexandre José dos Santos e o ex-senador Delcídio do Amaral.

Corte a cabeça de todos. De todos?

Na noite de 4 de março, dois dias antes da divulgação da lista, um grupo de pessoas foi fazer uma manifestação na sede da Procuradoria-Geral. Era a primeira vez que manifestantes que não eram servidores do órgão se reuniam em frente ao prédio para um protesto político. Manifestações populares vinham crescendo no país desde junho de 2013 e, agora, batiam às portas da sede do Ministério Público Federal. No caso, era uma manifestação a favor das investigações. Estavam lá segurando velas, fazendo orações, gravando vídeos nos celulares. Deixei minha equipe ultimando alguns detalhes e desci para falar com os manifestantes.

Quando cheguei lá, a sogra de Guilherme Magaldi, um grande amigo, hoje procurador aposentado, me cumprimentou e me deu uma cartolina dobrada. “Abra aí pra gente ver o que é”, alguém pediu. Eu abri. Uma terceira pessoa fez uma foto. Foi assim que me fotografaram segurando um cartaz com a frase “Janot vc é a esperança do Brasil!”. Na saída, eu disse uma frase acaciana:

“Quem tiver que pagar, vai pagar.”

Momentos depois, a foto em que apareço segurando o cartaz e o vídeo com minha frase se espalharam pela internet. Eu só vi o que estava escrito na cartolina quando voltei para meu gabinete e um assessor me mostrou a foto.

“Puta que pariu, caí numa esparrela!”, eu disse.

Não demorou muito e começaram a chover críticas. Diziam que eu estava participando de uma manifestação política, logo, as investigações teriam uma direção predeterminada. Nasceu aí a fofoca de que eu seria candidato a presidente da República. Na verdade, só fui falar com os manifestantes, que não passavam de 30 pessoas, porque achava, de fato, importante receber apoio popular. Eu sabia que a reação do mundo político seria forte e, portanto, nenhuma ajuda poderia ser desprezada.

Naquele mesmo período, recebi em meu gabinete alguns manifestantes, entre eles Rogério Chequer, um dos líderes do Vem Pra Rua, um desses movimentos que surgiram na esteira dos protestos de 2013. No meio da conversa, ele me disse:

“Vamos dar apoio, mas o senhor tem que investigar!” E sugeriu alvos predeterminados.

Se não me falha a memória, ele chegou a dizer que tinha mais de 1 milhão de seguidores e que cobraria resultados.

Eu respondi:

“Calma, rapaz, a coisa aqui é técnica.”

Eles me deram um kit com camiseta, *botton* , bandeirinha e não sei mais o que dentro de um saco plástico. Quando foram embora, olhei aquilo e me perguntei: *Isso aqui é movimento espontâneo? Quem paga por isso? Isso tem um custo* .

Na noite de sexta-feira, 6 de março, quando o *Jornal Nacional* começou, foram divulgados os primeiros nomes da lista, liberada pelo Supremo, sabíamos que começaria uma guerra aberta contra nós da Lava Jato em Brasília e entre os diversos grupos políticos que já vinham se engalfinhando por causa das investigações. Curiosamente, a sensação no nosso *bunker* foi de alívio. O centro da batalha seria o STF, e não mais a Procuradoria-Geral. A lista não era, de fato, uma hecatombe política. Talvez contivesse um terço do lote de investigados que se esperava inicialmente. Mas não havia dúvidas de que as investigações subsequentes mudariam substancialmente o quadro político. Ou melhor, precipitariam os conflitos que vinham se acumulando ao longo da história recente. Um novo capítulo da nossa jornada coletiva estava se abrindo. Não sei se tinha alguém feliz ali. Estávamos estripando um caso de corrupção gigante, o maior já descoberto no país. A existência de desvios em escala industrial não era motivo de felicidade para ninguém, mas estávamos com a sensação de dever cumprido. Recebêramos uma tarefa monumental e, apesar de todos os tropeços, o trabalho fora realizado a contento. Tiramos um dia de folga e esvaziamos algumas garrafas de vinho.

Luta de classes numa hora dessas…

A criação do grupo de trabalho, uma necessidade diante do tamanho e da complexidade que teria a Lava Jato dos investigados com foro, parecia uma medida natural, mas ao longo do tempo se tornou uma fonte constante de tensão. Alguns subprocuradores-gerais, apegados a símbolos de poder e status, torceram o nariz para a equipe de investigadores, formada por procuradores e procuradores regionais. Numa comparação com uma estrutura militar, subprocuradores seriam generais ou coronéis. Os procuradores regionais e os procuradores seriam, no máximo, capitães. Portanto, os subprocuradores achavam que eram eles mesmos que deveriam estar à frente da maior investigação em curso no país.

Ora, o Ministério Público não é o Exército. Nossa escala de poder é outra. Escolhi procuradores da base porque, em geral, são mais jovens e, naturalmente, têm mais energia para longas jornadas de trabalho com interrogatórios, análises de documentos e debates mais acalorados sobre teses jurídicas e melhores hipóteses para se aprofundar uma apuração criminal. A resistência aos procuradores, que circulavam livremente pelo "território" dos subprocuradores, se prolongou e teve até reflexos nas eleições internas que me levaram ao segundo mandato. Alguns adversários diziam que eu estava desprestigiando a classe dos subprocuradores, mais experiente e, portanto, mais preparada para uma investigação tão rumorosa. Enfim, tentavam criar uma cizânia entre os subprocuradores e o procurador-geral. De fato, eu tinha problemas com alguns subprocuradores. Achava que falavam muito e trabalhavam pouco, que viviam discutindo o sexo dos anjos entre canapés e afagos mútuos, enquanto lá fora o mundo sangrava.

Na primeira fase das investigações, o grupo de trabalho era coordenado pelo procurador regional Douglas Fischer, que já era, desde o início da minha gestão, chefe da assessoria criminal. Autor de vários livros, reconhecido nos meios acadêmicos e, claro, entre os colegas, Fischer foi fundamental na primeira jornada. Mas, com o passar do tempo, como tinha

que viajar com frequência para o Rio Grande do Sul, onde tinha deixado a família, tive que buscar uma alternativa. Chamei o promotor Sérgio Bruno Fernandes, que comandava o grupo de investigações sobre o crime organizado no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para chefiar a equipe de procuradores e procuradores regionais da República.

Foi uma grita geral. Um dos colegas veio me dizer que aquilo não daria certo, que não faria sentido um promotor coordenar um grupo de procuradores da República. A Lava Jato era uma investigação nossa, ou seja, de procuradores, não de promotores. Eu respondi que aquela era uma investigação do Ministério Público. Disse também que, ao contrário de todos ali, SB, como o chamávamos, tinha uma longa experiência em investigação sobre crime organizado. Como promotor, ele já vinha, havia muitos anos, desbaratando truculentas quadrilhas incrustadas nos poderes locais. Era uma experiência da qual não poderíamos abrir mão. Na hora o colega não pareceu muito convencido, mas, depois, depois, todos perceberam que foi melhor para o grupo. Sérgio Bruno trabalhava como um camelo, era leal, discreto e se dava bem com todos. Com SB, eu incorporei ao grupo também outro promotor, Wilton Queiroz. Silencioso, Queiroz era um ás na sistematização e no armazenamento de informações. Também foi fundamental.

Olhando em retrospecto, vejo como a presença dos dois promotores trabalhando lado a lado com procuradores era a sinergia perfeita entre os ministérios públicos. Quem ganhou com isso foi a sociedade.

CAPÍTULO 5

O dia em que a Lava Jato quase acabou

Antes mesmo de começarmos a trabalhar com as delações feitas pelo ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e pelo doleiro Alberto Youssef, houve um entrevero sério com o pessoal da Lava Jato em Curitiba, que quase resultou na implosão da força-tarefa no Paraná. Por desconfiança de que eu estivesse patrocinando um "acordão" com os empreiteiros para abafar a Lava Jato e o prosseguimento das investigações, os procuradores de Curitiba ameaçaram fazer uma rebelião contra mim. Chegaram a avisar um repórter da TV Globo de que pediriam demissão coletiva do caso. Se tivessem levado a cabo esse pedido, teria significado, provavelmente, o fim da Lava Jato – e da minha gestão à frente da Procuradoria-Geral da República. Felizmente, a crise foi contornada e acabou sendo um ponto de virada para que as relações entre os procuradores envolvidos nas investigações da Operação em Brasília e em Curitiba, até então marcadas pela desconfiança, se tornassem menos tensas.

Aproximadamente seis meses depois do desencadeamento da Lava Jato, quando Costa e Youssef já haviam começado a contar o que sabiam aos procuradores de Curitiba, recebi uma ligação de um velho conhecido, o advogado José Gerardo Grossi, um dos mais experientes e importantes da capital federal. Mineiro como eu, Grossi havia sido professor da Universidade de Brasília e ministro do TSE. Ele me pedia para recebê-lo em audiência para tratar de um assunto importante

referente à Lava Jato e, como teria a companhia de um visitante ilustre de São Paulo, gostaria que o encontro fosse tratado com discrição.

O visitante ilustre, me esclareceu Grossi, seria o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, que, depois de quatro anos e meio como integrante do governo Lula, voltara a atuar como advogado criminalista. Na ocasião, estava trabalhando na defesa de grandes empreiteiras, como a Camargo Corrêa e a Odebrecht. Como Grossi adiantara que a conversa deveria tratar de temas sensíveis, eu pedi excepcionalmente a Eduardo Pelella para ele próprio tratar de agendar o encontro. Grossi e Pelella depois conversaram por telefone e acertaram a data.

No dia agendado, Grossi e Thomaz Bastos compareceram logo pela manhã no meu gabinete na Procuradoria-Geral da República, onde os recebi na companhia de Pelella. Ambos, Grossi e Thomaz Bastos, eram donos de uma prosa agradabilíssima e de um humor refinado. Eu me lembro que nos entretemos por um bom tempo rindo de Thomaz Bastos nos contando sua desventura de descobrir, na hora do embarque em São Paulo, que esquecera todos os documentos pessoais em casa. Para viajar para Brasília, ele tivera de recorrer a um documento emitido pela Polícia Federal.

Depois daquela conversa introdutória, Thomaz Bastos entrou finalmente no assunto que o levara até ao meu gabinete. Disse-me que estava ali como representante das empreiteiras investigadas na Lava Jato e enveredou por uma dissertação sobre como os fatos que vinham sendo apurados pelos procuradores do Paraná se referiam a um “Brasil antigo”. As empreiteiras, acrescentou o ex-ministro, estavam dispostas a deixar esse passado para trás e a fazer um acordo em que assumiriam “erros” e o pagamento de uma multa vultosa – ele mencionou, por alto, uma cifra em torno de R$ 1 bilhão.

Com a respiração ofegante, que me fez lembrar o enfisema pulmonar que matara meu pai décadas antes, e com a mão trêmula, outro sinal de uma saúde debilitada, Thomaz Bastos

traçou sobre a mesa uma régua divisória para sintetizar o espírito do acordo que estava sugerindo.

"Nós vamos resolver essa questão daqui para a frente. Daqui para trás a gente esquece", propôs o ex-ministro.

Eu e Pelella, que ouvia tudo sem abrir a boca, nos entreolhamos. Percebi na fisionomia do meu assessor uma expressão de incredulidade com os termos da proposta. Apesar de certo espanto com a sondagem, eu reagi, daquela vez, de forma mineira – o que não era um hábito, apesar das minhas raízes. Deixei claro que aquela ideia de "o que passou, passou" era inaceitável e disse que, se dependesse de mim, o Brasil do futuro, sem dúvida alguma, seria completamente diferente daquele "Brasil antigo". Mas não refutei, de imediato, a possibilidade de um acordo.

Mencionei, porém, três condições básicas, sem as quais nenhuma negociação avançaria: 1) como se tratava de fatos criminosos, os responsáveis deveriam assumir a culpa pelos seus atos ilícitos; 2) como os empreiteiros não tinham prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal, qualquer tratativa para um acordo deveria ser discutida com a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba; e 3) por fim, eu não me comprometeria com qualquer acordo referente a pessoas com foro no Supremo Tribunal Federal. Com relação ao valor da indenização, eu brinquei, mas ao mesmo tempo falei sério: "Tem que ser um valor suficiente para pagar a construção de várias penitenciárias no país".

Thomaz Bastos ouviu em silêncio aquelas condições e saiu do encontro dizendo que as levaria ao conhecimento de colegas que trabalhavam no caso com ele. O ex-ministro e alguns de seus colegas voltariam a me procurar para falar sobre a proposta de acordo. Nunca deixei de recebê-los, porque sempre foi praxe receber advogados, com audiência marcada, para ouvir o que eles tinham a dizer, mas também nunca deixei de frisar que qualquer acordo precisaria ter como base o reconhecimento de culpa individual e deveria ser negociado, por se tratar de pessoas sem prerrogativa de foro, com a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba.

Num desses encontros, o advogado Celso Vilardi, de São Paulo, disse que gostaria de ter a minha opinião a respeito de uma cláusula em uma proposta de acordo de colaboração de executivos de empreiteiras. Perguntei a ele: "Essa cláusula tem a ver com pessoas com prerrogativa de foro?". "Não", ele disse. "Então você tem que conversar com o pessoal de Curitiba. Não é comigo", respondi.

Soube posteriormente que Vilardi e outros advogados das empreiteiras tiveram uma reunião com a força-tarefa em Curitiba para discutir as bases de um acordo. Acho que os advogados tinham a expectativa de obter com o encontro uma espécie de bandeira branca por parte da força-tarefa, mas saíram frustrados. No dia seguinte à reunião, a Lava Jato deflagrou, no Paraná, a Operação Juízo Final, a 7 ª fase da investigação, em que foram presos dirigentes e executivos de nove empreiteiras com contratos no valor de US$ 60 bilhões com a Petrobras – entre elas, Camargo Corrêa, OAS, Mendes Júnior, Engevix e UTC. Algumas semanas depois da Juízo Final, no dia 20 de novembro de 2014, Thomaz Bastos viria a falecer de complicações pulmonares depois de uma viagem aos Estados Unidos.

Dias depois, eu estava almoçando com Pelella e outros assessores numa churrascaria de Brasília quando recebemos, por WhatsApp, uma mensagem de alerta de Vladimir Aras, secretário de Cooperação Jurídica Internacional da PGR. Aras, que era amigo de Carlos Fernando dos Santos Lima, um dos integrantes da força-tarefa no Paraná, nos avisava que o pessoal de Curitiba estava em pé de guerra. Eles ameaçavam anunciar renúncia coletiva em protesto contra um acordo com as empreiteiras que teria sido referendado por mim, como procurador-geral. Como prova do "acordão", os procuradores tinham uma cópia de uma minuta preparada pelos advogados de algumas empreiteiras.

Recebi a cópia da minuta por WhatsApp e fiquei estupefato. Reconheci a cláusula mencionada por Vilardi no encontro que tivera com ele. Entre outras impropriedades, a minuta permitia às empreiteiras, a qualquer momento, "desistir das

obrigações previstas”, tornando “sem efeito” eventuais declarações prestadas por seus dirigentes, e era dirigida à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, nessa ordem. Logo depois do aviso, Deltan Dallagnol pediu uma audiência comigo. Eu disse: “Tudo bem, venham dois, você e mais um”. Ele insistiu que todos os procuradores da equipe queriam participar do encontro. Eu disse o.k. Detalhe: ele pediu a reunião com todos os demais integrantes da força-tarefa, mas não me disse qual seria o motivo da viagem de todo o grupo a Brasília.

No dia seguinte, todos os procuradores da força-tarefa desembarcaram na capital federal. Entraram em meu gabinete em fila indiana, arrastando pequenas malas de viagem, e seguiram para a sala de reunião com semblante fechado. Era como se algo muito grave estivesse prestes a acontecer. “Que maluquice é essa?”, perguntei, vendo aquela inusitada cena na sala que, por ironia da história, seria mais tarde batizada de “Teori Zavascki” e passaria a funcionar como quartel-general do grupo de trabalho da Lava Jato.

Dallagnol falou em nome do grupo e fez um discurso sobre a “importância” da Lava Jato no combate à corrupção do país. Ao fim da fala do coordenador, Santos Lima puxou um papel e, num gesto dramático, acusatório, empurrou-o na minha direção, dizendo:

“Explica isso aí!”

Era a cópia de uma transcrição de interceptação telefônica entre um executivo de uma empreiteira e um advogado, feita pela Polícia Federal com autorização judicial. Um deles fazia menção ao suposto acordo que estaria sendo costurado por Thomaz Bastos comigo e com o então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O acordo seria o mesmo que, dias antes, o advogado Celso Vilardi me apresentara numa tentativa de colher meu aval a uma das cláusulas. Ou seja, o mesmo acordo que eu, naquele momento, dissera que deveria ser negociado com Curitiba, e não comigo, em Brasília. Quando vi o documento sendo empurrado na minha direção, com aquele pedido impositivo de explicação, o clima da reunião ficou

ainda mais tenso.

“Que porra é essa? Eu é que quero que você me explique. Como eu não fui informado sobre meu nome ter sido citado numa interceptação?”, eu disse.

“Muito me admira que vocês, antes de conversar comigo, tenham vindo todos armados achando que eu tivesse feito um acordão pra melar essa porra dessa investigação. Que porra é essa? Que porra é essa? Não tenho nada a ver com isso, com qualquer merda de acordo. Que acordo, rapaz? Eu não fiz acordo nenhum. Vocês acham que, se eu fosse fazer um acordo, eu começaria dizendo, como está escrito aqui: ‘A Polícia Federal e o Ministério Público Federal’, dando protagonismo à polícia, e não ao MPF? Vocês acham que eu começaria assim? Claro que não!”, acrescentei.

No final, lembrei que as minhas prioridades ao assumir a PGR eram outras.

“Não pedi essa porra. Essa investigação caiu no meu colo e vai dominar toda a minha gestão, vai tomar conta.”

Depois da minha fala, alguns procuradores se manifestaram a meu favor. Acho que não esperavam uma reação tão veemente de minha parte. Mas eu estava seguro da minha posição e não poderia permitir qualquer tipo de dúvida sobre minha conduta. Algumas pessoas de fora da instituição poderiam, baseadas em notícias truncadas, até alimentar desconfianças, mas nunca procuradores que estavam nas investigações e havia anos conheciam a seriedade do meu trabalho. Alguns deles haviam sido integrados à força-tarefa recentemente, designados por mim. Como eu os enviaria para compor a força-tarefa, com todo o custo financeiro e pessoal desse tipo de missão, se tivesse algum interesse escuso? Isso não faria o menor sentido. Eu os encarei. Um deles se dirigiu a Santos Lima.

“Cara, você acha que o Rodrigo ia fazer isso? Botar a Polícia Federal como protagonista principal num eventual acordo? Isso não existe”, comentou.

Foi aí que o ambiente distensionou um pouco. O único que continuou de cara amarrada, sem falar, foi Santos Lima.

Eu saí da sala e os procuradores de Curitiba saíram depois para almoçar com alguns integrantes da minha equipe, entre eles Vladimir Aras e Danilo Dias, procurador que integrava a área criminal na PGR. Depois do almoço, Aras e Dias me informaram:

"Chefe, a bomba foi desarmada. O clima continua tenso, mas eles desistiram da história de demissão coletiva."

O repórter Vladimir Netto, da TV Globo, fora previamente avisado pelo pessoal de Curitiba a respeito da reunião comigo. Ele, que estava na capital paranaense, viajou a Brasília e montou plantão na PGR para dar a notícia da renúncia coletiva. Pelo que entendi, seria uma forma de ampliar o impacto da informação e, claro, me deixar numa situação para lá de constrangedora. Se tivesse havido a renúncia, teria sido um tsunami. Como "a bomba fora desarmada", ele acabou não dando esse furo. Acho que perdeu a viagem.

Naquele mesmo dia, eu marcara uma nova audiência no meu gabinete a pedido de Grossi. Acho que, como a Juízo Final frustrara a tentativa de uma negociação com a força-tarefa, eles queriam voltar a insistir na tentativa de um acordo por meio da PGR. Grossi veio acompanhado de um grupo grande de advogados. Todos eram representantes de empreiteiras. Abri a palavra para o grupo e eles começaram a falar de vários aspectos, entre os quais a contratação de uma auditoria internacional para calcular o valor da indenização a ser paga pelas empreiteiras. Percebi que estavam querendo me pressionar a aceitar o tal acordo e a sair do encontro com ele assinado. Foi então que os interrompi.

"A coisa não é bem assim. Vocês vêm aqui pra fazer acordo, mas não querem orientar seus clientes a reconhecer crimes, e ainda por cima dizem que aceitam pagar uma multa que virá de uma análise de uma auditoria internacional. Isso vai demorar quanto tempo? Uns cem anos, mais ou menos?", questionei.

Para encurtar a conversa, apontei para uma sala ao lado do meu gabinete, onde estavam reunidos os procuradores de Curitiba.

“Estão vendo aquela sala ali ao lado? Está todo o grupo de Curitiba lá. Eu estou tentando apagar um incêndio enorme ali, causado por esse doutor aqui, ó, Celso Vilardi. Ele levou um documento lá para a Polícia Federal de Curitiba, dizendo que tinha sido costurado comigo e com o José Eduardo, e incendiou os meninos lá embaixo”, eu disse.

Depois dessa minha intervenção, os advogados ficaram constrangidíssimos. Em meio a um enorme mal-estar, o primeiro a reagir foi Alberto Toron, que era advogado da UTC.

“Oh, gente, não vai sair acordo aqui não. Não adianta.”

Para atenuar o clima, ele acrescentou:

“O doutor Janot está dizendo que não tem acordo. Vocês estão querendo botá-lo contra a parede? Ele vai pular. Não adianta encostá-lo contra a parede, ele é ágil. Vamos encerrar.”

Eu me lembro de que, quando o grupo já se dirigia à saída, um advogado, talvez da Odebrecht, um senhor com marcas de espinhas no rosto, se virou para mim e disse:

“O que fizeram com o senhor não se faz. O senhor está coberto de razão.”

Quando terminei a reunião com os advogados, voltei à sala onde permaneciam os procuradores da Lava Jato para fazer um breve aviso.

“Aquele assunto do suposto acordo está sepultado!”

Saí e fui inaugurar um espaço novo na sede da Procuradoria. Era uma passarela que ligava as duas torres do edifício, usada para algumas exposições. O espaço foi batizado com o nome do advogado Evandro Lins e Silva, em homenagem ao procurador-geral da República do governo João Goulart, depois ministro do Supremo Tribunal Federal cassado pelo AI-5 da ditadura militar.

Esse episódio claramente foi resultado de uma tentativa de manobra dos advogados das empreiteiras, que perceberam que a Lava Jato poderia chegar muito longe, levada adiante por profissionais determinados e que haviam adquirido, ao longo do tempo, experiência no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Avaliaram que um acordo

administrativo, com uma admissão de culpa, o pagamento de uma multa bilionária e a interrupção das investigações, seria o melhor cenário para as empreiteiras. Quase implodiram a Lava Jato. Se os procuradores da força-tarefa tivessem apresentado um pedido de demissão coletiva, eu também teria que renunciar. Não teria condições de permanecer no cargo em meio a suspeitas de estar patrocinando uma operação-abafa.

Esse momento crítico foi superado – e hoje avalio que o saldo acabou sendo positivo para a Lava Jato. Até então, havia má vontade de Curitiba com Brasília. Acredito que os procuradores do Paraná temiam que eu, por ter sido designado pela presidente Dilma Rousseff, fosse agir para atenuar a situação do governo ou do PT. Antes desse episódio, chegou ao meu conhecimento que eles insinuaram, em conversas com integrantes da minha equipe, que gostariam de continuar conduzindo as investigações e os processos, mesmo nos casos em que os investigados ou réus tivessem prerrogativa de foro no STF. Ou seja, queriam que eu apenas referendasse, com a minha assinatura, as decisões deles. Uma coisa absurda e totalmente despropositada, que foi prontamente rechaçada.

Acho que os procuradores da força-tarefa perceberam, depois da minha reação nesse caso do suposto “acordão” com as empreiteiras, que eu não agiria para aliviar ninguém e que não seria influenciado por quem quer que fosse. Minha atuação seria, como sempre foi, profissional, técnica, objetiva e transparente. Caiu a ficha também de que o pesado clima de desconfiança prejudicaria o trabalho de todos. As relações entre a força-tarefa e a Procuradoria-Geral, a partir de então, ficariam um pouco mais fluidas.

CAPÍTULO 6

Tiros no Senado?
A segunda sabatina

Mesmo com o trem da Lava Jato rumando firme em direção ao centro do poder, o plenário do Senado aprovou, em 26 de agosto de 2015, minha recondução ao cargo de procurador-geral da República. Foram 59 votos a favor e 12 contra. Uma vitória acachapante. Não foi fácil chegar até ali. Os dias que precederam a sabatina e até a leitura do resultado da votação foram momentos de forte tensão e alguma incerteza. Pelo menos 13 dos senadores que participariam da minha sabatina na Comissão de Constituição e Justiça estavam sob investigação, e, portanto, era natural que houvesse certa animosidade ou, no mínimo, má vontade da parte deles para comigo.

Mas o problema maior era de outra natureza. Alguns dias antes da minha ida ao Senado, surgiram rumores de que o senador Fernando Collor (PTB) estaria disposto a partir para um gesto tresloucado contra mim durante a sessão.

"Estão dizendo que o Collor vai armado para sua sabatina. Vim aqui te avisar porque acho que esse é meu dever. Você tem que se prevenir", me confidenciou o senador Jorge Viana (PT-AC).

O senador mantinha bom relacionamento com colegas de todos os partidos e, até onde eu sabia, era um dos políticos mais bem informados do Congresso. Era prudente não descartar a advertência. Agradeci o aviso e, logo depois, entrei

em contato com a segurança do Senado. Queria saber qual seria a estrutura de proteção a ser montada durante a sabatina. A resposta não foi nada animadora. Haveria detector de metais na entrada da sala, mas parlamentares não passariam pelo equipamento e nem poderiam ser revistados pelos seguranças. Só parlamentares poderiam revistar colegas. Quem revistaria Collor? Obviamente ninguém se oferecera para a missão. Então como evitar o pior?

Estávamos numa enrascada. Não faltavam razões para preocupação. Alguns interlocutores, mais apreensivos, relembravam o histórico familiar do senador. O pai de Collor, o também senador Arnon Affonso de Farias Mello, matou a tiros um colega, José Kairala, na tribuna do Senado, em 5 de dezembro de 1963. Mello disparou três tiros contra o senador Silvestre Péricles a cinco metros de distância, mas errou o alvo e, sem querer, assassinou Kairala. O senador morto nada tinha a ver com as desavenças anteriores entre Arnon Affonso e Silvestre Péricles. Estaríamos na iminência de uma nova (e banal) tragédia em pleno Senado? Collor não era seu pai, mas sempre foi conhecido pelo destempero verbal e pela agressividade com que encara os adversários políticos.

Nos primeiros meses da Lava Jato, ele já tinha dado demonstrações de desequilíbrio emocional. Não satisfeito em criticar duramente as investigações em virulentos discursos no Senado, passou a me fazer ataques pessoais, como se estivéssemos numa briga de rua e falar grosso fosse sinônimo de coragem e honestidade. No afã de me intimidar, o senador encomendou um dossiê sobre minha carreira no Ministério Público e o recheou com truncadas informações sobre meu falecido irmão Rogério, algo que me feriu profundamente e que, ainda hoje, custo a absorver.

Enfim, por mais absurdo que pudesse parecer, o quadro exigia alguns cuidados especiais. Algumas pessoas me recomendaram usar colete à prova de balas. Colete à prova de balas numa sabatina no Senado Federal? De forma alguma. Eu tinha noção do perigo, mas não ficaria com a pecha de procurador medroso. Um procurador medroso não procura (e

não acha) nada. A covardia é, sim, um sinal de fraqueza. Eu não daria esse presente aos adversários do Ministério Público. Um dos responsáveis pela segurança do Senado sugeriu, então, que os seguranças da Procuradoria-Geral fossem armados para a sessão. Achei temerário e recusei a proposta. Diante do impasse, fui falar diretamente com o presidente do Senado, que também era investigado.

Depois de sorridentes poses para o batalhão de fotógrafos que fazia a cobertura da presidência do Senado, fomos para uma sala reservada. Fiz uma rápida apresentação do quadro. Falei sobre os relatos que me chegavam tanto de senadores quanto da segurança de que Collor iria armado à minha sabatina. Disse ainda que, antes de ir para aquela audiência, fizera o mesmo relato a dois jornalistas. A verdade é que não tinha dito nada a ninguém. Apenas um restrito grupo de assessores e seguranças estava por dentro daquele caso. Mas decidi mencionar a "conversa com dois jornalistas" como uma precaução. Eu estava andando em campo minado e precisava de alguma garantia, ainda que fictícia.

"Senador, eu confio no Senado, confio nas instituições, e não me submeterei a uma sabatina com medo de tomar um tiro. Venho aqui revelar esses fatos e peço, por gentileza, que o senhor adote as providências que entender cabíveis. A minha segurança no Senado é de sua responsabilidade", eu disse.

Renan Calheiros me ouviu com atenção e, solícito, disse que conversaria com Collor. Depois da conversa, o senador me acompanhou até à porta, onde me deixou entregue a mais um batalhão de repórteres e fotógrafos. Não havia dúvidas de que a recondução do procurador-geral era um tema relevante na agenda política do país. Em resposta às perguntas sobre o assunto, eu me limitei a dizer que estava ali apenas para me colocar à disposição do Senado e que poderia me submeter à sabatina a qualquer momento. Nada disse sobre Collor. Pelo visto, Calheiros também adotou a reserva. Os jornais do dia seguinte só falavam dos aspectos protocolares da reunião.

Depois de escapar do cerco dos jornalistas, voltei para a

Procuradoria-Geral e repassei com um grupo de assessores alguns temas que poderiam ser abordados na sabatina. Falamos muito sobre vários assuntos, mas quase não tocamos na questão da Lava Jato. O tópico era quente demais, e supomos, acertadamente, que não seria explorado abertamente durante o interrogatório. Sabíamos, claro, que todos os ataques ou elogios que viessem teriam alguma relação com as tensões criadas pelas investigações sobre a Petrobras. Entre todas as dificuldades, nossa maior preocupação era mesmo com Collor.

Para minha surpresa, um grupo de senadores estava realmente apreensivo com o que poderia acontecer. Quando cheguei para a sabatina, pouco antes do início da sessão, o senador Aécio Neves me disse que se sentaria ao lado de Collor e, se percebesse qualquer movimento suspeito, se jogaria sobre o colega. O senador Blairo Maggi, do PP do Mato Grosso, foi de extrema gentileza. Ele se aproximou de mim e disse que sabia quais temas seriam abordados por Collor para me constranger. Para quebrar o clima, ele faria perguntas sobre os mesmos temas. Eu teria, então, oportunidade de me explicar com calma, sem deixar o angu desandar. Quando chegasse a vez de Collor falar, por mais impetuoso que ele fosse, não haveria qualquer surpresa nas questões. Seria um meio de reduzir as tensões e conter transbordamentos emocionais. Sou grato ao senador por isso até hoje.

Durante a sabatina, que se arrastou por quase doze horas, não houve tiros. Nem ficamos sabendo se Collor fora mesmo armado. Também não trocamos insultos e nem saímos no braço. Pouca gente notou, no entanto, que o senador tentou insistentemente me provocar. Sentado à minha frente, na primeira fileira da sala, ele me olhava com ferocidade e repetia baixinho:

“Filho da puta, eu vou te pegar! Filho da puta, eu vou te pegar!”

Infelizmente, acho que as câmeras da TV Senado não captaram aquele mantra louco. Confesso que aquilo me incomodou um pouco. Para não perder a concentração, decidi

olhar apenas para os outros senadores que me faziam perguntas, embora fosse complicado não voltar os olhos para o furioso e ouvir, de longe, a mesma ladainha do "Filho da puta, eu vou te pegar". Ele só parou com a pirraça quando chegou sua vez de fazer perguntas e eu o encarei. Não fora eu quem metera a mão na cumbuca. Portanto, não tinha nada a temer. Não podia dizer o mesmo do meu interlocutor.

Collor não sabe, mas, no momento de maior tensão, um capitão que fazia minha segurança se posicionou ao lado da fileira onde estava o senador e cravou os olhos nele. O capitão estava pronto para, num salto, conter um eventual ataque. Num outro momento, também tenso, Collor se levantou e foi até à mesa cumprimentar o presidente da comissão, José Maranhão (PMDB-PB). Por alguns segundos, ele ficou em pé, às minhas costas. Nesse instante, um coronel do Exército à paisana que também compunha a segurança se preparou para dar um bote e impedir qualquer tentativa de agressão. A cena foi registrada por um fotógrafo que provavelmente não se deu conta do que estava em jogo naquele momento.

Em meio àquele estranho duelo de olhares, um garçom se aproximou com um guardanapo e duas pílulas. Eu, sem entender nada do que estava acontecendo, simplesmente repeli a oferta. Logo depois reapareceu o mesmo garçom, dessa vez com um bilhete escrito à mão pela minha mulher. Minha filha, assistindo à sabatina pela TV, percebera que eu estava inquieto na cadeira e sugerira à minha esposa me passar pílulas contra gases. De fato, eu estava me sentindo inflado, não sei se pela tensão pré-sabatina ou se pelas duas barras de *whey protein* que havia comido achando que eram barras de cereais. Era o toque pastelão que faltava àquela esquisita sessão. O curioso é que, antes da sabatina, o senador José Serra (PSDB-SP) se aproximara e me oferecera duas barras de cereais, porque a sessão seria longa e eu sentiria fome. Eu tinha agradecido e dito que já estava devidamente fornido. Ora, pois, eu não estava bem fornido. Felizmente, acho que só minha filha notou meu desconforto.

Na hora das perguntas, Collor me questionou sobre o

aluguel de uma casa para o Ministério Público no Lago Sul, sobre um contrato com a empresa de assessoria de imprensa Oficina da Palavra, sobre minha atuação como advogado da Orteng Equipamentos e, claro, sobre a ficha criminal de meu irmão. Nada que eu não pudesse rebater com dados objetivos.

Ao final, 26 senadores votaram pela minha recondução. Apenas um votou contra. A vitória foi confirmada logo depois pelo plenário do Senado. No dia seguinte eu voltaria à minha rotina. A Lava Jato continuava galgando os degraus em direção ao topo da cadeia do poder, embora naquele momento nem eu nem os senadores tivéssemos uma ideia clara de quão longe chegariam as investigações, inclusive para a ruína moral de alguns que estavam ali com discursos tão pomposos contra a corrupção, tão esperançosos de que o vendaval destruísse os quintais dos vizinhos e, num passe de mágica, deixasse intactos os telhados de suas próprias casas.

***

Tempos depois, quando eu me preparava para este livro, um jornalista me perguntou por que os senadores aprovaram minha recondução se sabiam que nas semanas seguintes eu poderia estar de volta ali, com pedidos de inquéritos ou mesmo novas denúncias que pudessem comprometê-los de uma vez por todas. Eu, sinceramente, não tenho resposta para essa questão. Talvez o melhor fosse fazer a pergunta a cada um dos senadores que votaram a meu favor. E ainda assim estaríamos sob o risco de receber respostas elaboradas de acordo com os interesses específicos da fonte, ou seja, uma interpretação benevolente dos próprios atos, não necessariamente explicações verdadeiras. Meu palpite é que, naquele momento, com quase dois anos na praça, a Lava Jato tinha vencido o debate público. Colocar-se contra a recondução do procurador-geral seria o mesmo que se posicionar contra a Lava Jato e a favor de uma estrutura corrupta. Poderia ser visto também como uma demonstração de medo ou mesmo uma involuntária confissão de culpa.

Acho que muitos senadores fizeram um cálculo político no escuro. Rejeitar o procurador-geral seria uma medida inédita e drástica. Poderia gerar um forte desgaste na opinião pública sobre eles. Entendo também que, para boa parte desses senadores, a Lava Jato, mesmo com a prisão dos donos das grandes empreiteiras, como Marcelo Odebrecht (da Odebrecht) e Otávio Azevedo (da Andrade Gutierrez), ficaria circunscrita aos nomes vazados nas delações de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef. No fundo, acho que reinava entre eles a ilusão de que, na hora do sufoco, apareceria uma solução milagrosa para estancar a sangria e restaurar a antiga ordem. Então, deixar o procurador-geral no cargo por mais dois anos seria só um contratempo, uma contrariedade menor do que responder críticas por uma eventual não recondução do chefe do Ministério Público. Se soubessem que as delações da Odebrecht estavam vindo a galope, talvez o resultado fosse outro. Mas isso é só uma mera reflexão de alguém que está acostumado a ver a política além da polidez de belos discursos e ternos bem cortados.

***

Antes da sabatina eu tivera outra prova de fogo importante, mas, claro, sem as conotações surreais da minha passagem pelo Senado. Depois dos dois primeiros anos como procurador-geral, fiquei novamente em primeiro lugar na lista tríplice que seria entregue à presidente Dilma Rousseff. Com 789 votos, eu estava bem à frente dos outros dois nomes cotados: Mário Bonsaglia, que recebera 462 votos, e Raquel Dodge, que fora a terceira colocada, com 402 votos. Então não chegou a ser uma surpresa quando a presidente me chamou para uma conversa no Palácio da Alvorada. No encontro estava também o ministro Cardozo. A presidente estava fazendo a dieta Ravenna e estava mais magra, mais à vontade. Falamos amenidades, e ela até me ofereceu uma cerveja feita pelo marido de Ideli Salvatti, ministra da Secretaria de Relações Institucionais.

“Eu estou de dieta, mas vou abrir uma exceção. Vamos tomar essa cerveja, que é muito boa”, me disse a presidente.

Aparentemente, ela estava tranquila e até de bom humor. Alguém poderia perguntar se a presidente não fez algum pedido ou sondagem sobre a Lava Jato, que vinha corroendo a base governista e alimentando grandes protestos de rua. Afinal, estávamos a sós, eu, ela e Cardozo. Aquela poderia ser uma oportunidade de ouro para escrutinar o real poder da artilharia inimiga. Não foi o que aconteceu. A presidente não fez qualquer movimento nesse sentido, nem sequer tocamos no assunto. O tema já era pesado demais. Qualquer manifestação de quem quer que fosse poderia ser interpretada como conduta inadequada. Passamos ao largo da questão.

Na primeira conversa que tivemos, em 2013, quando fui indicado para o cargo de procurador-geral, a presidente me disse que eu deveria ser “duro, muito duro com malfeitos”. Para ela, não importava quem seria atingido. E afirmou que não tentaria, em hipótese alguma, interferir no nosso trabalho. O primeiro mandato dela foi pontilhado por escândalos nos ministérios do Turismo, dos Transportes, do Esporte e do Trabalho, entre outros. A presidente não só sobrevivera a essas tormentas, como emergira de cada caso com uma imagem de quem não transigia com a corrupção. Talvez ela tenha imaginado que, mesmo com o fogo da Lava Jato queimando alto, nada seria diferente do que acontecera nos anos anteriores. Não sei. É apenas uma especulação de minha parte. O certo é que a Lava Jato ficou de fora de nossa conversa naquela noite de sábado, 8 de agosto de 2015.

Ao final, ela me disse que manteria a tradição iniciada no primeiro governo do ex-presidente Lula de indicar o primeiro colocado da lista. Ou seja, eu deveria permanecer no cargo. Antes da minha saída, Dilma me contou uma curiosa conversa que tivera com o então procurador regional Humberto Jacques, um dos dirigentes da ANPR. Ao entregar a lista tríplice à presidente, Jacques dissera, num tom confidencial, que a relação continha “um diamante rosa”. A presidente deveria saber também que para a associação o mais

importante era a escolha de um nome da lista, não exatamente o primeiro colocado. Ora, era uma sugestão clara para que Dilma escolhesse a terceira colocada, e não a mim. O dirigente da ANPR, que deveria se comportar como um juiz, atuou como parte. Depois das eleições seguintes, foi brindado com o cargo de vice-procurador-geral eleitoral na gestão da minha sucessora, Raquel Dodge.

"Com esses amigos que você tem, Janot, não precisa de inimigos", me disse a presidente, antes de nos despedirmos.

Nunca mais voltamos a nos falar.

Três meses depois prendemos o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), líder do governo no Senado, numa improvável e grotesca conspirata contra a Lava Jato.

Foi o começo do fim do ciclo Dilma.

CAPÍTULO 7

Todos dizem eu te amo (ou "*My life in your hands* ")

No início de 2015, quando preparávamos os pedidos de abertura de inquéritos contra suspeitos com foro, sofremos pressão ostensiva de alguns políticos que se colocavam publicamente contra a Procuradoria-Geral, inclusive de forma desafiadora. Também éramos pressionados pelos crescentes protestos populares, que pediam cadeia imediata para os nomes mais associados à corrupção pelos noticiários. Os canhões diários da imprensa, a meu ver, alimentavam a fúria dos protestos por moralidade no serviço público e, no sentido inverso, o aumento das manifestações levava os jornais a ampliar a cobertura do tema e a exigir rigor contra os delatados. Isso para não falar no ainda desconhecido terreno da internet, palco de ferozes combates virtuais entre os mais diversos grupos interessados direta e indiretamente nos resultados da Lava Jato. Enfim, a pressão era descomunal, e não se limitava à cena pública.

Longe das câmeras de TV e do burburinho das redes sociais, outro grupo de potenciais investigados também fazia carga contra a Operação, mas de forma diferente. Numa estratégia oposta à daqueles que nos chamavam para a briga em praça pública, essa outra banda, silenciosa, mas não menos influente, recorria a um jogo de sedução para me demover do propósito de esmiuçar as palavras dos delatores. Num determinado momento, ao analisar minha agenda diária,

vi que, da noite para o dia, a sede do Ministério Público Federal tinha se tornado o endereço de uma estranha romaria. Políticos que não queriam ser investigados mas também não queriam passar a impressão de que estavam contra a faxina na Petrobras me pediam audiências, mandavam cartas, presentes, faziam promessas e, em momentos de descompressão, choravam.

As visitas em série a meu gabinete começaram pouco antes da divulgação da "lista de Janot". Um dos que mais se empenhou para não ser investigado foi o senador Aécio Neves. Neves obtivera mais de 51 milhões de votos nas eleições do ano anterior, e por pouco não se elegera presidente da República. Isso graças a um veemente discurso contra a corrupção de seus adversários. O senador era o presidente nacional do PSDB e já se considerava o futuro vitorioso das eleições presidenciais de 2018, dada a fraqueza do novo governo. Por isso, não queria de modo algum se ver associado aos investigados da Lava Jato.

O nome dele fora citado num depoimento do doleiro Alberto Youssef ao grupo de trabalho da Procuradoria-Geral em 12 de fevereiro de 2015. Na mesma linha do que havia dito à força-tarefa de Curitiba em 2014, Youssef disse que o senador recebia propina do empresário Airton Dairé, dono da Bauruense. O suborno estaria relacionado a contratos da empresa com uma das diretorias de Furnas, controlada por Neves. As propinas teriam sido pagas regularmente entre 1996 e 2000, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O depoimento do doleiro era crível, mas, como já mencionei, tinha dois problemas. Ele dizia que ficara sabendo do pagamento de propina por intermédio do ex-chefe, o deputado José Janene, que foi um dos pioneiros no esquema de corrupção na Petrobras, mas agora estava morto. Airton Dairé, o suposto pagador da propina, também tinha falecido. Ou seja, a acusação era indireta e sem meios de comprovação. Tínhamos um grande buraco na investigação. Neves se apegou a esses detalhes para promover uma espécie de cerco emocional ao procurador-geral.

Ao longo dessa e de outras investigações, eu o recebi pelo menos quatro vezes em meu gabinete. Nesses encontros, ele se derramava em citações à mãe, às filhas e à vida pregressa sem máculas para explicar por que não deveria ser investigado. Algumas vezes, aparentemente emocionado com as próprias palavras, o senador chorava. Quando senti que aquelas sessões de terapia intempestiva estavam sobrecarregando minha agenda, decidi recusá-las. Neves passou, então, a mandar assessores ou advogados para conversar com meus assessores. Não satisfeito com o resultado dessas conversas diretas, depois de uma das visitas que me fez, escreveu uma carta de três laudas para explicar por que seu nome não deveria ser incluído na lista de pedidos de inquéritos ao STF.

"Se isso não ocorrer, teremos os responsáveis por todo esse processo do petrolão comemorando as investigações sobre o presidente do maior partido de oposição", afirmou. Detalhe: as iniciais de presidente, partido e oposição vinham escritas em caixa-alta. Certamente uma tentativa de chamar a atenção para a relevância das "entidades" em jogo.

"Faço a você, portanto, mais esse apelo pessoal, em nome da minha família honrada e de todos que vêm confiando em mim ao longo de trinta e dois anos de mandato", acrescentou. Motivo para tamanha preocupação não faltava. "O único patrimônio de um homem público que realmente importa é a sua honra", dizia. Para ele, eu teria o dever de separar os honestos dos desonestos.

"Tudo que não pode acontecer é eu estar misturado com esses que sempre combati e que tanto mal vêm fazendo ao Brasil." Por fim, quando já não restavam mais argumentos, veio o dramático desabafo:

" *My life in your hands!* "

Como assim a vida do líder da oposição, do "futuro presidente" do país, como ele mesmo gostava de alardear, estava em minhas mãos? Aquilo era responsabilidade demais diante das atribuições do procurador-geral definidas em lei. Um procurador não pode incluir ou excluir quem quer que seja

de uma investigação criminal. Um procurador não pode se orientar por simpatias pessoais, por veleidades ou por preferências políticas.

Li a carta, um texto escrito à mão, e a guardei como um documento. Talvez ao longo da história isso diga algo sobre o tamanho de alguns dos nossos homens públicos.

Os protestos sentimentais eram desnecessários. Por falta de indícios materiais das acusações de Youssef, pedi o arquivamento daquele que poderia ter sido o primeiro inquérito da Lava Jato contra Aécio Neves. O caso dele se encaixava nos critérios que havíamos definido antes mesmo da análise das delações de Youssef e Costa. Baixaríamos o "sarrafo", ou seja, pediríamos inquéritos contra políticos que, segundo os delatores, tivessem pedido dinheiro a eles dentro do esquema de arrecadação da Petrobras. Acusações indiretas, baseadas no "ouvi dizer" não seriam levadas em conta. Se fôssemos abrir investigaçåo contra todo político acusado por terceiros, sem provas, teríamos que investigar todos os ocupantes de cargos eletivos no país. A ideia pode não ser tão ruim, mas com certeza é inviável.

Com ou sem cartinha, Neves ficou abaixo da linha do "sarrafo". Ocorre que a Lava Jato era, naquele momento, um poço sem fundo. Não demorou muito e começaram a aparecer outras delações contra o senador. Surgiram suspeitas de ligações dele com a conta 0027277 do banco LGT, em Liechtenstein, um conhecido paraíso fiscal na Europa. A conta estava em nome da fundação Bogart & Taylor, com Inês Maria Neves de Faria, mãe do senador, como titular.

Também surgiram acusações sobre manipulação de dados do Banco Rural, o banco do mensalão, e vários outros casos de corrupção, até o estrepitoso pedido de R$ 2 milhões a Joesley Batista, da J&F. Ao longo do andamento desses outros casos, o senador voltou à Procuradoria-Geral para defender o nome, a família, a honra, a vida pública e a separação entre o joio e o trigo na bagaceira da política nacional.

Em pelo menos dois encontros, em meio a conversas sobre planos futuros, ele chegou a me oferecer cargos num eventual

governo caso fosse eleito presidente da República nas eleições seguintes. Desnecessário dizer aqui que o jogo de sedução não funcionou. O inquérito relativo à delação de Youssef foi arquivado, mas, até o final do meu mandato, nove inquéritos foram abertos no STF a meu pedido para investigar suspeitas contra o hoje ex-senador. Definitivamente a vida dele não estava em minhas mãos, mas nas escolhas que fez ao longo de uma trajetória política, as quais, pelo sobrenome que carrega, poderiam ter sido bem diferentes.

***

O ex-presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves também se esforçou muito para ficar fora da lista dos investigados. Com 11 mandatos de deputado no currículo e quarenta e quatro anos de vida pública, ele já tinha passado por algumas experiências fortes. Em 2002, tivera até que abrir mão de ser candidato a vice-presidente da República numa chapa encabeçada pelo ex-ministro José Serra por causa de um escândalo sobre uma conta de US$ 15 milhões não declarada no exterior. Se fizermos a atualização, era uma soma ainda maior que a montanha de R$ 50 milhões encontrada num apartamento do ex-ministro Geddel Vieira Lima em Salvador, em janeiro de 2018. Os tropeços do passado, embora retumbantes, não impediram uma progressão na carreira. Henrique Alves se manteve como deputado e até foi eleito presidente da Câmara. Mas com a Lava Jato o buraco era mais embaixo. Ele também não queria receber o envelope pardo da morte, aquele ofício com a mensagem: “Vossa Excelência passa a ser investigado no inquérito tal”.

Ele me pediu uma audiência e eu concordei em recebê-lo. Chegou tenso, com o semblante carregado. Não me lembro das palavras exatas dele nos minutos seguintes. Sei que seguiu o padrão dos demais políticos que me visitavam com propósitos parecidos. Eles não dizem abertamente: “Por favor, não me investigue” ou “Por favor, me exclua dessa investigação”. O texto é outro. Em geral, dizem que têm

biografia limpa, um nome a zelar e, por isso, não suportariam encarar mulher, filhos e amigos se tivessem que passar pelo constrangimento de uma investigação. A regra também era dizer que as acusações eram vagas, infundadas, frutos de uma vingança ou de um descuido qualquer do delator. O ex-presidente da Câmara seguiu essa linha. Num segundo encontro, logo depois de abrir a porta do meu gabinete, ele recebeu de um dos meus assessores o envelope pardo. Ali estava o conteúdo da minha decisão. Ele pareceu hesitante em abrir e ler a mensagem. Por fim, quando o fez, baixou a cabeça e começou a chorar. Tentou dizer algo, mas não conseguiu e foi embora. O nome dele estava na lista, mas na dos que teriam o pedido de inquérito arquivado.

Henrique Alves tinha sido mencionado na delação de Paulo Roberto Costa. Segundo o ex-diretor da Petrobras, o ex-deputado teria feito gestões em favor de Paulo Roberto Santos, um dos sócios da estatal na termelétrica TermoRio. O ex-presidente da Câmara também teria visitado várias vezes Jorge Zelada, outro ex-diretor da Petrobras, também denunciado por corrupção e movimentação de dinheiro ilegal no exterior. Mas, sem maiores detalhes sobre as andanças dele pela petrolífera, tivemos que fazer o que nos cabia, ou seja, pedimos o arquivamento da investigação. Era só mais um despacho regular, com base na lei, mas Alves ficou exultante. Alguns dias depois, me mandou uma garrafa de cachaça de presente. Era uma cachaça especial, e eu, seu mais novo grande amigo da praça, saberia apreciar melhor que ele. O.k., a cachaça está guardada. Dias depois, ele me escreveu uma carta de próprio punho para agradecer, "agora de forma racional", meu gesto de "correção, ética e, sobretudo, justiça" pelas informações reservadas que tinha transmitido a ele. Ora, o envelope pardo com o aviso sobre estar ou não sendo investigado era uma regra, não uma decisão excepcional.

"O senhor há de avaliar bem, pela pessoa que é, pelo cargo que exerce, a vítima que fui pelo episódio distorcido e calunioso, à época divulgado caluniosamente", justificou. Depois de relatar alegria e emoção incontidas por causa do

arquivamento, o ex-deputado falou sobre a possibilidade de recuperação de uma boa imagem pública e deixou no ar promessa de um apoio futuro. “Reparo público que ainda vou ter, mais cedo do que até espero – se convidado para assumir novos desafios na vida pública –, e, nessa hora, pode ficar certo, o senhor terá o meu respeito e conceito ainda maiores”, escreveu.

Eu li aquilo tudo com certa incredulidade. Por mais que se saiba que a troca de favores é quase uma lei no jogo do poder, ainda assim não deixava de ser espantosa a interpretação que o ex-presidente da Câmara dava ao episódio. Eu não fizera nenhum favor, apenas cumprira um dever legal, que era pôr fim a uma investigação por falta de condições de seguir adiante. Mais incômodo ainda era ele achar que, depois da suposta benesse, eu esperaria algum tipo de apoio dele no futuro. Apoio para quê? Talvez ele achasse que, depois de me aposentar, eu iria me candidatar a presidente da República ou a outro cargo eletivo qualquer. Ora, isso nunca passou pela minha cabeça. Muito menos entrar numa campanha centrada num compadrio, numa mistura entre o público e o privado, que a Lava Jato tanto combatia.

Não demorou muito para ele descobrir que a cachacinha, a carta e as promessas de amizade sincera não criaram efeito vinculante. No decorrer das investigações, o nome de Henrique Alves surgiu em várias delações. Numa delas, ele aparece como destinatário de propinas em contas no exterior num esquema do ex-deputado Eduardo Cunha. Por causa das delações, Alves teve que ser afastado do Ministério do Turismo e acabou preso por decisões de Varas Federais do Rio Grande do Norte e de Brasília.

Olhando em retrospecto, o caso de Henrique Alves é didático sobre o funcionamento do poder e do alcance de uma investigação da Procuradoria-Geral. No início de 2015, a presidente Dilma Rousseff tinha deixado o comando do Ministério do Turismo reservado para o ex-deputado. Ele só seria indicado para o cargo se seu nome não estivesse na “lista de Janot”. Era o que diziam os jornais. Aliado de Temer

e Cunha, ele teria obrigado a presidente a esperar o resultado da apuração preliminar do nosso grupo de trabalho para se impor como ministro. Detalhe: na campanha eleitoral, Alves tinha apoiado o senador Aécio Neves, adversário de Dilma. Depois de nomeado ministro, ele perdeu o cargo por causa da investigação sobre contas abastecidas com dinheiro de propina.

A romaria seguiu depois da divulgação da "lista de Janot". Nessa segunda onda de visitação, recebi por duas ou três vezes o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O nome do senador na lista de investigados não era exatamente uma novidade. Vez por outra Raupp era citado em algum escândalo nacional. Então fiquei realmente surpreso com seu empenho em rebater a investigação aberta no Supremo para apurar se ele tinha mesmo recebido dinheiro desviado da Petrobras. As iniciais VR apareciam numa planilha de Paulo Roberto Costa ao lado da cifra R$ 500 mil. Num dos depoimentos, o delator disse que repassara R$ 500 mil ao senador. O dinheiro teria sido recebido por uma funcionária dele, em São Paulo. Talvez fosse só mais uma investigação na vida de Raupp. Mas não era. Ele dizia que as acusações não tinham o menor fundamento. Numa das visitas, quando viu que as reclamações não teriam acolhida, chorou copiosamente. Tive que buscar um lenço no banheiro para ajudá-lo a se recompor. Até o garçom o socorreu com um copo d'água.

Tempos depois, um amigo me perguntou se eu não me sentia constrangido com o choro de tantas autoridades. Afinal, eram homens que estavam no topo da pirâmide. Estavam acostumados a falar grosso, a dar ordens, a ditar o que o restante da população devia ou não devia fazer. De repente, aqueles respeitáveis senhores estavam ali, expondo um lado emocional desconhecido da maioria dos mortais. Eu disse que não havia constrangimento nenhum da minha parte. Quando decidi que receberia políticos no meu gabinete, botei na cabeça que não me envolveria emocionalmente. Meus visitantes, sempre amáveis, sempre com aquela doce conversa de quem diz "Eu te amo", não eram deputados, senadores ou

ministros. Aqueles visitantes eram tão somente investigados. Todos eles me diriam que nada tinham feito de errado. Muitos se emocionariam. Alguns chorariam. Eu ouviria a todos com atenção e, ao final, a investigação, objetiva, racional, seria a única resposta possível. Eu estava preparado para aquele tipo de situação.

Eu estava preparado e segurei bem o tranco até o dia em que a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) entrou no meu gabinete para falar sobre o caso do marido, Paulo Bernardo Silva. Ex-ministro do Planejamento e das Comunicações, Paulo Bernardo, um dos quadros históricos do PT, tinha sido preso sob a acusação de direcionar a contratação da Consist para o gerenciamento de crédito consignado para funcionários do governo federal. Era o início da noite, fim de expediente, e muitos funcionários já tinham ido embora. Com a voz baixa e visivelmente abatida, a senadora começou dizendo reconhecer erros cometidos por Paulo Bernardo, mas argumentando que estavam colocando carga demais sobre o marido. No meio da conversa, ao relatar o sofrimento dela e dos filhos, ainda crianças, diante da prisão do pai, começou a chorar. Eu disse: "Senadora, eu sei o que é sofrimento em família, mas o que deve ser feito será feito". Nesse momento, vi que também estava chorando.

A referência ao sofrimento em família me trouxe à memória a imagem do meu irmão Rogério Janot, já morto, e o jogo pesado que o ex-presidente Fernando Collor de Mello fizera contra ele e contra mim. Depois da abertura da primeira leva de inquéritos no Supremo, pedimos, e o ministro Teori Zavascki autorizou, busca e apreensão na casa do ex-presidente. Entre os bens apreendidos, estava uma pequena frota de carros de luxo. Numa resposta à inédita ação da Procuradoria-Geral, Collor moveu uma forte campanha para barrar as investigações, me tirar do cargo de procurador-geral e até mesmo impedir minha recondução ao cargo. Num dos momentos mais baixos da campanha, ele ressuscitou o caso de uma investigação policial contra Rogério, a quem me acusava de proteger. Ora, Rogério estava morto havia mais de

dez anos e, mesmo se eu quisesse usar o cargo de chefe do Ministério Público para ajudá-lo de alguma forma, isso era, por óbvio, impossível.

O caso de Rogério não era exatamente um segredo. Da Bélgica, onde tinha negócios, ele importara produtos eletrônicos dos Estados Unidos e declarara ao fisco local que se tratava da compra de óculos. Era uma forma de pagar menos impostos. Descoberta a fraude, ele foi investigado e teve um pedido de prisão incluído na difusão vermelha da Interpol. Ou seja, era uma informação aberta. Qualquer um poderia saber. Na época, ele até me procurou em busca de apoio. Era meu irmão, mas tinha se metido numa tremenda enrascada. Crimes tributários são crimes. Portanto, a ordem de prisão expedida pela Justiça belga era natural. O que eu poderia fazer? Nada.

Naquele período, já não tínhamos uma boa relação. Depois da confusão por causa da importação dos falsos óculos, tivemos uma série de atritos e, por fim, paramos de nos falar. Alguns anos depois, quando eu era diretor da escola do Ministério Público, recebi uma ligação de sua ex-mulher. Meu irmão tinha sido atropelado na avenida das Américas, no Rio de Janeiro, estava muito mal e não tinha plano de saúde. Todo o dinheiro que eu vinha guardando para construir uma casa, algo em torno de R$ 600 mil, seria usado para salvar a vida de Rogério. Mas, antes do início da parte mais cara do tratamento, ele morreu.

Aquelas imagens se sucediam na minha cabeça. A fuga do meu irmão da Bélgica, a difusão vermelha na Interpol, o fim banal numa rua do Rio de Janeiro. E, mais de uma década depois, um ataque sórdido a uma pessoa que não pode mais se defender só para me atingir. Uma das regras básicas do início da civilização é o respeito aos mortos. Quando essa regra é quebrada, quando não se respeitam os mortos, não há que se esperar qualquer respeito aos vivos. Pisaram no cadáver do meu irmão, mas o que queriam mesmo era comer meu fígado. Se queriam me fazer sofrer, encontraram a fórmula ideal. Eu sofreria a dor infinita, mas tiraria forças não sabia de onde

para me manter firme e seguir em frente, sem sucumbir à cegueira do ódio. Um homem tem que saber sofrer.

"Senadora, eu estou com esse negócio do meu irmão aí. A gente sofre juntos, mas infelizmente vou fazer o que tenho que fazer", foi o que eu disse antes de encerrar a conversa, fechar as gavetas e voltar para casa.

No dia seguinte daria sequência ao caso de Paulo Bernardo e a tantos outros da Lava Jato.

***

Receber ou não receber parlamentar? Essa era uma questão sempre presente no nosso cotidiano. Alguns dos meus assessores achavam que eu não deveria abrir as portas da Procuradoria-Geral para os alvos preferenciais de nossas investigações. Eu discordava. Desde minha campanha ao cargo de procurador-geral estava convicto de que era importante para a instituição manter um diálogo permanente com os representantes de todos os poderes. Não poderíamos nos isolar. Num primeiro momento, isso passaria a imagem de independência absoluta. Em longo prazo, o encastelamento poderia nos enfraquecer. Então, para mim, sempre foi natural receber políticos que queriam fazer acusações contra adversários ou reafirmar inocência frente a uma investigação qualquer. Minha linha de ação era: eu ouço, digo que vou analisar e deixo que os instrumentos legais da investigação, as provas (ou a falta delas), resolvam, por si, toda e qualquer demanda.

Quando o caso da propina de Furnas para o senador Aécio Neves se tornou público, setores do PT passaram a fazer forte pressão para que o presidente do PSDB fosse investigado e punido. Uma das trincheiras de ataque ao nosso trabalho era o blog do jornalista Luis Nassif. A acusação mais comum era a de que estávamos protegendo o senador. No calor do debate, o deputado Padre João, do PT de Minas, foi ao meu gabinete me pedir para que eu, finalmente, colocasse em prática o ditado "O pau que dá em Chico dá em Francisco". Citei a frase na

minha sabatina e ela acabou virando um bordão pela "democratização" das investigações. A partir dali, não haveria intocáveis. "Vocês desceram o cacete no nosso pessoal. Agora têm que pegar o pessoal do PSDB também." Foi mais ou menos o que me disse o deputado em duas ou três visitas ao meu gabinete. Eu tive que explicar que a democratização das investigações não significava uma equivalência matemática do tipo: se investiga um do PT, tem que investigar outro do PSDB. Nada disso. A ideia é investigar todo e qualquer político contra o qual existam indícios mínimos de práticas de crime. Os requisitos para abertura de uma investigação estão previstos em lei. Eu não posso sair por aí abrindo inquérito só porque parece evidente que determinado personagem cometeu um crime. Um simples habeas corpus pode trancar uma investigação, e o que poderia ser um ponto de partida para um futuro inquérito pode se transformar em um atestado legal de bons antecedentes.

Certa vez, um amigo me perguntou se eu não tinha receio de que um desses intrépidos políticos cruzasse a linha e, em vez do canto de sereia da inocência, fizesse uma proposta indecorosa. Eu disse que não. Isso nunca me passou pela cabeça. Acho que quando uma pessoa, seja ela quem for, vai se encontrar com um procurador-geral, sabe dos limites legais que presidem uma reunião dessa natureza. E tem mais: se um desavisado qualquer resolvesse fazer algum tipo de insinuação, seria simplesmente preso em flagrante. O temor da mordida é de quem entra na toca do leão, não do leão.

Um episódio que não chega a ser indecoroso, mas não foi nada agradável, aconteceu com a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO). Era um caso que nada tinha a ver com a Lava Jato. Ela era presidente da Confederação Nacional da Agricultura e chegou ao meu gabinete acompanhada de uns quatro ou cinco fazendeiros do sul da Bahia. Já não gostei daquilo. Era gente demais para tratar do assunto da disputa entre índios e fazendeiros pela posse de determinada área. Um assessor, para lá de tagarela, dizia que os índios não tinham direito, que as terras eram produtivas etc. Eu respondi

que talvez não fosse bem assim. Num gesto teatral, a senadora se levantou e começou a gritar:

"Eu me sinto ultrajada, eu me sinto insultada como mulher e como senadora. Tem que resolver essa história logo!"

Eu tive que levantar a voz e dizer:

"Senadora, grito aqui não resolve nada! A senhora se recomponha ou a porta da rua é a serventia da casa!"

Ela saiu pisando alto, levando consigo o assessor e os fazendeiros. O toque cômico é que, depois de terem saído, dois fazendeiros voltaram ao meu gabinete, bateram à porta, deram uma espiada e disseram baixinho:

"Ó, a gente não tem nada a ver com isso não, a gente não tem nada a ver com isso não."

E se mandaram. Os funcionários do meu gabinete, que estavam tensos com aquele tumulto todo, se entreolharam e riram. A tempestade terminava ali.

CAPÍTULO 8

Nada menos que tudo

Quando percebeu que a investigação da Procuradoria-Geral da República poderia trazer consequências concretas contra ele, Cunha mandou um recado para Dilma Rousseff. A presidente deveria "segurar" o procurador-geral, caso contrário ele tocaria adiante o pedido de impeachment dela. A mensagem foi transmitida à presidente pelo ministro Cardozo. Na conversa com Dilma, Cardozo adiantou que me segurar seria impossível, que o procurador-geral tinha autonomia, não podia ser controlado. A presidente ouviu as explicações e disse que conversaria com Cunha.

"Ele que faça o que ele quiser", afirmou.

Eu soube da ameaça do impeachment numa conversa, tempos depois, com Cardozo, mas quem acompanhava os jornais podia ver no noticiário que as pressões exercidas por Cunha e outros políticos contra o governo eram frequentes, sobretudo quando acontecia uma busca, uma prisão, ou quando uma medida da investigação se tornava pública. Ainda mais claras que as declarações de hostilidade eram as pautas-bomba no Congresso, que atingiam as finanças públicas e pretendiam inviabilizar o governo. Eu lia tudo aquilo sem deixar de me espantar com aquela visão tão tosca. Será que achavam mesmo que a presidente da República poderia manipular o procurador-geral?

É compreensível que, em alguns estados, os governadores tenham influência direta sobre os chefes dos Ministérios

Públicos, mas essa é uma regra que não se aplica ao âmbito federal. O presidente escolhe o procurador-geral, mas a escolha não se vincula a qualquer decisão futura. Isso só acontece se o escolhido for fraco ou submisso. Definitivamente não era o meu caso. Ao atacar o governo com o intuito de me atingir, alguns investigados estavam apenas minando as bases das estruturas políticas tradicionais, ou seja, abrindo novos caminhos para o avanço da Lava Jato.

Em 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara deu seguimento a um pedido de impeachment da presidente da República que havia sido apresentado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. Duas semanas depois dessa decisão, em 16 de dezembro, com mais informações coletadas sobre a atuação de Cunha, pedimos o afastamento do deputado da presidência da Câmara. Àquela altura, era uma medida mais drástica que a própria denúncia criminal. Tenho a impressão de que essa medida, considerada excessiva por alguns na ocasião, quebrou um tabu e abriu uma avenida para a Lava Jato.

Até alguns dos meus auxiliares diretos avaliavam que o pedido de afastamento de Cunha da presidência da Câmara era uma aposta de alto risco. Numa reunião interna, alguns colegas sugeriram que eu não apresentasse o pedido, pelo menos não naquele momento. Eles argumentaram que a solicitação de afastamento poderia ser encarada como uma tentativa de intervenção direta do Judiciário no Legislativo, a qual certamente não teria acolhida no Supremo. Para esses assessores, a simples denúncia contra um presidente da Câmara em pleno exercício do cargo já era uma ação drástica o suficiente. Seria melhor optar por uma única medida dura, mas com chances de ser aprovada, em vez de entrar com o pedido de afastamento e correr o risco de perder, e depois também sofrer uma derrota na aceitação da denúncia. Cunha era poderoso e tinha forças para reagir com vigor.

Eu não aceitei esses argumentos e respondi:

"Nada menos que tudo! Vamos pedir o afastamento!"

Seria uma medida cautelar para cessar o cometimento de

crimes. E foi o que fizemos. Para sustentar o pedido, a procuradora Anna Carolina Resende fez uma longa pesquisa sobre as ações que caracterizavam a tentativa do deputado de obstruir as investigações e intimidar os investigadores. Era uma lista impressionante de atos ilícitos que vinham sendo cometidos com o objetivo de impedir o esclarecimento do esquema de corrupção na Petrobras. Elencamos uma série de motivos para tirar o deputado da presidência da Câmara.

O pedido chegou ao Supremo, e por lá ficou durante cinco meses. O clima era de efervescência política. No Congresso, a turma de Cunha, o restante da oposição e até uma parcela da base governista seguiam em frente com o processo de impedimento da presidente da República. Os aliados de Cunha diziam que estávamos fazendo o jogo do governo ao levar adiante as investigações contra o capitão do impeachment. Alguns governistas, por sua vez, reclamavam que o Ministério Público e o Supremo deixavam o processo de impeachment correr frouxo e não agiam para tentar deter as ações criminosas do emedebista. Eram interpretações possíveis, mas, devo dizer, não verdadeiras.

As escaramuças entre os exércitos de Cunha e Dilma estavam fora do nosso controle. As ações seguiam seu trâmite judicial. Em março de 2016, oito meses após a denúncia, o STF, por unanimidade, abriu processo contra o presidente da Câmara – a primeira ação penal aberta pelo Supremo em decorrência da Lava Jato. Teori Zavascki demorou mais de cinco meses para levar o pedido de afastamento de Cunha à votação no plenário. Só tomou tal medida depois que o plenário da Câmara, em abril, sob a presidência de Cunha, autorizou a abertura do processo de impeachment de Dilma pelo Senado, com 367 votos favoráveis e 137 contrários. Zavascki demorou, mas o fez porque era um bom estrategista. Ele sabia que o risco de derrota seria alto se levasse o pedido de afastamento de Cunha ao plenário logo que ele foi apresentado. Não havia, naquele momento, uma maioria clara a favor do afastamento. Em maio, quando percebeu certa simpatia pela proposta em conversas com colegas, ele

entendeu que era o momento da prova de fogo. Concedeu uma decisão liminar pelo afastamento de Cunha, que depois foi referendada em plenário pelos demais dez ministros do STF. Foi uma das mais eloquentes demonstrações de repúdio da Corte à corrupção na política.

Dali em diante, o antes todo-poderoso presidente da Câmara passou a colecionar derrotas. Sem a força do posto, Cunha teve o mandato cassado por 450 votos a favor e dez contra, além de nove abstenções, em 12 de setembro de 2016. Alguns deputados da tropa de choque de Cunha nem compareceram à sessão, só para não associar sua imagem à do ex-chefe, que passara a ser repudiado também por amplos setores da opinião pública. No mês seguinte, ele já estava preso em Curitiba por decisão do juiz Sergio Moro.

Depois de preso, Cunha ainda passou um tempo se comportando como se fosse o líder político de outrora. Os relatos da cadeia em Curitiba que chegavam à Procuradoria-Geral diziam que, entre os encarcerados, ele era um dos poucos que mantinha a espinha ereta. Despachava com advogados, dava ordens e agia como se fosse sair da prisão rapidamente e voltar ao comando. Passado algum tempo, porém, ele começou a emitir sinais de que queria fazer um acordo de colaboração premiada.

Uma eventual delação do ex-presidente da Câmara poderia realmente ser muito importante. Afinal, ele tinha fama de operar em escala industrial com membros de vários partidos e de ser o rei do submundo da política. Aliados mais próximos gostavam de espalhar que Cunha controlava uma bancada de 100 deputados e tinha nas mãos o presidente Michel Temer e importantes ministros do novo governo que tomara posse após o impeachment de Dilma. Certa vez, soubemos que Cunha vinha narrando aos agentes penitenciários no xadrez uma historinha infantil às avessas. “Era uma vez cinco irmãos. Um virou presidente, três viraram ministros e o quinto está na prisão.” A anedota era uma óbvia alusão ao quinteto que comandava no passado o MDB da Câmara e era formado por Michel Temer, Geddel Vieira Lima, Elizeu

Padilha, Henrique Eduardo Alves e ele, Eduardo Cunha. Ao narrar essa historinha, o ex-deputado deixava claro que se considerava um injustiçado e mostrava disposição de contar o que sabia sobre os antigos companheiros. O conhecimento dos podres dos poderosos, aliás, era considerado uma das principais fontes de poder de Cunha. Já que ele estava disposto a colaborar, nossa reação lógica foi responder: vamos fazer um acordo. Foi o que disse o coordenador do grupo de trabalho da Procuradoria-Geral, o promotor Sérgio Bruno Fernandes, ao advogado Délio Lins e Silva Jr., um dos defensores de Cunha, quando ele nos procurou para saber se havia ou não possibilidade de um entendimento entre as partes.

Mas, na hora de botar as coisas no papel, não aparecia nada. As promessas de delação de Cunha se resumiam a meras resenhas políticas. Ele queria confessar a prática de caixa dois e imputar crimes a terceiros, mas de casos já conhecidos. Era um jogo esquisito. Uma delação só faz sentido quando o delator aponta crimes cometidos por quem está em posição superior. Em outro momento, quando as negociações pareciam esfriar, ele usou um dos processos conduzidos por Moro em Curitiba, no qual Michel Temer era testemunha, para dirigir perguntas embaraçosas ao presidente. As perguntas eram, aparentemente, roteiro de tramas ilegais, e, se respondidas objetivamente, poderiam deixar Temer em maus lençóis. Mais uma vez, entendemos que ele ensaiava uma delação vigorosa. Mais uma vez, as insinuações permaneceram no terreno da provocação. O jogador se recusava a mostrar as cartas.

Na época, muita gente disse que eu não quis fazer acordo porque não gostava de Cunha. Uma bobagem. Sentimentos pessoais não são relevantes na negociação de um acordo de colaboração. Esta é uma lição básica que aprendemos com o livro *Como chegar ao sim: como negociar acordos sem fazer concessões* , cujos autores, Roger Fisher, William Ury e Bruce Patton, criaram o método de negociação da Universidade Harvard. É um texto dirigido a homens de negócios, mas que

se aplica também às negociações sobre delação. A primeira lição é separar o fato da pessoa. Se você se envolver emocionalmente, arrisca perder a colaboração. Você pode até achar o delator um escroque sem qualquer escrúpulo, mas deve levar em consideração apenas o relato. Tire a pessoa e analise o fato, recomendam os pesquisadores de Harvard. Quando aplicávamos essa regra ao caso de Cunha, não sobrava nada.

O jogo de dissimulações de Cunha acabou quando entrou em cena um novo personagem, que abriu uma perspectiva inédita para a Lava Jato. Ex-cúmplice de Cunha em negociatas com dinheiro do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o doleiro Lúcio Bolonha Funaro decidiu delatar. Funaro estava preso por ameaçar de morte Nelson Mello, ex-diretor de Relações Institucionais do grupo Hypermarcas (hoje conhecido como Hypera Pharma), e Milton Schahin, o idoso ex-presidente do grupo Schahin. Por uma ironia do destino, Funaro resolveu relatar os crimes cometidos por ambos, ele e Cunha. De quebra, envolveu o ex-ministro Geddel Vieira Lima e o presidente Michel Temer. Foi uma delação curta, rápida, mas de resultados efetivos.

Era uma ironia porque fora Funaro quem, por intermédio da influência que exercia sobre a advogada Beatriz Catta Preta, impedira que um dos clientes dela, o lobista Júlio Camargo, entregasse Cunha na primeira fase de sua delação, feita em Curitiba. Quando cobramos de Camargo uma delação sem restrições, Funaro ameaçou tocar fogo no apartamento de Catta Preta com ela e os filhos dentro. A condição para que a ameaça não se concretizasse era que Camargo ficasse de bico fechado em relação a Cunha. Diante da ameaça e das evidências de omissão do cliente, Catta Preta mudou de estratégia. Num depoimento secreto em São Paulo, ela abriu o jogo. Suas confissões ajudaram a entender os traços de violência da personalidade de Funaro, cúmplice de Cunha. Deixaram também Camargo sem alternativa a não ser confessar que pagou propina a Cunha por intermédio de Fernando Antônio Falcão Soares, mais conhecido como

Fernando Baiano.

A turma de Cunha tentou pressionar Catta Preta, convocando-a para depor na CPI da Petrobras. A manobra foi barrada por uma decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do STF. Lewandowski entendeu claramente que alguns deputados queriam mesmo era constranger Catta Preta e, com isso, proteger o chefe. Depois do episódio, a advogada, que esteve à frente das negociações para delação de Paulo Roberto Costa e de outros importantes investigados pela Lava Jato, deixou o país. Mesmo sabendo que poderia contar com a proteção do Estado brasileiro, ela preferiu mudar-se com a família para os Estados Unidos para manter distância de Cunha e seus aliados.

Dois anos depois do caso de Cunha, um jornalista me perguntou se eu não tive receio quando pedi o afastamento dele da presidência da Câmara, pois, além de poderoso, ele era frio e vingativo. Eu respondi:

"É preciso ter uma atuação reta. Se começa a colocar outros ingredientes na sua decisão, que não seja a decisão técnica, aquela que deve ser tomada, você se ferra. Se abrir exceção para um, vai ter que abrir exceção para todo mundo."

Nós sabíamos que Cunha era ousado e tinha ligações estranhas. Ouvíamos até que ele tinha ligação com um grupo de extermínio do Rio. Por isso, tínhamos porte de arma e andávamos com proteção. Mas receio do ex-deputado? Não. Ninguém da equipe tinha receio dele. É necessário enfrentar esse tipo de problema. Quem tem medo não pode ser investigador.

Com Cunha na Câmara, Bolsonaro não seria presidente

Em resumo, a ex-presidente Dilma Rousseff deve alguns meses extras de seu segundo mandato às investigações sobre Cunha. E aqui cabe uma referência especial ao Ministério

Público da Suíça, que fez uma irretocável investigação sobre a movimentação financeira do presidente da Câmara em bancos suíços. Se não fosse essa mãozinha vinda dos Alpes, e se Júlio Camargo não tivesse se dobrado a uma cooperação mais ampla, nossa investigação poderia ter sido arquivada por falta de provas, e Cunha não teria perdido o mandato. E arrisco uma hipótese: se tivesse sobrevivido à investigação, Eduardo Cunha, e não Jair Bolsonaro, teria sido eleito presidente do Brasil nas eleições de 2018.

Agora, quando escrevo este livro, ninguém mais parece se lembrar, mas em 2015, antes de receber o carimbo de corrupto e mentiroso, Cunha vinha recebendo crescente apoio do empresariado, dos evangélicos e dos grupos de direita que lideravam grandes manifestações contra a corrupção. Bolsonaro só passou a catalisar o sentimento anti-PT, que se traduzia nos protestos contra a corrupção na Petrobras, depois que Cunha perdeu o mandato, foi preso e saiu de cena. Nesse sentido, não seria errado dizer que Bolsonaro também deve parte da vitória na eleição presidencial ao sucesso da investigação contra Cunha, o que não deixa de ser um contrassenso no contexto geral. Isso porque o PP, onde militou Bolsonaro por longos anos, foi o partido, em termos numéricos, mais atingido pela Lava Jato. Foi o PP quem indicou Paulo Roberto Costa para a diretoria de Abastecimento e, com isso, instituiu na Petrobras a cobrança sistemática da propina vinculada a contratos da estatal com empreiteiras. Parlamentares do partido recebiam regularmente uma mesada, que em alguns casos chegava a R$ 150 mil, em troca do apoio a Costa. Bolsonaro foi um dos poucos do partido não mencionados nas delações do ex-diretor e do doleiro Alberto Youssef.

A lista de motivos para o afastamento de Cunha era imensa. Aqui estão alguns exemplos:

1. Apresentou, por meio da colega Solange Almeida (PMDB-RJ),

requerimentos na Comissão de Fiscalização da Câmara para pressionar Júlio Camargo a honrar o pagamento da propina.

2. Patrocinou a apresentação na Câmara de requerimentos contra empresas do grupo Schahin com o objetivo de favorecer o cúmplice Lúcio Funaro numa disputa judicial. No período, Funaro exigia indenização milionária dos Schahin pelo rompimento da barragem da Pequena Central Hidrelétrica de Apertadinho, em Rondônia. O negócio teria sido tocado numa sociedade entre Funaro e os Schahin.
3. Recebeu de Lúcio Bolonha Funaro veículos no valor de pelo menos R$ 180 mil.
4. Usou, em companhia de Funaro, avião de Júlio Camargo entre 29 de agosto e 11 de setembro de 2014. O uso do avião era parte do pagamento de propina pelos contratos da Samsung com a Petrobras.
5. Manobrou pela convocação da advogada Beatriz Catta Preta para prestar depoimento na CPI da Petrobras em 2015, justamente depois que Júlio Camargo, cliente dela, decidiu descrever o pagamento de propina a Cunha.
6. Contratou a Kroll por R$ 1 milhão para investigar os principais delatores da Lava Jato e também alguns procuradores, entre eles o próprio procurador.
7. Manobrou para que aliados apresentassem à CPI da Petrobras requerimentos de convocação e quebras dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da ex-mulher, da irmã e das filhas do doleiro Alberto Youssef, sem qualquer justificativa plausível.
8. Recorreu ao deputado Heráclito Fortes, um de seus aliados, para apresentar um projeto que impedia um delator de corrigir ou acrescentar informações em depoimentos já prestados, um caso sob medida para barrar a reviravolta na delação de Júlio Camargo.

9. Usou o cargo de presidente da Câmara para colocar em votação um projeto de lei que poderia eximi-lo da responsabilidade pela manutenção de valores não declarados no exterior (projeto de lei 2.960/2015).
10. Exonerou Luiz Antonio Souza da Eira da diretoria do Centro de Informática da Câmara apenas por este tê-lo reconhecido como autor dos requerimentos de extorsão apresentados por Solange Almeida contra Júlio Camargo.
11. Tentou prejudicar deputados do PSOL que ajudaram o partido Rede a pedir sua cassação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.
12. Fez ameaças e oferecimentos de vantagens ao deputado Fausto Pinato, um dos relatores do pedido de cassação de seu mandato no Conselho de Ética.

CAPÍTULO 9

Ele sim

De todos os investigados por nosso grupo de trabalho da Lava Jato em Brasília, Eduardo Cunha foi, de longe, o que mais opôs resistência ao trabalho do Ministério Público. Tivemos dificuldades com Fernando Collor, com Renan Calheiros e com muitos outros. Mas nenhum deles nos pareceu tão atrevido e tão influente quanto Cunha – nem mesmo Temer, investigado e denunciado quando ainda era presidente da República. Ao longo das investigações, Cunha conseguiu colocar contra a Procuradoria-Geral o vice-presidente da República, um ex-presidente da Câmara, um ex-procurador-geral, duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI da Petrobras e CPI da JBS) e uma bancada de fiéis e agressivos deputados, boa parte deles do Centrão, que ainda hoje dá as cartas no Congresso Nacional. Curiosamente, as investigações sobre o ex-deputado foram as mais rápidas e eficientes que fizemos. Em um ano e sete meses de investigação, ele foi afastado da presidência da Câmara, teve o mandato cassado e terminou preso em Curitiba. Foi uma virada de página no caso Petrobras e uma mudança nos rumos do país.

Começamos numa tremenda desvantagem. No início, quando o ministro Teori Zavascki autorizou a abertura do primeiro inquérito contra Cunha, tínhamos apenas o depoimento em que o doleiro Alberto Youssef relatava o pagamento de US$ 5 milhões a Cunha a pedido do lobista Júlio Camargo. Parte do pagamento teria sido intermediada pelo

lobista Fernando Baiano, inclusive com remessas ao exterior. A confissão do doleiro era explosiva, mais do que o necessário para abrir um inquérito, mas não suficiente para sustentar uma acusação formal. Youssef tinha falado sobre um requerimento de informação usado na Comissão de Fiscalização da Câmara para pressionar Camargo a pagar parte da propina a Fernando Baiano. O suborno total seria de US$ 40 milhões. Era a "comissão" cobrada para induzir a diretoria internacional, comandada por Nestor Cerveró, a adquirir, sem licitação, dois navios-sondas da Samsung Heavy Industries, um negócio de US$ 1,2 bilhão. Detalhe: Cerveró fechou o negócio sem o devido estudo de comprovação da necessidade dos dois navios. Ou seja, ao que tudo indica, a compra bilionária seria um meio de justificar a propina (partilhada entre Cunha, Baiano, Cerveró e Júlio Camargo), e não o contrário. Enfim, uma estranha inversão de prioridade, inclusive nesse mundo pantanoso da corrupção.

A traquinagem estava clara. O caso ganhou destaque no noticiário, e muita gente esperava uma resposta da investigação à altura do personagem e das cifras envolvidas. Mas o que ninguém fora do Ministério Público sabe é que, em determinado momento, nossa equipe quase jogou a toalha. Tínhamos a narrativa do primeiro delator, a acusação clara da cobrança da propina, mas faltava a prova material da ligação de Cunha com dois requerimentos usados para constranger Júlio Camargo. O jornal *O Globo* fornecera uma pista ao noticiar que os requerimentos tinham sido apresentados pela deputada Solange Almeida à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara em 2011, mas isso ainda não era a prova definitiva contra Cunha. Os requerimentos, endereçados ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério de Minas e Energia, cobravam informações sobre transações da Mitsui, empresa de Júlio Camargo, com a Petrobras. Eram pedidos vagos, que, se lidos com atenção, poderiam ser entendidos como uma ameaça velada de uma futura denúncia pública contra o empresário e a empresa. Não havia dúvidas sobre a chantagem. Mas, na letra fria da lei, faltavam as digitais do

verdadeiro responsável pela extorsão.

"Chefe, acho que vamos ter que arquivar", me disse o procurador-regional Douglas Fischer, que coordenou a primeira fase do grupo de trabalho da Lava Jato.

Meu assessor estava desolado. Especialista em lavagem de dinheiro, com vários livros publicados sobre Direito Penal, Fischer sabia que, com o que tínhamos em mãos, em pouco tempo teríamos que encerrar o caso. Seria uma derrota acachapante. Poderia enfraquecer as demais investigações e expor a Procuradoria-Geral à sanha de nossos oportunistas adversários. Mais uma vez me lembrei da frase do Antonio Fernando de Souza ("Essa investigação pode ter consequências nefastas para o Ministério Público"). Tínhamos rechaçado as investidas de Temer e Henrique Alves, conforme relatei no primeiro capítulo. Tínhamos ignorado a advertência do ex-procurador-geral. Agora estávamos prestes a ver o triunfo dos injustos. A menos de três quilômetros do meu gabinete, no Congresso Nacional, o exército de Cunha crescia na nossa direção. A CPI da Petrobras ameaçava quebrar meu sigilo telefônico e telemático. Deputados mais afinados com Cunha queriam me convocar para depor, uma forma de me expor ao ridículo. Era uma inversão absoluta de papéis. Os investigadores seriam investigados. Os réus estavam com o chicote nas mãos e com sede de vingança por causa de um inquérito que, eles não sabiam, andava mal das pernas.

Foi aí que o acaso conspirou a nosso favor, com ajuda do próprio presidente da Câmara. O deputado exonerou o diretor de Informática da Câmara, Luiz Antonio Souza da Eira, acusado de passar para o jornal *Folha de S.Paulo* a informação de que Cunha estava, sim, por trás do requerimento da chantagem. O requerimento apresentado por Solange Almeida tinha saído do computador de Cunha. Os dados estavam registrados no sistema de informática. Era a prova material de que precisávamos. Numa reação rápida, fizemos um "requerimento de informação para cumprimento imediato". Era um pedido de certa forma inovador, não explicitado em

nenhuma lei. O ministro Teori Zavascki me olhou desconfiado.

“Procurador, isto aqui é pedido de busca”, ele disse.

“Não é não, ministro. É pedido de certidão imediata de cópia de metadados”, respondi.

Não se tratava de uma questão meramente semântica. Se fosse um pedido formal de busca, o presidente da Câmara, isto é, o alvo da investigação, teria que ser avisado. Ou seja, ele teria algum tempo para impedir nossa chegada ao banco de dados e, não é difícil supor, poderia apagar os registros, sumir com os computadores, enfim, criar qualquer entrave contra a prova material que buscávamos. Não sei se Zavascki se convenceu com minhas explicações técnicas, mas com certeza compreendeu a relevância da ação e prontamente aprovou a inusitada certidão. Numa operação sigilosa, fomos à Câmara com um oficial de Justiça e exigimos que a diretoria-geral, sem avisar ao presidente da Casa, nos entregasse os metadados onde estava o registro de que o requerimento da chantagem fora elaborado no computador de Cunha, com a senha dele, num momento em que ele estava conectado à máquina. Para não despertar nenhuma suspeita, a equipe de procuradores chegou ao Congresso Nacional com um carro sem a marca “a serviço do Ministério Público” e o oficial de Justiça só se identificou como tal no momento de tirar o mandado de uma pasta e exigir que a ordem do ministro do Supremo fosse cumprida sem demora.

Ao contrário do que costuma acontecer em ações de buscas, dessa vez resolvemos não chamar a polícia. Era uma ação exclusiva do Ministério Público, com vistas, claro, a assegurar rapidez e manter cada detalhe da ação restrito a um pequeno círculo de investigadores. Surpreso com a visita, o diretor da Câmara até tentou resistir. Disse que teria que avisar ao superior hierárquico, no caso, Cunha. Aquela dificuldade não estava nos nossos planos, mas o chefe da equipe reagiu com presteza. Orientou o oficial de Justiça a registrar detalhadamente tudo o que ocorria, porque aquilo poderia dar ensejo a um pedido de prisão. Foram momentos de forte

tensão. Sem margem para negociação e com medo das consequências penais contra quem se coloca no caminho da Justiça, o diretor cedeu. Em um lance que parecia mágico, obtivemos a prova que faltava. Naquele momento, saíamos da lona e começávamos a virar o jogo.

Diante do requerimento da chantagem, Júlio Camargo, que praticamente ignorou Cunha na delação, decidiu refrescar a memória e, num detalhado depoimento, confirmou a tentativa de extorsão, o pagamento da propina e a agressividade do deputado na cobrança do suborno. Pelo que entendi, o lobista tinha medo físico do parlamentar. A delação de Camargo foi ampliada com a colaboração de Fernando Baiano, que, espremido pelas evidências, também concordou em contar como se utilizara dos serviços de Cunha para cobrar o restante da propina de Camargo.

A convergência das delações e a prova material da autoria do requerimento da extorsão seriam suficientes para uma condenação. Mas, como se tratava de um investigado mais do que influente, resolvemos caprichar e nesse período acho que fizemos um dos melhores trabalhos de investigação de toda a Lava Jato. Num de seus depoimentos, Júlio Camargo disse que, em determinado momento, se reuniu com Eduardo Cunha e Fernando Baiano para acertar o pagamento da parcela final da propina, US$ 10 milhões. Era mais um indicativo eloquente da presença do presidente da Câmara na cena do crime. Mas como e onde obter as provas materiais do encontro? Na linguagem dos jornalistas, era a bala de prata que estava faltando. Decidimos, então, concentrar todos os nossos esforços em "reconstituir" o encontro. Com a ajuda de Júlio Camargo recuperamos a data e o local. Ele, Cunha e Baiano tinham se encontrado no dia 18 de setembro de 2011, um domingo, numa sala do prédio Leblon Empresarial, na avenida Afrânio de Melo Franco, no Rio.

Cunha e Baiano chegaram juntos numa Range Rover, placa EIZ 8877, às 19h14, e deixaram o carro no estacionamento do Rio Design Leblon. Depois se encontraram com Júlio Camargo, e os três subiram juntos para uma das salas da empresa Sidus,

no terceiro andar do prédio, sede do escritório Weyne Costa Advogados, de um amigo de Fernando Baiano. Júlio Camargo, que tinha saído do aeroporto de Congonhas às 17h30 daquele domingo, chegou ao local num Camry preto, placa ELL 2211. Uma antena de transmissão, instalada na avenida Ataulfo Alves de Paiva, registrou que pouco antes da reunião Fernando Baiano fez oito ligações para um amigo. Durante a reunião, fez mais três chamadas. Mapear o trajeto de Júlio Camargo de São Paulo até o local do encontro e depois a volta para São Paulo, bem como indicar com dados materiais a presença de Cunha e Fernando Baiano, não era apenas um preciosismo de investigadores aferrados a detalhes. Era uma forma de não deixar a mínima margem para uma futura contestação. As longas horas na busca de registros de entrada no estacionamento, de uso da sala da reunião, das chamadas telefônicas e das passagens aéreas foram um trabalho de paciência magistral. Com aqueles dados, captados em diferentes fontes, era inegável que o encontro tinha de fato acontecido. Para completar, a reunião entre os três foi filmada por um circuito interno de TV do prédio. Era a cereja do bolo. Por melhores que fossem os advogados contratados por Cunha, nenhum deles poderia tirá-lo da cena do crime e nem dizer que ele estava com as mãos limpas.

Nesse caso também recebemos uma inesperada ajuda vinda do outro lado do Atlântico. Enquanto sofríamos aqui para chegar à prova de uma ligação material entre Cunha e a farra da compra dos navios-sondas, o Ministério Público da Suíça descobriu e mandou para o Brasil documentos com provas irrefutáveis de quatro contas de Cunha em bancos locais. As contas estavam em nome de *offshores* , mas tinham até fotos de seu usufrutuário, como mais tarde Cunha se autointitulou. Os procuradores suíços tiveram o cuidado ainda de mandar no pacote a movimentação das contas. Tínhamos ali a origem e o destino dos recursos, parte deles usada para bancar despesas do cartão de crédito internacional da mulher do ex-deputado. As informações dos suíços casavam com parte da delação do empresário João Augusto Rezende Henriques sobre

pagamento de US$ 1,5 milhão de propina a Cunha no exterior. A propina seria a comissão do deputado, que, com influência sobre a diretoria internacional, levara a Petrobras a comprar por mais de US$ 34 milhões um campo de petróleo no Benin, na África. Um prejuízo absurdo para a estatal. O poço estava seco. O rastreamento internacional mostrou que a propina abastecera as contas de Cunha na Suíça.

Apresentamos a primeira denúncia contra Cunha por corrupção e lavagem de dinheiro em 20 de agosto de 2015. Quatro meses depois, com mais informações coletadas, pedimos o afastamento do deputado da presidência da Câmara. Em março, o STF abriu processo contra o presidente da Câmara. Três meses depois, ele foi afastado da presidência.

Presentes não caem do céu

Devemos reconhecer mais uma vez o papel do Ministério Público da Suíça, especialmente do ex-procurador-geral Michel Lauber. Os procuradores não só mandaram as provas das contas de Cunha, como, num gesto de boa vontade, autorizaram que fizéssemos as investigações necessárias aqui no Brasil com vistas a um processo contra o deputado pelos mesmos crimes descobertos na Suíça, sem qualquer restrição. Não impediram nem mesmo a investigação sobre crimes tributários, uma praxe em casos similares. Isso não era uma simples medida burocrática. Até chegar a esse grau de confiança e ampla cooperação, tivemos que reconstruir pontes. Por erros de um colega de São Paulo, a Suíça andava ressabiada com os investigadores brasileiros. Só depois de uma longa negociação, conduzida do lado brasileiro por Vladimir Aras, é que as portas da colaboração voltaram a se abrir.

O retorno da troca de informações em alto nível tinha uma razão de ser que ia muito além da simpatia mútua. Os investigadores suíços estavam dispostos a limpar ou pelo

menos minimizar a imagem da Suíça como esconderijo seguro do dinheiro da corrupção, do tráfico e do terrorismo internacional. Isso ajudou muito. Toda vez que tínhamos uma suspeita sobre determinado investigado e fazíamos uma consulta, eles prontamente nos respondiam. Os documentos oficiais, que dariam lastro às nossas investigações, passavam pelos canais formais, como o Departamento de Recuperação de Ativos, do Ministério da Justiça. Mas alguns dados, que serviriam para confirmar hipóteses levantadas pela inteligência, eram transmitidos em trocas de mensagens pelo celular. A confiança e o respeito nas relações foram fundamentais na cooperação. Eles também ficaram impressionados com nossos sistemas de cruzamento de dados. Num gesto de humildade, até pediram que compartilhássemos nossa experiência.

CAPÍTULO 10

“Chefe, acho que vamos ter que prender um senador!” (Uma faísca no paiol de pólvora do governo)

Pelella entrou no meu gabinete para o primeiro despacho do dia. Ao final, depois da análise de documentos e das assinaturas habituais, disse, com toda a calma do mundo:

“Chefe, acho que vamos ter que prender um senador!”

Minha primeira reação foi de surpresa absoluta. Meu chefe de gabinete estava quase sempre de bom humor, mesmo nos piores momentos, mas não costumava fazer esse tipo de piada.

“Como assim, prender um senador?”, perguntei.

Era novembro de 2015, e os inquéritos abertos no início do ano andavam bem. Alguns avançavam mais que outros. Em julho tínhamos feito buscas em endereços de alguns políticos, entre eles Collor e os também senadores Ciro Nogueira e Fernando Bezerra (PSB-PE). Eram casos importantes, que também tinham bom andamento. Mas nenhum desses casos, até onde eu soubesse, continha os pressupostos necessários para justificar um pedido de prisão, ainda mais prisão preventiva. Como assim, prisão de um senador?

“E não é um senador qualquer, é o líder do governo”, ele acrescentou, com discreto sorriso no rosto e segurando um pen drive.

Ele falava com segurança, como se a simples visão do

minúsculo equipamento fosse, por si só, uma explicação eloquente o bastante para desfazer o aparente absurdo da afirmação que fazia.

"Vocês estão loucos? O que é isso?"

Pelella não respondeu diretamente. Apenas me pediu que, antes de qualquer conclusão, eu primeiro ouvisse a gravação que estava no pen drive. A qualidade do som não era das melhores, ele disse, mas o conteúdo era autoexplicativo. O senador Delcídio do Amaral, ninguém menos que o líder do governo no Senado, fora flagrado numa conversa nada republicana, e o único remédio possível era o xadrez. Muito jovem, mas experiente, Pelella não costumava errar, nem exagerar. Não por acaso ele tinha sido o primeiro colocado no concurso que o levara ao Ministério Público Federal, um dos vestibulares mais concorridos do país. Sim, o que ele me dizia parecia absurdo, mas certamente era verdade. Era o que eu me dizia, mas ainda, confesso, um tanto incrédulo. O que teria feito um senador àquela altura que merecesse prisão? A Lava Jato estava havia quase dois anos na rua e, como todos sabiam, se aproximava perigosamente do poder político.

No fim da tarde, depois de resolver questões urgentes do dia, peguei a gravação e fui direto para meu escritório, em casa. Um lugar silencioso, onde eu sabia que não seria interrompido. Aquele comentário, "Chefe, acho que vamos ter que prender um senador", martelava na minha cabeça. Será? Botei uma taça de vinho à mesa e o pen drive no laptop. Foram algumas horas de incredulidade e repulsa. O líder do governo no Senado, um homem grisalho, experiente e sempre muito educado, fora flagrado num monumental exercício de desfaçatez. Numa roda de conversa com o ator Bernardo Cerveró, filho de Nestor Cerveró, e com o advogado Edson Ribeiro, Amaral tramava uma mirabolante fuga do ex-diretor da área internacional da Petrobras, um dos alvos centrais da Lava Jato, para a Espanha. Pelo roteiro do senador tagarela, a Segunda Turma do Supremo concederia um habeas corpus para Cerveró. Uma vez fora da cadeia, ele seria levado para o Paraguai e, de lá, direto para a Espanha, em um jato capaz de

cruzar o Atlântico sem necessidade de reabastecimento. A tornozeleira eletrônica, artefato de uso quase obrigatório para todos os presos da Lava Jato agraciados com habeas corpus naquele período, seria desativada. Na Espanha, Cerveró seria novamente um homem livre, fora do alcance da polícia brasileira. O ex-diretor tem cidadania espanhola e não poderia, em tese, ser mandado de volta para o Brasil.

A família de Cerveró seria generosamente amparada: Bernardo Cerveró receberia R$ 50 mil no ato do acordo e os outros familiares teriam uma mesada de igual valor por tempo indeterminado. Edson Ribeiro, advogado de Nestor Cerveró, seria agraciado com R$ 4 milhões para vetar a delação do cliente ou, em último caso, impedir que o ex-diretor incluísse o nome de Amaral e de André Esteves, do banco BTG Pactual, num eventual acordo de colaboração. Parte dos custos seriam bancados por Esteves, segundo relatou mais tarde Bernardo Cerveró.

E como esse plano, com tantas variáveis e com um final feliz, seria executado? Simples. Amaral diz, no desabrido diálogo, que já tinha falado sobre o habeas corpus de Cerveró com Teori Zavascki, relator da Lava Jato, e com José Antonio Dias Toffoli, presidente da Segunda Turma. Numa outra frente, ele escalaria o presidente do Senado, Renan Calheiros, para cabalar o voto de Gilmar Mendes. O ministro, aliás, já tinha sido procurado pelo vice-presidente Michel Temer, que estaria com receio da delação do ex-diretor da Petrobras, Jorge Zelada.

"Agora, agora, Edson e Bernardo, eu acho que nós temos que centrar fogo no STF agora. Eu conversei com o Teori, conversei com o Toffoli, pedi pro Toffoli conversar com o Gilmar, o Michel conversou com o Gilmar também, porque o Michel tá muito preocupado com o Zelada, e eu vou conversar com o Gilmar também", afirma Amaral em um dos trechos mais emblemáticos da gravação, sem qualquer espanto dos ouvintes.

Ah, e como se não bastasse, como se aquilo fosse nada para os superpoderes que detinha, Amaral disse ainda que falaria

com o ministro Edson Fachin para conceder um habeas corpus para Paulo Roberto Costa, o titã número 1 da corrupção na Petrobras. Aquilo era realmente inacreditável. Um senador prometendo botar no bolso quatro ministros do STF e, num passe de mágica, tirar de cena os dois mais importantes ex-diretores da Petrobras investigados pela Lava Jato. Era como se ele pudesse imobilizar o país por alguns momentos e agir livremente, como um gigante invisível. Estaria o senador tentando reescrever um romance do realismo mágico de García Márquez? Não sei. A crítica literária nunca foi meu forte. A única coisa que pensei foi: *Isso aqui é caso de cana, sim* .

Eu acho que vamos ter que prender um senador. E não é um senador qualquer, é o líder do governo , disse a mim mesmo, enquanto fechava o laptop. A garrafa de vinho estava vazia e eu sentia um imenso cansaço.

No dia seguinte, fui direto para o gabinete de Zavascki.

“ *Houston, we have a problem!* ”, eu disse, logo que ele fechou a porta e ficamos a sós.

Eu não costumava falar assim com o relator da Lava Jato. Mas, tal qual o astronauta Jack Swigert durante a viagem da Apollo 13 à Lua, nos idos dos anos 1970, nós tínhamos um problema grave, que poderia explodir de vez a Lava Jato. Swigert tinha virado personagem de um filme de grande sucesso. Nós estávamos próximos de protagonizar uma comédia, se medidas enérgicas não fossem tomadas imediatamente.

“O que foi?”, perguntou Zavascki, pregando os olhos em mim.

Quando eu comecei a falar, ele me cortou.

“Não venha me dizer que você veio me pedir a prisão de um senador da República.”

Eu, com a mesma fleuma que vira em Pelella, disse que ia, sim, pedir a prisão do líder do governo no Senado. Ele me respondeu “Nãããão!”, como quem diz: não me traga um pepino desse tamanho numa hora dessas.

“Ministro, escute este áudio e depois me chame para conversar”, foi o que eu disse antes de entregar o pen drive e

voltar para a Procuradoria-Geral.

No dia seguinte ele me chamou para tomar um café no gabinete. Mal fechou a porta e foi direto ao que interessava.

"O pedido de prisão está pronto?"

"Sim, está pronto."

"Pode entrar com o pedido, então. É caso típico de prisão. Não tem outro remédio. Não tem mesmo. Vou negociar com o pessoal da Turma."

O ministro também estava estarrecido com o teor dos diálogos. Zavascki sempre foi muito tranquilo. Nunca o vi alterar tom de voz ou semblante. Daquela vez não foi diferente. Sem demonstrar qualquer tensão, ele me disse que aquilo tudo era um absurdo. Ele conversaria com os colegas de Turma, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, e depois voltaria a falar comigo. O caso exigia um cuidadoso estudo de cenário. No STF é assim: os casos mais sensíveis, que podem afetar as relações com outros poderes, são, em geral, tratados de forma reservada. Só depois, com ou sem entendimento prévio, é que são levados ao plenário. Estrategista refinado, Zavascki gostava de compartilhar com os demais ministros a responsabilidade pelo encaminhamento e pelas decisões dos processos mais impactantes. Afinal, a Corte é um colegiado, ou pelo menos deveria ser, e não 11 ilhas decisórias.

Logo depois, não sei se no mesmo dia ou no dia seguinte, o ministro me chamou para mais uma conversa no gabinete dele. Na mesa de vidro redonda pude ver as marcas de dedos que se arrastavam em várias direções. *A reunião com o pessoal da Turma deve ter sido tensa* , pensei. Não deve ter sido fácil para os ministros ouvir aquela conversa, sobretudo porque alguns eram citados explicitamente ali como massa de manobra de um boquirroto. Mas, antes que eu concluísse minhas divagações, Zavascki me disse o que eu precisava ouvir. Ele autorizaria a prisão e, depois, a levaria para o colegiado referendar. Como se tratava de uma situação inédita, ele exigiu alguns cuidados.

"Vamos estabelecer a forma de execução disso. É a

primeira vez que a gente vai prender um senador. É um senador importante. Vai ter busca e apreensão na casa dele, no gabinete, na liderança do governo no Senado. Então eu não quero estardalhaço. Não quero ninguém fardado, todo mundo tem que ir de terno. Não quero sirene ligada. Não quero algema", disse.

Antes que um desavisado tire conclusões apressadas, é importante dizer que não havia, na cautela do ministro, nenhum temor ou vontade de proteção a um personagem do alto escalão. A preocupação era fazer tudo dentro dos limites da lei, sem dar margens a críticas sobre eventuais excessos e, sobretudo, sem despertar a ira de colegas do senador. A ordem de prisão teria ainda que ser chancelada no mesmo dia pelo plenário do Senado. Respondi que eu mesmo acompanharia a operação. Eu, na verdade, acompanhava todas as grandes operações. Uma delas foi a busca na casa de Collor. Não haveria qualquer dificuldade em reservar o dia apenas para coordenar a ação dos diversos grupos a serem escalados para a missão.

Zavascki ainda me pediu para destacar dois procuradores para acompanhar as equipes da Polícia Federal no cumprimento das ordens de prisão e dos mandados de busca. O ministro deixou claro ainda que, antes da execução da prisão, o presidente do Senado teria que ser avisado. O.k., não haveria nenhum problema. Calheiros seria avisado no momento oportuno. Em uma reunião com minha equipe, pedi que obtivessem os telefones de Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, secretário-geral do Senado, e da secretária de Calheiros. Teríamos que manter os canais abertos com a segurança do Senado. Esses detalhes poderiam ser decisivos na madrugada, na hora das prisões. Não poderíamos deixar que a falta de um número de telefone, um tropeço qualquer, colocasse em risco a maior ação de rua da Lava Jato em Brasília até aquele momento.

Na raiar do dia seguinte, 25 de novembro, uma quarta-feira, Amaral foi preso em seu quarto, em um hotel cinco estrelas, próximo ao Palácio da Alvorada. Mais difícil que a

prisão do senador foi a conversa que tive antes de o sol raiar com Renan Calheiros. Quando as equipes da polícia e dos nossos procuradores já estavam no hotel e no Senado prontos para cumprir as ordens de Zavascki, eu decidi que estava na hora de falar com Calheiros. Estava com parte da minha equipe na Procuradoria-Geral. Liguei para a secretária e para Bandeira. Nenhum dos dois atendeu. As equipes de rua, com as quais mantínhamos contato permanente, começaram a ficar apreensivas. "E agora, como é que a gente faz?" Em pouco tempo, servidores começariam a chegar ao Senado. O aumento da chegada e da saída de hóspedes no hotel poderia dificultar o isolamento da área. Teríamos que sair daquela encrenca rapidamente. Eu pedi calma. Ninguém deveria fazer nada enquanto eu não desse o o.k.

Sem alternativa, liguei direto para a residência oficial do presidente do Senado. Um segurança atendeu a ligação.

"Bom dia, aqui quem está falando é o Rodrigo Janot. Sou o procurador-geral da República. Preciso falar com o presidente. É um caso urgente!", eu disse.

O segurança respondeu que o senador estava dormindo e não poderia ser acordado naquele momento. Eu tive, então, que mudar o tom.

"Se você não acordar o senador agora, sou eu quem vai aí. Vai ser pior, sou eu quem vai bater à porta do quarto dele. Eu não tenho mais tempo para continuar com essa conversa!"

O segurança entendeu o tom de urgência e transferiu a ligação para o quarto do senador. A esposa dele atendeu com voz de sono. Eu me identifiquei e pedi desculpa pelo horário inoportuno da ligação, mas disse que o assunto era relevante e urgente.

"Preciso falar agora com o senador!"

Do outro lado da linha, eu pude ouvi-la falar baixinho, provavelmente com a mão no bocal do telefone:

"É ele... É ele... É ele."

Seguiu-se um longo silêncio até que o senador viesse ao telefone.

"Bom dia, presidente. Desculpe o incômodo da ligação

nesse horário, mas vai acontecer uma diligência agora e eu tenho que lhe informar. Nós vamos prender um senador!

Fez-se se um novo e longo silêncio do outro lado da linha. Meu interlocutor parecia travado. Eu pensei: *E agora, o que eu falo para tirar essa trava? Preciso resolver isso logo. Tem gente na rua esperando um comando meu. O sucesso da operação depende disso* . Então, com uma absoluta falta de tato, disparei:

"Não é o senhor, não!"

As palavras mal escaparam da minha boca e eu percebi, constrangido, o tamanho da gafe. *Não acredito que falei isso* , pensava. *E agora, o que dizer?* O senador, então, me perguntou quem seria preso. Quando eu disse que seria Delcídio do Amaral, ele pareceu subitamente aliviado, e a conversa fluiu normalmente.

Expliquei que a ordem de prisão fora expedida com base em um pedido meu. O filho de Cerveró gravara uma conversa em que Amaral tramava a fuga e o silêncio do ex-diretor da Petrobras. A ordem de prisão seria cumprida naquele momento, mas precisaria ser referendada mais tarde pelo plenário do Senado. Ele seria comunicado oficialmente do processo. O senador me pediu uma cópia do pen drive. Ele queria ouvir a gravação com os líderes dos partidos e encaminhar as decisões necessárias quanto antes. Eu não tinha nenhum funcionário que pudesse levar o pen drive à casa dele; era muito cedo, o expediente só começaria mais tarde. Ele achou por bem mandar acordar uma das secretárias para buscar o pen drive no meu gabinete. Não sei se era a mesma secretária que não tinha atendido minha ligação minutos antes. O fato é que ele ouviu a gravação com os líderes e, no mesmo dia, o plenário convalidou a prisão do senador, um novo momento histórico na sucessão de momentos históricos da Lava Jato. O mandato parlamentar já não era uma capa de aço, o degenerado manto da impunidade. Alguns senadores já tinham sido processados, cassados e até condenados. Mas aquela era a primeira vez que o Senado Federal se reunia para dizer sim à prisão preventiva de um senador. Pela primeira vez, teríamos um senador preso em

pleno exercício do mandato.

Delcídio do Amaral foi preso em um quarto do segundo andar do luxuoso hotel Royal Tulip pela equipe do delegado Thiago Delabary, acompanhada dos procuradores Douglas Fischer e Marcelo Miller. Depois de passar pela portaria e pela recepção do hotel, com as devidas advertências aos funcionários do local de que ali estava em curso uma operação da polícia e eles não poderiam se comunicar com mais ninguém fora daquele espaço, Fischer e Delabary subiram até o quarto do senador. O delegado já estava com uma cópia da chave, mas ambos acharam melhor pedir para o recepcionista ligar para o quarto do senador e solicitar que ele mesmo abrisse a porta, porque a polícia queria falar com ele. O recepcionista cumpriu a ordem exatamente como fora instruído. No corredor era possível ouvir o toque do telefone e a reclamação do homem que acabava de ser acordado.

“Como assim, Polícia Federal? Eu sou um senador. Eles não podem entrar aqui”, dizia Amaral.

O delegado decidiu, então, intervir. Ainda no corredor, fez a devida identificação e disse que tinha uma cópia da chave do quarto. Se o senador não abrisse a porta, ele mesmo o faria. Depois de um longo silêncio, Amaral abriu a porta. Parecia irritado, confuso. Delabary anunciou que tinha um mandado de busca contra ele expedido pelo Supremo e que seria cumprido naquele instante. Fischer se apresentou como procurador da República. Seria mais uma garantia de que ele não sofreria qualquer ilegalidade. O senador, ainda assustado, pediu para falar com o advogado, mas só conseguiu contato depois de mais de dez tentativas. Ao final das buscas, encerradas em menos de uma hora, o delegado se voltou para o senador e disse que tinha um mandado de prisão, também expedido pelo Supremo. Ele estava, a partir daquele momento, preso. Segundo me contaram, ao ouvir a voz de prisão, Amaral ficou pálido.

“Eu não posso ser preso. Sou um senador!”

Coube a Fischer entrar em cena e explicar que a ordem de prisão obedecia aos preceitos legais. A lei permite, sim, a

prisão em flagrante de parlamentar. Amaral pediu novamente para falar com o advogado, que parecia não aceitar o fato de que o cliente estava sendo preso. Logo depois, pediu para falar com a mãe, uma mulher já idosa, que vivia em Campo Grande. Depois de várias tentativas de ligações sem sucesso, o senador descobriu mais um detalhe que, para ele, era chocante.

“Doutor, está acontecendo alguma coisa em Campo Grande?”, ele quis saber.

Sim. A Polícia Federal estava fazendo buscas simultâneas em todos os endereços oficiais dele, inclusive na liderança do Senado. Quando soube das buscas na casa da mãe, o senador se tornou ainda mais agitado. No meio da confusão, pediu para tomar banho. Foi autorizado, desde que não trancasse a porta do banheiro. Eram medidas de segurança. Quando tudo parecia sob controle, eis que entra o gerente do hotel e diz para Fischer, a quem já conhecia, que “a imprensa toda está lá fora”. Era tudo que não poderia acontecer. Zavascki tinha pedido discrição absoluta. Não poderíamos permitir a exposição do preso. Para driblar os jornalistas, os dois procuradores saíram no carro da polícia, enquanto Amaral era levado por Delabary e um agente numa caminhonete descaracterizada do Ministério Público. Quando chegou a uma sala da Superintendência da PF, na Asa Sul, onde permaneceria preso nos dias seguintes, o senador fez mais um pedido:

“Quero falar com minha mãe!”

Depois da prisão de Amaral, algumas pessoas começaram a difundir a versão de que ele tinha sido vítima de um flagrante preparado. Na falta de argumento melhor, diziam que investigadores teriam orientado Bernardo Cerveró a gravar a conversa com o senador. Uma bobagem sem tamanho, que não resiste a um minuto de análise. Cerveró, o filho, pode até ser um bom ator, mas quem entrou em cena e assumiu o protagonismo do roteiro criminoso foi o líder do governo. Uma pessoa sobre a qual se pode dizer muita coisa, menos que era ingênua. E o que Bernardo Cerveró ganharia com a prisão do senador? Nada, a não ser, claro, um inimigo

poderoso. Não me parece que, com o pai preso, ele estivesse em condições de sair por aí fazendo inimizades.

A verdade é que Bernardo Cerveró procurou Sérgio Bruno, coordenador do grupo de trabalho, falou sobre o assédio do senador e entregou o pen drive com a gravação de uma das conversas que tiveram. O ator entendera claramente que, com o pai preso, aquela movimentação do senador e do advogado só poderia complicar a situação e, pior, atingir outras pessoas da família. Não há dúvida de que ele escolheu o melhor caminho. Também não há razão para especular sobre uma intervenção ilegal da minha equipe de investigação num caso que chegou às nossas mãos praticamente pronto. Nosso único trabalho foi emoldurar a cena num tipo penal adequado para dar suporte aos pedidos de prisão preventiva.

Se eu tivesse que buscar uma explicação além da que está nos autos, diria que o movimento impulsivo do senador era a reação de um sistema político doente aos efeitos profiláticos da Lava Jato. Apavorado com o risco de ser delatado e preso, Amaral se precipitou na prática de um crime. Quem conhece o campo da investigação criminal sabe que isso não é novidade no comportamento de quem ultrapassa as barreiras da lei. Culpa e medo de réus ou de potenciais investigados costumam ter importância decisiva no desenlace de crimes de grande repercussão.

Menos de um mês depois de preso, a imagem do homem inocente, vítima de um complô, que o senador tentava construir para si caiu por terra. Com dificuldades de se adaptar à rotina da cadeia e ciente de que as provas contra ele eram contundentes, Amaral contratou novos advogados e partiu para a delação. Nossa primeira providência foi transferi-lo da Superintendência da Polícia Federal para um quartel do Corpo de Bombeiros. Longe do entra e sai de advogados, parentes e policiais que se vê todo dia na PF, diminuiríamos os riscos de vazamento. Sabíamos que a delação do senador seria explosiva, como acabou sendo, nem tanto pelo conteúdo, mas pela identidade do delator. Afinal, era o líder do governo que resolvera abrir a boca num

momento político delicado.

Para garantir o sigilo, criamos até uma história de cobertura. Se alguém descobrisse e viesse nos perguntar por que o senador estava numa prisão de oficiais, e não na PF, diríamos que a mudança se devia a razões médicas. Acho que alguns jornalistas até desconfiaram da movimentação no quartel, mas felizmente nada vazou, e o senador pôde ser ouvido sem nenhuma perturbação externa. Em 21 anexos, Amaral disparou acusações contra a presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula, o vice-presidente Michel Temer, o presidente do PSDB, Aécio Neves, e o banqueiro André Esteves, entre outros personagens centrais do mundo político e empresarial. De todas as acusações, duas me chamaram mais atenção. A primeira era sobre a atuação da presidente na escolha de um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para esvaziar parte da Lava Jato no tribunal. A outra era sobre a manobra de Aécio Neves para alterar o curso da CPI dos Correios, a investigação que levaria à prisão as cúpulas do PT e do Banco Rural.

Com certa desenvoltura, Amaral contou que a indicação do desembargador Marcelo Navarro, do Tribunal Regional Federal da 5 ª Região, para o STJ fazia parte de uma manobra do governo e de parte do Congresso para soltar o presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, que estava preso em Curitiba. O empresário, dono da maior empreiteira da América Latina, maior financiador de campanhas eleitorais do país, fora preso em 19 de junho, e, para surpresa de muitos, a prisão vinha sendo mantida ao longo dos dias. A detenção do empresário representava pressão máxima sobre o mundo político. Algo deveria ser feito. E esse algo era a nomeação de Navarro para o STJ. O senador conta que, na condição de líder do governo, se reuniu com a presidente Dilma no Palácio da Alvorada para tratar do assunto. Numa caminhada pelos jardins do Palácio, a presidente teria orientado o senador a sondar com Navarro a disposição dele de votar a favor do dono da Odebrecht. O senador atendeu a sugestão e, no dia 22 de julho, se reuniu com Navarro no Palácio do Planalto para

arrematar a negociação.

As tratativas teriam passado ainda pelo presidente do STJ, Francisco Falcão, amigo de Navarro. Amaral não tinha gravado as conversas com a presidente e com o ministro, mas agendas extraídas do computador dele registravam os encontros com Dilma e com Navarro. Outro detalhe importante é que, na primeira votação como ministro da Quinta Turma do STJ, Navarro votou pelo relaxamento da prisão de Marcelo Odebrecht. O empresário só não foi solto porque outros quatro ministros votaram pela permanência dele na cadeia. Se comparado com o que mais tarde seria revelado pela Lava Jato, inclusive com a delação do próprio Marcelo Odebrecht, a acusação de interferência do governo no Judiciário pode parecer um fator de menor relevância. Mas naquele momento não era. Pelo contrário, as acusações do senador empurraram a Lava Jato para dentro do Palácio do Planalto. Até então a Operação se concentrava nas relações de diretores da Petrobras, empreiteiras e doleiros com deputados e senadores. Amaral apontou o dedo contra Dilma e, com o gesto, trincou a imagem de neutralidade absoluta que a presidente cultivava perante as investigações sobre o lamaçal da Petrobras.

A acusação de que Aécio Neves agiu para atrapalhar as investigações da CPI dos Correios, entre 2005 e 2006, também foi um disparo de impacto. O senador contou que Neves pedira a ele para prorrogar o prazo de entrega dos documentos sobre a movimentação financeira do Banco Rural pedidos pela Comissão. Com a ampliação do prazo, o banco teria tido tempo para maquiar dados e excluir informações comprometedoras contra Neves e Clésio Andrade, no período em que os dois foram, respectivamente, governador e vice-governador de Minas Gerais. Os canhões da CPI tinham estado direcionados contra dirigentes do PT e do Banco Rural. A revelação dos dados excluídos dos documentos enviados à comissão poderia arrastar Neves para o centro do escândalo, com dois resultados possíveis. Um deles seria enlamear o PSDB, que liderava a oposição. O outro, mais provável, seria

reduzir, na esfera política, as investigações contra o partido do governo.

Amaral contou ainda que os deputados Carlos Sampaio e Eduardo Paes, as duas vozes mais estridentes do PSDB na CPI, sabiam da manobra para proteger Aécio. Sim, era um escândalo dentro do escândalo. Na frente das câmeras, líderes da oposição faziam discursos veementes, às vezes raivosos, contra a corrupção e em defesa da moralidade no trato da coisa pública. Nos bastidores, repetiam os mesmos vícios condenados nos adversários. Isso explica um pouco por quê, apesar das aparentes mudanças, tudo permanece como sempre foi ao longo da história política brasileira. As mudanças são tópicas, apenas de fachada. As estruturas sobrevivem aos choques partidários e aos clamores das ruas.

Amaral também falou sobre as relações de Aécio Neves com Dimas Toledo, ex-diretor de Engenharia de Furnas. Na mesma linha de Alberto Youssef, o senador disse que vários políticos recebiam regularmente propina de empresas com contratos com Furnas. Neves era um dos nomes mais vistosos dessa lista. O esquema era o mesmo identificado na Petrobras pela Lava Jato. Empresas contratadas por uma estatal faziam pagamentos de propinas a políticos que davam sustentação aos diretores da empresa. O curioso é que parte desse esquema foi descoberto ainda quando se investigava o mensalão e, não sei por quê, as investigações foram deixadas de lado.

As informações de Amaral não eram suficientes para ensejar uma condenação. Eram difíceis até mesmo como ponto de partida de uma investigação, mas ajudaram a mostrar que as suspeitas contra o ex-governador de Minas não se resumiam às memórias incompletas de um doleiro enrolado.

Tempos depois, alguns críticos disseram que a delação de Amaral carecera de provas e, portanto, o acordo que fizemos com ele deveria ter sido cancelado. Chegaram a dizer, de forma maldosa, que o senador fez apenas uma crônica da vida política. Ora, isso não é verdade. Delcídio do Amaral fez

relatos de crimes graves e indicou caminhos por onde as provas poderiam ser obtidas. As investigações, de fato, não avançaram como queríamos. Mas isso se deve muito mais à complexidade dos crimes narrados do que a eventuais falhas da delação. Eu mesmo pedi o arquivamento do inquérito sobre Dilma e os dois ministros do STJ. Fiz isso porque as informações eram falsas? Não necessariamente. Optamos pelo encerramento do caso porque, num determinado momento, esgotamos todas as nossas possibilidades de investigação sem alcançar os indícios necessários para uma acusação formal. Não é fácil provar que um ministro votou desta ou daquela maneira para atender um acerto prévio. Sem registro material de um eventual acordo espúrio, o investigado sempre poderá reivindicar, de forma legítima, livre convencimento. "Votei assim porque me convenci de que essa era a decisão mais justa", ele poderia dizer, e ninguém teria autoridade para afirmar o contrário. Juízes têm autonomia para decidir pelo que consideram mais justo. Se não fosse assim, não seriam juízes.

A outra opção que tínhamos quando Amaral pediu para fazer acordo era simplesmente não aceitar a proposta. Nesse caso, o que diriam os críticos quando soubessem que o líder do governo denunciara a chefe dele, acusara o líder da oposição e muitos outros políticos importantes e, mesmo assim, o Ministério Público Federal não se interessara pelo caso? Não, isso não seria razoável. Eu e meus auxiliares seríamos triturados. O mínimo que diriam é que teríamos prevaricado à luz do dia diante de uma nação sequiosa por correção e coragem. Enfim, acho que fizemos a coisa certa e, se fosse possível recuar no tempo, faria exatamente o que fiz.

O acordo com Amaral colocou a Lava Jato num patamar mais elevado. O primeiro senador a ser preso em flagrante era também o primeiro integrante da base governista a fazer uma delação contra o governo e contra parte da oposição. Faltaram contas bancárias, livros-caixas, gravações de conversa? Sim, faltaram. Mas o senador era um político, não um operador financeiro. Por isso, a delação dele era mais importante pelas

revelações de detalhes sobre determinadas relações políticas do que por eventuais indicativos de movimentações financeiras.

Aceitar o acordo de delação de Amaral não foi, por si, uma decisão fácil como alguns podem pensar. Eu e meus auxiliares mais próximos sabíamos que estávamos entrando num caminho sem volta. Dali em diante não teríamos mais diálogo com o Executivo e com o Legislativo. Ninguém tinha receio pessoal. Nesse ponto, acho que estávamos devidamente protegidos. Nossa preocupação era com medidas contra a instituição, o retorno da Lei da Mordaça e outras quinquilharias legais que pudessem reduzir os poderes de investigação do Ministério Público, duramente conquistados nos últimos anos. Ainda assim, mesmo cientes dos riscos, resolvemos assinar o acordo porque não era possível fechar os olhos para crimes graves, descritos por ninguém menos que o líder do governo no Senado.

Com os depoimentos da delação encerrados, Amaral deixou a prisão em 19 de fevereiro de 2016. Duas semanas depois, a revista *IstoÉ* divulgou com estardalhaço parte do conteúdo de alguns depoimentos. A publicação centrou fogo nas acusações dele contra Dilma e Lula. Não sei por que se omitiu em relação a Aécio Neves e outros importantes nomes mencionados pelo senador-delator. A divulgação da delação, naquele formato, caiu como uma bomba no conflagrado ambiente político de Brasília. Em agosto, cinco meses depois, o Senado aprovou o impeachment da presidente.

Tenho a impressão de que a delação do senador catalisou o movimento pelo impeachment e ajudou a tirar do poder o governo do qual ele era, até ser preso, uma peça-chave. O processo para o impedimento da presidente já estava em curso desde o início de dezembro, quando Eduardo Cunha e Michel Temer romperam de vez com Dilma Rousseff. A prisão, a delação e, depois, a cassação do mandato de Amaral deixaram à mostra a fragilidade e a desorganização do governo.

Para completar, em 16 de março, duas semanas depois de

partes do conteúdo da delação virem à tona, foi divulgado o teor de uma interceptação em que Dilma acertava com Lula o termo de posse dele na Casa Civil. Estaria ela tentando tirar o ex-presidente do alcance da Lava Jato de Curitiba? Se Lula tivesse status de ministro, as investigações sobre ele teriam que sair da 13 ª Vara, em Curitiba, e ser remetidas ao Supremo. Estaria a presidente tentando interferir na Lava Jato? A pergunta, mesmo sem uma resposta incontroversa, abriu uma avenida para os adversários do governo. Dali até o impedimento da presidente foi um piscar de olhos.

Delcídio do Amaral não foi a causa, mas um sintoma, de um governo fraturado. Numa análise em retrospectiva, minha conclusão é que a bomba e o rastilho da pólvora já estavam lá. Ao tramar a fuga de Cerveró e depois delatar colegas de partido, o senador mato-grossense-do-sul, de cabelos prateados e voz macia, foi a faísca que faria tudo explodir. E, veja bem, tudo que ele queria era salvar a própria pele.

Às vezes, mudanças históricas são só o somatório dos mais baixos instintos.

CAPÍTULO 11

Os pedidos de prisão de Sarney, Calheiros e Jucá – o dia em que quebraram o nariz da Lava Jato

ROMERO JUCÁ Tem que resolver essa porra! Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria.

SÉRGIO MACHADO E um acordo, botar o Michel Temer num grande acordo nacional.

ROMERO JUCÁ Com o Supremo, com tudo.

ROMERO JUCÁ Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem: "Ó, só tem condições sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali [na Presidência da República], a imprensa – os caras querem tirar ela –, essa porra não vai parar nunca". Entendeu? Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo. Os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o que, para não perturbar. (Trechos de um dos diálogos entre o senador Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.)

No primeiro semestre de 2016, a Lava Jato seguia de vento em popa. Eu só não diria que éramos mais populares que Jesus Cristo porque não quero cometer o mesmo erro de um dos

Beatles, que ousou tocar em um mito religioso, sem se dar conta do peso da religião, inclusive no mundo pop. O fato é que nós, procuradores, juízes e policiais, experimentávamos uma popularidade nunca vista antes no meio jurídico. Em qualquer lugar a que fôssemos, fosse restaurante, livraria, aeroporto, logo aparecia alguém para pedir autógrafo, tirar fotos, manifestar apoio. Em dois anos de existência, a Lava Jato tinha acumulado uma série de impressionantes e surpreendentes vitórias. Os maiores empreiteiros do país, grandes financiadores de campanhas eleitorais, estavam presos e começavam a confirmar, em sucessivas delações, toda a podridão do submundo da propina que envolvia a Petrobras. Os tribunais superiores chancelavam quase todas as decisões da 13ª Vara Federal de Curitiba, mesmo aquelas que pareciam mais heterodoxas. O Supremo tinha acolhido nossos pedidos de abertura de inquérito e, a rigor, endossara boa parte de nossas iniciativas, entre elas a denúncia contra o ainda todo-poderoso presidente da Câmara Eduardo Cunha e até mesmo a prisão em flagrante do influente líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral. Em 17 de abril, a Câmara, num clima de cruzada cívica, acolheu o pedido de impeachment e afastou em caráter temporário a presidente Dilma Rousseff, eleita com 54 milhões de votos, por "manobras contábeis" no Orçamento da União.

Vendo todo esse conjunto de fatos, alguém poderia perguntar: o Brasil realmente mudara? Tínhamos deixado para trás nossa histórica tolerância com o improviso, o jeitinho e a corrupção? Finalmente tínhamos atingido um patamar moral de fazer inveja ao mais rigoroso dos filósofos alemães? Infelizmente, eu teria que responder que a realidade era bem diferente do que esse recorte sugere.

Em maio, um mês depois do afastamento de Dilma, em meio à indignação cívica, eu pedi a prisão do ex-presidente José Sarney, do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do senador Romero Jucá, por obstrução à Lava Jato e pela modesta acusação de chefiarem um grupo que, em dez anos, teria recebido mais de R$ 100 milhões de propina da

Transpetro, uma subsidiária da Petrobras.

O pedido foi sumariamente rejeitado pelo Supremo. Não só isso. Parte da imprensa, que aplaudia cada passo da Lava Jato e até cobrava medidas cada vez mais duras, redirecionou as baterias contra o Ministério Público Federal, especialmente contra mim e minha equipe em Brasília. Muitos políticos que festejavam o impeachment e até se fantasiavam de verde e amarelo, como se fizessem parte do nascimento de uma nação, abandonaram rapidamente frases feitas contra a corrupção e passaram a criticar o "açodamento" dos investigadores, a suposta falta de provas e, pasme, o "estrelismo" do procurador-geral da República, que estaria mais preocupado com a própria imagem que com o destino grandioso do país. Sim, o que antes era coragem, da noite para o dia se tornou covardia; celeridade virou pressa e eficiência ganhou o apelido de irresponsabilidade.

Estava claro que a Lava Jato esbarrara numa muralha com os nomes de Sarney, Calheiros e Jucá. Não era necessário nos olharmos no espelho para ver nosso nariz quebrado. A Lava Jato, que havia tocado em vários nichos de poder nos seus dois primeiros anos, tinha chegado aos donos do poder, e o resultado não poderia ser outro senão um pouco mais do mesmo ciclo histórico de impunidade, que insiste em sobreviver no país desde as capitanias hereditárias.

Sim, a Lava Jato sofrera uma grande derrota no Supremo, uma derrota que começara com uma auspiciosa vitória.

Ainda estávamos absorvendo a delação de Amaral quando a advogada Fernanda Tórtima apareceu na Procuradoria-Geral da República como portadora de uma oferta de delação do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Líder do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no Senado, Machado estava disposto a falar sobre os bastidores da corrupção na Transpetro, um reduto de cabeças coroadas do PMDB, entre elas Sarney, Calheiros e Jucá. Eram os três que, segundo Machado, davam sustentação à sua permanência à frente da estatal, mesmo depois de ele ter sido citado pelo primeiro delator, Paulo Roberto Costa, como destinatário de

uma propina de R$ 500 mil em espécie. A proposta parecia interessante, mas faltavam indicativos materiais do comprometimento dos delatados. Uma narrativa genérica do candidato a delator não era suficiente para abrir uma negociação de um acordo de delação.

Dias depois, Fernanda Tórtima – ou talvez tenha sido a também advogada Flávia Mortari – chegou à Procuradoria-Geral com um pacote de sete horas de conversas gravadas de Machado com Sarney, Calheiros e Jucá. Os diálogos tinham sido registrados entre fevereiro e março, num momento em que Machado, cansado de falsamente alegar inocência, resolvera se agarrar aos antigos cúmplices para não cair sozinho na 13 ª Vara Federal de Curitiba. Nas conversas, o ex-presidente da República e os dois senadores tramavam empurrar de vez a presidente Dilma Rousseff, de quem eram até recentemente aliados, para o calabouço do impeachment, um atalho para "estancar a sangria" da Lava Jato. Dilma seria substituída pelo vice, Michel Temer. Com a troca, a imprensa, que não gostava da presidente, baixaria as armas. No ambiente menos tensionado, eles poderiam mutilar as regras da delação premiada, impedir o cumprimento de pena de prisão a partir de condenação em segunda instância e até reduzir os poderes do Ministério Público. Ou seja, derrubariam uma presidente, mudariam algumas leis e manietariam a Procuradoria-Geral com o singelo propósito de salvar a própria pele.

Numa outra frente, também de extrema ousadia, o grupo tramava escalar os advogados Eduardo Ferrão e Cesar Asfor Rocha, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, para cooptar ninguém menos que o ministro Teori Zavascki. Ferrão era amigo de Zavascki, e Asfor Rocha, na opinião de um deles, teria verdadeira ascendência sobre o ministro. O plano era convencer o relator da Lava Jato a não desmembrar o inquérito 4215, em que Calheiros e Machado apareciam juntos. Com a investigação no STF, e não em Curitiba, eles acreditavam que estariam livres de futuras punições. As conversas, no meu entendimento, eram gritantemente

indecorosas. Sarney e Calheiros falam menos e, quando falam, usam frases elípticas. Jucá era, nesse quesito, menos previdente.

Certa vez, Jucá deixa entrever que a trama política para "estancar a sangria" já estava em curso. No diálogo, o senador menciona os militares, que só mais tarde, com a eleição de Jair Bolsonaro, irromperiam com força no cenário político. Se tivessem lido o trecho com atenção, alguns analistas políticos não teriam se surpreendido com a ascensão militar.

O teatro de horrores que é a luta pelo poder é de dar calafrios. Ouvi aquelas gravações no silêncio do meu escritório, em casa. Tinha tomado uma garrafa de vinho. É difícil não se sentir pequeno na vastidão de tamanha perversidade. *É muita areia para o meu caminhãozinho, vou ter que pedir ajuda* , pensei, antes de ir para a cama. No dia seguinte, decidi convocar uma reunião com procuradores mais antigos e mais experientes: Claudio Fonteles, Wagner Gonçalves e Álvaro Augusto Ribeiro Costa. Todos eles tinham passado por cargos da mais alta responsabilidade e saberiam me dizer se eu estava ou não no caminho certo. Eram os tuiuiús, ou o conselho dos anciões, alguém poderia dizer. Eles foram para minha casa e, sem minha presença, ouviram as gravações. Quando terminou a sessão, saíram do escritório boquiabertos. Dava para ver na expressão de cada um. Eles não acreditavam que diálogos daquela natureza tivessem lugar na República com dois anos de Lava Jato nas ruas. Pareciam incrédulos quanto à ambição política do grupo.

"A coisa vai ferver", resumiu Fonteles, numa advertência sobre o poder de fogo dos interlocutores de Sérgio Machado.

"Vai ferver, mas vou fazer o que deve ser feito. Não tenho outra escolha", eu disse.

"Você chegou a um nível a que pouca gente poderia ter chegado. E agora vem reação, reação bem forte. Você se prepare", o ex-procurador-geral me aconselhou.

Eles foram embora e fiquei só. Na manhã seguinte, fui para a Procuradoria-Geral pensando em quão surpreendente pode

ser uma investigação criminal. Mas, àquela altura, eu já sabia o que fazer. Pedi uma audiência com Zavascki e entreguei a ele um áudio com os trechos das gravações que julgava mais relevantes. Era um pacote com uma hora e vinte minutos de pugilato de três pesos-pesados da política brasileira.

“Ministro, é bom o senhor ouvir isso aí, porque agora realmente o nível subiu. Subiu muito! E eu não sei as consequências que virão, mas vou ter que pedir o que vou pedir. Vou ter que fazer o que devo fazer”, eu disse.

“Tudo bem, me deixe ouvir então”, ele respondeu.

As conversas falavam por si. Mas não eram tudo. Havia também o relato de Machado sobre pagamentos regulares de propina ao grupo político que o mantinha na Transpetro. Pelo relato, ao longo de dez anos, ele arrecadara e repassara mais de R$ 100 milhões em suborno aos padrinhos políticos e outros líderes aos quais era ligado. Segundo o delator, foram R$ 32,2 milhões para Calheiros, R$ 21 milhões para Jucá e R$ 18,5 milhões para Sarney. O dinheiro era arrancado de empresas com contratos com a Transpetro e repassado aos chefes do PMDB no Senado, uma estrutura similar à que levara à prisão de Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e outros envolvidos diretamente nas fraudes na Petrobras. Eu sei que muita gente já estava habituada às cifras astronômicas da corrupção, mas os números mencionados por Machado eram bem expressivos.

A conversa de Machado com os três aliados era sobre como derrubar Dilma e a Lava Jato, mas um detalhe que aparece de forma incidental me pareceu muito eloquente também. Num dos encontros, Sarney, que pelo que me lembro tinha acabado de sair do hospital, está conversando com Machado quando entra uma pessoa, aparentemente do Maranhão, para falar com o ex-presidente. O diálogo versa sobre a definição do voto de um desembargador que deveria se manifestar a favor de um ex-prefeito acusado de estuprar uma menor – estupro de vulnerável. Uma das partes lamentava a sorte do ex-prefeito. Se não me engano, o voto do relator seguiu a linha traçada ali naquela conversa. De qualquer forma, era outro

assunto que ajudava a compor o quadro dantesco.

No dia seguinte, após ouvir as gravações, o ministro me chamou em seu gabinete e perguntou, com um ar de incredulidade, qual rumo tomariam as investigações. Minha resposta foi direta.

"Vou pedir a prisão deles. Isso que temos aí (nas gravações) é flagrante. Os caras estão conspirando. Não tem como a gente estancar essa sangria por outro meio que não seja prisão preventiva. Para cessar esse flagrante, o remédio é a cadeia", eu disse.

"Tudo bem, faça seus pedidos que eu vou analisar", respondeu o ministro.

E foi o que fiz. Pedi a prisão dos três por obstrução da Lava Jato, corrupção e lavagem de dinheiro. Eu sabia que ia apanhar feito cachorro doido, que enfrentaria resistências em amplos setores, mas não chegara ao cargo de procurador-geral da República para hesitar, muito menos para recuar diante de algo que me parecia tão grave. O ex-presidente e os dois senadores estavam, naquelas conversas, ao que tudo indicava, confessando crimes e conspirando para a prática de outros crimes. Apresentei o pedido sigiloso ao relator e saí de cena. Caberia ao ministro Teori Zavascki definir os próximos passos e, claro, escolher o momento certo para agir. No caso do pedido de afastamento de Cunha, ele aguardou um longo período. Só quando notou que a questão estava amadurecida é que levou o caso ao plenário. Repetiria a mesma estratégia agora? Eu não sabia, ele me falou apenas que faria consultas a colegas do tribunal. Então restava aguardar. Na madrugada de 7 de junho, quando aquele parecia o segredo mais bem guardado da República, o jornal *O Globo* anunciou na manchete os pedidos de prisão.

Foi um choque de longa repercussão. Muitos queriam saber se era mesmo verdade, outros queriam saber o conteúdo. Não demorou muito e quase todos se levantaram contra o pedido. "Como assim, pedir a prisão do Sarney, do Calheiros e do Jucá só por causa dessas gravações? Só por causa do relato de propinas de um delator?", era a queixa estridente que eu

ouvia de algumas empresas de comunicação, as mesmas que, até então, clamavam por medidas duras de combate à corrupção. Pior, alguns começaram a dar vazão à ideia absurda de que o vazamento partira da minha própria equipe, com o objetivo de pressionar o STF a deliberar sobre as prisões. Quando soube disso, resolvi conversar com Zavascki.

Disse a ele que a tese não tinha o menor fundamento. A publicização de alguns atos pode até ser interessante em alguns casos, mas não naquele. Afinal, os alvos eram poderosos. Tão logo soubessem que estavam na mira do Ministério Público, reagiriam com força, como sempre fizeram. Eu teria que ser burro demais para achar que a divulgação da informação iria dobrar o Supremo e deixar os alvos da ação de braços cruzados.

“Fique tranquilo, procurador. Eu sei que não foi você nem um dos seus”, Zavascki respondeu.

A suspeita do ministro era de que o vazamento partira de dentro do próprio tribunal. Mas era só uma desconfiança, não cabe aqui mencionar nomes. De qualquer forma, o circo estava armado. O debate girava em torno do vazamento ou do suposto açodamento do pedido, e não da conspiração em si ou dos R$ 100 milhões desviados dos cofres públicos. Sem condições de retomar o diálogo em bases racionais e diante dos sinais de resistência captados dentro do próprio tribunal, Teori Zavascki indeferiu o pedido, sem nem mesmo submetê-lo à apreciação da Segunda Turma. Pelo ponto de vista dele, era melhor rejeitar a prisão por conta própria do que sofrer uma derrota no plenário, o que tornaria os investigados ainda mais fortes.

Não acho que o vazamento tenha inibido o Supremo. O problema foi a campanha promovida, inclusive por alguns setores da imprensa, contra o pedido. Era como se não houvesse nada de grave nos diálogos. Sérgio Machado apenas teria induzido a erro alguns pobres inocentes com falas descabidas. Tempos depois, numa análise em retrospectiva da questão, tive a impressão de que os pedidos de prisão foram rejeitados e saíram rapidamente do noticiário porque, naquele

momento, o balão do impeachment flutuava na Praça dos Três Poderes, e ninguém, por conveniência política, queria que outro fato impactante tirasse a atenção e a energia empregadas para desalojar a presidente Dilma de vez do Palácio do Planalto. Eu gostaria de acreditar que, fosse num outro contexto, o desfecho do pedido teria sido diferente, mas a história recente do país não me autoriza a manter essa crença.

O sobrenome Sarney tem figurado em vários escândalos há quarenta anos, e nenhum dos casos teve consequência prática. Em 1988, quando estava na presidência da República, Sarney foi investigado pela CPI da Corrupção, que chegou a recomendar seu impeachment. Logo depois, o pedido foi arquivado. Em 2002, a Polícia Federal apreendeu R$ 1,3 milhão na Lunus, empresa do marido da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, filha do ex-presidente. O inquérito sobre a origem do dinheiro foi arquivado antes que o delegado pudesse ouvir os primeiros suspeitos. Em 2006, a Operação Faktor (ou Boi Barrica) investigou supostos desvios de dinheiro para uma das campanhas eleitorais de Roseana Sarney. O alvo central da investigação era Fernando Sarney, o filho empresário do ex-presidente. Em 2011, o Superior Tribunal de Justiça arquivou o caso. Em 2013, o nome do ex-presidente apareceu em conversas do doleiro Fayed Antoine Traboulsi, um dos alvos da Operação Miqueias. Logo depois, os trechos relativos a Sarney e outros cinco parlamentares foram anulados.

Poderia citar aqui também uma série de processos relativos a Renan Calheiros (caso Mônica Veloso) e a Jucá (desvio de R$ 25 milhões do Banco da Amazônia) que não tiveram nenhuma consequência prática. Aqui cabe a pergunta: por que Sarney, Calheiros e Jucá escaparam de tantas investigações ao longo desses anos? Eles sempre puderam pagar bons advogados, é verdade, mas isso não explica tudo. Outras pessoas também têm capacidade para bancar boas defesas e nem por isso venceram tantas batalhas. Qual a fonte do poder da trinca em setores do Judiciário? Terminei meu segundo mandato em

2017, me aposentei em abril de 2019 e até hoje não tenho uma resposta clara para essa pergunta. Se tivesse, poderia entender melhor o que motivou a forte reação que se seguiu aos pedidos de prisão dos três que fiz em 2016.

Tempos depois, quando o capítulo da prisão dos delatados foi encerrado, começaram a surgir críticas contra o acordo de delação de Sérgio Machado. Ele teria recebido premiação elevada em troca de acusações vazias. Era o mesmo padrão de outros ataques a acordos de delação. Mais uma vez devo dizer que os críticos estavam redondamente enganados. Isso só vale para aqueles que fizeram críticas de boa-fé. A delação do ex-presidente da Transpetro não resultou na prisão de Sarney, Calheiros e Jucá, como nós esperávamos, mas jogou luz sobre um gigantesco esquema de corrupção na estatal, tirou as máscaras de alguns atores políticos e serviu de base a pelo menos sete investigações, uma delas a Operação Quinto Ano, a 59 ª etapa da Lava Jato de Curitiba. Machado se comprometeu a devolver R$ 75 milhões aos cofres públicos. As sanções financeiras se estenderam aos filhos dele que também estavam envolvidos no caso. Enfim, considero que o acordo foi bem razoável e, se fosse necessário, faria tudo outra vez. A cantilena da moral seletiva não me comove. Era sempre assim, toda vez que chegávamos à parte superior da pirâmide, a grita era a mesma: a colaboração não presta, o flagrante foi preparado, as provas não provam.

Ora, acho redundante dizer, mas é importante esclarecer mais uma vez que o Ministério Público não orientou Sérgio Machado a gravar ninguém. Ele resolveu registrar as conversas com antigos aliados por sugestão de um de seus filhos. Isso aconteceu quando leu numa coluna de uma revista semanal a informação de que investigadores haviam descoberto uma conta sua na Suíça. A nota deixava a impressão de que a conta apareceria na delação de uma das pessoas que pagara propina para ele. Machado, que já tinha sido alvo de busca e apreensão, entrou em desespero e saiu em busca de provas para se defender melhor caso a polícia o visitasse com uma ordem de prisão, e não apenas para

recolher computadores e celulares. Quando seus advogados procuraram o Ministério Público, o pacote já estava pronto. Tanto que, quando concordamos com o acordo, eles fizeram os anexos da delação em quatro ou cinco dias.

Aqui vale um exercício de lógica. O que teria acontecido comigo se, numa hipótese insana, eu tivesse rejeitado o acordo? Era mesmo possível ignorar as gravações e o relato da propina de mais de R$ 100 milhões sem sofrer um processo por prevaricação? Que moral eu teria para investigar qualquer outro crime? É elementar que o acordo foi correto. O erro não estava no delator ou na delação, mas em quem ajudou a construir a "muralha da impunidade" com o discurso da moralidade seletiva, segundo o qual o grave não é a corrupção, mas a cor da camisa do corrupto, algo para mim tão abjeto quanto a própria corrupção.

Devo lembrar também que foi Sérgio Machado um dos primeiros a empurrar Temer para dentro da Lava Jato. Na delação, Machado contou que, num encontro reservado na Base Aérea de Brasília, em 2012, Temer pedira dinheiro, R$ 1,5 milhão, para a campanha de Gabriel Chalita à prefeitura de São Paulo. O dinheiro teria sido repassado pela Queiroz Galvão, outra empresa envolvida com os desvios na Petrobras. Por falta de provas, a investigação não prosperou, mas a delação deixou o sinal de alerta ligado. Quando deparamos com o caso da J&F, foi como se a história estivesse se repetindo, dessa vez com zoom e câmera lenta.

A recusa ao pedido de prisão foi uma grande derrota e afetou bastante o nosso trabalho, mas outro revés ainda estava por vir. Dessa vez, numa trama fora do alcance humano.

CAPÍTULO 12

Ao mestre, com carinho – os bons morrem antes

Eu tinha acabado de chegar de Davos e estava conversando com minha assessora internacional, Georgia Diogo, e com o jornalista Jamil Chade, correspondente do *Estado de S. Paulo* , no lobby do hotel Ibis, em Berna, na Suíça, quando meu celular tocou. Do outro lado da linha, José Bonifácio Borges de Andrada, vice-procurador-geral da República, me disse que recebera a notícia de que o avião no qual viajava o ministro Teori Zavascki tinha caído no mar, próximo a Paraty, no Rio de Janeiro. A fonte da informação era um brigadeiro da Aeronáutica, um amigo dos tempos de escola militar do vice-procurador-geral, a quem chamávamos de Andradinha. Ainda não era um dado oficial, e não se sabia se o ministro e as outras pessoas que viajavam com ele tinham sobrevivido à queda. Teori Zavascki tinha saído do Campo de Marte, em São Paulo, com alguns amigos e estava indo para Paraty. O avião teria caído pouco antes de chegar ao destino. Foi um choque! A primeira providência que tomei foi pedir ao repórter que nada publicasse até que tivéssemos uma informação segura. E se fosse um engano?

Algum tempo depois, quando já estávamos jantando num restaurante fora do hotel, Vladimir Aras, que também estava comigo na viagem, recebeu uma ligação do juiz auxiliar de Zavascki, Márcio Schiefler. Ele queria falar comigo. Quando ouvi o nome de Schiefler, pensei no pior. Peguei o telefone,

me levantei da mesa e saí do restaurante para conversar com ele a sós do lado de fora. Schiefler confirmou o acidente e a morte do ministro. Logo em seguida, retornei à mesa.

"Não sobrou ninguém, não é mesmo?", perguntou Aras ao ver meu semblante.

"Não sobrou ninguém", respondi.

Foi uma pancada daquelas que nos deixam momentaneamente sem ação. Teori Zavascki morto num acidente de avião? Como assim? A notícia de uma morte costuma ser surpreendente até mesmo quando quem morre é um idoso em estágio terminal. No caso do ministro, ela nos pareceu surpreendente, estúpida, indesculpável. Aos 68 anos, Teori Zavascki tinha, até onde eu sei, uma saúde de ferro; gostava da vida e conduzia a Lava Jato no Supremo com maestria, simplicidade e uma incrível simpatia. Nem mesmo advogados insatisfeitos (um grupo sempre numeroso) reclamavam dele. Outro fato tornava aquela situação ainda mais insólita. Era 19 de janeiro de 2017, e, até onde sabíamos, o ministro estava usufruindo de alguns poucos dias de descanso para retornar a Brasília e apreciar, naquele mês, os pedidos de homologação de 77 acordos de delação da Odebrecht. Tratava-se do maior pacote de colaborações da Lava Jato, um marco sem paralelo em qualquer outra investigação, mesmo se comparado com grandes casos na Itália e nos Estados Unidos.

Do restaurante, voltamos ao hotel, pegamos nossas bagagens e, de táxi, corremos para Zurique. De lá voamos de volta ao Brasil, via Lisboa, para acompanhar o funeral, em Porto Alegre. Deixamos para trás alguns importantes compromissos. Um deles seria uma reunião para discutir com o procurador-geral Michael Lauber a proposta de criação de uma equipe conjunta de investigação destinada a apurar irregularidades em aproximadamente mil contas bloqueadas na Suíça, grande parte delas em nome de brasileiros. O saldo dessas contas girava em torno de 1 bilhão de francos suíços, uma montanha de dinheiro que, a depender do resultado da investigação, poderia retornar ao Brasil.

Sim, era uma agenda muito relevante, que poderia ser retomada em outra oportunidade. Naquele momento, o coração falou mais alto, e voltamos para as despedidas finais. No enterro, em Porto Alegre, tive outra surpresa ruim. O caixão estava lacrado. Pelo que me contaram, foi uma medida de proteção, porque o corpo estava “muito danificado”. Não pedi detalhes. Não eram necessários. Não quis fazer conjecturas sobre as circunstâncias do acidente, nem imaginar como aquilo poderia ser ainda mais doloroso para os familiares do ministro. No clima de consternação geral, encontrei pela primeira vez Sergio Moro. Foi um encontro protocolar. Trocamos cumprimentos e seguimos adiante, cada um para um lado, sem entabular uma conversa mais longa.

No retorno a Brasília, comecei a pensar nos passos seguintes da Lava Jato e temi o pior. Não seria fácil encontrar um substituto para aquele que estava se tornando uma referência dentro do Supremo. Se não fosse por Teori Zavascki, provavelmente não teríamos a Lava Jato, ou pelo menos não teríamos a Lava Jato na dimensão que a Operação ganhou quando começamos a bater nos endereços de políticos influentes. Foi ele, por exemplo, quem autorizou de uma só vez a abertura de inquérito contra a primeira leva de deputados, senadores e ministros citados por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, logo na primeira fase da Operação. O ministro teve peso decisivo na prisão de Delcídio do Amaral e no afastamento de Cunha. Foi ele também quem determinou busca e apreensão na casa do ex-presidente Fernando Collor. Nenhum outro ministro ao longo da história do tribunal tomou medidas tão duras contra políticos quanto Teori Zavascki em dois anos de Lava Jato.

Com essas decisões, sempre muito firmes, ele ajudou a quebrar o tabu da impunidade que ainda hoje campeia por Brasília. Magistrado de carreira, Zavascki era afável no trato pessoal, mas incisivo nos votos. Estava sempre aberto ao diálogo, mas não era do tipo que se deixava influenciar por pressão política. Não tinha medo de assumir riscos, nem de defender os próprios votos quando estava sob forte oposição

de outros ministros. Sempre muito sereno, tentava convencer os interlocutores com base na argumentação jurídica, sem levantar o tom de voz, sem fazer salamaleques, sem transformar a discussão natural de um processo numa contenda pessoal.

Passei a conhecer o ministro melhor e me aproximei um pouco mais dele no começo da Lava Jato. Em pouco tempo, construímos uma relação de confiança mútua absoluta. Quando as investigações entravam numa faixa cinzenta, de difícil compreensão, ele me fustigava com uma pergunta:

"Ô, Janóóó, você não vai me botar em fria com isso não, não é?"

"Não vou colocar, não. Pode confiar, ministro. O pedido está bem fundamentado", eu respondia.

"Se estiver bem fundamentado, vai. Se não estiver, não vai", ele dizia.

Nunca tivemos um único problema. E olhe que essa relação não é fácil. Em geral, procuradores e juízes trabalham com vetores trocados, um sempre pedindo demais ou outro sempre concedendo de menos. Tenho para mim que o segredo da nossa boa relação foi uma conversa que tivemos logo nos primeiros momentos da Lava Jato. Entrei no gabinete dele e botei as cartas na mesa.

"Ministro, essa é uma investigação muito complexa, muito grave, e o senhor tem que estar informado de tudo. Eu me comprometo a lhe informar cada passo da investigação, sem qualquer restrição. Mais lá na frente, vai chegar um momento em que eu terei que tomar as minhas decisões, e o senhor vai ter que tomar as suas. Ou seja, um momento em que não poderemos trabalhar alinhados. Eu faço meu papel, o senhor faz o seu, sem qualquer problema. Outra coisa: eu garanto que não haverá bolas nas costas, surpresas", eu disse.

Ele me ouviu e concordou. Num outro momento, voltamos a conversar. Ele estava preocupado com alguns vazamentos que, claro, criavam uma tensão adicional desnecessária. Achava que parte das informações estava saindo dos próprios investigadores. Eu tive que ser franco. Em alguns casos, para

segurança da própria investigação, algumas informações eram divulgadas. Mas algo entre 80% e 90% dos vazamentos tinha como origem bancas de advocacia interessadas em botar as delações na rua para criar na opinião pública uma posição favorável à homologação dos acordos. Obviamente, eu não tinha registro material da relação de jornalistas com suas fontes, mas não era difícil imaginar que quem mais ganhava com os tais vazamentos eram advogados e clientes. O ministro compreendeu muito bem esse jogo, e seguimos numa relação franca até o fatídico 19 de janeiro.

Teori Zavascki foi desembargador do Tribunal Regional Federal da 4 ª Região e ministro do Superior Tribunal de Justiça. Quando chegou ao STF, em 2012, ele não precisava mais lustrar a própria biografia, como disse, certa vez, o ex-presidente Lula, comparando ministros e vedetes. Zavascki estava consciente da própria autoridade e do respeito de que gozava entre os pares. Não precisava evocar a qualidade de ministro do Supremo para demonstrar poder. Tudo isso deixava o grupo da Lava Jato muito à vontade para trabalhar. Sabíamos que o bom trabalho seria valorizado na hora da decisão final, inclusive quando o resultado não era exatamente o que queríamos. Enfim, os papéis institucionais da Procuradoria-Geral e do STF estavam devidamente delimitados, sem prejuízo para nenhuma das partes.

Durante a condução da Lava Jato, Teori Zavascki emergiu como uma espécie de terceira via na Corte. Todos nós sabemos que o Supremo está, há tempos, dividido em dois blocos. De um lado estão os garantistas, como são chamados pela imprensa. São os ministros mais refratários a medidas mais duras, ou seja, aqueles que torcem o nariz quando estão diante de pedidos de quebra de sigilo, bloqueio de bens, condenação ou prisão. No outro polo estariam os punitivistas (também segundo o batismo da imprensa). São aqueles ministros que, como boa parte do Ministério Público, consideram necessárias ações mais arrojadas para romper o velho ciclo da impunidade no país. Esta é uma divisão simplista, algumas vezes até injusta, mas serve para uma

visão panorâmica do STF. Pois bem, Zavascki conseguiu a proeza de se manter equidistante dos dois grupos.

Tenho a impressão de que foi dessa capacidade de diálogo que ele arrancou apoio para aprovar o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara, no momento em que este usava o figurino de político mais poderoso do país. Da mesma forma, quando nos disse que os pedidos de prisão de Sarney, Calheiros e Jucá não passariam, entendemos claramente que ele estava falando de uma situação real, e não de receada derrota hipotética. A credibilidade é um capital que pode ser usado em qualquer circunstância, mas sobretudo nas mais difíceis. E nesse quesito ele era bem-afortunado. Ministros dos dois blocos, procuradores, jornalistas, todos nós sabíamos da seriedade dele, do magistrado que ele era, no sentido mais puro da palavra. Quando ele falava, todos ouviam. Até o decano do STF, Celso de Mello, ouvia, porque sabia que Zavascki não era de jogar palavra fora.

Logo depois de sua morte, de vez em quando eu me perguntava se o ministro tinha, alguma vez, tomado um caminho errado, e a resposta era, invariavelmente, "não". No início da Lava Jato, alguns chegaram a ensaiar críticas a Teori Zavascki porque, num despacho, ele mandou soltar Paulo Roberto Costa e outros presos investigados. Sim, é verdade. Ele mandou soltar todos de uma só vez. Quando foi informado sobre o risco de fuga de Costa para o exterior e sobre a ficha suja de outros investigados, não teve qualquer problema em recuar. Ordenou que todos permanecessem presos. Não se acovardou e nem se deixou levar pela vaidade. Fosse outro, poderia dizer que a primeira ordem, de soltura, deveria ser cumprida e que não aceitaria qualquer escusa de juiz de primeiro grau. Ele teve a humildade de rever a própria decisão para o bem da investigação criminal.

Tempos depois, alguns disseram que ele teria ficado magoado com Sergio Moro. O juiz não o teria informado devidamente das condições dos presos e saíra do episódio como o magistrado da primeira instância que colocara um ministro do Supremo contra a parede. Se o ministro cultivou

essa mágoa, nunca deixou transparecer. Ouvi, sim, alguns ministros fazendo comentários sobre a suposta soberba do juiz de Curitiba. Um deles chegou a dizer, numa rodinha de conversa no café atrás do plenário, que "conhecia esse moço desde os tempos em que ele foi juiz auxiliar da ministra Rosa Weber. Ele andava aqui como se fosse um ministro do Supremo". Até onde posso me lembrar, Teori Zavascki passava ao largo desse tipo de ironia.

A morte violenta do ministro provocou certa comoção. No dia 30 de janeiro, onze dias depois do acidente, a presidente do STF, Cármen Lúcia, usou as prerrogativas de plantonista para homologar os 77 acordos de delação de ex-executivos da Odebrecht. Nada fazia supor que a trágica morte do ministro e das outras pessoas que estavam no mesmo voo tivesse origem criminosa, embora alguns fizessem, em tom de mistério, a clássica pergunta: "Será que tudo isso tem alguma coisa a ver com a delação da Odebrecht?". De qualquer forma, a presidente do STF achou importante consolidar as delações. Era um sinal de que a Lava Jato seguiria seu rumo, sem interrupções. O gesto foi bem significativo. Ajudou a estancar especulações sem fundamento e a reafirmar a posição favorável do Judiciário às linhas gerais da Operação. Mas não resolvia todo o problema.

Sem Teori Zavascki, quem seria o relator da Lava Jato? Quem teria peito para assumir e levar adiante algo em torno de 40 inquéritos e 100 delações relacionados ao caso em tramitação no Tribunal? Quem teria o perfil para conduzir a mais impactante investigação em curso no país, sem deixar o barco pender para um lado ou para o outro? As dúvidas acenderam uma luz amarela na "sala Teori Zavascki", a área ao lado do meu gabinete que abrigava o grupo de trabalho da Lava Jato e que ganhou esse nome numa homenagem póstuma que fizemos ao ministro. Se caísse em mãos erradas, a investigação poderia ser jogada na vala comum de outros grandes casos que, depois de muito barulho, desapareceram sem deixar vestígios. A história das investigações criminais no país está repleta de exemplos desse tipo.

Pelo que soubemos, os ministros Luiz Fux e Edson Fachin, da Primeira Turma, se dispunham a migrar para ocupar a vaga de Zavascki na Segunda Turma. Não sei por que Fux teria dito que não queria ficar com a relatoria da Lava Jato. A transferência para a Segunda Turma não garantiria ao ministro a relatoria da Operação, mas o colocava na lista de possíveis relatores. A escolha do relator é feita por sorteio eletrônico entre todos os ministros da Turma. De todo modo, Fachin concordou em mudar de endereço e, ao que me parece, com vontade mesmo de encarar o desafio da grande investigação. No dia 2 de fevereiro, dois dias depois da homologação das delações da Odebrecht, ele já estava na Segunda Turma. Restava aguardar o sorteio.

Os números indicavam que ele disputaria o cargo de relator com ninguém menos que Gilmar Mendes. De todos os ministros, para nós, Mendes era o menos indicado para o posto, não apenas pelas divergências públicas que sempre tivemos, mas porque ele era o mais errático entre os magistrados. Uma hora era um punitivista de primeira grandeza, a ponto de proclamar o fim da lenda urbana da impunidade dos poderosos; num outro momento, levantava a voz para perorar contra um suposto Estado policial, contra a sanha investigatória do Ministério Público, e por aí vai. Uma oscilação que, a rigor, passava ao largo do ordenamento jurídico. É desnecessário dizer que, de todos os ministros, Gilmar Mendes é, de longe, o crítico mais virulento da Lava Jato. É de longe também o ministro que mais tomou medidas contrárias a investigações derivadas do caso.

Num dos momentos de tensão que antecederam o sorteio, colegas diziam: “Temos que rezar”, ou “Temos que fazer macumba”. Eu disse que não iria rezar, nem fazer apelo nenhum aos céus. Os deuses da maldade tinham levado Teori Zavascki e, agora, nos presenteavam com aquele tipo de ameaça. Definitivamente não queríamos intervenção do Além naquela questão, embora qualquer ajuda pudesse ser valiosa. Pelas nossas contas, Fachin e Mendes tinham, cada um, 50% de chances de receber a relatoria. O sistema que faz o sorteio

promove também uma espécie de compensação: os inquéritos são direcionados aos ministros com menor volume de processo. O critério deixava os dois ministros em igualdade de condições.

Quando recebemos a notícia de que Fachin fora sorteado relator, foi uma festa. Saímos para comemorar como se tivéssemos vencido um campeonato de futebol com um gol aos 45 minutos do segundo tempo. Nem tudo estava perdido. O fim do mundo prenunciado nas delações da maior empreiteira do país estaria garantido. Seria o fim do mundo podre das campanhas eleitorais entremeadas por desvios de obras públicas e fortunas espúrias.

Seria mesmo?

CAPÍTULO 13

Pau que dá em Chico dá em Francisco

Em maio de 2016, a "delação do fim do mundo", como ficou conhecida a colaboração premiada dos executivos da empreiteira Odebrecht, bateu à minha porta. No início daquele mês, recebi em uma audiência o advogado José Carlos Dias, que fora ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso. Ele veio ao meu gabinete acompanhado de uma das sócias de seu escritório em São Paulo, Elaine Angel. Eu tinha uma relação cordial com o ex-ministro, que conhecera como advogado de empresas tratando de questões relacionadas à concorrência quando eu fora secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça no governo Itamar Franco. Sua presença na minha sala na PGR se devia, porém, ao fato de que ele assumira como patrono a defesa de Emílio Odebrecht, patriarca do clã que comandava a empreiteira baiana. Emílio retomara o comando executivo da empresa depois que o filho Marcelo fora preso em julho de 2015 por ordem do juiz Sergio Moro, após a força-tarefa da Lava Jato ter descoberto propinas da Odebrecht para executivos corruptos da Petrobras.

José Carlos Dias trouxe uma carta de Emílio Odebrecht. Nela, o empreiteiro se comprometia a colaborar com as investigações da Lava Jato em regime de *full disclosure* – ou seja, com transparência total. No final de fevereiro, os executivos da Odebrecht haviam iniciado em Curitiba uma série de reuniões com os procuradores da força-tarefa com o

objetivo de fazer a delação premiada. Mas, segundo se queixou Dias a mim, a conversa, depois de dois meses, não estava avançando, porque os procuradores estariam com má vontade em aceitar a colaboração. Uma série de motivos, segundo Dias, explicava essa animosidade – entre eles, um episódio em que os advogados de outro escritório contratado anteriormente pela empreiteira recorreram ao artifício de distribuir dossiês à imprensa para desqualificar as investigações. Dias, além de frisar que a empresa mudara de atitude em relação à Lava Jato e estava disposta agora a colaborar com as investigações, tentou me convencer com a expectativa de que esse poderia ser o maior acordo de colaboração premiada da história do Ministério Público Federal. Não era um argumento vazio. Fundada em 1944, a Odebrecht era a maior empreiteira nacional e se tornara um dos maiores grupos empresariais do país, com faturamento de cerca de R$ 100 bilhões anuais e negócios em vários países da América Latina, da África e dos Estados Unidos.

A disposição dos executivos e da própria Odebrecht em colaborar com as investigações só surgiu, porém, depois que a casa caiu. Três meses antes, em fevereiro, a força-tarefa havia desencadeado a 23 ª fase da Lava Jato, a Operação Acarajé. A partir de um bilhete manuscrito apreendido na casa do lobista Zwi Skornicki, um operador de propinas do esquema de corrupção existente na Petrobras, a Lava Jato chegou a contas secretas do marqueteiro João Santana e de sua mulher Mônica Moura no exterior. O casal fizera as campanhas presidenciais do PT em 2006, 2010 e 2014, nas quais o partido saíra vitorioso. As contas secretas haviam sido abastecidas com dinheiro enviado por empresas *offshore* mantidas pela Odebrecht. Com a Operação Acarajé, assim batizada porque alguns dos investigados usavam o termo "acarajé" como senha para se referir a pagamentos em espécie, a Lava Jato chegou ao coração do esquema de pagamentos ilícitos e propinas da Odebrecht no Brasil e no mundo. Ele funcionava dentro da empreiteira sob a fachada de um departamento que levava o nome de Operações Estruturadas.

Um dos alvos da Acarajé foi Fernando Migliaccio, um dos executivos responsáveis pelo departamento da propina. Em 2014, assim que a Lava Jato começou o cerco ao esquema de corrupção na Petrobras, Migliaccio e outros executivos do departamento de Operações Estruturadas foram instruídos por Marcelo Odebrecht a sair do Brasil. Em 2015, depois de instalar a família em Miami, ele se mudou para a República Dominicana e começou a fechar contas mantidas pela Odebrecht em diversos países. Alguns dias antes da deflagração da Acarajé, Migliaccio foi preso na Suíça. Ele fora flagrado ao tentar esvaziar contas num banco na cidade de Genebra. Um fato curioso nessa prisão é que a polícia suíça quase não conseguiu prender o executivo, sobre quem o Ministério Público de lá já havia aberto uma investigação. O banco comunicou às autoridades a movimentação estranha de Migliaccio, que havia feito uma grande retirada de dinheiro em espécie. Uma ordem de prisão foi expedida contra ele. Quando a polícia chegou ao hotel em que Migliaccio estava hospedado, ele tinha acabado de fechar a conta e se mandado. Só foi preso ao tentar atravessar a fronteira da Suíça.

A prisão de Migliaccio foi crucial. Depois de ser detido, ele demonstrou vontade de colaborar com as investigações e começou a negociar, por iniciativa própria e à revelia dos demais executivos da Odebrecht, uma delação premiada. As tratativas para sua colaboração começaram na Suíça, com os procuradores Orlando Martello Júnior e Laura Tessler, de Curitiba, que viajaram para lá com o objetivo de receber e avaliar em primeira mão as informações do candidato a delator. Quando Migliaccio indicou que mencionaria pessoas com foro especial, tivemos que correr e providenciar uma solução emergencial para evitar futuras nulidades. Martello ligou para Pelella, meu chefe de gabinete, por volta das 6 horas da manhã (horário de Brasília) e o alertou sobre o problema. Ainda de pijama, Pelella me telefonou com a sugestão de que fizéssemos uma delegação para Martello atuar em meu nome. Redigi parte do texto no Telegram e enviei a mensagem para Pelella, que formatou o documento e

o repassou imediatamente para Martello. Foi tudo tão rápido que Pelella, conforme me contaria depois, ainda teve tempo de voltar a dormir e recuperar parte do sono. Meu assessor, ao contrário de mim, ia para a cama muito tarde e, por consequência, não gostava de acordar cedo. Eu mantenho o velho hábito de dormir com as galinhas e acordar com os primeiros cantos do galo na madrugada – não vai aqui nenhuma referência ao clube do meu coração, o Atlético Mineiro; é mera coincidência.

Em maio, Migliaccio decidiu que faria o acordo de colaboração e, a partir daí, acertou sua volta ao Brasil para depoimentos aos investigadores da Lava Jato. A prisão do executivo do departamento da propina acelerou a decisão do comando da Odebrecht de também fazer uma colaboração premiada – e isso explicava a pressa da empresa em deslanchar as negociações de seus administradores, manifestada na presença de José Carlos Dias no meu gabinete e na carta de Emílio Odebrecht. Eu disse a Dias que o gesto era bem-vindo. De fato, a manifestação do patriarca da empreiteira ajudou a impulsionar as conversas. No dia 25 de maio, assinamos com os advogados da Odebrecht um acordo de confidencialidade que marcava o início oficial das negociações para a colaboração premiada. A partir dali, os executivos da Odebrecht passariam a ser entrevistados por procuradores antes da assinatura do acordo de delação para contar o que poderiam revelar sobre o esquema de corrupção da empreiteira.

Antes de o acordo de colaboração ser fechado, alguns nós tiveram de ser desatados. Um deles foi que alguns executivos da Odebrecht começaram a revelar atos ilícitos fora do Brasil. Depois de informados dessas novidades, resolvemos que as revelações de corrupção no exterior deveriam constar também do acordo de colaboração. Isso criou um embaraço na negociação, porque a direção da Odebrecht manifestou a vontade de relatar esses fatos somente em acordos com os Ministérios Públicos de outros países. Eu, porém, bati na mesa.

“Não tem a menor chance. A gente vai fazer tudo aqui. Ou traz tudo para cá ou não tem acordo. Eu quero tudo na minha mão”, eu disse.

O temor da Odebrecht era que seus executivos virassem alvo de processos e tivessem de pagar penas em outros países se revelassem atos de corrupção no exterior. Eles alegavam também que alguns de seus executivos estavam estabelecidos fora do Brasil com suas famílias havia muitos anos e poderiam até correr risco de vida em certos casos. Eu vislumbrava no acordo com a Odebrecht, porém, a oportunidade de dar um salto no reconhecimento internacional do sistema judicial brasileiro e fazer valer a extraterritorialidade da nossa jurisdição – ou seja, fazer o acordo celebrado no Brasil prevalecer no exterior também. Os Ministérios Públicos de outros países que quisessem ter acesso às provas fornecidas pela Odebrecht teriam que concordar com os termos do nosso acordo e abrir mão de ações penais contra os colaboradores. *Se os Estados Unidos, a Alemanha e a França fazem isso, por que nós, não? Vamos mostrar que, na nossa área, o Brasil também é país de primeiro mundo* , pensei. Para garantir a segurança dos executivos que iriam se tornar colaboradores, negociamos, além da cláusula do sigilo legal, a inclusão no acordo de uma cláusula contratual de mais seis meses para que a Odebrecht tivesse tempo para retirar as pessoas dos países e trazê-las de volta ao Brasil. Isso exigiu mais tempo e mais reuniões para que a negociação fosse fechada, mas assim foi feito.

Começadas as entrevistas, um segundo embaraço surgiu, dessa vez por causa das desavenças internas na Odebrecht. Ao longo das primeiras entrevistas, ficou claro que a decisão de colaborar com as investigações fora uma iniciativa puxada por Emílio Odebrecht, certamente preocupado em salvar a empresa, ameaçada de ir à bancarrota por conta das investigações. Mas o filho Marcelo resistia em seguir as orientações do pai. Conhecido como o “príncipe” dos empreiteiros, Marcelo Odebrecht era um homem arrogante. Sua empáfia se tornou pública quando, em setembro de 2015,

foi ouvido por integrantes da CPI da Petrobras em Curitiba. Tratado com mesuras pelos parlamentares, como se fosse de fato um príncipe na República, quando foi questionado por um deputado a respeito de fazer ou não delação premiada, julgou-se em condições de dar lições sobre valores morais, que ele dizia ensinar às filhas, e afirmou que "não tinha nada a dedurar".

"Eu talvez brigasse mais com quem dedurou do que com aquele que fez o fato", disse o empreiteiro aos deputados.

Mesmo depois do fechamento do cerco à empreiteira na Operação Acarajé, da prisão de Migliaccio na Suíça e da sua condenação pelo juiz Sergio Moro, em março de 2016, a dezenove anos e quatro meses de prisão por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa, Marcelo Odebrecht continuou a manter a postura de que era um perseguido pela Lava Jato e de que não participara de esquemas de corrupção. Uma das entrevistas feitas com ele pelo pessoal da força-tarefa ficou tão tensa que chegou a ser interrompida. Ele simplesmente se recusava a falar, mesmo diante dos procuradores que estavam ali só para ouvi-lo.

"Parecia um animal enjaulado", me disse Pelella, que estivera no encontro.

Em julho, recebi um novo pedido de audiência de José Carlos Dias. Combinei com o meu pessoal na véspera que iria aproveitar a oportunidade para dar uma "prensa" nele e deixar claro que Marcelo Odebrecht precisava colaborar com total disposição. Emílio sabia de coisas antigas, mas fora Marcelo quem presidira a empresa nos tempos recentes – e, sem a colaboração dele, *no deal* , não haveria acordo.

Daquela vez, Dias, além de Elaine Angel, levou também o filho Theo. Quando eles começaram a pedir mais pressa nas entrevistas e dedicação de mais tempo dos procuradores ao acordo, para que este pudesse ser fechado quanto antes, eu vi a deixa para entrar de sola.

"Olha, se vocês querem realmente fechar um acordo, é bom que saibam que eu quero um pacote aqui nas minhas mãos. E precisa ser um pacote bem recheado, com depoimentos e

provas consistentes. Não vou comprometer a reputação da instituição que eu comando com um acordo que não atenda às expectativas criadas por uma empresa da dimensão da Odebrecht. A população está atenta e vigilante, acompanhando tudo", eu disse.

Em seguida, emendei:

"Ou a gente vai para um acordo amplo e com objetividade ou não tem acordo com ninguém! Então, vocês têm de se aplicar, inclusive o Marcelo! Vocês querem ou não querem o acordo? Vamos decidir isso de uma vez por todas. Não podemos ficar nesse jogo eternamente."

Eu parti para o tudo ou nada porque aquela seria, como batizou depois a imprensa, a "delação do fim do mundo". Ou pelo menos do fim da naturalização dos financiamentos de caixa dois de campanhas eleitorais com dinheiro desviado de contratos superfaturados com o serviço público. Acho que a pressão funcionou, porque as coisas passaram a evoluir de forma mais rápida a partir de então. Mesmo o "príncipe dos empreiteiros" deve ter percebido que era melhor colaborar com esse povo do Ministério Público, porque senão todos iriam para o buraco. A partir dali, a questão passou a ser como incluir mais executivos no acordo para não deixar de fora ninguém que fosse importante ou tivesse algo relevante para acrescentar às investigações. O número de colaboradores foi crescendo, até chegar a 77, o que nos colocou outro desafio. Como é que se faz um acordo com 77 pessoas simultaneamente? Não podia ser um acordo em que o fiscal da obra tomasse uma pena maior do que o diretor que sabia de tudo. Para distribuir as penas e as premiações equilibradamente, criamos uma tabela que levava em conta a novidade dos fatos revelados pelos colaboradores, a consistência das provas trazidas, a extensão dos fatos, se o delator já tinha sido condenado ou não e se era investigado por outro crime ou não. Foram estabelecidos critérios objetivos para avaliar a colaboração. Com base nesses critérios, dava-se uma pontuação ao relato, e o delator caía em determinada faixa de premiação. Por fim, para evitar

distorções, estabelecemos uma checagem individual dos casos.

Montar esse sistema de avaliação e checagem de cada colaboração exigiu um enorme trabalho. Ele mostra a complexidade de fechar esse acordo com os executivos da Odebrecht, sem precedentes no mundo em termos de número de pessoas, abrangência, valores e países envolvidos. Entre o início das conversas para a colaboração, em fevereiro, e a assinatura do acordo, nos dias 1 e 2 de dezembro, com a presença de todos os 77 colaboradores num auditório da PGR em Brasília, passaram-se onze meses. Um imenso aparato logístico também teve de ser montado para a formalização da colaboração. Depois da assinatura, fizemos uma verdadeira maratona para colher os depoimentos, com o objetivo de enviar os acordos à homologação pelo Supremo antes do começo do recesso do Judiciário. Criamos 60 equipes, cada uma formada por dois procuradores, para fazer as oitivas em 29 cidades do país. Foram colhidos mais de 800 depoimentos com registro em vídeo. Para os interrogatórios, treinamos os procuradores nos estados, já que a maioria não estava familiarizada com o caso, e criamos um questionário-padrão a ser seguido.

Tão complicado quanto fixar parâmetros justos de premiação era manter em segredo as negociações com 77 delatores e seus advogados. A situação fica mais difícil quando se sabe que todos, ou quase todos, os delatores e advogados têm famílias, amigos muito próximos... Enfim, a corrente se multiplica em progressão geométrica. Como evitar que alguns contem em casa que estão tomando uma decisão tão importante na vida? Era o que nos perguntávamos diante daquela pequena multidão de executivos ansiosos por revelar alguns segredos, sua senha para uma virada de página.

Realmente não era fácil. Como se não bastasse, entre agosto e setembro, quando as negociações estavam no auge, eu me vi obrigado a extrair dois carcinomas do rosto, um de cada lado. A descoberta de uma doença que pode ter consequências graves não deixa ninguém feliz, mas minha

preocupação naquele momento era outra. Como tomar uma dose de Dormonid ® , necessária para aquela cirurgia, sem colocar em risco o mais cobiçado segredo da República?

O Dormonid ® , segundo o médico me contou, é um sedativo que funciona como o “soro da verdade”. Uma dose qualquer deixa o paciente grogue, mas falante. E se eu, na hora da cirurgia, começasse a falar e, sem querer, mencionasse as negociações com os executivos da Odebrecht? A imprensa regularmente fazia referências ao assunto, mas quase sempre de forma genérica. Ninguém sabia, exceto os negociadores, o que estava acontecendo. E o segredo deveria permanecer guardado. O que fazer?

Não tive dúvidas. Chamei Adérito Guedes da Cruz Filho, um dos nossos médicos na Procuradoria-Geral, e combinei que ele me acompanharia na sala de cirurgia.

“Estamos com um acordo penal gigantesco em andamento e ninguém, ninguém mesmo, pode saber. Se eu começar a falar algo sobre este assunto, você tem que exigir que me apliquem uma anestesia geral, qualquer coisa que me impeça de abrir a boca”, eu disse.

Experiente, Guedes da Cruz me olhou calmamente e, sem fazer perguntas, disse que sim. Ele me acompanharia e faria o necessário para preservar o tão sagrado sigilo. No dia marcado, fomos a um hospital da Asa Sul. A cirurgia demorou algo em torno de uma hora.

“E então, eu falei alguma coisa?”, perguntei a Guedes da Cruz, ainda meio confuso, logo que despertei do torpor.

“Sim, falou sobre vinhos. Nada mais”, ele respondeu, com um sorriso tranquilizador no rosto.

Que alívio! Segundo o cirurgião, os carcinomas haviam sido retirados com sucesso, eu estava bem e poderia voltar para casa.

Com o acordo encaminhado ao STF, tivemos ainda de lidar com o episódio traumático do acidente aéreo em que morreu o ministro Teori Zavascki, no dia 19 de janeiro de 2017. Por causa da dimensão do acordo, passamos a viver uma enorme insegurança com o que poderia ocorrer. Dependendo do novo

relator que viesse a ser escolhido, temíamos um retrocesso que colocasse a perder todo o trabalho feito. A apreensão era natural. As delações anteriores, de Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e Delcídio do Amaral, haviam atingido sobretudo o PT e o PP. A "delação do fim do mundo" implicava todo o sistema político. Atingia o PMDB, que estava no comando do governo federal depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e, de forma cabal, figuras influentes do PSDB, como os senadores José Serra e Aécio Neves, virtual candidato à Presidência da República. Antes da colaboração premiada da Odebrecht, por exemplo, muito se ouvia falar de corrupção na Cidade Administrativa em Minas Gerais, a sede do governo mineiro construída por Aécio Neves, mas foi a empreiteira baiana quem apresentou as provas da cartelização na obra.

Depois da morte de Teori Zavascki, procurei a ministra Cármen Lúcia, que então presidia o STF, e disse a ela que a homologação deveria ser tratada como assunto de urgência, porque o acordo com a Odebrecht iria afetar todas as atividades do Ministério Público ao longo do ano. Acrescentei que o próprio ministro Zavascki estava se planejando para fazer a homologação durante as suas férias. O objetivo era dar tempo para que iniciássemos quanto antes os trabalhos decorrentes do acordo. Cármen Lúcia se sensibilizou com nossos argumentos. Teve depois uma conversa com o ministro Celso de Mello, o decano da Corte, e os dois chegaram à conclusão de que ela podia, sim, como presidente do tribunal, durante o recesso, fazer a homologação. No dia 30 de janeiro, duas semanas depois da morte de Teori Zavascki e antes da volta das férias dos demais ministros e da designação de um novo relator para a Lava Jato, a ministra Cármen Lúcia assinou, ela mesma, o ato de homologação dos acordos. Nesse episódio, ela foi muito firme e não demonstrou qualquer hesitação.

Com base na delação da Odebrecht, veio a segunda "lista de Janot", três vezes maior do que a primeira, com 83 pedidos de inquérito sobre políticos com foro privilegiado no STF. Ela

continha também 211 processos de declínio, nos quais pedia a remessa para instâncias inferiores de trechos de delação que se referiam a pessoas sem foro no STF, como governadores com foro no STJ. Com base na segunda “lista de Janot”, o ministro Edson Fachin, novo relator da Lava Jato no STF, autorizou a abertura de inquéritos contra oito ministros do governo Michel Temer; 24 senadores, incluindo o então presidente do Senado, Eunício Oliveira; e 39 deputados federais, incluindo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. As acusações atingiam os principais líderes de todos os grandes partidos: PT, PSDB, PMDB, PP, DEM, entre outros. Eram acusações igualmente fortes, que não deixavam dúvidas sobre o caráter sistêmico e suprapartidário dos financiamentos ilegais de campanha e, por tabela, da corrupção, o alvo central da Lava Jato. Foi a partir daí que ganhou intensidade e sentido prático o lema “pau que dá em Chico dá em Francisco”, a declaração que fizera numa de minhas sabatinas ao explicar que não haveria seletividade partidária na minha atuação como procurador-geral.

A partir daquele momento, punha-se fim à tática de alguns grupos políticos de esconder as próprias mazelas e gritar pela moralidade no quintal dos adversários. “Macaco senta no próprio rabo para falar mal do rabo dos outros” era a frase antiga da minha mãe que vinha à minha cabeça quando, já sabendo da generalização dos desvios, assistia, de longe, à pantomima de alguns políticos contra outros. Ora, nada mais repulsivo que um corrupto fazer discurso contra a corrupção alheia. Acho que as delações dos executivos da Odebrecht acabaram com essa hipocrisia. Não era um político ou um partido, muito menos uma ideologia; o que estava em xeque era todo o sistema. De certa forma, as revelações sobre caixa dois e subornos vinculados a obras e contratos nas esferas federal, estaduais e municipais confirmaram as piores expectativas sobre as relações entre políticos e empresários no país. Toda a estrutura, de cima a baixo, estava podre e precisava urgentemente ser reformada.

A segunda lista surgiu num contexto político bem diferente

da primeira. Já tinha ocorrido o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, Michel Temer estava no Palácio do Planalto, e o Congresso discutia as reformas trabalhista e da Previdência encaminhadas pelo governo e apoiadas pelos empresários, pelo mercado e pelos editoriais da imprensa. O coro quase uníssono era de que as reformas precisavam ser aprovadas para que o país superasse uma crise econômica que já durava três anos. Nesse novo ambiente, houve um contra-ataque do "sistema". Recrudesceram as críticas ao Ministério Público Federal, com o argumento de que os procuradores estariam criminalizando a política, de que estaríamos confundindo caixa dois para campanhas eleitorais com corrupção – como se caixa dois não fosse um crime e como se as empreiteiras, como a Odebrecht, não tivessem montado um amplo e sofisticado esquema em que as propinas do processo de cartelização das obras públicas eram pagas por vários meios: por caixa um, como doações eleitorais, caixa dois e outros mecanismos.

Fui alvo também de ataques pessoais. Depois da delação da Odebrecht, saiu na revista *Veja* uma nota que informava que minha filha, Letícia, atuara como advogada de uma das empresas da OAS na Lava Jato. Ela se limitara a assinar uma petição em que comunicava ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) um ato de concentração da OAS, algo que nada tinha a ver com as questões da empreiteira na Lava Jato, muito menos com as investigações na esfera penal por mim conduzidas. Mas essa distorção era feita para insinuar um conflito de interesses na minha atuação, porque, um ano antes, eu suspendera as tratativas para uma colaboração premiada do presidente da OAS, Léo Pinheiro, e de outros executivos da empresa. Tomei essa atitude depois que uma citação ao ministro Dias Toffoli, ainda na fase das entrevistas pré-colaboração, vazou para a mesma revista *Veja* , num rompimento do acordo de confidencialidade.

Durante as tratativas para o acordo, Pinheiro mencionou um encontro que tivera com Toffoli em uma festa. Segundo o empreiteiro, durante a conversa, o ministro teria falado sobre

um problema no teto da casa dele. O empresário disse, prontamente, que indicaria um técnico para fazer uma avaliação do vazamento e, se fosse o caso, apontar os meios para corrigir as falhas. A pessoa indicada, de fato, teria visitado a casa do ministro e até apresentara um orçamento que seria cobrado, caso o serviço fosse executado.

"Sim, e o que mais aconteceu? Você pagou por esse serviço?", perguntou um dos procuradores que interrogava o empreiteiro.

Como Pinheiro disse que não pagou pelos serviços, que ele sequer sabia se tinham sido executados, entendemos que não havia crime e, portanto, nada a ser delatado ou investigado. Pouco depois da recusa desse tópico sobre Toffoli, a revista *Veja* estampou uma capa anunciando, de forma categórica, que o ministro havia sido delatado por Léo Pinheiro. Entendi aquele vazamento como uma forma indevida de pressão para me obrigar a aceitar todos os termos do acordo de delação que vinha sendo negociado. Era uma tentativa de criar um fato consumado, algo incabível numa questão tão sensível.

Se abaixasse a cabeça e aceitasse aquela manobra, eu poderia ter sérios problemas no STF. Como justificaria para o colegiado que aceitara uma acusação sem pé nem cabeça contra um ministro da mais alta Corte do país? Seria uma desmoralização completa do procurador-geral e, por tabela, dos demais processos da Lava Jato. Eu não teria mais nenhuma credibilidade para pedir qualquer medida ao tribunal. A saída foi suspender as negociações para aquela delação de "faz de conta". Devo lembrar que, até aquele momento, Pinheiro não era um colaborador exemplar. Pelo contrário: as mensagens recuperadas num de seus celulares falavam mais do que o dono. Ora, se tínhamos um celular eloquente na narrativa de propinas para parlamentares, por que insistir em ouvir o titubeante dono? Era uma perda de tempo. Ao contrário do que se especulou na época, a suspensão nas negociações não teve qualquer motivação política ou pessoal. Além do mais, a prometida delação dos executivos da OAS (que chegou bem mais tarde) estava bem

aquém das nossas expectativas. A Odebrecht e outras empreiteiras tinham sido muito mais fartas na revelação do quadro da corrupção.

Apesar de eu ter contrariado os interesses da OAS, a petição feita por minha filha ao CADE foi usada pelo ministro Gilmar Mendes para me rebater quando apresentei pedido de seu impedimento em um processo de Eike Batista, porque sua mulher, Guiomar Mendes, atuava como advogada no escritório que representava o empresário. Esses ataques eram esperados por nós no Ministério Público, porque, afinal, estávamos mexendo com todo o sistema. Nessas circunstâncias, sabíamos que a reação viria com força. Além de mim, outros colegas, como Pelella e Sérgio Bruno, viraram alvo de críticas. O que combinei com o meu pessoal foi que eu catalisaria a reação institucional.

“Em razão do cargo, eu tenho o couro mais grosso para tomar essa porrada. Vou puxar para mim. Mas não vou ficar só tomando porrada contra as cordas, vou reagir também”, eu disse.

E foi o que fiz. Nunca deixei de responder. Quando havia ataques ao Ministério Público ou a mim, rebatia. A “delação do fim do mundo” continuava a sofrer muitos questionamentos, porque vários inquéritos decorrentes da colaboração da Odebrecht haviam sido arquivados pelo STF. Uma acusação frequente, que parte sobretudo de setores da Polícia Federal, é a de que o acordo teria sido fechado de forma apressada, muitos depoimentos seriam superficiais e não haveria necessidade de tantos colaboradores. Essas críticas surgiam por uma questão corporativista. A Polícia Federal queria ter uma participação proativa nos acordos de colaboração – e eu nunca deixei, porque a prerrogativa de celebrar os acordos e conduzir as investigações perante o STF era do Ministério Público. Além disso, sabíamos de antemão que muitos inquéritos poderiam ser arquivados no STF. Alguns fatos mencionados pelos colaboradores eram antigos e seriam de difícil comprovação. Mas o preço de não fazer o acordo seria represar uma série de investigações que

continuam a ter efeitos até hoje em todas as instâncias da Justiça.

Passados mais de dois anos, estou seguro de que a colaboração premiada da Odebrecht é um caso de sucesso que será objeto de estudos por muito tempo. Com ela, o Brasil subiu de patamar no mundo. Viramos uma referência internacional no combate à corrupção, reconhecidos por países como os Estados Unidos, a Suíça e a França, entre outros. Criamos um modelo de combate à corrupção que foi exportado para outras nações da América Latina. Percebi essa dimensão do nosso trabalho em um seminário realizado em Brasília com magistrados que estiveram na linha de frente da Operação Mãos Limpas, na Itália. Um deles era Antonio Di Pietro, talvez o mais célebre procurador da operação, que depois chegou a virar parlamentar. Na ocasião, ele me disse:

"Vocês não têm nada a aprender com a Itália sobre combate à corrupção. A Itália é que tem a aprender com vocês."

Com base na segunda "lista de Janot", o ministro Edson Fachin autorizou a abertura de inquéritos contra os seguintes políticos: Aécio Neves, senador (PSDB-MG); Alfredo Nascimento, deputado federal (PR-AM); Aloysio Nunes Ferreira, ministro das Relações Exteriores (PSDB-SP); Ana Paula Lima, deputada estadual (PT-SC); Antonio Anastasia, senador (PSDB-MG); Antonio Brito, deputado federal (PSD-BA); Arlindo Chinaglia, deputado federal (PT-SP); Arthur Oliveira Maia (PPS-BA); Blairo Maggi, ministro da Agricultura (PP-MT); Bruno Araújo, ministro das Cidades (PSDB-PE); Cândido Vaccarezza, ex-deputado federal (PTdoB-SP); Carlos Zarattini, deputado federal (PT-SP); Eduardo Braga, senador (PMDB-AM); Cacá Leão, deputado federal (PP-BA); Cássio Cunha Lima, senador (PSDB-PB); Celso Russomanno, deputado federal (PRB-SP); Cesar Maia, vereador (DEM-RJ); Ciro Nogueira, senador (PP-PI); Dalírio Beber, senador (PSDB-SC); Daniel Vilela, deputado federal (PMDB-GO); Daniel Almeida, deputado federal (PCdoB-BA); Décio Lima, deputado federal (PT-SC); Dimas Fabiano, deputado federal

(PP-MG); Edison Lobão, senador (PMDB-MA); Eduardo Paes, ex-prefeito (PMDB-RJ); Edvaldo Brito, candidato ao Senado em 2010 (PTB-BA); Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil (PMDB-RS); Eron Bezerra, marido da senadora Vanessa Graziottin (PCdoB-AM); Eunício Oliveira, senador (PMDB-CE); Fábio Faria, deputado federal (PSD-RN); Fernando Collor, senador (PTC-AL); Fernando Bezerra Coelho, senador (PSB-PE); Gilberto Kassab, ministro de Ciência e Tecnologia (PSD-SP); Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda (PT); Betinho Gomes, deputado federal (PSDB-PE); Helder Barbalho, ministro da Integração Nacional (PMDB-PA); Heráclito Fortes, deputado federal (PSB-PI); Humberto Costa, senador (PT-PE); Humberto Kasper, ex-diretor da Trensurb; Ivo Cassol, senador (PP-RO); João Carlos Gonçalves Ribeiro, ex-secretário de Planejamento de Rondônia; João Carlos Bacelar Filho, deputado federal (PR-BA); João Paulo Papa, deputado federal (PSDB-SP); Jorge Viana, senador (PT-AC); José Carlos Aleluia, deputado federal (DEM-BA); Zeca Dirceu, deputado federal (PT-PR); José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil (PT-SP); José Feliciano de Barros Júnior, vereador (PMN-PE); Vado da Farmácia, ex-prefeito de Cabo de Santo Agostinho (PTB-PE); Zeca do PT, deputado federal (PT-MS); José Reinaldo, deputado federal (PSB-MA); Renan Calheiros, senador (PMDB-AL); Renan Filho, governador de Alagoas (PMDB Lopes, deputado federal (PP-AL); José Serra, senador (PSDB-RJ); Jutahy Júnior (PSDB-BA); Kátia Abreu, senadora (PMDB-TO); Lídice da Mata, senadora (PSB-BA); Lúcio Vieira Lima, deputado federal (PMDB-BA); Maguito Vilela, ex-governador, ex-senador e ex-prefeito (PMDB-GO); Lindbergh Farias, senador (PT-RJ); Marco Arildo Prates da Cunha, ex-diretor da Trensurb; Marco Maia, deputado federal (PT-RS); Marcos Pereira, ministro da Indústria, Comércio e Serviços (PRB-SP); Maria do Rosário, deputada federal (PT-RS); Mário Negromonte Jr., deputado federal (PP-BA); Milton Monti, deputado federal (PR-SP); Moisés Pinto Gomes, marido da senadora Kátia Abreu; Napoleão Bernardes Neto, prefeito de Blumenau (PSDB-SC); Nelson Pellegrino, deputado federal

(PT-BA); Omar Aziz, senador (PSD-AM); Onyx Lorenzoni, deputado federal (DEM-RS); Oswaldo Borges da Costa, ex-presidente da Codemig; Paulo Bernardo, ex-ministro das Comunicações (PT-PR); Paulo Henrique Lustosa, deputado federal (PP-CE); Paulinho da Força, deputado federal (SD-SP); Paulo Rocha, senador (PT-PA); Beto Mansur, deputado federal (PRB-SP); Paulo Vasconcelos, ex-marqueteiro de Aécio Neves; Pedro Paulo, deputado federal (PMDB-RJ); Ricardo Ferraço, senador (PSDB-ES); Robinson Faria, governador do Rio Grande do Norte (PSD-RN); Rodrigo Jucá, ex-candidato a vice-governador de Roraima, filho de Romero Jucá (PMDB-RR); Rodrigo Maia, deputado federal (DEM-RJ); Rodrigo Garcia, secretário de Habitação de São Paulo (DEM-SP); Romero Jucá, senador (PMDB-RR); Rosalba Ciarlini, prefeita de Mossoró (PP-RN); Tião Viana, governador do Acre (PT-AC); Ulisses César Martins de Sousa, ex-procurador-geral do Maranhão; Valdemar Costa-SP); Júlio Neto, ex-deputado federal (PR-SP); Valdir Raupp, senador (PMDB-RO); Vander Loubet, deputado federal (PT-MS); Vanessa Grazziotin, senadora (PCdoB-MA); Vicente Cândido, deputado federal (PT-SP); Vicentinho, deputado federal (PT-SP); Vital do Rêgo Filho, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Moreira Franco, ministro da Secretaria-Geral da Presidência (PMDB); e Yeda Crusius, deputada federal (PSDB-RS).

CAPÍTULO 14

A América em chamas

Nervosa, a mulher à minha frente suava frio e falava balbuciando. Era outubro de 2016, época de temperaturas amenas em Lisboa, Portugal, mas Kenia Porcell Díaz, procuradora-geral do Panamá, tremia da cabeça aos pés. Ela e eu nos sentamos frente a frente na capital portuguesa para uma reunião bilateral marcada à parte da assembleia geral da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos. O objetivo era acertarmos os ponteiros depois de um grande imbróglio na colaboração entre autoridades brasileiras e panamenhas nas investigações internacionais da Lava Jato.

Por informações obtidas por meio de inteligência financeira, a Lava Jato soubera da existência de uma conta no Panamá movimentada por uma empresa *offshore* da Odebrecht, a qual fazia parte do esquema montado pela empreiteira para pagar propinas. Havia mais de um ano, a força-tarefa da Lava Jato pedia os extratos bancários dessa conta aos panamenhos. Desde a expedição dos pedidos, procuradores brasileiros já haviam estado duas vezes no Panamá para tratar do caso. Os panamenhos, porém, relutavam em fornecer os documentos, apesar de Brasil e Panamá serem signatários de acordos de assistência em matéria penal, o que os obrigava a dar essas informações.

A Procuradoria-Geral do Panamá barrava o envio de informações com o argumento esdrúxulo de que o Ministério Público brasileiro precisava especificar em quais transações

da conta estava interessado. Ou seja, era como se os panamenhos dissessem: “O que vocês sabem, a gente entrega; o que vocês não sabem, não entregamos”. Era o primeiro país que se recusava de forma sistemática a compartilhar informações com a Lava Jato, apesar de ele mesmo ter pedido acesso a documentos da investigação.

Sabíamos que o motivo estava ligado ao fato de o Panamá ser um conhecido paraíso fiscal, a ponto de ter se tornado, em abril daquele ano, foco de um escândalo internacional. A partir do vazamento de milhares de documentos do escritório de advocacia panamenho Mossack Fonseca, especializado em abrir empresas *offshore* em paraísos fiscais, o caso ficou conhecido como Panama Papers.

Depois que as tentativas de contato feitas por Vladimir Aras deixaram de ser respondidas pelos panamenhos, eu entrei pessoalmente no circuito. Comecei a telefonar para tentar falar com a procuradora-geral Kenia Porcell, mas ela não respondia às minhas ligações. Eu me identificava como *fiscal general del Brasil* , mas as minhas chamadas sempre paravam na sua antessala. Invariavelmente, a secretária pedia *un ratito* e depois voltava, dizendo que a procuradora estava ausente.

Como Kenia Porcell não me atendia, comecei a apertar. “Mas quem responde na ausência dela? Não é possível que não haja um vice-fiscal aí”, eu questionava. Depois de muita insistência, finalmente consegui falar com uma espécie de gestor da Procuradoria-Geral do Panamá, um equivalente ao secretário-geral da PGR aqui no Brasil, o responsável pelas questões administrativas da instituição. Ele veio com a desculpa de que estavam sofrendo muita pressão na imprensa. Em resposta, eu disse: “Olha, quem vai começar a fazer pressão na imprensa sou eu. E eu vou começar a dizer como vocês estão fugindo dessa cooperação”.

De fato, diante das evasivas que recebíamos, resolvemos aumentar a pressão sobre a Procuradoria-Geral do Panamá de diversas formas. Uma delas foi uma entrevista que Aras deu à imprensa internacional, em que cobrou dos panamenhos o compartilhamento das informações. A mesma cobrança foi

feita pelo Brasil em organizações internacionais como o Grupo de Ação Financeira da América Latina (GAFILAT), órgão de combate à lavagem de dinheiro que reúne os países da região.

O constrangimento com o caso era grande também porque os delatores da Odebrecht, em depoimentos à força-tarefa, haviam revelado que a empreiteira, presente no Panamá desde 2004, desembolsara US$ 59 milhões em propinas a autoridades do país para obter agilização de pagamentos, superfaturamento de contratos e favorecimento em licitações. De acordo com a delação de André Luiz Campos Rabello, ex-diretor da Odebrecht, parentes do ex-presidente panamenho Ricardo Martinelli haviam recebido parte desse dinheiro. Seu irmão, Mario Martinelli, e seus filhos Ricardo Alberto Martinelli Linares e Luis Enrique Martinelli Linares foram acusados de receber US$ 11 milhões e € 9 milhões por meio de *offshores* administradas pela Odebrecht.

A pressão exercida sobre os panamenhos começou a dar resultados. No final de setembro, uma delegação da Procuradoria-Geral do Panamá chegou de surpresa a Brasília para discutir o caso numa reunião no Ministério da Justiça. Ao final do encontro, os panamenhos disseram à imprensa do seu país que o Brasil havia pedido desculpas, o que era falso e foi desmentido em nota oficial do Ministério da Justiça. Na reunião, Vladimir Aras e seu adjunto na Secretaria de Cooperação Internacional apenas reiteraram a cobrança de uma resposta célere aos pedidos de documentos requeridos pela Lava Jato e enfatizaram que as demandas feitas pelo Brasil não diferiam em nada de outras feitas a vários países.

Afinal, os panamenhos se dobraram. Na reunião em Lisboa, depois de olhar para um assessor que estava ao seu lado, a procuradora Kenia Porcell, com as mãos suando, pegou um pen drive e o colocou na minha frente. “Está aí”, ela disse. Eu retruquei: “Isso não é cooperação. Como é que eu posso usar essa prova? Posso até pegar o pen drive e ver o que é que tem aqui, mas isso não me serve. Isso tem que ser encaminhado por meio de via formal, para que eu possa usar como prova no

processo penal. Vocês têm que responder ao pedido formal". Foi assim, depois dessa queda de braço, que os documentos referentes à Constructora Internacional Del Sur, a *offshore* da Odebrecht no Panamá, finalmente chegaram ao Brasil.

Quatro meses depois daquele encontro bizarro em Lisboa, a procuradora Kenia Porcell estava em Brasília. Em 16 de fevereiro de 2017, ela, que tanto resistira a entregar documentos à Lava Jato, fez parte do grupo de procuradores-gerais, fiscais-gerais e fiscais de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana e Venezuela que assinou a Declaração de Brasília. Naquela ocasião, já havia sido revelado que a Odebrecht e sua controlada Braskem haviam pagado quase US$ 1 bilhão em propinas a autoridades, funcionários de governo e dirigentes de partidos políticos em mais de 100 obras executadas em 13 países: Angola, Argentina, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Peru, Guatemala, México, Moçambique, Panamá, Peru e Venezuela.

Na Declaração de Brasília, os chefes dos Ministérios Públicos dos países presentes à reunião firmaram o compromisso de promover "a mais ampla, célere e eficaz cooperação jurídica internacional no caso Odebrecht e no caso Lava Jato, em geral". Foi um acontecimento histórico. Pela primeira vez, um número tão expressivo de representantes dos Ministérios Públicos da região se reunia para dar um basta coletivo à corrupção em escala internacional. Era o bloco reagindo como bloco, e não mais cada um por si, como costumava acontecer até então. Outro detalhe importante era a afirmação da extraterritorialidade da jurisdição brasileira na punição de atos de corrupção de brasileiros no exterior. A partir dali, os países interessados em usar as informações e provas obtidas na colaboração dos executivos da Odebrecht teriam que obedecer aos termos do acordo homologado pela Justiça brasileira. Sem isso, ficariam sem as nossas provas, embora pudessem tocar investigações por conta própria.

Depois daquele embaraço inicial, a colaboração com o Panamá seguiu adiante sem maiores problemas. Os

procuradores panamenhos obtiveram acesso às provas da corrupção dos filhos do ex-presidente Ricardo Martinelli, que acabaram sendo presos nos EUA por conta das investigações da Lava Jato. Além disso, depois nos forneceram informações que nos permitiram chegar a uma conta de uma *offshore* na Alemanha, movimentada por procuração por um lobista de Brasília, Milton Lyra, apontado como suposto operador do senador Renan Calheiros.

Infelizmente, a ação em bloco veio numa proporção inferior à que imaginávamos. A despeito do compromisso de ampla e célere colaboração firmado na Declaração de Brasília, a cooperação internacional não se deu de maneira uniforme com todos os países signatários. À exceção da República Dominicana, que logo resolveu fazer um acordo de leniência diretamente com a Odebrecht e já em abril de 2017 teve acesso às informações obtidas pela Lava Jato no Brasil, a cooperação variou entre o rigor e a omissão dos Ministérios Públicos, conforme a situação política e institucional de cada país. Em vários países, a ausência de um arranjo institucional que conferisse ao Ministério Público a mesma autonomia de que ele gozava no Brasil emperrou a cooperação, as investigações e os processos penais.

No México, o procurador-geral Raúl Cervantes Andrade, um dos signatários da Declaração de Brasília, era também senador do PRI, o partido do presidente Enrique Peña Nieto, e fazia parte do gabinete presidencial. Cervantes demonstrou pouco interesse em obter as informações da Lava Jato, e quase nada fez para avançar em investigações decorrentes da delação do ex-presidente da Odebrecht no México, Luis Alberto de Meneses Weyl, que disse que a empreiteira pagara US$ 10 milhões em propinas para ser favorecida em licitações de obras em refinarias da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex). Segundo a delação, os pagamentos foram feitos a Emilio Lozoya, ex-presidente da Pemex e figura próxima a Peña Nieto, tendo atuado na sua campanha presidencial em 2014. A investigação sobre o caso Odebrecht no México só avançou depois da eleição, em 2018, de um novo presidente,

Andrés Manuel López Obrador, e uma mudança institucional que promete dar maior autonomia ao procurador-geral.

Na Argentina, igualmente, questões políticas contribuíram para travar as investigações sobre o caso Odebrecht. A empreiteira, presente no país desde a década de 1990, dera um grande salto com a chegada do kirchnerismo ao poder, a partir de 2003. Na delação, os executivos da Odebrecht confessaram ter pagado pelo menos US$ 35 milhões em propinas a funcionários dos governos de Néstor e Cristina Kirchner pela participação em três grandes projetos de obras públicas na Argentina, cujos contratos somavam cerca de US$ 2,2 bilhões. Lá, o problema era que a então procuradora-geral Alejandra Gils Carbó havia sido indicada por Cristina Kirchner e estava em conflito com o presidente Mauricio Macri, que iniciara uma campanha para tirá-la do cargo assim que chegara à Casa Rosada, em 2015, apesar de o posto de procurador-geral na Argentina ser vitalício e poder ser ocupado por qualquer cidadão, e não apenas por um procurador.

O caso Odebrecht acentuou a batalha política entre o governo Macri e a Procuradoria-Geral e travou a cooperação com a Argentina, que esbarrava ainda em outro complicador: alegando restrições impostas pela legislação do país, os argentinos resistiam a dar imunidade penal aos delatores, como exigíamos. Ainda tentamos criar uma equipe conjunta de investigação, um instrumento que dá mais velocidade à cooperação internacional, mas essa tentativa também não seguiu adiante. Nesse ponto, a barreira foi a resistência do Ministério da Justiça brasileiro, por razões políticas e corporativas. O Ministério da Justiça é a autoridade central no Brasil para estabelecer essas equipes conjuntas de investigação internacional, e o seu Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), dominado por delegados da Polícia Federal, resiste a ceder o protagonismo ao Ministério Público. Só em julho de 2018, após a minha saída da PGR, um acordo entre os Ministérios Públicos de Brasil e Argentina foi assinado para

que os argentinos pudessem ter acesso às provas e informações da delação da Odebrecht.

Na Venezuela, a barreira às investigações era ainda maior: o regime autoritário do presidente Nicolás Maduro, cuja cúpula era atingida diretamente pela delação do ex-diretor da Odebrecht no país, Euzenando de Azevedo. Os negócios da empreiteira na Venezuela haviam crescido a partir da eleição de Hugo Chávez, que estabelecera uma relação direta com os dirigentes da Odebrecht e passara a brindá-los com grandes contratos, entre eles a construção de linhas de metrô em Caracas. A presença da Odebrecht na Venezuela era tal que, após a morte de Chávez, a empreiteira, na expectativa de manter seus benefícios, financiou com recursos próprios tanto a campanha de Maduro quanto a de seu opositor Henrique Capriles na eleição presidencial de 2013. Eles foram acusados de receber, respectivamente, US$ 35 milhões e US$ 15 milhões.

No início reticente, a então procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Díaz, passou a demonstrar interesse em obter informações da delação da Odebrecht a partir do momento em que virou dissidente do regime chavista e crítica de Maduro. Para ouvir um dos ex-dirigentes da empreiteira, Ortega chegou a mandar alguns procuradores até à Bahia – e a PGR, inclusive, ajudou na estadia deles no Brasil, financiando a alimentação e a hospedagem. Ortega, porém, acabou sendo destituída do cargo por Maduro e teve de fugir para a Colômbia. Já no exílio, participou de uma reunião de procuradores-gerais do Mercosul em Brasília, em agosto de 2017. Como a Venezuela estava suspensa do bloco, Ortega teve que participar do encontro como convidada da comitiva brasileira. Diante do bloqueio de todos os canais na Venezuela pela ditadura de Maduro, Vladimir Aras, com o meu apoio, chegou a bolar uma estratégia para fazermos uma denúncia de lavagem de dinheiro contra o presidente venezuelano aqui no Brasil. Como a denúncia deveria ser feita no nível da primeira instância, a ideia foi apresentada à equipe da força-tarefa, mas, por razões que desconheço, acabou ficando na

gaveta. Em 2018, vivendo na Colômbia, Ortega apresentou uma denúncia contra Maduro no Tribunal Supremo venezuelano no exílio, mas de caráter meramente simbólico.

Mesmo no Peru, onde o avanço das investigações do caso Odebrecht atingiu quatro ex-presidentes (Alejandro Toledo, Ollanta Humala, Pedro Pablo Kuczynski e Alan García, que acabou se suicidando em abril de 2019) e a líder da oposição, Keiko Fujimori, a cooperação sofreu percalços. O responsável pelas tratativas com o Brasil, o fiscal Alonso Peña Cabrera, que exercia na Procuradoria-Geral do Peru funções homólogas às de Vladimir Aras aqui, era um sujeito estranho. Seu comportamento chamou atenção pela primeira vez quando, no Brasil, num almoço com integrantes da Secretaria de Cooperação Internacional, pediu uma nota fiscal com valor coletivo como se fosse individual. Ou seja, enviado ao Brasil para investigar atos de corrupção que envolviam quatro ex-presidentes, o sujeito, com a alegação de que o valor das diárias para viagem era baixo, não se constrangia em recorrer a subterfúgios rastaqueras para embolsar um troco por fora.

Peña Cabrera, em meio a episódios de suspeitas de vazamentos de informações que circundavam as conversas com os procuradores peruanos sobre a Lava Jato, se envolveu num episódio ainda mais controverso. Depois de obter acesso a alguns documentos da investigação cedidos pelas equipes da Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional e do DRCI, quis dar uma de joão sem braço. Recusou-se a assinar o termo obrigatório em que o Ministério Público do Peru se comprometia a resguardar a confidencialidade das informações e a submeter-se ao acordo penal firmado no Brasil. Aras veio me informar o que ocorrera: “O cara disse que não vai assinar e que vai embora. Ele foi para a embaixada e não sei se vai botar os documentos em mala diplomática ou não”.

Na hora, eu pensei: *Esse cara não vai sair do Brasil. Vou pedir a prisão desse fdp* . Pedi para ligar imediatamente para Pablo Sánchez Velarde, o *fiscal de la Nación* , como é chamado o procurador-geral no Peru. No telefonema, eu o questionei.

“Pablo, que história é essa? O combinado não sai caro, e tem de ser cumprido”, disse. Constrangido, Pablo Sánchez se dispôs até a vir ao Brasil para assinar o termo, mas eu retruquei: “Não. Eu quero que você me mande um documento assinado por você por e-mail aderindo aos termos do acordo”. Ele terminou a ligação dizendo que iria verificar como fazer para proceder dessa forma. Se o documento não chegasse, minha disposição era dar um baculejo em Peña Cabrera no aeroporto e impedir a saída dele do Brasil. Mas o e-mail com o documento assinado por Pablo Sánchez acabou chegando, o que evitou que esse caso se transformasse num incidente diplomático mais grave.

Depois desse quiproquó, eu brincava com a minha equipe que era preciso tirar uma lição desse episódio. Citava aquela velha piada do pai árabe que incentivava o filho a pular nos seus braços. Quando o filho pulava, o árabe abria os braços, e a criança caía estatelada no chão. Chorando, ela depois perguntava para o pai: “Por que você não me segurou?”. E o pai árabe respondia: “É que você precisa aprender a não confiar nem no seu próprio pai”. Peña Cabrera, de fato, não era digno da menor confiança. Mais tarde, virou alvo de investigação no Peru porque foi acusado por integrantes da força-tarefa da Lava Jato peruana de tentar dissuadi-los de questionar os delatores da Odebrecht sobre Alan García. Por pressão dos procuradores envolvidos na investigação, acabou sendo afastado, de forma rumorosa, do cargo de titular da cooperação internacional na Procuradoria-Geral peruana.

O Ministério Público no Peru tem independência e força, o que explica o terremoto político causado lá pela Lava Jato. Na Colômbia, ao contrário, os processos avançaram lentamente. A disposição do sistema judicial colombiano de punir envolvidos com o escândalo, principalmente os mais poderosos, ligados aos governos dos ex-presidentes Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos, foi colocada em dúvida, a despeito da existência de várias provas do pagamento feito pela Odebrecht de mais de US$ 42 milhões em propinas na construção de um trecho da rodovia Rota do Sol, que liga a

região metropolitana de Bogotá ao litoral do país.

Lá, o *fiscal general* Néstor Martínez, outro signatário da Declaração de Brasília, foi afastado do caso depois que passou a ser questionado por causa de gravações de diálogos suspeitos entre ele e o auditor Jorge Enrique Pizano, uma das principais testemunhas da Lava Jato na Colômbia, que apareceu morto em novembro de 2018. Antes de ser procurador-geral, Martínez havia sido sócio do conglomerado financeiro Grupo Aval, que era sócio da Odebrecht na concessão da Rota do Sol e é controlado por Luis Carlos Sarmiento Angulo, o homem mais rico da Colômbia. Martínez acabou sendo substituído por um procurador ad hoc, ou seja, designado especialmente para a Lava Jato, um professor de Direito, mas sem experiência penal e fora dos quadros da Fiscalía General. Isso contribuiu para que continuassem os questionamentos em relação à independência dos procuradores colombianos.

Os desdobramentos da Lava Jato na Colômbia realçam a importância de os chefes dos Ministérios Públicos serem preferencialmente escolhidos dentro da carreira e mostram como o corporativismo, em algumas situações, pode ter efeitos positivos. O andamento do caso Odebrecht no Brasil e no Peru em contraste, por exemplo, com a Colômbia, também reforça como um desenho institucional que assegure a existência de Ministérios Públicos com independência funcional e verdadeira autonomia institucional, inclusive orçamentária, faz toda a diferença na atuação de promotores da Justiça e de procuradores da República no combate à corrupção. Nos Estados onde os controles sociais e políticos são fracos, geralmente os mais pobres, há mais corrupção. Ditaduras também tendem a ser mais corruptas do que as democracias.

Minha experiência na Lava Jato mostra também que o valor particular das pessoas à frente das instituições tem seu peso no combate à corrupção. Angola e Moçambique, dois países da África com o passado de colonização portuguesa em comum, tiveram atitudes completamente diferentes após a revelação

de que a Odebrecht pagara propinas para conseguir obras públicas. Em Angola, onde os delatores da Odebrecht mencionaram propinas de US$ 50 milhões a funcionários e autoridades, nenhuma investigação foi aberta. O procurador-geral angolano, João Maria de Souza, até veio ao Brasil para assuntar o que havia nas delações dos dirigentes da Odebrecht, mas alegou que uma lei de anistia sancionada em 2016 pelos quarenta anos de independência do país o deixava de mãos atadas. Em Moçambique, ao contrário, a procuradora-geral Beatriz Buchili, uma mulher de muita coragem, aderiu ao acordo penal, pediu acesso à delação – que mencionava pagamentos de propina de US$ 900 mil na construção de um aeroporto no interior do país, com financiamento do BNDES – e levou todos os documentos solicitados.

A despeito dos resultados desiguais, a Declaração de Brasília é considerada hoje por cientistas políticos gabaritados um marco do papel de liderança que o Brasil passou a exercer no campo da "diplomacia jurídica". O protagonismo assumido pela Procuradoria-Geral da República do Brasil no combate à corrupção transnacional com a Lava Jato compensou os estragos causados pela Odebrecht e por outras empresas à reputação e à imagem do país. Para esses especialistas, a cooperação internacional na Lava Jato sob o comando brasileiro sugere que a agenda anticorrupção deva ser transformada num dos pilares da política externa do Brasil.

Os americanos sempre estiveram atentos a esse aspecto geopolítico da Lava Jato. Em várias conversas que tivemos com representantes do governo dos Estados Unidos, era nítido o interesse deles no êxito da Operação, porque isso teria repercussão nos demais países da região. Eles nos diziam: "Vocês saíram na frente, vocês vão fazer esse trabalho, e isso vai repercutir nos outros países".

Na minha última viagem internacional no cargo de procurador-geral da República, em julho de 2017, fui a Washington e me encontrei no Departamento de Estado com Luis Edmundo Arreaga-Rodas, um americano de origem

guatemalteca que acabara de ser indicado pelo presidente Donald Trump para ser embaixador na Guatemala. Na ocasião, Arreaga ocupava um dos cargos de chefia da Secretaria de Estado no combate ao narcotráfico e de assuntos legais para o hemisfério ocidental. Eu fora ao Departamento de Estado para discutir a continuidade de um programa de cooperação chamado Pontes, estabelecido muito antes da Lava Jato, em que os americanos financiavam a capacitação de procuradores brasileiros em técnicas de negociação, investigação e combate à lavagem de dinheiro.

Nessa reunião, um outro funcionário do alto escalão do Departamento de Estado, aparentemente num cargo superior ao de Arreaga, começou a falar sobre os aspectos geopolíticos da Lava Jato e o impacto duradouro da Operação na região. “O senhor tem noção da extensão do trabalho de vocês no Brasil?”, ele me perguntou. Eu respondi: “Ainda não”. Então, ele me disse que iria reformular a pergunta. “O senhor tem noção dos efeitos do trabalho de vocês na região?” Eu voltei a dizer não. “Vocês têm noção da importância do trabalho de vocês no mundo?”, ele insistiu, numa escala crescente. Eu, mais uma vez, disse que ainda não. Então, ele completou: “Vocês viraram modelo de combate à corrupção, e isso terá efeitos duradouros no continente, porque todos os países vão querer replicar esse modelo a partir de agora. Todos os países estão de olho no trabalho de vocês”.

Obviamente, os americanos não queriam o êxito da Lava Jato porque eram bonzinhos, mas porque tinham interesse em abrir o mercado da América Latina para suas empresas. Para que eles pudessem competir aqui, seria necessário diminuir o nível de corrupção e de cartelização do mercado de obras públicas. Em várias conversas informais com autoridades americanas, eu sempre ouvia a seguinte pergunta: “Por que a Odebrecht pode construir o aeroporto de Miami e a gente não pode construir um aeroporto ou uma estrada no Brasil?”.

A cooperação com os americanos no caso Odebrecht não autoriza, porém, um discurso míope e tosco feito por certos setores da esquerda brasileira, para quem o Ministério Público

Federal, com a Lava Jato, quebrou o setor de engenharia nacional e serviu aos interesses dos Estados Unidos em conluio com o Departamento de Justiça americano e a CIA. Essa retórica é alimentada por pessoas que pensam, no fundo, que a corrupção é a graxa que move a economia. É de interesse nacional estabelecer também no Brasil um capitalismo verdadeiramente concorrencial, e não esquemas de compadrio em que os amigos do rei tornam-se os "campeões nacionais". A cartelização do mercado gera concentração de riquezas, aprofunda as desigualdades sociais e incentiva a corrupção, drenando os já escassos recursos públicos. Isso é de uma obviedade ululante. Causa espanto que setores ditos nacionalistas continuem a alimentar teorias conspiratórias sobre a Lava Jato e ignorem, por exemplo, que nenhuma empresa americana entrou no mercado brasileiro de obras públicas até agora.

CAPÍTULO 15

O objeto de desejo chamado Lula

No intervalo entre as superlativas delações dos executivos da Odebrecht e da J&F, quando os resultados da Lava Jato já eram evidentes, tivemos um forte embate com a força-tarefa de Curitiba. O choque não foi tão estridente quanto o quiproquó descrito na primeira parte deste livro, quando o impasse quase levou à renúncia coletiva deles e à minha, ou seja, ao presumível fim de uma nascente Lava Jato. Dessa vez não houve ameaças veladas, nem contorções verbais, mas o debate foi tenso. As divergências se deram no curso do processo do triplex, que levou à condenação do ex-presidente Lula e, depois, à exclusão de sua candidatura nas eleições presidenciais de 2018.

Em setembro de 2016, pouco depois de denunciar Lula, a quem classificou de chefe de organização criminosa, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Deltan Dallagnol pediu uma reunião comigo, em Brasília. Vieram ele e outros procuradores da força-tarefa, entre eles Januário Paludo, Roberson Pozzobon, Antônio Carlos Welter e Júlio Carlos Motta Noronha. Quando entraram na minha sala, eu disse para mim mesmo: *Lá vem problema* . Toda vez que vinham em grupo, e não um ou dois, era indicativo de algo grave. Daquela vez não foi diferente. Dallagnol e os demais colegas tinham vindo cobrar uma inversão da minha pauta de trabalho.

Eles queriam que eu denunciasse imediatamente o ex-presidente Lula por organização criminosa, nem que para isso

tivesse que deixar em segundo plano outras denúncias em estágio mais avançado. Naquele momento, eu tinha quatro denúncias para formular: duas contra o PMDB (uma da Câmara, outra do Senado), uma contra o PT e outra contra o PP. Pelo nosso cronograma, faríamos as denúncias na seguinte ordem: primeiro a do PP, depois a do PMDB da Câmara, em seguida a do PT e, por último, a do PMDB do Senado. O critério era muito simples. Faríamos as acusações formais de acordo com o avanço das investigações. Como a do PP e a do PMDB da Câmara estavam mais adiantadas, elas dariam origem às duas primeiras denúncias. As outras duas, contra o PT e contra o PMDB do Senado, viriam depois.

"Precisamos que você inverta a ordem das denúncias e coloque a do PT primeiro", disse Dallagnol, logo no início da reunião.

Ele já tinha feito uma sondagem sobre essa possibilidade de inversão de pauta numa conversa por telefone com um dos integrantes da minha equipe, e agora reafirmava o pedido pessoalmente.

"Não, eu não vou inverter. Vou seguir o meu critério. A que estiver mais evoluída vai na frente. Não tem razão para eu mudar essa ordem. Por que eu deveria fazer isso?", respondi.

Paludo disse, então, que eu teria que denunciar o PT e Lula logo, porque, se não fosse assim, a denúncia apresentada por eles contra o ex-presidente por corrupção passiva e lavagem de dinheiro ficaria descoberta. Pela lei, a acusação por lavagem depende de um crime antecedente, no caso, organização criminosa. Ou seja, eu teria que acusar o ex-presidente e outros políticos do PT com foro no Supremo Tribunal Federal em Brasília para dar lastro à denúncia apresentada por eles ao juiz Sergio Moro em Curitiba. Isso era o que daria a base jurídica para o crime de lavagem imputado a Lula.

"Sem a sua denúncia, a gente perde o crime por lavagem", disse o procurador.

O problema era delicado. Na fase inicial das investigações sobre Lula e o triplex, eu pedira ao ministro Teori Zavascki o

compartilhamento dos documentos obtidos no nosso inquérito sobre organização criminosa relacionada ao PT com a força-tarefa. Eles haviam me pedido para ter acesso ao material e eu prontamente atendera. Na decisão, o ministro deixara bem claro que eles poderiam usar os documentos, mas não poderiam tratar de organização criminosa, porque o caso já era alvo de um inquérito no STF, o qual tinha como relator o próprio Teori Zavascki e cujas investigações eram conduzidas por mim.

Ora, e o que Dallagnol fez? Sem qualquer consulta prévia a mim ou à minha equipe, acusou Lula de lavar dinheiro desviado de uma organização criminosa por ele chefiada. Lula era o "grande general", o "comandante máximo da organização criminosa", como o procurador dizia na entrevista coletiva convocada para explicar, diante de um PowerPoint, a denúncia contra o ex-presidente. No PowerPoint, tudo convergia para Lula, que seria chefe de uma organização criminosa formada por deputados, senadores e outros políticos com foro no STF.

"Se você não fizer a denúncia, a gente perde a lavagem", reforçou Dallagnol, logo depois da fala de Paludo.

"Eu não vou fazer isso!", repeti.

"Você está querendo interferir no nosso trabalho!", exclamou Dallagnol, aparentemente irritado.

"Eu não quero interferir no trabalho de vocês. Ao que parece, vocês é que querem interferir no meu. Quando houve o compartilhamento da prova, o ministro Teori excluiu expressamente a possibilidade de vocês investigarem e denunciarem o Lula por crime de organização criminosa, que seguia no Supremo. E vocês fizeram isso. Vocês desobedeceram à ordem do ministro e colocaram como crime precedente organização criminosa. Eu não tenho o que fazer com isso", eu disse.

Eu estava bastante chateado com as pressões, diretas ou veladas, de Curitiba sobre nosso trabalho e, naquele momento, era hora de botar os pingos nos is. Enquanto falava, eu exibia uma cópia da decisão do ministro, a mesma

decisão que já tinha sido encaminhada a eles no compartilhamento de provas.

“Não, Deltan, ele não está querendo interferir no nosso trabalho, como nunca interferiu”, tentou contemporizar Pozzobon.

Embora um dos mais jovens da equipe, Pozzobon demonstrava uma impressionante maturidade, inclusive em situações tensas, como aquela.

“Mas, se não for assim, nós vamos perder a denúncia”, insistiu Paludo.

“O problema não é meu. O problema é de vocês. Vocês fizeram isso sem me consultar, sem obedecer à determinação do ministro Teori. E agora sou eu que tenho que resolver o problema de vocês? Não faço isso de forma alguma!”, eu disse.

Sem clima, a reunião foi encerrada, e eles voltaram para Curitiba.

E eu segui com o meu trabalho. Fiz as denúncias conforme os critérios estabelecidos inicialmente, embora a ordem das acusações tenha sofrido uma ligeira alteração. Em 1 º de setembro de 2017, denunciamos o quadrilhão do PP. Quatro dias depois, fizemos uma denúncia por organização criminosa contra Lula e outros do PT, ou seja, quase um ano após a denúncia da força-tarefa de Curitiba. Em 8 e 14 de setembro, protocolizamos as denúncias contra o PMDB do Senado e da Câmara. A troca da ordem, uma diferença de poucos dias, se deveu tão somente ao andamento natural das investigações.

Em suma, eu não poderia corrigir uma falha de Curitiba colocando em risco meu trabalho e, mais do que isso, quebrando a máxima de nunca tomar qualquer decisão que não fosse amparada na regra geral, técnica e impessoal.

“Faça a coisa certa!”, costumava dizer Douglas Fischer, o primeiro coordenador do grupo de trabalho da Lava Jato.

“Faça a coisa certa, e tudo que vier depois será certo, mesmo que o resultado não seja do seu agrado. Faça sempre a coisa certa, e tudo estará certo”, eu diria agora. A objetividade do “sarrafo”, ou seja, das regras do jogo, é um poderoso

antídoto contra a acusação de seletividade nas investigações.

CAPÍTULO 16

Corrida de *toros* – um ministro ferido

O senador José Serra deixou o Ministério das Relações Exteriores do governo Michel Temer em fevereiro de 2017, menos de nove meses depois de assumir o cargo. A demissão de Serra surpreendeu o mundo político e empresarial. O peessedebista era um dos principais fiadores do governo Temer. Oficialmente, ele alegou problemas de saúde, como dores na coluna, que o impediriam de fazer as viagens internacionais exigidas pelo cargo de chanceler. Na época, a imprensa viu na saída de Serra do governo e na sua volta ao Senado uma tentativa de submergir e sair do foco depois que a Odebrecht concluíra o seu acordo de colaboração premiada com a Lava Jato. Pouco menos de um mês depois, o senador, de fato, seria um dos principais nomes investigados com base nas revelações dos executivos da empreiteira, compondo a chamada segunda "lista de Janot". No caso de Serra, o ex-presidente da Odebrecht, Pedro Novis, disse em depoimento que a empreiteira, a pedido do senador, pagara R$ 52,4 milhões de forma ilícita para campanhas políticas dele entre 2002 e 2012.

Pouca gente sabia na ocasião, porém, que, antes da delação da Odebrecht, uma outra investigação de âmbito internacional, que nada tinha a ver com a Lava Jato, esbarrara em José Serra, quando ele ainda estava na posição de titular da pasta das Relações Exteriores. No final de 2016, eu recebera um pedido de cooperação da Espanha para encaminhar um

questionário a um cidadão espanhol residente em São Paulo. O alvo do interrogatório era Gregório Marin Preciado, casado com uma prima de Serra. Preciado era investigado na Espanha pela suspeita de ter sido o intermediário do pagamento de cerca de € 10 milhões em subornos a políticos brasileiros na obtenção de um contrato no Brasil pela empresa espanhola Defex, uma sociedade mista de capitais controlada pelo Estado espanhol. A Defex se tornara centro de um escândalo na Espanha depois da descoberta do pagamento de milhões de euros em propinas em contratos de vendas de armas a países como Angola, Arábia Saudita e Camarões.

O contrato da Defex no Brasil não estava relacionado a armas, mas à venda de equipamentos de infraestrutura para o Porto Sudeste, em Itaguaí, no litoral do Rio de Janeiro, um empreendimento para exportação de minério de ferro criado pelo empresário Eike Batista em sociedade com a multinacional holandesa Trafigura e o fundo de investimento Mubadala, de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Segundo as investigações espanholas, as propinas aos políticos brasileiros teriam sido pagas por meio de uma empresa *offshore* chamada Iderbras, que era administrada por Preciado e estava em nome de Vicencia Talan, a prima de Serra. A mesma Iderbras havia aparecido na delação do lobista Fernando Baiano como intermediária do pagamento de US$ 15 milhões em propinas a funcionários da Diretoria Internacional e de Abastecimento da Petrobras no negócio da venda da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Logo depois, os espanhóis enviaram um pedido formal para a criação de uma equipe conjunta de investigação entre Espanha e Brasil para apurar as conexões do caso Defex. Nos documentos, constava um questionário com perguntas sobre Preciado, mas, pelo contexto e pelas referências em outros trechos do material, um dos possíveis alvos era Serra, ninguém menos que o ministro das Relações Exteriores do Brasil. Era uma situação mais do que complicada.

Como é que eu poderia propor uma equipe conjunta para investigar o chanceler? A criação dessa equipe dependeria da

autoridade central, que é o Ministério da Justiça, e depois teria de passar pelos trâmites burocráticos do Ministério das Relações Exteriores, comandado pelo investigado. Ou seja, o investigado teria que chancelar a própria investigação. Como viabilizar isso? , eu me perguntei várias vezes.

Sem alternativa, tive que pedir uma audiência com o presidente Michel Temer para levar o assunto até o governo. Temer me recebeu no Palácio do Planalto, na companhia de Eliseu Padilha, ministro-chefe da Casa Civil, e de Gustavo Rocha, subchefe de Assuntos Jurídicos da pasta. Depois de uma conversa preliminar, genérica, sobre vários assuntos, o presidente pediu para que os dois saíssem da sala. A conversa era sobre um assunto da mais alta gravidade, que seria tratado apenas entre o presidente da República e o procurador-geral.

"Presidente, nós temos aqui uma situação inusitada. Chegou um pedido de formação de equipe conjunta formulado pela Espanha para investigar esses fatos e essa pessoa, mas, no fundo, isso aqui envolve o ministro José Serra. Como é que vamos dar curso a um pedido de formação de equipe conjunta de investigação que pode envolver o chanceler? Como faremos isso?", perguntei.

Era uma questão de Estado e exigia uma resposta à altura. O Brasil não poderia se negar a cooperar com uma investigação internacional sobre corrupção num momento em que o país chamava atenção no exterior justamente por causa de uma grande operação de combate a desvios de dinheiro público. Temer era o chefe do ministro e, ao mesmo tempo, um devedor do apoio político dele. Mas, antes de tudo isso, era chefe de Estado, e assim deveria agir.

"Pode deixar que isso será deliberado. Eu vou chamar o Alexandre de Moraes (ministro do Supremo Tribunal Federal que, na ocasião, era o titular do Ministério da Justiça) e vamos resolver isso. Essa questão será tratada no âmbito do Palácio do Planalto com a Casa Civil e o Ministério da Justiça", disse o presidente, num tom sempre formal.

Num gesto tranquilizador, afastou qualquer hipótese de o

Itamaraty interferir na criação da equipe conjunta. Dias depois, Alexandre de Moraes me disse que fora chamado pelo presidente para discutir o assunto. Eu não sei como o fato foi encaminhado e nem como a questão repercutiu dentro do governo. O certo é que a equipe conjunta de investigação, pedida pela Espanha e prometida por Temer, nunca foi formada, mesmo depois da saída de Serra do Itamaraty. Não muito tempo depois da nossa conversa, Alexandre de Moraes foi substituído no Ministério da Justiça por Osmar Serraglio, que depois cedeu a vaga para Torquato Jardim. Mesmo com a troca de ministros, o pedido dos espanhóis não foi atendido.

Em junho de 2017, quando já estava preparando minha saída da Procuradoria-Geral da República, enviei a Torquato Jardim um ofício em que cobrava uma posição sobre o pedido de formação da equipe conjunta. Depois do meu ofício, o Ministério da Justiça consultou os espanhóis para saber se continuava a haver interesse na formação da equipe conjunta – e a resposta foi afirmativa. Questionado pela imprensa, o Ministério da Justiça passou a dizer que estava trabalhando numa minuta de proposta de equipe conjunta de investigação que "atendesse ao ordenamento jurídico dos dois países".

Mais de um ano depois do meu ofício a Torquato, apesar de cobranças da Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional da PGR, a proposta da equipe conjunta com a Espanha continuava parada no DRCI.

Da mesma forma, outras investigações poderiam ter sido tocadas em conjunto com Suíça, Argentina, Peru e Paraguai (estas em decorrência da Lava Jato) e não foram. A vantagem das equipes conjuntas é que elas dão muito mais velocidade à obtenção das provas nas investigações internacionais. Sem elas, os procuradores são limitados a investigações pontuais pelos canais burocráticos tradicionais – um processo mais lento e de resultados nem sempre satisfatórios.

Além das injunções políticas, as questões corporativas também têm representado uma barreira à formação das equipes conjuntas de investigação internacional. Com a equipe conjunta, os procuradores brasileiros poderiam

investigar essas contas na Suíça em conjunto com o Ministério Público suíço.

Na ocasião da formulação do pedido, o chefe do DRCI era um delegado federal que criou todos os embaraços possíveis para a investigação. No fundo, ele queria que a equipe conjunta, da qual fariam parte os procuradores-gerais da Suíça e do Brasil, fosse chefiada por um delegado da Polícia Federal, o que era um absurdo, uma inversão de papéis. Na sucessão de exigências descabidas, o DRCI chegou a enviar um e-mail aos suíços em que demandava o envio dos nomes dos donos das contas para que a investigação fosse aberta. Os dirigentes do órgão argumentavam que alguns investigados poderiam ter prerrogativa de foro. Isso, segundo eles, exigiria uma decisão da autoridade judiciária competente no Brasil. Outro absurdo. Não precisamos de autorização judicial para a formação de uma equipe conjunta de investigação. Ao que tudo indica, o que queriam mesmo era conhecer os possíveis investigados.

Depois dessa nova aberração, fui pessoalmente encontrar o ministro Alexandre de Moraes, que ainda estava no Ministério da Justiça, para expor o caso e pedir providências. Ele concordou com as minhas queixas e, tempos depois, demitiu toda a equipe do DRCI. Mesmo assim, muito depois da minha saída da PGR, a equipe conjunta com a Suíça continuava apenas no papel, como as demais solicitadas por outros países – com o agravante de que o bloqueio das contas dos brasileiros pelo Ministério Público suíço tinha prazo para expirar.

CAPÍTULO 17

No coração das trevas (ou o dia em que a Lava Jato fisgou o presidente da República)

O discurso de combate à corrupção ganhou o coração das multidões. No início de 2017, o futebol já não era o ópio do povo, como costumavam dizer críticos na época da ditadura militar. Nos bares, era mais fácil ouvir comentários sobre uma nova etapa da Lava Jato do que sobre a safra de craques que Tite levaria para a Copa do Mundo da Rússia. Vestais da política e do empresariado estavam sendo investigadas, processadas, condenadas e presas. As delações da Odebrecht haviam sido uma hecatombe que atingira influentes líderes políticos, dos mais diferentes quadrantes ideológicos. Ninguém poderia dizer que, em Brasília, a moral da Lava Jato era seletiva. Com três anos e meio no cargo de procurador-geral da República, eu já me preparava para o fim do meu mandato, em 17 de setembro de 2017. Um jornalista chegou a me dizer que eu poderia pendurar as chuteiras. Nenhum outro procurador-geral fora tão longe em investigações criminais contra políticos. Nenhum outro, no futuro, teria margem de manobra para repetir uma obra de tamanha envergadura. Mesmo porque, com tanta gente poderosa machucada, quem ousaria novamente cruzar a linha entre o público e o privado? Quem, nas altas esferas do poder, se atreveria a botar a mão na cumbuca pública, num momento em que a caça a corruptos federais tinha se transformado no esporte nacional?

De fato, eu acreditei que tínhamos virado uma triste página

da nossa história. Até o dia em que Pelella e Sérgio Bruno entraram na minha sala com os olhos arregalados.

"O que houve?", perguntei.

Problemas na sala Teori Zavascki não faltavam, mas os meus colegas pareciam alarmados além do normal.

"Ouça isso aqui. Batemos no teto, batemos no teto! Você nem faz ideia do que tem aqui!", disse Pelella.

Dessa vez, nem fui para casa, como fazia antes, quando precisava analisar casos mais sensíveis. Wilton Queiroz, um dos promotores do grupo, apareceu com um laptop, um pen drive e um fone de ouvido. O nome de Queiroz não aparece nos cabeçalhos dos interrogatórios, tampouco nos jornais. Ele era nosso "chefe de inteligência", o responsável por coletar, qualificar e armazenar dados que, mais tarde, dariam substância às linhas de investigação. Com longa experiência no Ministério Público de Brasília e na própria Procuradoria-Geral, ele sabia o que estava dizendo.

"Você vai ter que ouvir esse 'trem' já!", ele disse.

Fui para uma pequena sala do meu gabinete, batizada de "farmacinha" (mais adiante explico por quê), fechei a porta e ouvi as primeiras frases registradas no áudio.

"Não pode ser! É o presidente da República!", exclamei.

Interrompi a sessão e chamei os três à salinha.

"Esta pessoa que está falando aqui é a pessoa que eu estou pensando que é?", perguntei.

Era óbvio o nome do personagem, mas eu tinha que perguntar. Sim, era o presidente da República. Ele havia sido gravado numa conversa com o empresário Joesley Batista, um dos donos da *holding* J&F, controladora da JBS. O diálogo fora gravado pelo próprio Batista, um bilionário de fala caipira, num encontro furtivo no subsolo do Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República. O encontro se dera tarde da noite, algo entre 22 e 23 horas, em 7 de março, menos de dois meses depois da homologação da delação da Odebrecht.

Na conversa, Batista narra as façanhas que vinha realizando, em meio ao turbilhão da Lava Jato, para escapar

das investigações da Operação Greenfield, conduzida pelo procurador Anselmo Henrique Cordeiro, da Procuradoria da República do Distrito Federal. O empresário insinua a manipulação de um juiz federal e o suborno de R$ 50 mil mensais a um procurador da República. Tudo isso diante de comentários lacônicos, mas aprovadores, do interlocutor. Num outro trecho, ele fala sobre Eduardo Cunha, um dos principais aliados do presidente, que estava preso em Curitiba e, de vez em quando, ameaçava fazer delação. A conversa sugeria que o empresário estaria repassando dinheiro a Cunha e a outro preso, Lúcio Bolonha Funaro, para que os dois não fizessem acordo de colaboração.

"Eu estou de bem com o Eduardo", confidencia Batista.

"Tem que manter isso, viu?", responde o presidente.

"Todo mês", acrescenta o empresário.

E a conversa segue num zigue-zague medonho. Não por causa do sotaque carregado do ricaço da J&F, que fala como se estivesse lendo Guimarães Rosa de trás para a frente, mas pelo conteúdo do diálogo. Batista reclama que, com o aperto das investigações sobre o ex-ministro Geddel Vieira Lima e com as dificuldades para falar com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, estava sem interlocutor no governo. Temer indica, então, o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Loures tinha acabado de deixar a assessoria especial da presidência e, a pedido de Temer, assumido o mandato na Câmara, na vaga deixada pelo ministro da Justiça, Osmar Serraglio. Loures seria um homem de inteira confiança do presidente, uma pessoa com quem o empresário poderia tratar de qualquer assunto.

Bateu no teto, não! Furou o teto! , pensei.

Ali estava o presidente da República em ação. Com quase 80 anos, Temer era um político experiente. Na longa trajetória até chegar ao Palácio do Planalto, ele fora secretário de Segurança em São Paulo, três vezes presidente da Câmara e duas vezes vice-presidente da República. Tinha sobrevivido a algumas investigações e até a uma troca de insultos em que o já falecido ex-senador Antônio Carlos Magalhães (DEM-BA) o

chamara de “mordomo de filme de terror”. O apelido era só um selo publicitário usado pelo ex-senador para carimbar o suposto envolvimento do então presidente da Câmara com falcatruas no Porto de Santos. Ora, depois de tantas escapadas, acho que o presidente tinha se deixado apanhar. E numa situação bem pior que a do correligionário José Sarney.

O que fazer? Joesley Batista, o irmão Wesley, o advogado Francisco de Assis e Ricardo Saud, diretor de Assuntos Institucionais da JBS, queriam um acordo de delação. A gravação era parte de um conjunto de provas que entraria na negociação.

“Isso aqui é crime em curso!”, eu disse.

“Sim, crime em curso. É a primeira vez que pegamos uma proposta de colaboração com um crime em andamento. Só tem um problema: pra sentar à mesa tem que ter imunidade penal. É isso o que eles querem”, disse Pelella, ou talvez tenha sido Sérgio Bruno; não me lembro bem qual dos dois falava mais naquele momento de forte tensão.

“Então traga todo o material. Quero ouvir tudo”, eu disse.

Eu tinha ouvido apenas um trecho dos diálogos, uma “provinha” do que os irmãos Joesley e Wesley Batista tinham em mãos, conforme dissera um dos advogados na conversa que antecedera a entrega das gravações. A dupla tinha outra bomba para disparar. Numa conversa gravada em 24 de março, num luxuoso hotel de São Paulo, o presidente nacional do PSDB, o senador Aécio Neves, pedia R$ 2 milhões a Joesley. Era como se um estudante pedisse ao pai um dinheiro extra para levar a namorada ao cinema no fim de semana. No diálogo, o empresário tenta, então, acertar uma forma de repassar o dinheiro ao senador de forma clandestina.

“Se for você a pegar em mãos, vou eu mesmo entregar. Mas, se você mandar alguém de sua confiança, mando alguém da minha confiança”, sugere Joesley Batista, com o gravador ligado no bolso.

“Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer delação. Vai ser o Fred com um cara seu. Vamos combinar o Fred com um cara seu, porque ele sai de lá e vai no cara. E

você vai me dar uma ajuda do caralho", responde o senador.

"Tem que ser um carregador de dinheiro que a gente mata antes de fazer delação?" Sim, era isso mesmo que estava ali na voz do senador. Com mais de 50 milhões de votos nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves seria o candidato natural do PSDB à Presidência da República em 2018 e, segundo os analistas políticos, o provável presidente do país a partir de janeiro de 2019. Sim, dezessete dias depois de fisgar o presidente da República, o bilionário agarrou mais um figurão, dessa vez o ex-governador de Minas, que, àquela altura, parecia estar com a faixa de presidente na mão.

Depois de ouvir todo o material, ficamos discutindo o que fazer: damos ou não damos a imunidade pedida pelos delatores?

"Moçada, não temos que pensar muito. Isso aqui é crime em curso. Temos que interromper esses crimes agora. Se não interrompermos, se não fizermos acordo, esse material é inservível, não posso usar. Como é que eu vou interromper essa merda sem acordo? Eu vou ter que fazer acordo, sim. E vamos dar imunidade", foi o que eu disse.

A imunidade penal não era uma novidade nos acordos de delação. Alguns não se lembram, mas Paulo Roberto Costa, o primeiro delator, só decidiu abrir a boca ao receber a promessa de imunidade para as filhas, envolvidas em parte da movimentação da propina dele. Lúcio Bolonha Funaro também só aceitou acordo de delação depois que sua irmã, Roberta Funaro, foi excluída de uma provável ação penal contra ela. Outro detalhe importante é que os candidatos a delação estavam dispostos a participar de ações controladas. Seria a primeira vez que isso aconteceria na Lava Jato. Os empresários e seus operadores seguiriam na prática do suborno e a Polícia Federal filmaria tudo. Um filme de corrupção explícita, ao vivo e em cores. O show de horrores continuava em cartaz. Enfim, era mais que acertada a decisão de conceder imunidade aos novos delatores.

Da mesma forma, eram obrigatórias as ações controladas. Os áudios gravados por Batista serviriam como prova, sem

problema algum. Mas era importante, num caso grande, buscar elementos adicionais. Definida a linha de ação, fui falar com o ministro Edson Fachin. Era uma prova de fogo para ele, que tinha acabado de chegar à relatoria da Lava Jato. Tínhamos uma relação formal, um pouco distante. Fachin era, acho que por temperamento, mais contido que Zavascki. Mas bem antes de tudo isso tínhamos tido uma boa conversa, parecida com a que tive com o antigo relator no começo da operação. Nosso acerto era que assuntos menores, da rotina do nosso trabalho, seriam tratados por nossas equipes. Casos mais relevantes seriam discutidos diretamente entre nós dois. Bom, o caso era mais que relevante, e eu estava lá para manter o ministro a par das novidades.

Fiz um curto relato do que tínhamos em mãos: as falas do presidente, do senador e parte da narrativa deles sobre pagamentos de propina em escala industrial.

"É inacreditável! Com essa confusão toda que está acontecendo, esse povo não para. É muita ousadia", disse Fachin, sem mudar o tom de voz, mas aparentemente estarrecido.

Deixei os áudios com ele e fui embora. Um ou dois dias depois, retornei ao seu gabinete. Expliquei, então, que estávamos negociando um acordo de delação premiada. Não tinha nada fechado ainda, mas, se tudo desse certo, teríamos que partir para a ação controlada. Repeti que o caso era grande demais e que os crimes teriam que ser brecados com uma ação policial incisiva.

"A ação controlada é um instrumento novo, que nunca pensamos em usar. O Supremo nunca autorizou. Mas agora teremos que partir para esse novo caminho. Não tem outro jeito", eu disse.

"Eles estão dispostos a participar de uma ação controlada?", ele perguntou.

"Sim. Estão, inclusive, dispostos a colocar dinheiro do próprio bolso nestas ações", respondi.

"Então faça lá os seus pedidos", disse o ministro, no fim da conversa.

Ele não me disse se iria autorizar as ações controladas. Mas eu entendi que, dali em diante, daríamos um passo gigantesco dentro da já superlativa Lava Jato.

Voltei para a Procuradoria-Geral, reuni minha equipe, e começamos a trabalhar nos pedidos. Era uma operação de alto risco, sobretudo para os executivos. As ações controladas estariam em nome de potenciais colaboradores, não de colaboradores formalmente protegidos pela lei. Felizmente tudo correu dentro do esperado. Fachin autorizou as ações, e a Polícia Federal fez um bom trabalho. Num curtíssimo prazo, tínhamos mais duas bombas. Na primeira delas, uma equipe do delegado Thiago Delabary filmara Rocha Loures, o homem da mais estrita confiança de Temer, correndo pelas ruas de São Paulo com uma mala com R$ 500 mil, que recebera de Ricardo Saud.

O dinheiro seria a primeira parcela de uma propina que, conforme o acerto prévio entre Saud e Loures, poderia chegar a R$ 38 milhões. Pelo acordo criminoso, Loures, atuando como representante do presidente, melhoraria as condições de compra de gás da Empresa Produtora de Energia (EPE) junto à Petrobras e, em troca, receberia 5% dos lucros adicionais obtidos pela empresa. A EPE era uma das empresas do grupo J&F. Antes do pagamento da propina, Loures fora gravado negociando uma ajuda extra do CADE em favor da EPE e contra os interesses da Petrobras. Saud atuara como o antigo operador de Joesley Batista. Era um caso com ciclo completo. Tínhamos a conversa nada republicana entre o empresário e o presidente. Em seguida, tínhamos o assessor faz-tudo vendendo influência e recebendo uma mala de dinheiro.

A outra frente da investigação também estava completa. A Polícia Federal gravara Frederico Pacheco, primo e emissário de Aécio Neves, recebendo R$ 2 milhões das mãos de Saud. O dinheiro fora repassado em quatro parcelas, tudo conforme o acertado dias antes entre Batista e o senador num hotel de São Paulo. Numa outra ponta, a polícia filmara Saud entregando R$ 500 mil a Roberta Funaro, irmã de Lúcio

Funaro. Era um indicativo material de que, de fato, Batista estava comprando o silêncio do ex-doleiro. Ex-cúmplice de Eduardo Cunha, Funaro poderia comprometer em uma eventual delação não só o ex-deputado, que já estava preso, mas também o presidente da República. O que, de fato, acabou acontecendo. Depois da prisão da irmã, Funaro fez a delação e ajudou a robustecer a primeira denúncia que fizemos contra o presidente.

De posse dessa farta quantidade de provas, partiríamos para a homologação do acordo de delação dos executivos da J&F, para os pedidos de prisão de Neves e Rocha Loures e, claro, para a abertura de um inquérito formal contra o presidente da República. Seria um desfecho seguro e rápido para a mais fulminante das investigações da Lava Jato.

Eu digo "seria" porque não foi isso o que aconteceu. A conjunção dos astros que vinha conspirando a nosso favor de repente se desfez. Em vez de saborear um manjar, tivemos que comer o pão que o diabo amassou para concluir a investigação que, dois anos depois, levaria o presidente à prisão.

O primeiro contratempo surgiu quando a advogada Fernanda Tórtima me pediu para receber os irmãos Batista no meu gabinete. Eles estavam satisfeitos com os desdobramentos das investigações; tinham, segundo ela, admiração pelo meu trabalho, e até gostariam de posar para fotos ao meu lado. Ela não disse, mas eu entendi, que eles estavam apreensivos quanto ao desfecho do acordo. Queriam saber se Fachin iria homologar ou se já tinha homologado as colaborações. Sinceramente, aquela pressão, ainda que indireta, me irritou. Eu disse à advogada que não receberia os irmãos Batista.

"Fernanda, isso aqui não é namoro. É um acordo penal. Eu sou o procurador-geral e não me reúno com investigados", eu disse, de forma polida, mas taxativa.

Desde o início eu tinha decidido com meus auxiliares que eles fariam a negociação direta com os colaboradores. Eu entraria na parte final, para decidir se os acordos valeriam ou

não a pena. Era uma forma de proteger as investigações de eventuais improvisos. Tórtima entendeu meu ponto de vista e não tocou mais no assunto. Hoje, depois de tudo o que aconteceu, me dá calafrios pensar que, se eu tivesse acolhido aquele pedido, eles poderiam ter me gravado para, num outro momento, ostentar uma intimidade comigo que não tinham. As fotos não deixariam dúvidas sobre a suposta amizade. Até explicar que focinho de porco não é tomada, eu já teria sido trucidado pela matilha que queria arrancar minha pele por causa dessa investigação.

Outro fator de estresse surgiu depois. Poucos dias antes da decisão do ministro Edson Fachin de homologar a delação dos executivos da JBS, fomos informados de que o colunista Lauro Jardim, do jornal *O Globo* , tivera acesso aos áudios das conversas de Joesley Batista com Michel Temer e Aécio Neves, sabia dos acordos de colaboração e iria publicar as informações. Guilherme Amado, repórter que trabalhava na coluna com Jardim, queria "apenas" saber se o acordo já tinha sido homologado. Quando eu soube disso, tive que me controlar para não explodir de raiva. A publicação de qualquer informação sobre o caso poderia colocar a perder boa parte do nosso trabalho. Tínhamos um caso maior que o da Odebrecht na mão, e tudo poderia ser jogado no lixo por causa de um estúpido vazamento. Não, aquilo não poderia acontecer. Teríamos que convencer o jornal a não publicar nada. Então fiz a clássica proposta que procuradores e delegados costumam fazer em situações assim. No dia das buscas, eles seriam informados previamente, talvez às 5h30, ou seja, meia hora antes do início dos trabalhos. Assim, dariam a informação em primeira mão e não comprometeriam a apreensão de documentos e eventuais prisões. Ora, era uma oferta justa, boa para as duas partes. Fiz questão de conversar sobre o assunto com Lauro Jardim. Nas primeiras conversas, ele concordou. Depois, não sei precisar em que momento, passou a dizer que estava difícil segurar a matéria. "O Ascânio está pressionando para a gente publicar logo", ele disse. "Quem é o Ascânio?", eu perguntei. Ora, era o diretor do

jornal, Ascânio Seleme. Sozinho, Jardim não teria como resistir à cobrança e publicaria tudo o que tinha. "E quem manda no Ascânio?", perguntei.

Foi aí que passei a falar diretamente com João Roberto Marinho, um dos donos do jornal. O caso envolvia o presidente da República e precisava ser tratado em alto nível. A primeira conversa foi bem cordial. Ele me pareceu empolgado com a história, e queria publicar o mais cedo possível todas as informações. Eu repeti a argumentação que fizera ao colunista. Nada daquilo poderia ser publicado naquele momento. A divulgação de qualquer informação poderia comprometer buscas e prisões. O segredo seria a chave do sucesso da operação, que poderia definir, como de fato acho que definiu, o destino do país. Era uma coisa elementar.

"O Lauro me disse que só vocês têm acesso a esse material. Vocês não vão tomar furo. Então eu sugiro que vocês aguardem um pouco. Eu me comprometo a informar o dia em que essas diligências serão cumpridas. Nesse dia, a partir das 5h30, vocês vão botando as notícias. Nesse horário a divulgação não vai prejudicar as buscas, que vão acontecer a partir das 6h", eu disse, logo que abrimos as tratativas.

"Então tá bom. Pode ser. Eu tenho certeza de que ninguém tem esse material. Só nós temos", ele disse, orgulhoso, desde já, da exclusividade da informação.

Aliás, esse "só nós temos", ele repetiu várias vezes. Parecia que ele entendera meu ponto de vista. Trocamos telefones e, a partir dali, tivemos outras conversas. Não me lembro quantas. Às vezes, ele me ligava; às vezes, eu ligava para ele. Ao final de cada diálogo, ele sempre vinha com a mesma pergunta: "O acordo já foi homologado? Quando o acordo vai ser homologado?". A insistência nas mesmas perguntas e os comentários sobre "o furo de reportagem" que estava a caminho me deixavam em dúvida sobre estar falando com o empresário ou um repórter. De qualquer forma, a contenção de danos estava dando certo. Nada havia sido publicado, e seguíamos, secretamente, nos preparativos da operação.

Claro, num nível de tensão muito mais elevado. Além dos cuidados naturais com as ações controladas, já em andamento, com a movimentação dos delatores e com a acolhida que o caso teria no STF, tivemos que gastar muita energia para segurar uma bomba que já estava com o estopim aceso.

Quem passou a informação sobre o acordo de delação dos irmãos Batista para o *Globo* ? Eu me fiz essa pergunta algumas vezes. E a resposta plausível era uma só. O vazamento só podia ter sido coisa de gente ligada aos delatores, uma tática comum de muitos deles para incluir o tema na agenda política e, com isso, pressionar pela homologação. Todo acordo tem cláusula de confidencialidade, mas, pelas contas deles, não adianta manter uma colaboração em segredo se ela não for homologada. De qualquer forma, o leite estava derramado e não teria como voltar para a garrafa. Outro detalhe me intrigava. O pessoal do *Globo* não demonstrava muito interesse nas buscas. Era como se só a homologação fosse importante. Mais tarde eu entendi por que os jornalistas e o patrão tanto queriam a informação. Se o acordo não fosse homologado, a matéria deles não teria relevância.

Na tarde de 17 de maio, recebi uma mensagem de Marinho. Ele queria falar comigo. “Tem notícias?”, perguntou. No dia anterior ele tinha me dito que o acordo seria homologado em 24 horas. Eu estava em sessão no Supremo e mandei uma mensagem dizendo que falaria com ele mais tarde. O acordo estava homologado, mas essa era uma informação sigilosa, que eu não poderia contar para ninguém, e só contaria para ele meia hora antes do início das buscas, que era o prometido.

No início da noite, quando retornei à Procuradoria-Geral, recebi o recado de que ele tinha ligado para o meu gabinete. Tentei falar com Marinho, sem sucesso. Ele é quem estava em reunião. Achei que era um encontro de diretoria, mas me disseram que era reunião de pauta. *O.k., mais tarde ele me liga* , pensei. Mal eu me viro na cadeira para retomar outros despachos, a equipe da Lava Jato abre a porta e entra no meu gabinete.

“Puta merda, chefe! Puta merda!”, diz um deles.

“O que foi desta vez?”, pergunto, diante daquele pânico coletivo.

“ *O Globo* on-line está publicando tudo!”, acrescenta outro.

Eu abri meu tablet e rolei as páginas. Estava tudo lá. Detalhes e mais detalhes do acordo, das gravações das conversas e de tudo mais. Estavam até trechos da conversa de Joesley Batista com Temer. Em meio à perplexidade geral, Marinho me ligou.

“Oi, procurador, fizemos uma reunião aqui e chegamos à conclusão de que a gente tinha que soltar alguma coisinha”, ele disse.

“Coisinha?! Coisinha?!”

“E quanto às diligências?”, ele ainda insistiu.

“Puta que pariu, fodeu tudo!”

Tive que desligar o telefone para não cruzar o marco civilizatório que deve presidir qualquer conversa entre dois adultos, mesmo que um deles, no caso eu, esteja espumando de raiva. Não eram “coisinhas”. O jornal tinha disparado um canhão contra o Palácio do Planalto, mas os primeiros atingidos éramos nós. Eu e minha equipe teríamos, a partir dali, que correr atrás do prejuízo que tanto temêramos. “O que vamos encontrar nas buscas se os investigados já sabem que estamos de olho neles?”, era o que todos perguntávamos. “Como a polícia vai executar as prisões?” Uma nuvem cinza pairava sobre nossas cabeças. Eu cheguei a escrever um e-mail despejando toda a minha fúria nos responsáveis pela publicação das matérias, mas um assessor com a cabeça fria me pediu para não enviar a mensagem. Palavras azedas não trariam de volta o sigilo quebrado. Acho que o quadro só não se complicou demais porque, embora quase ninguém soubesse, as buscas e prisões já haviam sido deferidas anteriormente e seriam realizadas no dia seguinte, independentemente de qualquer outro fator.

Alguns amigos me acham sanguíneo, mercurial. Não é bem assim. Eu não gosto de esconder emoções. Abomino hipocrisia. Não suporto a teatralidade que alguns homens

públicos impõem a si mesmos com receio de desagradar a uma determinada plateia. Isso para mim é demagogia barata. Prefiro dizer o que penso, mesmo que isso implique choque de opinião, a agradar a quem quer que seja com uma falsa ideia a meu respeito. De qualquer forma, ninguém pode pedir a um homem que mantenha a pose de estadista enquanto a casa dele arde em chamas. Nossa casa estava em chamas naquele momento. Ou pelo menos eu achava que estava. O andamento de nossa última e derradeira investigação estava em perigo.

Felizmente, o estrago foi menor do que esperávamos. Na manhã seguinte, pouco mais de dez horas depois da publicação das matérias, policiais federais, acompanhados de procuradores, cumpriram mandados de buscas e prisões com bons resultados. Na principal missão do dia, a Polícia Federal apreendeu a mala de dinheiro de Rocha Loures na casa de seus pais. Na mala foram encontrados R$ 465 mil. Mais tarde, numa confirmação do suborno, Loures entregou à Justiça R$ 35 mil. Era o que faltava para completar os R$ 500 mil recebidos de Ricardo Saud em troca das facilidades oferecidas a empresas da J&F. O dinheiro que, conforme indicavam as provas, tinha como destinatário o interlocutor original de Joesley Batista, o presidente da República.

No mesmo dia, com um pouco de sorte, a polícia recuperou R$ 480 mil, que estavam em poder de Mendherson Souza Lima, assessor do senador Zezé Perrela (PMDB-MG). O dinheiro era parte dos R$ 2 milhões que Ricardo Saud passara para Frederico Pacheco, um dos coordenadores da campanha presidencial de Aécio Neves em 2014. Com a busca, a polícia fechou o ciclo da investigação sobre a propina de R$ 2 milhões que Joesley Batista se comprometera a pagar para Aécio Neves num quarto de hotel em São Paulo. Saud repassara o dinheiro em quatro parcelas de R$ 500 mil para Frederico Pacheco e parte desses recursos fora transferida para o assessor de Perrela. Quando saí do comando da Procuradoria-Geral, essa teia de relações ainda não estava devidamente esclarecida. Mas a prova do pagamento estava lá e não poderia ser negada por nenhuma das partes.

Eu disse que a polícia teve sorte porque Lima, não se sabe o porquê, decidiu entregar o dinheiro espontaneamente. Quando soube, na noite anterior, das investigações sobre Temer, Neves e Batista, o assessor escondeu R$ 480 mil na casa da sogra. Na hora da prisão, decidiu colaborar e, devidamente escoltado, retornou à casa da mulher, pegou duas mochilas onde estavam os pacotes de dinheiro e entregou aos policiais. Era o desfecho das duas primeiras ações controladas da Lava Jato, as quais, apesar de alguns contratempos, foram bem-sucedidas.

No mesmo dia, Fachin rejeitou a prisão, mas acolheu nosso pedido de suspensão do mandato de Aécio Neves. As outras frentes da operação seguiram dentro do roteiro traçado, inclusive a prisão de Andrea Neves, irmã de Aécio Neves, a primeira a abrir negociações em busca do dinheiro de Joesley Batista. Também foi presa Roberta Funaro, irmã de Lúcio Bolonha Funaro, a qual, numa ação controlada, fora filmada recebendo uma mala de dinheiro entregue por Saud a pedido de Batista. Foram feitas também buscas em endereços de João Batista Lima, coronel aposentado da Polícia Militar de São Paulo, e numa de suas empresas, a Argeplan. Estes dois últimos casos passaram quase despercebidos pelo noticiário, concentrado na conversa nada republicana de Temer com Joesley Batista, no afastamento de Aécio Neves e na prisão de Andrea Neves.

Mas a prisão de Roberta Funaro e a visita da polícia ao coronel João Batista Lima se revelaram, mais tarde, de importância capital. A prisão de Roberta foi o empurrão que faltava para Lúcio Funaro fazer um acordo de delação e entregar detalhes sobre um caso de corrupção na Caixa Econômica Federal envolvendo o ex-ministro Geddel Vieira Lima, Eduardo Cunha e o ex-ministro Henrique Eduardo Alves, entre outros. Mais tarde, documentos e investigações comprovaram que João Batista Lima era um operador do presidente Michel Temer. Não por acaso, os dois, Temer e Lima, acabaram presos em março de 2019, menos de três meses depois de o ex-presidente ter deixado o Palácio do

Planalto.

Todas as operações com buscas e prisões são muito tensas. Quando a polícia sai às ruas em busca de provas e investigados, a ordem natural das coisas é quebrada, e o resultado é sempre imprevisível. Naquele caso, acho que todos estávamos mais preocupados que o normal. Primeiro, por causa do vazamento do dia anterior. Depois, porque seria a partir daquelas ações que desencadearíamos um processo contra o presidente da República, um fato inédito na história do país, e contra o presidente nacional do PSDB, que, desde as eleições de 2014, tinha se tornado o principal líder da oposição. Com tantos ingredientes explosivos, acho que ninguém do nosso grupo dormiu naquela noite. Às 2h, estávamos todos reunidos na Procuradoria-Geral. Dali partiriam as equipes de procuradores para acompanhar as diligências executadas pela Polícia Federal. Outra parte da equipe ficou comigo para coordenar a movimentação.

Como era o costume nessas ocasiões, botamos uma mesa com lanches e nos instalamos na frente de um monitor de TV, dividido em três telas: uma com nossas conversas num grupo criado no Telegram (para nós, à época, mais seguro que o WhatsApp); outra com o mapa do Brasil, com a indicação de cada local de busca; e a terceira com o desfile do noticiário. O curioso era que, com a movimentação dos carros da polícia em determinados endereços, logo começavam a chegar os repórteres. Então, podíamos acompanhar as ações com as conversas no Telegram e, ao mesmo tempo, com as notícias produzidas pelos repórteres destacados para a cobertura do caso. Claro, estávamos atentos também à repercussão política, afinal, os personagens centrais eram políticos. Durante o dia, circulou a informação de que o presidente da República iria renunciar. O conteúdo da conversa dele com o dono da JBS era contundente demais. Num discurso ao longo da tarde, Temer disse que não deixaria o cargo por vontade própria. Confesso que nem sequer tinha pensado naquela hipótese. Nossa meta eram as provas e o processo penal, que poderia levar ao afastamento do presidente, mas dependia de um pedido ao

Supremo Tribunal Federal e da aprovação da Câmara.

Ao fim daquele longo 18 de maio de 2017, estávamos exaustos, mas aliviados. Voltei para casa com a boa sensação do dever cumprido. Tínhamos vencido a etapa mais difícil. Agora era só colher mais alguns depoimentos, analisar documentos apreendidos e redigir a denúncia contra o presidente da República. Sentei-me no sofá da sala com um copo de uísque numa mesinha do lado; precisava baixar a adrenalina. Mas tamanha era a minha exaustão que adormeci ali mesmo, antes do primeiro gole. No meio da madrugada, acordei meio zonzo, apaguei as luzes, desliguei a TV e me arrastei até à cama. Naquela noite eu dormi o sono dos justos. Não tinha a menor ideia das pedras que colocariam em nosso caminho. A jornada final do meu segundo e último mandato, que coincidiu com o caso JBS-Temer, foi a mais longa e tumultuada de toda a minha vida.

CAPÍTULO 18

Uma tempestade quase perfeita – enquanto houver bambu, lá vai flecha

"Diante do silêncio do mandatário maior da Nação (Michel Temer) e de seu ex-assessor especial (Rocha Loures), resultam incólumes as evidências que emanam do conjunto informativo formado nestes autos a indicar, com vigor, a prática de corrupção passiva", relatório da Polícia Federal, junho de 2017.

No presidencialismo brasileiro, o presidente da República se vê obrigado a dividir parte de suas responsabilidades administrativas com o Congresso, mas ainda assim mantém poderes quase imperiais sobre vastos domínios. Tive uma amarga aula prática sobre a extensão do poder de um presidente quando, na esteira da delação dos executivos da J&F, decidi apresentar duas denúncias criminais contra o presidente Michel Temer, alguns ministros e outros auxiliares diretos dele. Temer chegou ao cargo número um do país sem receber um único voto. Não era um líder popular, nem um formador de opinião. Mesmo assim, uma tempestade de críticas desabou sobre mim e minha equipe. Da noite para o dia, as festejadas investigações sobre corrupção passaram a ser classificadas como irresponsabilidade. A CPI da JBS foi criada apenas para torpedear o Ministério Público, especialmente os procuradores responsáveis pelas investigações contra o presidente. Um deputado dessa comissão, Carlos Marun (PMDB-MS), mais tarde premiado

com um cargo de ministro palaciano, chegou a falar publicamente num pedido de prisão do procurador-geral da República, pelo simples fato de ter investigado e denunciado por corrupção um punhado de políticos mal-ajambrados, inclusive o chefe dele, o presidente. Óbvio que a bravata não tinha o menor fundamento. Serviu apenas para alimentar por algumas horas o noticiário na internet e instigar meus adversários. Mas ilustra bem a capacidade de reação de um presidente que, numa luta titânica contra todas as evidências, tentou inverter os papéis para colocar o Ministério Público Federal no banco dos réus, posar de vítima de um complô inexistente, salvar o mandato e, claro, a própria pele.

Nossas agruras começaram dois dias depois do início da fase ostensiva da chamada Operação Patmos, baseada nas delações dos irmãos Batista e de outros. As prisões e buscas foram realizadas na quinta-feira, 18 de maio de 2017. Apesar do vazamento de parte da ação, os resultados, como eu já disse, foram bons. De certa forma, estávamos celebrando, se não o sucesso, pelo menos o não fracasso da operação, quando, no sábado seguinte, a *Folha de S.Paulo* estampou um alto de página com o título "Áudio divulgado tem cortes, afirma perícia". Uma segunda matéria, na mesma página, dizia: "Especialistas debatem legalidade no uso de gravações – Segundo advogado, gravação de Michel Temer feita por empresário foi 'um flagrante provocado, um ato ilegal'". Era o início de uma tentativa de desconstrução das nossas investigações que, mais tarde, desembocaria numa campanha para desconstrução da figura do procurador-geral. A primeira matéria foi um ataque frontal à gravação da conversa entre Temer e Batista, a pedra fundamental da investigação contra o presidente da República. "Uma perícia contratada pela *Folha* concluiu que a gravação da conversa entre o empresário Joesley Batista e o presidente Michel Temer sofreu mais de 50 edições", dizia o texto.

O autor da acusação (aquilo não poderia ser chamado de perícia) era um cidadão chamado Ricardo Caires dos Santos, que se apresentara como perito. Eu me pergunto: perito em

quê? O sujeito fez uma “perícia interpretativa” sem conhecer o objeto periciado e acusou o Ministério Público Federal de lastrear uma investigação contra o presidente da República em 50 fraudes. A segunda matéria ajudava o leitor a comprar a versão da anterior. Joesley Batista não poderia ter gravado a conversa que teve com Temer, e, portanto, a prova seria imprestável. Eu não sei por que a *Folha* , um jornal sempre muito crítico do poder, enveredou por aquele caminho. Não era apenas o erro de um repórter numa cobertura tensa. Entendi que havia ali uma decisão editorial de desmontar o começo da nossa investigação, algo que não combinava com a histórica postura do jornal. Alguns diziam que os editores paulistas não tinham assimilado bem o furo do concorrente carioca, *O Globo* , e, por isso, os dois jornais estariam trabalhando com vetores trocados. Se eu fosse um sociólogo alemão, nesse momento diria que muitas vezes o ressentimento, e não apenas a economia, é o motor ou a trava da história. Sim, além de enfrentar o exército do presidente, tivemos que lidar com ataques injustos de setores da imprensa. Aliás, esperei longamente uma revisão do caso pela *Folha* , o que não aconteceu até minha aposentadoria. Não me oponho a críticas. Elas são naturais e até saudáveis. Para não ser demagogo, eu diria que são inevitáveis. Mas o crédito dado à perícia interpretativa foi um erro, não uma crítica.

A partir do momento em que a tese da suposta edição do diálogo entrou em circulação, houve uma mudança no eixo do debate público. Em vez de se discutir se o presidente tinha ou não cometido crime em pleno exercício do cargo, as pessoas queriam saber se a gravação fora mesmo alterada, se a prova poderia ou não ser usada num processo criminal e se o procurador-geral estava fazendo tudo aquilo para derrubar o presidente da República porque queria o cargo dele para si. Alguns críticos até perguntavam, com sincera indignação, por que o procurador-geral não mandara fazer uma perícia antes de pedir inquérito. Não adiantava dizer que a área técnica do Ministério Público fizera uma análise preliminar e não detectara nenhuma irregularidade. Também não nos ouviam

quando dizíamos que para fazer a perícia era preciso um inquérito. Os neocríticos queriam que fizéssemos a perícia no vazio para, só depois, partir para a investigação. Ora, a perícia é parte da investigação, daí a necessidade do inquérito.

A tese da adulteração do diálogo e da prova imprestável foi abraçada prontamente pela defesa de Temer. Os advogados do presidente até contrataram outro "especialista", Ricardo Molina, para turvar ainda mais o ambiente. Numa estrepitosa entrevista coletiva em Brasília, ele apontou "mascaramentos" na gravação. Pelo tom dramático das declarações empoladas, parecia uma vestal da República apontando o dedo para um covil de conspiradores. Toda aquela encenação nos colocava na constrangedora situação de explicar o óbvio diante de olhares desconfiados de jornalistas e analistas políticos. Passado algum tempo do episódio, essas especulações parecem absurdas, mas, naquele período, nos consumiram muita energia e, de certa forma, embaraçaram um trabalho sério que fazíamos contra um dos mais antigos grupos encastelados no coração da administração pública do país. As desconfianças em relação à gravação só cessaram quando uma perícia do Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal, informou que não houvera cortes no diálogo entre Temer e Batista. As supostas "edições" eram, na verdade, breves interrupções, um mecanismo do próprio gravador. O aparelho, barato, mas tecnológico, parava de gravar quando os interlocutores paravam de falar e voltava a gravar quando os dois retomavam as falas. Simples assim.

Não foi só isso. Ainda estávamos enfrentando o fantasma da "gravação adulterada" quando outras duas assombrações vieram bater à nossa porta. Uma delas foi a tese de que a imunidade penal concedida a Joesley Batista era excessivamente generosa diante do rol de políticos corrompidos por ele. Batista tinha cometido muitos crimes, por isso teria que ser processado e punido com prisão. Não poderia fazer delação e, com isso, se livrar da cadeia. A tese se baseava na suposição de que Batista era chefe de uma organização criminosa e, portanto, pela lei, não poderia fazer

um acordo de delação. Não sei de onde surgiram essas ideias. Sei que elas ganharam corpo e nos obrigaram a perder muito tempo com explicações simples, mas de difícil acolhida em um ambiente cada vez mais hostil a mim e à minha equipe. Meu fim de mandato, que poderia ter sido um momento de balanço positivo de uma longa carreira dedicada ao serviço público, acabou se transformando na fase mais difícil da minha vida profissional e pessoal. Confesso aqui que em alguns momentos demorei a ver uma luz no fim do túnel. Às vezes, o que me restava era apenas um vago sentimento de confiança de que, mesmo sem vislumbrar uma saída, ela certamente existiria. Nosso trabalho era em equipe, mas algumas decisões, as mais difíceis, eram solitárias.

Com todos aqueles ataques, vindo de várias direções, tivemos que dizer que a imunidade não era uma novidade na própria Lava Jato. Também não era um prêmio excessivo. Pelo contrário, Joesley Batista entregara de bandeja à PGR o presidente da República, que estava no exercício do cargo, e, além dele, como costumo dizer, o virtual futuro presidente da República. Se não fosse capturado por aquela conversa gravada por Batista num hotel de São Paulo, Aécio Neves teria amplas chances de vencer as eleições de 2018, conforme diziam os analistas políticos. Algum outro delator chegou perto disso? Claro que não. Outro detalhe: Batista, ao contrário dos outros delatores, relatara crimes em curso. O empresário havia concordado ainda participar de ações controladas, que resultaram para ele numa perda imediata de R$ 4 milhões. As malas de dinheiro entregues a Rocha Loures, ao emissário de Aécio Neves e a Roberta Funaro não retornaram ao empresário. Então, no meu ponto de vista, a imunidade foi, sim, uma medida justa.

Também tivemos que explicar longamente que o grupo do PMDB de Michel Temer estava no topo do poder havia muitos anos, provavelmente mais tempo que qualquer outra banda política. O grupo exercia influência desde o governo Itamar Franco, no começo dos anos 1990. E, desde então, só fizera ampliar sua esfera de atuação, até chegar à Presidência da

República em 2016. Os irmãos Batista poderiam até ter mais dinheiro, mas não tinham o controle de tantos feudos na máquina pública quanto o grupo de Temer. Para mim, não havia dúvidas de que no topo da hierarquia estava o piloto da máquina pública, e não o empresário, que dependia das benesses dessa mesma máquina para turbinar lucros financeiros. As teses sobre premiação excessiva e chefia de organização criminosa eram, juridicamente, irrelevantes. Não vi nenhuma voz respeitada nos tribunais fazer eco a essas ideias. Mas elas também ajudaram a turvar o ambiente e a aumentar a hostilidade de alguns setores contra os investigadores, muitas vezes vítimas de ataques pessoais.

Em geral, o veneno era distribuído em notas maldosas no noticiário. Não vou reproduzi-las aqui porque considero desnecessário. Uma delas, publicada numa revista semanal, chegou a dizer que minha filha Letícia seria alvo dessas hienas, que fariam alguma denúncia escabrosa contra ela, uma jovem advogada que estava iniciando a carreira na iniciativa privada e não devia favores a ninguém, nem ao próprio pai. Aquilo me encheu de amargura. Aliás, me enche até hoje. Quando tentaram enxovalhar a imagem do meu irmão, já falecido, eu tive momentos dolorosos e chorei sozinho. Era muito difícil não poder defender a memória de um irmão morto. Mas, quando atacavam Letícia com aquelas insinuações maldosas, era como se estivessem arrancando meu fígado sem anestesia. Num dos momentos de dor aguda, de ira cega, botei uma pistola carregada na cintura e por muito pouco não descarreguei na cabeça de uma autoridade de língua ferina que, em meio àquela algaravia orquestrada pelos investigados, resolvera fazer graça com minha filha. Só não houve o gesto extremo porque, no instante decisivo, a mão invisível do bom senso tocou meu ombro e disse: não.

A perseguição perdurou inclusive depois do meu mandato. Foi em dezembro de 2017, por exemplo, que descobri que Marun pedira a minha prisão na CPI da JBS. Eu estava numa reunião do Comitê da ONU para Direitos Humanos, em Santiago do Chile, quando recebi a notícia da coordenadora da

mesa.

“Olha que absurdo, estão querendo te prender no Brasil!”, ela disse, me mostrando o celular com uma reportagem sobre a movimentação da CPI.

A notícia causou perplexidade e indignação. Ninguém poderia acreditar que um deputado, aliado do presidente com sérios problemas de corrupção, tivesse a ousadia de se apropriar da estrutura do Estado para, num gesto de vingança pessoal, atingir um ex-procurador-geral da República. Rapidamente, os representantes de outros países ali presentes se levantaram para apresentar uma moção de repúdio àquela arbitrariedade. Eu pedi, então, que esperassem um pouco. Aquilo era tão insensato que, provavelmente, a própria CPI faria uma autocorreção. Foi o que aconteceu. Logo depois, Marun recuou. O pedido de prisão, anunciado, mas não concretizado, era uma forma de me jogar no mesmo balaio onde estavam os ex-chefes dele.

Em outros dias, também difíceis, quando alguns colegas pareciam mais assustados com o nível de agressividade dos investigados, eu apagava uma parte do quadro-negro da sala Teori Zavascki e escrevia a expressão “ *hold on* ”, o slogan de uma campanha publicitária dos Médicos Sem Fronteiras. O comercial exibe imagens de médicos socorrendo crianças desnutridas em bolsões de miséria na África. Nada poderia ser mais doloroso que aquilo. O sofrimento de uma criança é o mal absoluto, como diria o filósofo Marcel Conche. E a mensagem, embora repetida muitas vezes na TV, calava fundo como um longo sermão espiritual.

“Quero todo mundo firme aqui! Ninguém vai recuar, não! Esse tsunami que está vindo na nossa direção vai chegar, mas vai voltar para o mesmo lugar de onde veio”, era o que eu dizia.

E era assim que eu tentava melhorar o ânimo, a concentração e o espírito de combate da minha equipe, contando, às vezes, com rápidas incursões à “farmacinha”. De modo geral, procuradores sabem aguentar pressão. Nosso ofício não é agradar. Encarar adversidades é parte da nossa

rotina. O problema eram os ataques pessoais, as mentiras, as insinuações lançadas ao vento, sobretudo quando maldades eram direcionadas aos nossos familiares. Nessas horas, não há homem de ferro. Todos sofrem.

Com a artilharia crescendo em nossa direção, tivemos que trabalhar em dobro, e ainda mais rápido. Rocha Loures e outros réus estavam presos. Tínhamos prazos curtos a cumprir.

Rocha Loures foi preso em 3 de junho, depois que perdeu a vaga de deputado com o retorno de Osmar Serraglio à Câmara. Em 26 de junho, pouco mais de um mês depois das primeiras buscas, denunciamos o presidente da República e o ex-assessor especial por corrupção.

Para nós, o crime estava devidamente caracterizado nas imagens de Rocha Loures recebendo a mala com R$ 500 mil de Ricardo Saud. A entrega da mala era o primeiro resultado concreto da conversa de Temer com Joelsey Batista no Jaburu e das incursões de Loures pelo governo para atender os interesses do empresário. Era um caso com ciclo completo. Na primeira cena, o presidente se reúne com um empresário às escondidas e indica um interlocutor de confiança, autorizado a tratar de qualquer assunto. No momento seguinte, o empresário se encontra com o assessor e apresenta um pedido de favores para uma de suas empresas. Na terceira etapa, o assessor recebe uma mala de dinheiro e sai correndo com a fortuna pelas ruas de São Paulo. Um roteiro de cinema não poderia ser mais completo e simples.

Como se não bastasse, relatório da Polícia Federal sobre a primeira fase do inquérito contra Temer seguia na mesma direção. “Diante do silêncio do mandatário maior da Nação (Michel Temer) e de seu ex-assessor especial (Rocha Loures), resultam incólumes as evidências que emanam do conjunto informativo formado nestes autos a indicar, com vigor, a prática de corrupção passiva”, concluiu o delegado Marlon Cajado. A denúncia teve forte impacto. Afinal, pela primeira vez na história, um presidente da República era denunciado por corrupção em pleno exercício do mandato. Alguns diziam

que a acusação formal da Procuradoria-Geral seria o fim do governo. Outros insistiam na tese do açodamento. Outros ainda diziam que o procurador-geral deveria ter esperado um pouco mais (quanto tempo?) para fazer uma denúncia de tamanha envergadura. Houve até quem levantasse a hipótese de que só fiz a denúncia para desgastar o governo e impedir a reforma da Previdência, desfavorável aos servidores públicos, especialmente aos procuradores. Poucos levantaram a voz para destacar o ineditismo da ação e os riscos naturais de um enfrentamento direto entre um procurador-geral e um presidente da República.

Enquanto muita gente boa silenciava, o presidente e seus soldados partiam para ataques pessoais. Num pronunciamento logo no começo do caso, Temer chegou a insinuar que minha atuação tinha como objetivo final alguma vantagem financeira. Ele não disse como isso aconteceria e nem de onde tirara a ideia. Ninguém teve curiosidade de cobrar explicações. Um chefe de Estado, mesmo rodeado de acusações nada abonadoras, não pode sair por aí falando o que bem quiser. Deve responder por atos e palavras. Num determinado momento, eu achei até que deveria reagir de forma enérgica àquelas insinuações maldosas. Mas, em conversa com minha equipe, chegamos à conclusão de que um bate-boca público entre o procurador-geral e o presidente só aumentaria o nível de tensão em torno do nosso trabalho e tiraria do foco o caso principal, a denúncia em gestação contra Temer. O silêncio costuma ser amargo, mas em alguns casos ainda é o melhor remédio. Suportamos pressão e ataques calados. Limitamo-nos a fornecer algumas explicações quando demandados pela imprensa, o que era muito pouco diante da avalanche de críticas. Olhando em retrospecto, acho que cometemos um erro. Deveríamos ter sido proativos, mais enfáticos, na defesa pública das nossas posições.

Em 29 de junho, a presidente do STF, Cármen Lúcia, enviou a denúncia para o Congresso. Pela Constituição, o Supremo só pode processar um presidente com autorização prévia da Câmara. Temer era um político impopular e

conduzia um governo sem votos, mas, paradoxalmente, tinha uma forte base parlamentar. Boa parte dessa base formada por aquele numeroso grupo que, como dizia Romero Jucá, trabalhava para “estancar a sangria” da Lava Jato e encarava o presidente como “a solução” para o problema. O caso era de corrupção, mas, ao contrário do que vinha acontecendo, dessa vez as multidões não saíram às ruas e nem bateram panelas. Sem grandes protestos populares, aliados de Temer no Congresso apressaram a tramitação do caso em pleno recesso parlamentar. Em 2 de agosto, 263 dos 513 deputados votaram pela retenção da denúncia. Ou seja, Temer só poderia ser processado depois que deixasse o Palácio do Planalto. A mesma Câmara que votou pelo impedimento da presidente Dilma por causa de manobras fiscais, que nada tinham a ver com desvio de dinheiro público, garantia o primeiro salvo-conduto para Temer seguir em frente, livre de um processo judicial até o fim do mandato.

Naquele período, não sei se antes ou depois da votação da denúncia, fui aos Estados Unidos participar de uma rodada de palestras e tive uma curiosa conversa com a jornalista Lally Graham Weymouth, *publisher* do *Washington Post* . Estávamos eu, ela, o procurador regional Vladimir Aras e minha mulher, Júnia, num restaurante em Washington. Num determinado momento do encontro, quando falávamos sobre o caso Temer, ela parecia não acreditar que o presidente fora flagrado naquela conversa com Joesley Batista.

“Eu não acredito. Por que ele não deixou para “roubar” depois de sair da presidência?”, ela perguntou, com certa perplexidade e com aquele toque de pragmatismo que caracteriza os americanos.

“Eu não sei. Isso você tem que perguntar a ele”, respondi.

De fato, eu não tinha uma resposta clara. Talvez tenha sido a força do hábito. O inquérito dos portos, aberto a meu pedido e depois conduzido pelo delegado da Polícia Federal Cleyber Malta, mostrou o envolvimento do presidente com um longo histórico de desvios de dinheiro público, num esquema operado pelo coronel João Batista Lima. Só para se ter uma

ideia do volume de encrencas escarafunchadas pelo delegado na vida pregressa de Temer e aliados, é bom lembrar que o relatório final desse inquérito tem quase mil páginas e já resultou na abertura de outras quatro investigações em Brasília, no Rio e em São Paulo. Numa dessas, Temer e Lima tiveram duas passagens pela prisão: uma delas de quatro dias e outra de seis dias. As prisões foram determinadas pelo juiz Marcelo Bretas, da 7 ª Vara Federal do Rio de Janeiro e, depois, confirmadas pelo Tribunal Regional Federal da 2 ª Região.

O resultado desfavorável na Câmara não chegou a ser uma surpresa, mas não deixou de ser chocante. O que mais os deputados que votaram a favor de Temer queriam para autorizar o andamento do processo? No meu ponto de vista, esse era um dos casos mais bem resolvidos da Lava Jato. Tínhamos a gravação da conversa incriminadora entre Temer e Joesley Batista na calada da noite no Jaburu. Tínhamos a gravação de Batista e Rocha Loures acertando o uso da estrutura do governo em benefício do empresário. E, por fim, tínhamos a corridinha com a mala de dinheiro pelas ruas de São Paulo. Se aquelas conversas escabrosas e aquela fuga do assessor do presidente com uma mala com R$ 500 mil não eram "indícios" suficientes para se abrir um processo por corrupção, o crime deveria ser excluído do Código Penal. Depois de algum tempo, um amigo me perguntou se aquele resultado foi uma derrota pessoal. É óbvio que, se fiz uma acusação formal contra um investigado, eu gostaria que o caso fosse levado até o fim, sem entraves. Mas não era uma derrota pessoal. A luta era um movimento institucional contra a corrupção. Nesse jogo, quem perde é a parcela da sociedade que se esforça para acreditar no triunfo da justiça sobre a mentira. Não, a derrota não era só minha. O revés era coletivo. Todos nós, que pagamos impostos, perdíamos.

Quando ainda estava na fase final da elaboração da denúncia, alguns colegas da nossa equipe de investigação pareciam em dúvida quanto a valer a pena fazer uma acusação de tamanha envergadura. O presidente tinha uma base forte e poderia usar sua força contra o Ministério Público.

“E se a Câmara não liberar?”, perguntou um deles.

“O que nós temos a ver com isso? A gente faz o nosso papel e deixa a Câmara fazer o papel que acha que deve fazer. A história vai julgar todos nós. Eu não quero ser julgado por omissão. Por que esse procurador-geral não denunciou um presidente da República que estava cometendo crime no exercício do cargo? Essa é a pergunta que vão fazer se não fizermos a denúncia. E isso eu não quero para mim. Eu não quero o carimbo de omisso”, respondi.

Foi uma conversa tensa, mas, ao final, prevaleceu o consenso de que faríamos a denúncia, independentemente dos resultados políticos. O revés na votação, mesmo analisado antecipadamente, teve gosto amargo e nos deixou muito desapontados. No entanto, confesso, não tivemos tempo de lamber as feridas. Depois da primeira denúncia, tivemos que mergulhar no farto material que daria base à segunda acusação. Estávamos correndo contra o tempo, afinal, me restavam poucos dias de mandato. Os elementos recolhidos ao longo da investigação e não aproveitados na denúncia por corrupção indicavam que Temer e outros auxiliares haviam incorrido em crimes ainda mais graves: envolvimento em organização criminosa e obstrução de justiça. Acusar qualquer pessoa de tais crimes é sempre uma tarefa complicada. No caso de um presidente da República, essa responsabilidade é, obviamente, ainda maior. Afinal, se o presidente é acusado de crimes tão graves, toda a República deve exigir pleno esclarecimento dos fatos, caso contrário pode banalizar a ideia de crime e mesmo de República. Enfim, nosso trabalho dali em diante estaria num patamar ainda mais elevado de complexidade e responsabilidade. Tudo isso com uma dificuldade adicional: eu tinha menos de dois meses de mandato pela frente e, por dever profissional, considerava necessário não deixar tamanho abacaxi para a minha sucessora.

Eu só não contava com “fogo amigo” àquela altura dos acontecimentos. E foi exatamente o que ocorreu e que nos deixou sem chão por alguns preciosos dias. Na manhã de 2 de

setembro, um domingo, eu estava em casa preparando o almoço quando vi no nosso grupo no WhatsApp (o Telegram só era usado nas operações de rua) uma mensagem de alerta da procuradora Carolina Resende, uma das mais aguerridas investigadoras com quem trabalhei.

"Gente, descobri uma bomba aqui. Acho que pode ter consequências", ela dizia, para logo em seguida explicar, em linhas gerais, qual era a bomba. No final da tarde da quinta-feira (31 de agosto), os advogados dos executivos da J&F haviam entregado à Procuradoria-Geral vasto material, inclusive quatro áudios intitulados Piauí 1, 2, 3 e 4. Era o último pacote de provas de que dispunham até então e que deveriam entregar em prazo ajustado inicialmente, como previa o acordo de colaboração. Os advogados deixaram os áudios na Procuradoria com os respectivos anexos. O material fora, então, distribuído entre os procuradores da minha equipe para uma primeira análise de conteúdo. Os áudios 1, 2 e 4 continham informações sobre o senador Ciro Nogueira, que já era investigado. A bomba estava no áudio 3, que nada tinha a ver com o senador.

Eu e os demais procuradores do grupo da Lava Jato deixamos nosso dia de folga com nossas famílias para trás e corremos para a Procuradoria-Geral para ouvir a gravação e analisar o quadro geral. Em quatro horas e meia de conversa, aparentemente regada a altas doses de uísque, Joesley Batista e Ricardo Saud despejavam um caminhão de asneiras sobre os ministros do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, e até sobre mim. Os dois falavam também sobre o ex-procurador Marcelo Miller, que até um ano antes integrava o grupo da Lava Jato em Brasília. As bobagens que eles diziam sobre mim e os ministros do STF não tinham relevância penal, mas davam margem a interpretações maledicentes e, por isso, deveriam ser devidamente esclarecidas. As referências a Miller eram mais específicas e deixavam o ex-procurador numa perigosa faixa cinzenta. Tomadas ao pé da letra, aquelas declarações não passavam de uma comédia pastelão protagonizada por dois

bocós. Entretanto, no contexto envenenado daquele momento, com o mundo político querendo nossas cabeças, aquele palavrório suscitava dúvidas que, se não fossem dirimidas o mais cedo possível, seriam uma bomba explodindo na fortaleza da Lava Jato.

No início da noite do dia seguinte, convoquei uma entrevista coletiva e, contra a vontade de parte da minha equipe, falei sobre o caso. Disse que considerava o conteúdo e a entrega das gravações, sem as devidas explicações prévias, uma quebra de confiança. Portanto, pediria ao Supremo a rescisão do acordo de colaboração dos executivos da J&F. Também seria aberto um inquérito para apurar se as declarações dos dois colaboradores tinham algum fundamento, embora parecessem demasiadamente fantasiosas. A notícia sobre o pedido de rescisão do acordo teve forte repercussão. Era o efeito de um apagão numa cidade iluminada. Na momentânea escuridão, muitos especulavam sobre a perda da eficácia de toda a investigação sobre Temer, e até sobre um efeito cascata sobre outros acordos de delação. O bombardeio em nossa direção foi multiplicado por dez. Tínhamos que nos defender dos ataques, alimentados em parte por nossas decisões, e, ao mesmo tempo, seguir firmes na investigação sobre organização criminosa e obstrução de justiça. Isso a duas semanas do fim do meu mandato.

Por que todo aquele enxame em torno de uma suspeita sobre um ex-procurador? No início da investigação, descobrimos indícios de que o procurador Ângelo Goulart Villela recebera propina para ajudar os irmãos Batista a se defender do cerco montado sobre eles pelo procurador Anselmo Lopes, coordenador da Operação Greenfield. No primeiro dia da fase ostensiva da Operação Patmos, Villela estava entre os presos. Pedi a prisão dele com o coração apertado. Antes de se envolver com a turma da J&F, Villela chegou a frequentar a minha casa e, durante um tempo considerável, tivemos uma boa relação de amizade. Logo depois de ser informado sobre a prisão dele, me recolhi no

banheiro do meu gabinete e vomitei umas duas ou três vezes. Minhas entranhas estavam se revirando. Mas tinha que cumprir o meu dever. E o meu dever era submeter o procurador ao mesmo tratamento dos demais investigados. O caso continha um forte drama pessoal, e era bastante significativo. Mesmo assim, teve pouco espaço no noticiário. Com Miller, a situação foi diferente. Embora não houvesse uma prova inconteste de que o ex-procurador tivesse cometido um crime, a defesa do presidente resolveu fazer um estardalhaço com o caso. Era um falso escândalo criado para esvaziar o verdadeiro escândalo.

A centelha do incêndio era um trecho da conversa em que Saud falava com Batista sobre conversas que teriam tido com Miller a respeito de táticas para se fazer um bom acordo de delação. Miller pedira demissão no final de fevereiro, mas, como tinha férias acumuladas, a exoneração só foi formalmente concluída em 5 de abril. Nesse período ele já estava afastado de suas atividades de procurador, mas ainda mantinha vínculos formais com a Procuradoria da República no Rio de Janeiro, onde estava lotado. Miller acelerou os preparativos para a carreira de advogado e acertou a participação na defesa dos Batista. Era o que a defesa de Temer precisava para dar curso à teoria da conspiração, que era algo mais ou menos assim: Miller, ainda como procurador, ajudara os irmãos Batista a traçar um caminho rumo à delação. Portanto, o acordo deles não teria validade, e as investigações contra Temer também teriam que ser suspensas. Ora, era uma bobagem achar que empresários do porte dos Batista, com recursos para contratar os melhores advogados do país, precisariam de um procurador para explicar para eles o que era necessário para eu aceitar uma proposta de acordo de delação. Os critérios da delação estão em lei, e qualquer inteligência mediana é capaz de entender que para obter um acordo é necessário, como ponto de partida, revelar crimes cometidos por si e por outros cúmplices numa escala superior. Não há mistério nenhum aí. Outra coisa: as investigações não se resumiam a áudios

gravados por Joesley Batista. As acusações que fizemos estavam lastreadas em ações controladas, em interceptações telefônicas e documentos apreendidos. Tudo isso demorou a ser entendido, sobretudo por quem não queria entender nada mesmo.

De qualquer forma, cinco dias depois de termos tido acesso à gravação Piauí 3, pedimos e o ministro Edson Fachin determinou a prisão de Joesley Batista e Ricardo Saud. Pedimos a prisão de Miller também, mas o relator entendeu que não era o caso. Os investigados precisavam entender que delação não é um jogo, mas um movimento sério em direção ao arrependimento, à confissão de crimes, e um firme compromisso de uma vida limpa. É quase uma conversão religiosa, mas com uma diferença. Se a conversão for só da boca para fora, o risco de prisão é alto. E, de fato, foi o que aconteceu.

As conversas imaginativas de Joesley Batista e as trapalhadas de Marcelo Miller sugaram boa parte de nossa energia num momento crucial. Alguns colegas ficaram furiosos com Miller. O consenso era que ele tinha sido desleal conosco e expusera a Lava Jato de Brasília a um desgaste absolutamente desnecessário. De qualquer forma, não haveria recuos no nosso caminho.

"Enquanto houver bambu, lá vai flecha!", eu disse, numa entrevista num seminário da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), uma frase que, de certa forma, resumia o espírito daquele nosso momento, que era de levar todas as investigações adiante, até o último dia do meu mandato.

Em 15 de setembro, uma sexta-feira, dois dias antes do fim do meu mandato (e dia do meu aniversário), apresentei a segunda denúncia contra Temer e outros aliados por envolvimento com organização criminosa e obstrução de justiça. Estávamos decididos a fazer a denúncia mesmo sem o inquérito policial, também em andamento. Quando o relatório da PF chegou a nossas mãos, corri os olhos pelas últimas páginas do documento (é assim, de trás para a frente, que

lemos inquéritos e processos) e, de imediato, achei o que precisava.

“Pare aí, moçada! Acho que chegou o momento do copiar e colar”, eu disse.

Num trabalho magistral, o delegado Marlon Cajado atribuía ao presidente da República os crimes de envolvimento em organização criminosa e obstrução de justiça. Não éramos só nós, do Ministério Público, a firmar convicção nesse sentido, mas também a Polícia Federal. E tinha mais: o delegado reconhecia expressamente que o presidente da República era o chefe da organização criminosa.

Na segunda-feira seguinte, minha sucessora assumiu o cargo de procuradora-geral da República. Eu só me aposentaria dois anos depois. Não obstante, a partir dali, para mim, tudo mais da Lava Jato já era história.

CAPÍTULO 19

Quer ser ministro do Supremo?

Quem acompanhou o meu relato até aqui deve estar achando que vida de procurador-geral é só atribulações. Afinal, nossa atividade diária é investigar, denunciar, corrigir, punir. Nós somos a régua em um mundo torto e, por isso, quase sempre desagradamos. Não importa se fazemos bem ou mal o nosso trabalho, haverá sempre alguém descontente conosco. Se pedimos a punição de um réu, alguém dirá que fomos draconianos. Se arquivamos uma investigação, outro dirá que fomos condescendentes. Em linhas gerais, eu diria que ser procurador-geral é a arte de fazer inimigos. E, claro, inimigos no topo da hierarquia do poder, esfera de atuação do profissional. Entretanto, esta é uma visão incompleta da realidade. Um procurador-geral é, de fato, atacado sistematicamente, mas, vez por outra, é cortejado. O jogo de forças na estrutura política, aqui ou em qualquer outra parte do planeta, tem suas manhas; cabe a cada um de nós saber identificar o mel e o fel que nos é servido. Eu, por exemplo, em meio aos turbulentos anos da Lava Jato, fui sondado duas vezes para ser ministro do Supremo Tribunal Federal, uma vez para concorrer a vice-presidente da República e também uma vez para ser ministro da Justiça. Perguntaram-me até se eu queria ser procurador-geral por um terceiro mandato ou embaixador. Enfim, era quase como se o céu fosse o limite. Agradeci as generosas abordagens, mas recusei todas elas. Eu tinha perfeita noção do meu papel e não queria criar laços

excessivos que comprometessem a minha liberdade de movimento, e muito menos mudar de lado, como alguns fizeram e ainda fazem. Comigo, não!

O primeiro aceno sobre uma cadeira no Supremo aconteceu em 2015, quando os ventos da Lava Jato começavam a chegar a Brasília, embora sem dar sinais claros da devastadora tempestade que se tornaria numa fase posterior. Numa reunião na Procuradoria-Geral, quando tratávamos de algumas questões jurídicas, provavelmente sobre a greve de policiais militares em alguns estados, o ministro José Eduardo Cardozo mudou o rumo da conversa e me disse que eu ficaria muito bem no STF, que era o destino natural de quem comanda o Ministério Público. Se o cargo fosse do meu interesse, eu contaria com a boa vontade do governo para chegar lá. Joaquim Barbosa tinha se aposentado havia pouco tempo e o jogo da sucessão corria solto. Embora estivéssemos em lados opostos – ele no governo, eu na Procuradoria-Geral –, mantínhamos (e ainda mantemos) uma relação cordial. De vez em quando, ele até aparecia no meu gabinete para conversar sobre questões gerais do país, independentemente dos assuntos comuns ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça. Então, como tínhamos essa proximidade, pude dizer com toda franqueza que não tinha interesse algum em ser ministro. Eu não tenho vocação para a magistratura, nunca tive. Meu perfil sempre foi de combate, por isso fiz o concurso para procurador, e assim seria até minha aposentadoria. A conversa era reservada, mas, não sei como, o assunto se espalhou rapidamente.

"É verdade que você foi sondado para ser ministro do Supremo e recusou?", me perguntou dias depois meu vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão.

"Sim, fui sondado. Mas eu não tenho interesse em vaga do Supremo. Todo esse trabalho que estou fazendo não é voltado para isso. Respeito a nossa Corte maior. São pessoas de expressão que estão ali. Mas eu não tenho o menor interesse em fazer isso", respondi.

Mal terminei de falar e Aragão quis saber se eu o apoiaria.

Comigo fora do páreo, se colocaria como candidato. Eu respondi que ele teria meu aval. Depois disso, ele foi conversar com o ex-deputado Luiz Carlos Sigmaringa Seixas e com outros interlocutores influentes, entre eles o ministro Gilmar Mendes. Pela proximidade com o ex-presidente Lula e outros políticos do PT, Sig, como era chamado pelos amigos, atuava como um dos principais interlocutores do governo com a comunidade jurídica naquele período. Era notório em Brasília que algumas indicações para tribunais superiores passavam por ele antes de ser levadas ao governo. Eu só não entendia como Mendes, um crítico contumaz do núcleo do poder petista, parecia ter tanto poder no governo.

O fato é que, quando soube que Aragão fora recebido por Mendes no salão branco do Supremo, tive certeza de que o vice-procurador-geral eleitoral não seria ministro. Ser recebido no salão branco é, quase sempre, um sinal de desprestígio. Quando querem valorizar uma determinada audiência, os ministros reservam horário na agenda e recebem as visitas no ambiente calmo e seguro dos gabinetes, não num campo aberto, como é o salão branco, próximo ao plenário da Corte. No salão, os ministros falam com advogados ou assessores em despachos curtos, não com uma pessoa que, tempos depois, pode vir a estar ali também como ministro. Minhas impressões se confirmaram. A vaga de Joaquim Barbosa foi preenchida pelo advogado paranaense Edson Fachin. Acho que Aragão não gostou de ter sido preterido. Como se não bastasse, o subprocurador-geral Augusto Aras, com quem eu mantinha uma relação amistosa, ficou chateado comigo. Ele, que também queria ser ministro, acha até hoje que só não está no Supremo porque, em vez de declarar apoio a ele, eu endossei a candidatura de Aragão. Ora, os caminhos que levam ao STF são indecifráveis, e eu, mesmo com uma visão privilegiada do poder, não saberia conduzir ninguém até lá.

A segunda vez que me acenaram com a toga de ministro foi já no governo do ex-presidente Michel Temer. Recebi vários sinais. No mais explícito deles, o subsecretário de Assuntos

Jurídicos da Casa Civil, Gustavo Rocha, foi até minha casa conversar comigo sobre o assunto. Eu e Rocha tínhamos contatos frequentes nas reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público. Eu era o presidente do conselho; ele era um dos conselheiros. Talvez por isso tenha sido indicado por Temer para a missão de falar comigo. A abordagem foi indireta, um pouco parecida com a de Cardozo. Aqui um parêntesis. Ninguém chega e pergunta abertamente: "Você quer ser ministro do Supremo?". Esse é o tipo de questão que pode gerar desconfiança, tensão, entre as partes. As tratativas são sempre indiretas, como fez Rocha. Ele me disse que o Supremo teria uma nova composição e que, certamente, eu me encaixaria bem no novo quadro. Com a morte do ministro Teori Zavascki, uma nova disputa estava em curso. Rocha quis saber o que eu pensava de tudo aquilo. Eu respondi que já tinha emprego. Não queria ser ministro. Também com Rocha eu me sentia à vontade para dizer exatamente o que pensava, sem o risco de parecer esnobe ou falsamente despretensioso.

Num outro momento, não sei se anterior ou posterior a essa sondagem, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, se aproximou de mim numa solenidade no Supremo e me sugeriu permanecer por mais dois anos no cargo de procurador-geral.

"Procurador, você tem que se animar para um terceiro mandato", ele disse, num tom de voz macio.

"Minha contribuição já está dada", respondi, saindo pela tangente.

Aquele era um momento de incerteza. Estava em curso a delação dos executivos da Odebrecht, e, embora os inquéritos ainda não estivessem abertos, sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, o núcleo duro do governo Temer teria sérios problemas, inclusive o próprio ministro. Mas, mesmo que não fosse assim, mesmo que não houvesse delação da Odebrecht, eu também já tinha decidido que não partiria para um terceiro mandato. Quatro anos como chefe do Ministério Público são suficientes para um procurador-geral fazer um bom trabalho. A partir daí, a permanência no cargo se torna desgastante e,

suponho, contraproducente. Eu tinha sido bem firme nas minhas negativas, mas ainda assim Rocha, acho que num movimento coordenado com seus chefes, me perguntou numa descontraída conversa se eu queria um outro cargo. Tudo bem que eu não quisesse vestir toga, nem esticar o mandato. Mas não era possível que eu não tivesse outro posto de interesse no serviço público. Brincando, eu disse que queria ser embaixador do Brasil junto à comunidade dos países de língua portuguesa.

"É seu (o cargo)!", ele respondeu.

Mas, pela minha reação, ele percebeu logo que, depois de me aposentar, eu voltaria à iniciativa privada.

A terceira rodada de sondagens, estas mais incisivas, partiu do senador Aécio Neves. No início de 2017, quando as delações dos executivos da Odebrecht começavam a deixar o mundo político de cabelo em pé, Neves me procurou justamente para falar sobre o assunto. Como outros políticos, queria saber quais eram as acusações que existiam contra ele e dizer, claro, que tudo não passava de manobras de adversários. Depois do discurso inicial, ele, muito senhor de si, me convidou para ser o ministro da Justiça em seu futuro governo. Ele estava certo de que ganharia as eleições presidenciais do ano seguinte, e desde então já estava formando equipe. Primeiro fez questão de lembrar dois outros convites que me fizera para ser secretário de Defesa Social de seu governo em Minas Gerais. Eu recusara os dois. No primeiro, Cláudio Fonteles disse que não me liberaria. No segundo, minha filha deixou claro que nossa família não voltaria a morar em Minas, porque ela não queria se afastar das amigas da escola. Na época, ela estava com 9 ou 10 anos. Mas, mesmo que não houvesse o veto de Fonteles e Letícia, eu não queria ser secretário de estado. Meu plano era continuar como procurador da República em Brasília. Talvez ali já tivesse o sonho de chegar ao cargo de procurador-geral. O senador se lembrava dessa história toda, e partiu para o ataque.

"Sou virtualmente presidente da República e gostaria de convidá-lo para ser meu ministro da Justiça. Tentei trabalhar

com você outras vezes e não deu certo. Mas agora vamos ver se a gente une forças pelo Brasil", disse.

A declaração "Sou virtualmente presidente da República" soa estranha hoje, no momento em que escrevo estas memórias (junho de 2019), mas naquele período era natural. Com o antigo adversário, o PT, carcomido, Neves tinha fortes chances de se eleger presidente, mas acabou sendo arrastado pelo mesmo furacão que levaria ele e muitos outros políticos influentes para o fim da fila. Agradeci a gentileza e, da mesma forma como fizera com Cardozo e com Rocha, disse que não queria ser ministro da Justiça. Em 2018, o filme se repetiria com outros personagens e com um final ligeiramente diferente. O juiz Sergio Moro aceitou o convite do candidato Jair Bolsonaro e, depois da vitória do ex-deputado nas eleições presidenciais, assumiu o Ministério da Justiça. Nem tudo é tão imprevisível na política. De todo modo, uma semana depois de receber um não, Aécio Neves voltou à Procuradoria-Geral com uma proposta que, no entendimento dele, seria irrecusável.

"Me desculpe, procurador, mas realmente o que eu lhe ofereci era muito pouco. Você é procurador-geral da República, não vai ter interesse em ser ministro da Justiça. Então eu tenho uma outra proposta: você podia ser vice-presidente. Você escolhe o partido da base que você quiser. Eu te coloco nesse partido e você sai candidato a vice na minha chapa", disse, ainda com a ideia fixa de que seria o próximo presidente da República.

Antes que eu perguntasse o que faria como vice-presidente da República, ele se apressou em explicar.

"Todos sabemos que você cozinha muito bem. Isso vai virar notícia no mundo. É o vice-presidente da República do Brasil convidando, por exemplo, embaixadores, representantes de governos estrangeiros para jantares no Jaburu, jantares preparados pelo próprio anfitrião. O vice-presidente vai à cozinha, faz o jantar. Isso vai ter uma repercussão muito positiva!", ele disse, exultante.

Aí eu tive que apelar para a brincadeira.

“Eu adoro cozinhar. Sempre que posso me arrisco na cozinha. Mas acho que tenho outros pressupostos, outro tipo de formação que me permitiria, se fosse o caso, exercer a vice-presidência. Tenho uma formação técnica, intelectual e política. Poderia ser vice por causa dessa formação, e não por meus dotes culinários”, respondi, antes de acrescentar que também não tinha interesse em fazer carreira política.

Depois daquela nossa conversa, vieram duas hecatombes. Primeiro, os inquéritos decorrentes da delação dos executivos da Odebrecht. Depois, a fatal delação dos executivos da J&F. Neves foi forçado a mudar de plano, e hoje, imagino, nem passa pela cabeça dele se candidatar a presidente mais uma vez.

Eu não me ofendi quando ele mencionou meus dotes culinários. Só achei engraçado e, talvez, um pouco banal. De fato, tenho paixão pela boa culinária. Depois do meu trabalho, cozinhar é a arte em que mais me realizo. Sou capaz de passar horas preparando um prato em silêncio, como um músico na hora da criação. Sabores são como sons, podem provocar experiências vitais. Carrego esse sentimento comigo desde a infância. Quando, ainda criança, sentia o cheiro de deliciosos pratos preparados por Tarcisa Fausta da Silva, ajudante da minha mãe, eu corria para a cozinha. Eu era um garoto comilão e adorava provar os experimentos de Tarcisa. Eu olhava aqueles pratos e, maravilhado, me perguntava: *Como é que se faz isso?* Ela e minha mãe perceberam meu interesse e, de vez em quando, me deixavam participar da “sinfonia”.

Depois de adulto, já procurador da República, fiz dois cursos informais de cozinha. Um deles foi entre 1987 e 1989, quando fui morar em Località di Noce, um núcleo rural com aproximadamente 40 famílias próximo a Pisa, na Itália, onde fiz um curso de especialização. Nos fins de semana, as famílias se reuniam para celebrar a amizade em volta de uma mesa farta. Convidados para participar desses banquetes, eu e minha mulher chegávamos cedo para ajudar a preparar a comida. Além da boa acolhida que tivemos, acho que aprendi a fazer mais de 30 diferentes tipos de massa, além de vários

outros pratos à base de carne, aves, peixes e caças, entre outros itens da tradicional culinária italiana. Um curso direto com as *nonnas* , em especial a querida *nonna* Giulia. Isso não tem preço.

Tempos depois, já de volta a Brasília, fiz outro curso intensivo com meu amigo Gérard Dumont Durand, dono e *chef* de cozinha do Le Bateau Ivre, um antigo restaurante de comida francesa no Lago Sul. Foi Gérard quem me iniciou nos mistérios da *cordon bleu* . Em determinado período, todos os sábados de manhã, eu e minha filha íamos para o restaurante dele. Chegávamos lá por volta das 7 horas e só saíamos depois do meio-dia. Passávamos a manhã inteira falando em francês e elaborando temperos, cortando a carne, preparando fantásticos pratos que deram ao restaurante de Gérard os mais altos prêmios da culinária na capital do país. Falar francês era minha contrapartida para as aulas de culinária, para que Gérard conversasse com alguém na língua materna dele. Como ninguém é de ferro, trabalhávamos bebericando um bom vinho, o que tornava ainda mais intenso e alegre aquele mundo de cheiros e sabores.

Na fase mais pesada da minha passagem pela Procuradoria-Geral, simplesmente perdi o gosto de ir para a cozinha. Eu me via como um músico que, um dia qualquer, acordara surdo e nunca mais tinha podido escutar. Quase dois anos depois de deixar o comando do MPF, fui convidado para preparar um almoço para um novo grupo de amigos. Quando eu disse que faria uma rabada, alguns torceram o nariz. Muitos acham a rabada um prato gordo, forte demais. De 18 convidados, só seis se interessaram. Os demais comeriam peixe, carne, saladas etc. Fiz as contas. Seis pessoas, 300 gramas de carne para cada uma, precisaria de 1,8 quilo de carne. Comprei 2,5 quilos e fiz uma rabada marroquina com receita própria, servida com cuscuz. Em vinte minutos as panelas estavam vazias. Todos, inclusive aqueles que desdenharam, queriam a rabada. *Acho que estou recuperando a alegria de viver* , eu disse para mim mesmo. Eu era o músico surdo que, num passe de mágica, voltara a escutar.

Por tudo isso, repito que não fiquei aborrecido com o convite de candidato a vice-presidente associado à cozinha. De qualquer forma, não aceitei a proposta e, vendo o cipoal da política, inclusive nesse início de governo, estou mais do que convencido de que fiz muito bem em ficar onde estava.

Tempos depois das sondagens, quando já estava fora do Ministério Público, um amigo me perguntou por que me haviam feito aqueles convites. Estariam tentando me tirar da Procuradoria-Geral e, portanto, do centro das investigações da Lava Jato? Ou estariam tentando diminuir meu apetite por investigações mais pesadas? Ou ainda, os convites seriam apenas tentativas de recomposição de forças, um movimento legítimo dentro da administração pública? Sinceramente, eu não sei. A política tem uma dinâmica própria. Não poucas vezes aliados e adversários trocam de papéis. Enfim, há uma dose de subjetividade muito grande em cada movimento, o que torna mais difícil ir além das aparências.

De qualquer forma, não faria sentido me tirar da Procuradoria-Geral e, logo em seguida, me oferecer uma cadeira no Supremo. A caneta de um ministro tem um peso espetacular. Ou seja, mandar o procurador-geral para o Supremo poderia significar apenas uma mudança no eixo de gravidade. A tensão permaneceria no mesmo nível, ou, quem sabe, chegaria a um patamar ainda mais elevado. Há outro detalhe nesse xadrez. Certamente eles teriam dificuldades de escolher um sucessor num cenário inflamado. Nesse caso, também prevaleceriam a incerteza e, óbvio, a tensão.

Alguns amigos se assombram quando ouvem os relatos sobre as sondagens para ser ministro do Supremo. Para alguns, a Corte é o eldorado de todos que estão numa carreira jurídica. Ministros seriam semideuses entre os homens. Eu não vejo as coisas desse modo. Ministros ocupam um lugar especial neste nosso universo, mas padecem dos mesmos males que os comuns mortais; não estão imunes ao incessante movimento da roda da fortuna. Ao falar sobre isso, me lembro de um caso bem específico que testemunhei em maio de 2017. Em meio à tormenta da Lava Jato, um ministro

me convidou para uma conversa reservada em sua casa. A situação era delicada a ponto de ele ter recorrido a um amigo em comum, integrante do Conselho Nacional do Ministério Público, para marcar o encontro. O convite me pareceu inusitado, sobretudo porque não me fora explicitado o motivo da reunião. Quando cheguei lá, qual não foi a minha surpresa quando ele me perguntou, reiteradas vezes, se eu o estava investigando e se seu nome aparecia em alguma investigação em curso.

"Minha mãe não suportaria me ver na condição de investigado", ele disse, com lágrimas nos olhos.

"Não há nenhuma investigação em relação ao seu nome, ministro. Nenhuma", respondi.

O que eu deveria fazer? Emprestar apoio moral ou aproveitar aquele momento de fraqueza do ministro para fazer uma pergunta indiscreta, como: "Qual a razão do seu temor? Há algo a ser investigado?". Não, aquele não era um momento para desabafos. Não estávamos num confessionário. Sem mais delongas, encerramos a conversa e fui embora. O medo faz qualquer um parecer mais humano. Eu não queria ser ministro da Justiça, nem do STF. Também não queria ser embaixador ou vice-presidente. Depois de deixar o Ministério Público, o que eu queria mesmo era voltar a advogar, cozinhar e seguir em frente, de cabeça erguida. A alegria pelas coisas simples é o que nos torna semideuses.

CAPÍTULO 20

Nada será como antes

Em janeiro de 2018, quatro meses depois do fim do meu segundo mandato como procurador-geral, eu estava morando sozinho num apartamento de 57 metros quadrados em Bogotá. Tinha me separado da minha mulher em outubro do ano anterior e resolvera aproveitar um convite da Universidad de los Andes para mudar de ares. Também tinha perdido temporariamente o contato com antigos interlocutores da esquerda, da direita, do centro, de todos os quadrantes políticos. Alguns eram amigos, outros nem tanto. Vários estavam, de algum modo, insatisfeitos comigo. Para alguns, eu teria sido contundente demais com determinados investigados e condescendente demais com outros. As críticas eram sempre as mesmas, mas com sinais trocados. O rigor deveria ser sempre aplicado aos investigados de campos ideológicos opostos. Ora, acho que apliquei de forma indistinta os mesmos critérios de investigação, e isso foi uma forma de desagradar indistintamente. Infelizmente, o compadrio e o jeitinho ainda são traços fundamentais da nossa cultura. Tentar romper com um deles é se expor ao risco de ser tratado como um alienígena. O problema é que um procurador-geral não pode se guiar pela simpatia ou pela acomodação pacificadora sem se tornar uma nulidade decorativa diante dos graves conflitos políticos e sociais. Por temperamento, por formação e pela força das circunstâncias, eu poderia ser qualquer coisa, menos um joguete, um

espectador passivo na cadeira de procurador-geral.

Longe dos familiares e dos ressabiados interlocutores de outrora, na quase sempre fria e chuvosa capital colombiana, eu dava aula de técnicas de investigação sobre corrupção duas vezes por semana. Para manter uma certa rotina e evitar a dispersão, comparecia à faculdade todos os dias úteis. Quando não estava dando aula, eu me abrigava numa sala reservada para mim pela universidade. Chegava lá por volta das 9h e só voltava para casa às 17h. De vez em quando, era chamado para fazer palestras em outros países, interessados no *making of* da Lava Jato, a operação que abalara o sistema político brasileiro e, aos poucos, se espalhava para outros países da região. Fora esses compromissos profissionais, eu me recolhia em casa, de onde só saía para algumas caminhadas. Depois de quatro feéricos e exaustivos anos à frente da Procuradoria-Geral, eu me vi, como num passe de mágica, levando a vida de um professor, quase anônimo, quase em paz.

Digo quase em paz porque, num domingo, três dias depois de desembarcar em Bogotá, fui assaltado. Dois vigaristas me levaram um celular Samsung 7, que eu acabara de adquirir, e um pacote de pesos colombianos com o equivalente a US$ 270. Eu acabara de sair do hotel Rosales, onde me hospedara inicialmente, e estava fazendo uma caminhada em direção ao Museu do Ouro. Estava relaxado. Era a primeira vez em muito tempo que caminharia pelas ruas de uma grande cidade sem o risco de ser interpelado por um investigado ou abordado por um jornalista em busca de informação sobre delatores, empreiteiras ou políticos delatados. Era a primeira vez em quatro anos que eu poderia andar nas ruas sem segurança e com a tremenda sensação de liberdade. De repente, um transeunte se aproximou de mim e me perguntou, de uma forma confusa, se eu sabia onde ele poderia fazer "câmbio". Ele era da Venezuela e precisava de dinheiro local. Aquilo me soava como o apelo de um refugiado gritando por uma ajuda mínima.

Eu respondi que não sabia, que tinha acabado de chegar do Brasil e não conhecia bem a cidade, e segui minha caminhada.

Caminhando ao meu lado, o rapaz apontou para um outro homem parado na esquina, a quem foi pedir informação.

"Onde posso fazer câmbio aqui?", o "venezuelano" perguntou.

"Vocês são estrangeiros? Estão juntos?", respondeu o homem, que sacou uma carteira e se identificou como policial federal.

Antes que pudéssemos responder claramente, ele pediu passaportes, fez uma bateria de perguntas e decretou:

"Vocês terão que me acompanhar até a delegacia!"

Eu estava em situação regular, mas "meu amigo venezuelano", não, porque deixara o passaporte no hotel, conforme a versão dele. Portanto, o "policial federal" teria que registrar o caso em uma delegacia a 50 metros dali, e nós deveríamos acompanhá-lo. Achei tudo muito estranho, mas só me dei conta de que tinha caído numa arapuca quando, a caminho da tal delegacia, entramos numa rua secundária e isolada. A delegacia ficava numa rua próxima à nossa. Antes que eu esboçasse qualquer reação, o "venezuelano" botou a mão embaixo do casaco para mostrar que estava armado. Entendi que não era o caso de testar a verdade. Eram dois ladrões, e eu não sabia o que poderiam fazer comigo se descobrissem que estavam diante de um "fiscal da lei". Sem maiores negociações, eles pegaram as notas de peso e o celular que encontraram no bolso da minha camisa e sumiram em segundos. Voltei à via principal, Carrera Sétima, e relatei o fato a um policial fardado. Ele disse que tentaria localizar os larápios, mas deixou claro que era muito difícil fazer algo contra esse tipo de vigarice. Aquilo era inacreditável. Depois de passar tantos anos enfrentando criminosos no Brasil, eu fora trapaceado por dois malandros de rua em Bogotá. Que humilhação!

Voltei para o hotel de cabeça baixa e fui me preparar para o curso, que começaria no dia seguinte. Foram cinco meses de um autoexílio, um período de isolamento um pouco amargo, mas necessário. Minha vida social se resumia a conversas ou almoços eventuais com dois professores da universidade com

quem fizera amizade e, aos sábados, uma feijoada num restaurante brasileiro. Era uma sensação estranha. Ao mesmo tempo que tomava certa distância do Brasil, eu, vez por outra, sentia necessidade de comer feijoada, tomar caipirinha e ouvir alguém falando português, ou seja, de coisas que me colocassem mais perto do cotidiano brasileiro. Em maio, com o encerramento do curso, voltei à capital brasileira para dar aulas no Centro Universitário de Brasília (CEUB) e continuar com minha atividade regular de subprocurador-geral. Em abril de 2019, encerrei minha carreira no Ministério Público, depois de trinta e quatro anos de atividade. Eu me aposentei com o coração tranquilo, mas com a memória carregada de boas e más lembranças. Investigações criminais de pessoas que estão no topo da pirâmide descortinam um lado escuro da realidade. Pessoas bem-vestidas, bem-educadas, bem-falantes, pessoas que teriam todos os motivos para querer e fazer o bem, optam pelo mal. A capa da civilidade é, quase sempre, muito tênue e, abaixo dela, o lado animal parece sempre gritar mais alto.

Um amigo, que conhece um pouco esse meu ponto de vista, me perguntou se, sendo assim, valera a pena tanta luta. Eu digo que sim. Digo mais, até: faria tudo de novo, igualzinho ao que fizemos todos esses anos. E olha que comemos o pão que o diabo amassou. Em quatro anos de Procuradoria-Geral, vivemos quatro décadas. Engordei, envelheci e, confesso, perdi e recuperei as esperanças algumas vezes. Era um carrossel sem direito a descanso. A vida de investigadores não tem aquele glamour todo que a gente costuma ver nos filmes americanos, em que, quase sempre, o certo vence o errado e os heróis voltam para casa enquanto a cidade dorme tranquila e agradecida. No centro do poder, a luta é diária. A trégua é só a preparação para a batalha seguinte. Comigo e com minha equipe foi assim. Trabalhávamos uma média de doze a catorze horas por dia. Não poucas vezes, o trabalho avançava pelos fins de semana e feriados. A Lava Jato nos absorveu de tal forma que era impossível parar. Todos os dias tínhamos uma enormidade de tarefas a cumprir em inquéritos, processos,

negociações de delação e tudo o mais que envolvia investigações dos donos da República. Trabalhávamos sob pressão, cientes de que um erro qualquer poderia ser fatal. Sabíamos que do outro lado do campo estavam investigados com forte capacidade de reação e com sangue nos olhos.

Investigações criminais de autoridades são sempre estressantes, isso é da natureza do trabalho. No entanto, a carga de tensão dobrava quando determinada investigação parecia não levar a lugar algum. As coisas aconteciam mais ou menos assim: tínhamos o crime (o desvio do dinheiro) e tínhamos o autor (a autoridade beneficiada), mas, por algum motivo, não conseguíamos estabelecer um elo incontroverso entre as duas partes. Como enterrar uma investigação quando você sabe que houve o "roubo", conhece quem "roubou", mas os indícios não são suficientes para sustentar uma acusação? Quando chegávamos a esse ponto, e isso aconteceu algumas vezes, a equipe entrava em parafuso. Ninguém descansava até resolver o dilema. Investigar um chefe de poder (presidentes da Câmara, Senado etc.) também era um problema à parte. Era como se um poder estivesse se imiscuindo indevidamente em outro. A prisão de Delcídio do Amaral, por exemplo, foi um momento de grande tensão. Nós sabíamos que prender em flagrante o líder do governo significava queimar todas as pontes com o mundo político. A partir dali, não poderia haver retrocesso. E sabíamos que muitos daqueles que viam com bons olhos a prisão do senador mais tarde poderiam se voltar contra nós, porque a porteira estaria aberta, e os parlamentares também estariam sujeitos ao mesmo destino. Enfim, a consciência da "ruptura" ampliava o drama da decisão.

A temperatura aumentava também quando alguns pedidos considerados essenciais eram rejeitados no Supremo. Às vezes, as dores de cabeça se originavam na própria equipe. Isso ocorria especialmente quando, por força das circunstâncias, éramos obrigados a restringir o compartilhamento de informações. Alguns colegas se sentiam incomodados quando ficavam de fora de determinado caso.

Nos momentos mais tensos, geralmente no fim do expediente, quase sempre noite alta, quando eu sentia as nuvens da desconfiança, da fúria ou do desânimo pairando sobre nossas cabeças, buscava o que podemos chamar de uma solução heterodoxa.

"Para tudo, moçada! Todo mundo para a farmacinha, sô!", eu dizia.

"Farmacinha" era o nome carinhoso de uma geladeira usada que eu tinha levado para a antiga sala de repouso, ao lado do gabinete do procurador-geral. A sala tem um banheiro com chuveiro que poderia ser usado pelo chefe do Ministério Público durante longas jornadas. Eu resolvera incrementar o ambiente com uma geladeira abastecida com bebidas (vinho, cerveja, uísque, cachaça, rum, vodca, gim etc.). Na hora do aperto, quando a turma estava arrancando os cabelos, a farmacinha cumpria uma função terapêutica. Depois de uma dose de qualquer bebida e uma rodada de conversas sobre amenidades, o pessoal parava de rosnar, o clima de harmonia era restabelecido e todos voltavam ao trabalho sem o ranço que, por vezes, travava a compreensão mútua e a boa dinâmica das discussões internas. Divergências bem temperadas são o motor de uma equipe. Divergências sem controle levam à anarquia ou à apatia. A farmacinha ficou tão famosa que, algumas vezes, visitantes ilustres da Esplanada e de adjacências passavam no meu gabinete no final de tarde em busca de um paliativo. Certa vez, depois de descobrir num almoço que eu também gostava de pimenta e de um bom aperitivo, o comandante do Exército, general Villas Bôas, me mandou uma garrafa de cachaça do Rio Grande do Sul com uma máxima exemplar. "Nunca fiz amigos tomando leite", ele disse. "Nem eu", respondi. Foi o início de uma nova amizade.

A farmacinha aliviava o estresse, mas não era uma panaceia. As longas jornadas e a pressão constante deixaram algumas sequelas. Numa equipe de 11 pessoas cuja idade média girava em torno de 40 anos, tivemos casos de isquemia, AVC e cardiopatia grave, entre outros sérios

problemas de saúde. Vários casamentos foram desfeitos. Não cabe aqui entrar em detalhes da vida pessoal de ninguém e nem lamentar adversidades, mas apenas fazer um registro. Longe dos holofotes, a vida real é muito mais complexa e insidiosa do que parece a quem vê o nosso trabalho como um simples jogo de ataque e defesa, sem maiores percalços. Tudo tem um preço, e esses anos de combate, olhando em retrospecto, mostram que pagamos caro. Eu, por exemplo, engordei quase 30 quilos e só me dei conta disso na fase final, quando as visitas ao médico se tornaram mais frequentes. Não foi só isso. A partir de 2015, quando a Lava Jato chegou com força a Brasília, tive que passar a andar acompanhado por seguranças e restringir minha movimentação a um circuito mínimo, que era casa, trabalho, um restaurante para almoço na Vila Planalto e, aos sábados, um bar no Lago Sul, perto de onde eu morava, mais tarde batizado por línguas de trapo de "bar de quinta categoria". Saía para fazer pequenas compras para casa e, na volta, passava no bar para tomar uma cerveja e respirar. Acho que aquele era meu único ponto de contato com a realidade, onde eu podia ter conversas informais sobre assuntos banais e experimentar a sensação, por alguns momentos, de estar fora da bolha.

Comecei a andar com segurança por recomendação de um oficial do Exército e do ministro José Eduardo Cardozo. Análises de cenário me colocavam em situação de risco. Pessoas descontentes com as investigações poderiam partir para uma afronta em ambientes públicos ou, quem sabe, até para um gesto tresloucado. Um forte clima emocional estava se espalhando pelo país por causa da Lava Jato, e o melhor remédio seria a prevenção. No início eu recusei. Achei que poderia me defender, que não fizera nada de errado, e que, portanto, ninguém ousaria se colocar no meu caminho. Depois que invadiram a minha casa quando eu estava numa viagem ao exterior e levaram um insignificante controle remoto, deixando para trás objetos de valor, mudei de ideia. Aquele nebuloso episódio poderia ser um aviso. Aceitei a partir dali o que seria uma espécie de proteção policial. Todos

os meus movimentos e os da minha mulher teriam que ser previamente informados às equipes de segurança, que, em última instância, eram quem dava a palavra final sobre nossa liberdade de ir e vir – claro, sempre acompanhados dos policiais. Até minha filha, que mora em São Paulo, teve que receber proteção, embora numa proporção inferior à minha. Depois que concordei com a segurança pessoal, levei a coisa a sério. Fiz dois cursos de tiro num batalhão da Polícia Militar de Brasília e passei a andar com uma pistola .40 na cintura. Uma arma não é o melhor cartão de visitas, não faz ninguém mais simpático, mas era o figurino exigido. Então, cumpri as regras.

A sensação de que algo ruim pode acontecer a qualquer momento é uma praga. No domingo, dois dias depois de apresentar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer e um dia antes de encerrar o meu mandato, ofereci na minha casa um almoço para familiares. Em determinado momento, tive que sair rapidamente para comprar alguns insumos básicos para nossa festa de despedida. Dois cunhados me acompanharam. Ao retornar, notamos uma cena estranha: dois carros parados em frente ao portão do condomínio, uma área fechada de quatro casas e, por isso, pouco frequentada. Parei o meu carro a uma distância de 100 metros, pronto para fazer uma curva e sair em alta velocidade. *Quem são esses sujeitos? O que querem aí a uma hora dessas?* , eu me perguntava. De repente, o portão abriu e o carro que estava atrás entrou. O outro carro permaneceu parado.

“Não podemos ficar aqui parados enquanto os convidados estão lá em casa”, eu disse, e, num movimento impulsivo, coloquei a pistola entre as pernas e parei o meu carro ao lado do visitante suspeito.

“Posso ajudar em alguma coisa, senhor?”, perguntei, abrindo a janela.

“Pode, sim. O senhor não é o procurador?”

“Sou eu mesmo!”, eu disse, com a arma já engatilhada.

“Pois eu tenho uma encomenda para o senhor”, ele respondeu, enquanto saía do carro para pegar, no banco de

trás, um pacote pequeno.

Era um sujeito alto, forte, de terno escuro. Eu apontei discretamente a arma em sua direção e esperei o movimento fatal. Ele se aproximou e me ofereceu uma caixa. Eu, ainda com a arma na mão, pedi para que um dos meus cunhados recebesse e verificasse o conteúdo. Era uma garrafa de uísque.

"Foi o presidente que mandou entregar", disse o sujeito de terno escuro.

"O presidente?!", perguntei, espantado. O presidente da República não ousaria fazer aquele tipo de gracinha logo depois de ter sido denunciado.

"Sim, o presidente do Senado, Eunício Oliveira", o homem respondeu, acanhado.

"Tá certo, obrigado. Vá em paz, amigo", eu disse, respirando fundo e relaxando toda a musculatura do corpo.

Deixei a arma de lado e voltamos para a festa para beber e celebrar com familiares. Todos temos direito a uma pausa.

***

Depois que deixei a Procuradoria-Geral, outro grupo assumiu as investigações, e, desde então, a Lava Jato perdeu fôlego. Não houve mais notícias sobre grandes delações, muito menos sobre inquéritos ou denúncias capazes de impactar as estruturas políticas e econômicas estabelecidas. O recuo nas ações concretas foi visível. Em vez de decisões que pudessem alterar o curso dos acontecimentos, o que ganhou terreno foram discursos, palestras e autopropaganda no Brasil e no exterior de pessoas que, de repente, passaram a desfilar como as novas vestais da moralidade pública. Muita gente passou a encher a boca para falar contra a corrupção, de olho em *likes* nas redes sociais e convites para exibição de retórica remunerada. A Lava Jato estava se transformando numa *commodity* ou num passaporte para um dia de fama em Harvard. Depois de tudo isso, um amigo voltou a me perguntar se valera mesmo a pena tanto esforço, e eu reafirmei que sim. Disse mais: faria tudo de novo, exatamente

como fizemos. “Nenhum erro a ser corrigido?”, ele insistiu.

Acho que cometemos, sim, certos erros, alguns deles na política de comunicação. Deveríamos ter sido mais proativos na defesa pública das investigações. Ao longo de toda a Lava Jato tivemos que lidar com críticas por causa de vazamentos não patrocinados por nós. Eram prejuízos em dose dupla. Primeiro tínhamos que correr para apagar incêndios provocados pela divulgação de algumas informações que, para a eficácia das investigações, deveriam permanecer em sigilo, e, como se não bastasse isso, tínhamos que rebater a pecha de vazadores. Perdíamos muita energia com fatores externos aos inquéritos, quando nosso foco deveria ser tão somente o desvendamento objetivo de crimes. O que deveríamos ter feito, então? Deveríamos ter divulgado tudo ou nunca ter divulgado nada? Deveríamos ter dado entrevistas coletivas regularmente ou nunca ter falado com a imprensa? Até hoje não estou certo de qual teria sido o melhor caminho. Transparência e sigilo são valores fundamentais, mas a importância de cada um é definida dentro de contextos específicos. Ou seja, a transparência pode turbinar ou enterrar uma investigação. E isso só se sabe quando a apuração está em andamento. De qualquer forma, acho que deveríamos ter sido mais incisivos ao definir o grau de circulação da informação. Deveríamos ter informado melhor e de forma mais profissional à sociedade nossas decisões de manter algo em sigilo ou de divulgar determinado conteúdo. Tivemos dificuldades também de lidar com interpretações que determinadas empresas de comunicação davam a alguns episódios. Enfim, precisávamos ter nos posicionado melhor publicamente, afinal, estamos na sociedade de informação. Grandes questões são definidas, muitas vezes, mais pela forma como são assimiladas pela opinião pública do que propriamente pelo conteúdo de cada uma delas. Outros eventuais erros eu deixo por conta dos críticos e da história.

No mais, acho que pouco poderia ter sido diferente. A Lava Jato teve papel crucial para mostrar a vasta cadeia de corrupção que enreda empresários e políticos no Brasil desde

sempre. Todos sabíamos de desvios em licitações e financiamentos ilegais de campanhas eleitorais. Mas, quando os atores-chaves dessa trama histórica vêm a público e relatam em primeira pessoa como e quanto embolsaram, isso ganha uma dimensão épica. Está aí a origem do terremoto político que se seguiu à narrativa dos delatores e a toda a documentação probatória obtida pelas mais diversas frentes de investigação. No curso das investigações, surgiram algumas questões interessantes. Quais são os maiores responsáveis pela corrupção: os empresários que pagam propina para obter contratos com o serviço público ou os políticos que recebem vantagens financeiras em troca de decisões favoráveis a empresários? Quem controla quem nesse círculo vicioso? Marxistas poderiam dizer que o dinheiro sempre fala mais alto. Eu tenho minhas dúvidas nesse caso. Quando questionados sobre o assunto, os políticos jogam a culpa nos empresários e vice-versa. Para mim, o que existe é um acordo tácito, um "acórdão" permanente, entre grupos políticos e econômicos, pendurados no Estado. Os empresários têm o capital para financiar campanhas eleitorais, e os políticos ficam com a caneta para definir contratos e reservas de mercado. Ao longo de nossa história, as duas partes negociaram em igualdade de condições. O resultado sempre foi que os dois lados obtiveram vantagens em detrimento dos interesses coletivos. Ou seja, quebraram de forma sistemática o pacto elementar, embora não declarado, de toda sociedade, que é viver de forma coesa e solidária. Agora, se me perguntassem de onde vem essa forma viciada de fazer negócios e política, eu diria que uma possível explicação são os "sistemas fechados". Ou seja, as regras para preservar a existência dos mesmos grupos no comando da administração pública e dos mercados. Quem está dentro não sai. Quem está fora não entra. Sem a livre concorrência, sem o choque dos contrários, o que prevalece é o eterno conchavo, a economia do compadrio, ou o capitalismo sem risco. Aliás, um outro mérito importante da Lava Jato foi mostrar a natureza espúria desses acordos, porque, até então, só alguns políticos,

de forma isolada, eram responsabilizados pela corrupção.

Alguém poderia perguntar ainda se, com base nos números superlativos da Lava Jato, seria possível concluir que o brasileiro é mais propenso à corrupção que outros povos. Essa é a mensagem subliminar que vejo em análises apressadas sobre de onde vem esse desejo avassalador pelo dinheiro público, conforme foi explicitado em cada uma das etapas das investigações sobre desvios na Petrobras e outras empresas na esfera pública. Eu acho que não existem instrumentos seguros para medir níveis de corrupção entre povos, mas é certo afirmar que a corrupção não é uma exclusividade nacional, nem de países em desenvolvimento. Exemplos de desvios de conduta com vistas ao dinheiro público e ao privado são problemas presentes na história dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, da Inglaterra, do Japão, da Coreia, da China, enfim, de todos os países, ricos ou pobres. A grande diferença é que sociedades mais antigas ou mais abertas dispõem de mecanismos mais eficazes de controle da movimentação do dinheiro, das riquezas de uma forma geral, e isso diminui os ralos da corrupção. Ou seja, não vejo superioridade moral de outros povos em relação a nós, apenas diferenças nas fases históricas em que nos encontramos.

Quando a Lava Jato foi democratizada, ou seja, quando passou a alcançar diferentes grupos políticos e econômicos, surgiram críticas segundo as quais a Procuradoria-Geral estava se excedendo. Nossas investigações estariam precipitando conflitos políticos e atingindo duramente as finanças de grandes empresas nacionais. Ora, essas pessoas que falam em moderação e racionalidade do Ministério Público em nome da governabilidade devem saber que entre as atribuições de procuradores da República não está a estabilidade política e econômica. O Ministério Público é o braço acusador do Estado. Nosso papel é investigar, denunciar e brigar pela punição de quem fere a lei. Nada além disso. Eu não poderia apressar ou retardar uma investigação para causar desconforto na seara política ou não mexer com o humor do mercado. Também não poderia excluir alvos de uma

determinada investigação só para não melindrar quem quer que fosse. Não, minha baliza desde o começo foi aplicar os mesmos critérios para todos. Quando eu disse, no Congresso, que minha regra geral estava sintetizada no famoso ditado popular segundo o qual o "pau que dá em Chico dá em Francisco", eu não estava fazendo retórica.

Para quem, ainda assim, acredita que a Procuradoria-Geral foi excessiva, eu pergunto: "Por acaso eu trouxe à ribalta crimes que não existiram e que inventei?". Claro que não. Eu também nunca tive receio de pecar por excesso numa investigação. Excessos podem ser devidamente corrigidos pela Justiça. Minha maior preocupação era errar por omissão, deixar de investigar algum crime grave, porque, nesse caso, fica mais difícil uma correção. E, acredito, não houve omissão da nossa parte. Uma outra corrente de analistas costuma perguntar se a Lava Jato teve mesmo efeitos concretos de longo prazo. Isto porque, em 2017, três anos depois do início das devastadoras investigações, flagramos o presidente da República numa conversa um tanto comprometedora com um dos maiores empresários do país no Palácio do Jaburu. Ora, se o presidente da República estava com toda aquela desenvoltura, era sinal de que velhas práticas persistiam no coração do poder. "Tudo mudou para permanecer como estava antes", diria Giuseppe Tomasi di Lampedusa, se pudesse contemplar nossa realidade. No entanto, acho que não é bem assim.

A Lava Jato não acabou com a corrupção, mas mexeu significativamente em feudos políticos e econômicos. Os donos do poder foram tirados da eterna zona de conforto em que se encontravam. Não há, é verdade, a certeza de que todo poderoso que cometa um crime sofrerá algum tipo de punição. Mas também não há mais a certeza de que não terá nenhum incômodo. O próprio Temer passou dois anos se escudando na Presidência da República, mas, tão logo deixou o cargo, foi preso duas vezes. Isso, para mim, é uma mudança clara de paradigma. Uma mudança que, no futuro, será vista como um salto histórico. É perceptível também que o discurso da

moralidade no serviço público foi incorporado por parte expressiva da população. Não existe mais espaço para velhos bordões do tipo “rouba, mas faz”, a expressão máxima do cinismo que predominava na velha política. O “roubo” pode até acontecer, mas ninguém teria mais a coragem de se vangloriar publicamente de uma desonestidade operativa. O lema agora poderia ser outro. “Faça e não roube.” Ou, se não puder fazer licitamente, não faça. Mas não “roube”, porque ninguém poderá alegar inocência. Ninguém poderá dizer que foi seduzido ou constrangido. O empresário não poderá culpar o político. O político não poderá culpar o financiador de campanha. Se uma empresa não puder ganhar uma concorrência, que mude de ramo. Se um político não consegue dinheiro legalmente para sua campanha, que não se candidate. Caso contrário, que admita o risco permanente da virada de jogo. Porque, depois de tudo que foi feito nos últimos cinco anos, *nada será como antes* .

Agradecimentos

Agradeço à minha intrépida trupe, pela dedicação, aplicação e incondicional entrega.

Andrey; Anna Carolina – Carol; Bruno Calabrich – Encrenquinha; Daniel Salgado – Dani boy; Douglas Fischer – Dongas; Eduardo Pelella – Posto Ipiranga; Fabio Magrinelli; Fernando Oliveira – Dengo; Maria Clara – Clarinha; Melina – Mel; Pedro Jorge – Pedroca; Maíra Magro; Rafael Rayol – Didi Mocó; Rodrigo Telles – Suricato; Ronaldo Queiroz – Silvio Santos; Sergio Bruno – Usb; Silvio Amorim – Silvinho; Vladimir Aras – Vlad e Wilton Queiroz – Vovô Smurf.

Agradecimentos especiais

À Junia e Letícia, por todo ilimitado apoio e pelos amargos dissabores que passaram. Minha sincera e inesgotável gratidão. Nossas memórias são inexpugnáveis. Os momentos que passamos nessa jornada estão forjados no plano do insuprimível. Gratidão.

RODRIGO JANOT foi procurador-geral da República durante dois mandatos (2013-2017). Em abril de 2019, aposentou-se depois de uma carreira de trinta e cinco anos no Ministério Público Federal. É mestre em Direito, especialista em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor da pós-graduação do UNICEUB. Tem especialização na área de Meio Ambiente e Direitos do Consumidor pela Scuola Superiore Di Studi Universitari e di Perfezionamento S. Anna, em Pisa, na Itália. Depois de se aposentar, voltou à advocacia, com a condição que se autoimpôs de não atuar em casos relacionados à Lava Jato.

JAILTON DE CARVALHO é jornalista e acumula uma longa lista de reportagens exclusivas sobre os acontecimentos mais marcantes da história recente do Brasil, desde o escândalo envolvendo PC Farias-Collor, no início da década de 1990, à trepidante Operação Lava Jato. Repórter do jornal *O Globo* desde o ano 2000, também escreve para a revista *Época* . Antes disso, trabalhou em veículos como *Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Zero Hora* e *Jornal da Bahia,* em Salvador.

GUILHERME EVELIN trabalha como jornalista há mais de trinta anos. Sendo repórter, chefe de sucursal, editor e editor-executivo, já passou pelas redações dos principais veículos de imprensa do país, como os jornais *O Globo, Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense* e as revistas *Época* e *IstoÉ* . Atualmente, trabalha no jornal *O Estado de S. Paulo* , em São Paulo.